DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE PENICHE 2015

REDE SOCIAL
PENICHE

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE PENICHE

Diagnóstico Social aprovado na reunião plenária

do Conselho Local de Ação Social de Peniche de 15 de outubro de 2015

Índice

Parte I - Território **1**

1. Enquadramento programático **2**

1.1. A Rede Social integrada num processo de desenvolvimento social local 2

1.2. Os pressupostos de um trabalho em rede: Programa Rede Social 3

1.3. Peniche: um concelho com diversidades sociais – qual o espaço da Rede Social nesta heterogeneidade? 6

2. Metodologia **9**

3. Enquadramento Geral do Concelho de Peniche **13**

3.1. Estrutura Espacial do território Municipal 14

3.2. Estrutura Sócio-Administrativa do território Municipal 15

3.3. Retrato Sócio-Territorial do Concelho 18

3.4. Síntese Global 25

Parte II - Saúde e Apoio Social **27**

4. População Idosa **28**

4.1. População muito envelhecida: as respostas existentes são adequadas? 28

4.2. Respostas existentes no concelho de Peniche 33

4.3. Síntese geral 40

5. Famílias em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social **42**

5.1. Famílias em situação de carência económica e social 43

5.2. Pessoas com carência habitacional e/ou agregados carenciados 52

5.3. Retrato da Habitação Social no Concelho de Peniche 53

5.3.1. Caracterização dos residentes em Habitação Social 55

5.4. Violência doméstica 64

5.5. Recursos existentes 67

5.6. Síntese Geral 72

6. Crianças e Jovens **77**

6.1. Caraterização demográfica 77

6.2. Respostas de apoio à família na primeira infância (0 a 3 anos) 78

6.3. Crianças e jovens com problemas de desenvolvimento psicomotor/défice intelectual 83

6.4. Crianças e jovens em risco 91

6.5. Crianças e jovens em situação de carência económica 101

6.6. Síntese Geral 102

7. Doença Mental, Consumos, Comportamentos de Risco e Consequências 105

7.1. Doença mental 105

7.2. Dependência de drogas e alcoolismo 109

7.3. Doenças infetocontagiosas associadas a comportamentos de risco. 114

7.4. Síntese Geral 117

8. Dependência Física, Intelectual, Psicológica e Deficiências 119

8.1. Número expressivo de pessoas com dependência a cargo de prestadores informais 119

8.2. A deficiência / Pessoas com deficiência integradas em famílias envelhecidas 121

8.3. Síntese Geral 126

9. Respostas Locais e Serviços Locais de Saúde 127

9.1. Direito à Saúde 127

9.2. Cuidados de Saúde Primários 129

9.3. Cuidados Hospitalares 131

9.4. Síntese Geral 132

Parte III – Educação, Emprego e Formação 133

10. Qualificações Escolares 134

10.1. Caracterização escolar da população 134

10.2. Insucesso e abandono escolares 141

10.3. Recursos existentes 148

10.4. Síntese Geral 152

11. Mercado de Trabalho 155

11.1. Caracterização geral do mercado de trabalho local 155

11.2. Fraquezas relacionadas com a "oferta" do mercado de trabalho 165

11.2.1. Condições de trabalho precárias, marcadas por um mercado sazonal 165

11.2.2. Prática de baixos salários, agravada ao nível dos mais escolarizados 170

11.2.3. Prática de baixos salários, agravada ao nível do género feminino 176

11.2.4. Desemprego sujeito a picos sazonais, com um perfil de curta/média duração, mais adulto e com baixas qualificações escolares 181

11.2.5. Dificuldade a nível da empregabilidade de grupos de risco 187

11.3. Aprendizagem ao longo da vida 190

11.4. Recursos existentes 192

11.5. Síntese Geral 197

Parte IV – Caderno Síntese **201**

12. Caderno Síntese **202**

Parte I - Território 202

12.1. Enquadramento Geral do Concelho de Peniche 202

Parte II - Saúde e Apoio Social 203

12.2. População Idosa 203

12.3. Famílias em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social 205

12.4. Crianças e Jovens 209

12.5. Doença Mental, Consumos, Comportamentos de Risco e Consequências 211

12.6. Dependência Física, intelectual, psicológica e deficiências 212

12.7. Respostas Locais e Serviços Locais de Saúde 213

Parte III – Educação, Emprego e Formação 214

12.8. Qualificações Escolares 214

12.9. Mercado de Trabalho 216

Bibliografia **220**

Índice Figuras

Figura 1 - Estruturas e funcionamento de vários serviços governamentais 17
Figura 2 - Evolução da estrutura de género da população residente no concelho de Peniche (1981-2011) 18
Figura 3 - Evolução da proporção de famílias clássicas residentes no concelho de Peniche por territórios, segundo a dimensão, entre 2001 e 2011 (%) 18
Figura 4 - Evolução das famílias clássicas residentes no concelho de Peniche segundo a dimensão, entre 2001 e 2011 19
Figura 5 - Variação da estrutura de género da população residente no concelho de Peniche (1981-2011) 19
Figura 6 - Evolução da estrutura de género da população residente no concelho de Peniche (1981-2011) 19
Figura 7 - Estrutura de género da população residente no concelho de Peniche por freguesias, em 2011 20
Figura 8 - Evolução da estrutura da população residente no concelho de Peniche segundo a freguesia de residência (1991-2011) 20
Figura 9 - População residente por territórios segundo a estrutura etária, em 2011 e 2013 (%) 21
Figura 10 - População residente no concelho de Peniche, por freguesia, segundo a estrutura etária, em 2011 21
Figura 11 - População residente no concelho de Peniche segundo a estrutura etária e de género, em 2001 e 2011 22
Figura 12 - Evolução da população residente no concelho de Peniche 2008-2013 (Nº) 22
Figura 13 - Indicadores da população por territórios, em 2013 (%) 23
Figura 14 - Evolução do saldo natural no concelho de Peniche e das suas componentes, entre 2008 e 2013 (Nº) 23
Figura 15 - Densidade Populacional por territórios, entre 2001 e 2013 23
Figura 16 - Densidade Populacional em 2011 e Evolução no concelho de Peniche do número de edifícios e de fogos habitacionais entre 2001 e 2011 24
Figura 17 - Relação entre a população residente, os edifícios e os alojamentos no concelho de Peniche entre 2001 e 2011 24
Figura 18 - Distribuição do índice de envelhecimento por territórios, em 2011 28
Figura 19 - Distribuição da população residente com 65 e mais anos e índice de envelhecimento, por territórios, em 2012 28
Figura 20 - Evolução do índice de envelhecimento no concelho de Peniche por freguesias, entre 2001 e 2011 29

Figura 21 - Evolução do Índice de envelhecimento no concelho de Peniche, entre 1991 e 2012 (%).. 29
Figura 22 - Evolução da população residente no concelho de Peniche com 65 ou mais anos de idade, entre 2001 e 2011 30
Figura 23 - Evolução do índice de envelhecimento por territórios, entre 1991 e 2011 (%)..... 30
Figura 24 - Evolução do índice de longevidade no concelho de Peniche, entre 1991 e 2012 (Nº)..... 31
Figura 25 - Evolução do índice de longevidade, entre 1991 e 2012 31
Figura 26 - Evolução do número de idosos com 75 e mais anos de idade a residir no concelho de Peniche, por grupo etário e sexo 31
Figura 27 - Evolução da proporção de pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos, por territórios, 2009-2012 (%) ... 32
Figura 28 - Proporção de pensionistas da Segurança Social com pensão de velhice no total da população residente em idade ativa (15-64 anos), por territórios, em 2012..... 32
Figura 29 - Densidade de população residente com 65 e mais anos e índice de dependência de idosos, por territórios..... 32
Figura 30 - Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade por território de residência (% à data dos Censos 2011) 34
Figura 31 - Taxa de utilização dos equipamentos sociais de apoio a idosos no concelho de Peniche, segundo a valência (2015)..... 34
Figura 32 - Distribuição de utentes por Instituições do concelho de Peniche segundo a resposta social, em 2015. 35
Figura 33 - Organizações que constituem o Grupo de Trabalho "Pessoas Idosas, Envelhecimento e Intergeracionalidade" 36
Figura 34 - Indicadores relativos à resposta social Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) no concelho de Peniche, em 2013 36
Figura 35 - Beneficiários/as do RSI no concelho de Peniche, 2007-2014 (Nº)..... 43
Figura 36 - Evolução dos beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa por local de residência, 2007-2014 (‰)..... 44
Figura 37 - Percentagem de beneficiários do RSI por grupo etário e por género, 2014 45
Figura 38 - Requerimentos de RSI Entrados e Deferidos, de 2004 a 2012..... 45
Figura 39 - Número de famílias e de beneficiários de RSI no concelho de Peniche por ano, de 2004 a 2012..... 46
Figura 40 - Número de agregados familiares beneficiários de RSI no concelho de Peniche por freguesia e ano (2005-2011)..... 47
Figura 41 - Percentagem de beneficiários do RSI por freguesia 47
Figura 42 - Instituições distribuidoras no âmbito do FEAC em 2014..... 48
Figura 43 - Famílias apoiadas pelo FEAC no concelho de Peniche, por freguesias (%) 48

Figura 44 - Número de famílias e a quantidade de alimentos distribuídos em Peniche, no âmbito do Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste, em 2012 e 2014 49
Figura 45 - Nº de Famílias apoiadas pela Cantina Social no concelho de Peniche 50
Figura 46 - Organizações que constituem o Grupo de Trabalho "para a Distribuição de Bens Essenciais" 51
Figura 47 - Nº total de fogos de Habitação Social 53
Figura 48 - Bairros propriedade da Câmara Municipal e Peniche 54
Figura 49 - Bairros propriedade do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana 54
Figura 50 - Bairros propriedade do IGFSS - Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social 54
Figura 51 - Nº de fogos municipais por nº de habitantes e média habitante/fogo 55
Figura 52 – Distribuição do número de fogos, agregado familiar e indivíduos pelos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi 56
Figura 53 – Distribuição das famílias residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi segundo a dimensão do Agregado Familiar 56
Figura 54 – Distribuição de indivíduos com idade superior 65 anos, residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo tipologia familiar unipessoal 57
Figura 55 - Distribuição das famílias, residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo a tipologia familiar 57
Figura 56 - Distribuição dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi segundo o escalão etário (%) 57
Figura 57 - Distribuição do índice de envelhecimento nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi (%) 58
Figura 58 - Habilitações escolares dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi (%) 58
Figura 59 - Habilitações escolares dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, com idade superior a 18 anos (%) 59
Figura 60 – Distribuição dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi segundo a condição perante o trabalho (%) 59
Figura 61 – Distribuição dos residentes desempregados, dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo a condição perante o trabalho (%) 60
Figura 62 - Distribuição dos residentes desempregados de longa duração, dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo o género e por bairro (%) 60
Figura 63 - Distribuição dos residentes desempregados de curta duração, dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo o género e por bairro (%) 60

Figura 64 - Distribuição dos residentes desempregados, dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo o tipo de desemprego e nível de escolaridade (%) 61
Figura 65 - Distribuição dos residentes dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, em idade ativa segundo a principal fonte de rendimento (%) 62
Figura 66 - Distribuição dos residentes dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, em idade ativa segundo rendimento (%) 62
Figura 67 - Distribuição das crianças e jovens (idade < 18 anos) residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo o rendimento (%) 63
Figura 68 - Crimes em geral e crimes contra as pessoas segundo o tipo registados pelas autoridades policiais, por territórios, 2014 65
Figura 69 - Crimes contra a integridade física de violência doméstica segundo o tipo registados pelas autoridades policiais, por territórios, 2014 (%) 66
Figura 70 - População de crianças e jovens no concelho de Peniche, a 31 de dezembro de 2014. 77
Figura 71 - População residente no concelho de Peniche entre os 0 e os 19 anos, em 2014 77
Figura 72 - Proporção de crianças e jovens na população residente por territórios, em 2001 e 2012... 78
Figura 73 - Creches no concelho de Peniche, no ano letivo 2013/2014 79
Figura 74 - Evolução dos indicadores relativos a creches no concelho de Peniche entre o ano letivo 2003/04 e 2013/14 80
Figura 75 - Evolução da taxa de cobertura para a resposta de creche no concelho de Peniche entre 2003 e 2014 80
Figura 76 - Taxa de cobertura para a resposta de creche no concelho de Peniche por freguesias, em 2011 80
Figura 77 - Evolução da taxa bruta de natalidade no concelho de Peniche (2001-2014) 81
Figura 78 - Crianças e jovens residentes no concelho de Peniche em 2001 e 2014 81
Figura 79 - Evolução do número de nados-vivos por freguesias do concelho de Peniche (2004-2013)82
Figura 80 - Evolução da taxa bruta de natalidade, a nível nacional, entre 2001 e 2014(%) 82
Figura 81 - Crianças e jovens dos 0 aos 19 anos, inscritos no Centro de Saúde de Peniche, segundo o género e o grupo etário, em 2011 83
Figura 82 - Número de Crianças apoiadas pela ELI por entidade referenciadora e por rede, em 2013/2014 86
Figura 83 - Número de Crianças apoiadas por idade e sexo pela ELI, em 2011 86
Figura 84 - Número de Crianças apoiadas pela ELI por faixa etária e por rede, em 2013/2014 87
Figura 85 - Número de Crianças apoiadas pela ELI por local de residência, entre 2011 e 2013 87
Figura 86 - Caraterização da população atendida pela ELI por critério de elegibilidade, em 2013/2014 88
Figura 87 - Problemáticas identificadas nas crianças apoiadas pela ELI por idade, em 2013 88

Figura 88 - Contexto de intervenção referente às crianças apoiadas pela ELI, entre 2011 e 2014 89
Figura 89 - Necessidades de intervenção referente às crianças apoiadas pela ELI segundo a especialidade, em 2013..... 89
Figura 90 - Idade e sexo das crianças e jovens apoiados pelo CRI no ano letivo 2014/2015 90
Figura 91 - Apoios especializados e ciclo de ensino das crianças e jovens apoiados pelo CRI no ano letivo 2014/2015..... 90
Figura 92 - Idade e ciclo de ensino das crianças e jovens apoiados pelo CRI no ano letivo 2014/201590
Figura 93 - Processos em Acompanhamento pela CPCJ de Peniche entre 2006-2014 93
Figura 94 - Crianças e jovens acompanhados por escalão etário e sexo em 2014 94
Figura 95 - Problemáticas sinalizadas em 2014 95
Figura 96 - Problemáticas sinalizadas em 2014, por escalão etário 95
Figura 97 - Problemáticas sinalizadas em 2014, por género 96
Figura 98 - Problemáticas diagnosticadas em 2014, por tipo de processo 96
Figura 99 - Número de Consultas Externas de Psiquiatria em Hospitais, à população residente do concelho de Peniche 2011-2013..... 107
Figura 100 - Dados dos cuidados de saúde mental no ACeS Oeste Norte, em 2013. 107
Figura 101 - Número de Consultas Externas de Psiquiatria e de Psicologia no Centro Hospitalar do Oeste, em 2012 e em 2013 108
Figura 102 - Caracterização da população-alvo segundo a Idade e o Género..... 111
Figura 103 - Caracterização do consumo de substâncias 112
Figura 104 - Caracterização da população-alvo segundo a Idade e a Forma de Consumo. 112
Figura 105 - Prevalência de casos acumulados de SIDA, CRS e portadores assintomáticos, em 2012, na Região Oeste Norte..... 114
Figura 106 - Consultas de Infecciologia do Centro Hospitalar do Oeste 115
Figura 107 - Causas de dependência, grupo etário e género. 120
Figura 108 - Nº de Prestadores informais segundo o género e o escalão etário 121
Figura 109 - Utentes da Cercipeniche por valência e capacidade instalada (Fevereiro de 2014) 123
Figura 110 - Utentes da Cercipeniche por valência segundo a residência (Fevereiro de 2014)..... 124
Figura 111 - Utentes da Cercipeniche por valência, segundo o género (Fevereiro de 2014)..... 124
Figura 112 - Utentes da Cercipeniche por valência, segundo a faixa etária (Fevereiro de 2014) 125
Figura 113 - Proporção de titulares com subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social, em 2012 125
Figura 114 - Distribuição dos utentes com e sem médico de família por médico e concelho do ACES Oeste Norte..... 130
Figura 115 - População residente no concelho de Peniche, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011 (%)..... 134

Figura 116 - População residente com 15 e mais anos por territórios e nível de escolaridade completo mais elevado, entre 2001 e 2011 (%) 135
Figura 117 - Evolução da taxa de escolarização no ensino superior (alunos com idades entre os 18 e os 22 anos), por territórios, entre 2007/2008 e 2013/2014 (%) 136
Figura 118 - População residente no concelho de Peniche, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo e o género, em 2011 136
Figura 119 - Relação de feminidade, ao nível dos ensinos secundário e superior, por territórios, no ano letivo 2012/2013..... 137
Figura 120 - População residente por territórios segundo o nível de escolaridade mais elevado completo (%), em 2011 138
Figura 121 - Taxa de analfabetismo (%) por território (à data dos Censos 2011) e género 138
Figura 122 - Taxa de analfabetismo no concelho de Peniche (%) por freguesias (à data dos Censos 2011) e género 139
Figura 123 - Estabelecimentos de educação/ensino por território segundo o nível de ensino ministrado, 2012/2013..... 139
Figura 124 - Evolução dos alunos matriculados no Ensino Básico e Secundário, no concelho de Peniche, nos anos letivos de 1994/95 a 2012/13 140
Figura 125 - Evolução do número de Estabelecimentos de educação/ensino no concelho de Peniche segundo o nível de ensino ministrado, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013 140
Figura 126 - Indicadores de educação por território, 2012/2013 (%) 141
Figura 127 - Indicadores de educação no concelho de Peniche – Evolução 2007 a 2013 (%) 143
Figura 128 - Evolução da taxa de retenção e desistência no concelho de Peniche no Ensino Básico, por níveis de ensino – 2007 a 2013 144
Figura 129 - Proporção da população residente com idade entre os 6 e os 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino por território (à data dos Censos 2011) e género (%) 145
Figura 130 - Proporção da população residente no concelho de Peniche com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino por freguesias (à data dos Censos 2011) e género (%)145
Figura 131 -Evolução da taxa de abandono escolar por território, entre 2001 e 2011 (%) 146
Figura 132 - Taxa de abandono escolar no concelho de Peniche (%) por freguesias (à data dos Censos 2011)..... 146
Figura 133 - Estrutura de profissões da população residente empregada no concelho de Peniche, em 2011 156
Figura 134- Estrutura de profissões da população residente empregada por território, em 2011 (%) 157
Figura 135 - Evolução da estrutura de profissões da população residente empregada no concelho de Peniche, entre 1991-2011 (%) 158
Figura 136 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos[(a)] por território, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3), 2011 159

Figura 137 - Empresas por município da sede por território, segundo o setor de atividade, em 2010 159
Figura 138 - Sociedades por município da sede, segundo a CAE-Ver.3, em 2010 160
Figura 139 - Empresas e sociedades no concelho de Peniche, segundo a CAE-Ver.3 (2010) 160
Figura 140 - Indicadores de empresas por território, 2010 162
Figura 141 - Empresas por município da sede, segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2010 163
Figura 142 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por território, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2009 163
Figura 143 - Evolução da taxa de trabalhadores por conta de outrem no concelho de Peniche em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores e com mais de 250 trabalhadores, entre 2003 e 2009 (%) 164
Figura 144 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por territórios, segundo o nível de habilitações, 2009 165
Figura 145 - Desempregados inscritos por territórios segundo o motivo de inscrição (novembro 2014) 166
Figura 146 - Evolução mensal da taxa de desempregados inscritos no IEFP cujo motivo de inscrição é o fim do trabalho não permanente, por território, em 2014 (janeiro-novembro) 167
Figura 147 - Evolução anual da taxa de desempregados registados no concelho de Peniche cujo motivo de inscrição é o fim do trabalho não permanente, no mês de novembro, de 2004 a 2014 168
Figura 148 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por território, em 2012 (euros) 171
Figura 149 - Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por território, entre 2005 e 2012 171
Figura 150 - Evolução do indicador *per capita* do poder de compra, por território 2005-2009 172
Figura 151 - Disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem, segundo o escalão de pessoal da empresa, o setor de atividade e o nível de escolaridade, por território, entre 2005 e 2012 172
Figura 152 - Ganho médio mensal dos trabalhadores pro conta de outrem nos estabelecimentos por território, segundo o nível de habilitações, 2012 (euros) 174
Figura 153 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, por territórios, segundo o setor de atividade, 2012 (euros) 175
Figura 154 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por territórios, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2012 (euros) 175
Figura 155 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3) e o género, 2012 177
Figura 156 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por território, segundo o género, 2012 (euros) 178

Figura 157 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por território, segundo o setor de atividade e o género, 2012 (euros) 179
Figura 158 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos no concelho de Peniche, segundo o setor de atividade e o género, 2012 (euros) 179
Figura 159 - Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores segundo o género no concelho de Peniche, entre 2003 e 2009 (%) 179
Figura 160 - Disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem segundo o género, por território, em 2012 180
Figura 161 - Evolução mensal do desemprego registado no concelho de Peniche, 2008-2014 (situação no mês de novembro) 181
Figura 162 - Evolução anual do desemprego registado no concelho de Peniche, 2008-2014 (situação no mês de novembro) 182
Figura 163 - Evolução do desemprego registado por território, 2013-2014 (situação no mês de novembro) 182
Figura 164 - Desemprego registado por território em 2014 segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no mês de novembro) 183
Figura 165 - Evolução da percentagem de desempregados registados no concelho de Peniche, segundo o tempo de inscrição, 2008-2014 (situação no mês de novembro) 183
Figura 166 - Evolução anual do número de desempregados registados no concelho de Peniche, segundo o género, 2008-2014 (situação no mês de novembro) 184
Figura 167 - Desemprego registado por território em 2014 segundo o grupo etário (situação no mês de novembro) 185
Figura 168 - Evolução da percentagem de desempregados registados no concelho de Peniche, segundo o grupo etário, 2008-2014 (situação no mês de novembro) 186
Figura 169 - Desemprego registado por território em 2014 segundo o nível de escolaridade (situação no mês de novembro) 186
Figura 170 - Evolução anual do desemprego registado no concelho de Peniche segundo o nível de escolaridade, 2008-2014 (situação no mês de novembro) 187

Nota Introdutória

O Diagnóstico Social do Concelho de Peniche, elaborado no âmbito do Município de Peniche, com a colaboração do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Peniche (CLAS) e de todas as entidades parceiras da Rede Social, visa identificar e caracterizar os principais problemas sentidos no concelho, apontando os recursos disponíveis, com o intuito de potenciar uma base informativa de referência destinada a orientar e a sustentar a ação local tendente ao desenvolvimento e à coesão social.

Trata-se de dotar a Rede Social concelhia de um instrumento de planeamento estratégico para enfrentar os desafios colocados pelo desenvolvimento social local, os quais recomendam uma abordagem assente na mobilização colaborativa para fazer face à complexidade dos problemas que persistem e dos novos que emergem, bem como para capitalizar as potencialidades existentes.

O Diagnóstico Social decorre assim da filosofia do Programa da Rede Social na forma participada como foi concebido e na sua função de instrumento de suporte ao trabalho em rede. Com efeito, constituem objetivos do programa combater a pobreza e a exclusão social e promover o desenvolvimento social a partir de um trabalho em parceria assente na concertação interinstitucional, em metodologias participativas e no planeamento estratégico territorial.

O presente Diagnóstico Social surge na sequência de anteriores instrumentos de diagnóstico concebidos no âmbito do CLAS, nomeadamente a *Primeira Aproximação ao Diagnóstico Social*, documento aprovado em 21 de Fevereiro de 2001, do *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche 2004*, aprovado em 5 de julho de 2004 e, ainda, do *Diagrama para Identificação das Áreas Prioritárias*, aprovado em 17 de abril de 2009. Constitui um retrato da realidade concelhia em áreas temáticas, tais como, as crianças e os jovens, a população idosa, as famílias em situação de pobreza e/ou exclusão social, a dependência física, intelectual, psicológica e deficiências, a doença mental, consumos, comportamentos de risco e consequências, os serviços/respostas locais de saúde, as qualificações escolares e o mercado de trabalho, sendo por tal, um recurso técnico fundamental para a etapa de planeamento seguinte, o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Peniche.

Parte I - Território

1. Enquadramento programático

1.1. A Rede Social integrada num processo de desenvolvimento social local

As condições humanas, atualmente vividas em sociedade, constituem um cenário fortemente antagónico, na medida em que, à qualidade de vida relativamente elevada de uns, opõem-se realidades precárias e insustentáveis de outros.

Visando combater estas disfuncionalidades sociais, várias têm sido as políticas e muitos têm sido os projetos desenvolvidos. Contudo, a transformação sócio-territorial implica um grande esforço político e de investigação, uma vez que, como existe um forte peso histórico e conjuntural ligado aos problemas sociais, as alterações pretendidas não são lineares, nem tão pouco de natureza simples.

Desta forma, uma das políticas que, nos últimos anos, tem sido defendida como potencial solução face aos problemas sociais, refere-se ao desenvolvimento social local, no sentido de, conhecendo as potencialidades locais, bem como as especificidades do meio em causa e envolvente, satisfazer as necessidades básicas de determinada população e, sobretudo, contribuir para que o espaço deixe de ser uma mera contiguidade física e se transforme num território de solidariedade ativa, onde se possam evidenciar as características culturais e as potencialidades económicas, visando quer a valorização dos recursos endógenos, sem descurar os exógenos, assim como a garantia dos interesses territoriais pelos agentes locais e respectiva população, mediante o enraizamento de uma cidadania social e política (Henriques, JM, 1990).

Consequentemente, um planeamento estratégico constitui-se no procedimento mais adequado à intervenção proposta, mediante a definição de estratégias de ação, assentes numa metodologia de projeto (Guerra, I, 1994), a qual pressupõe que, desde a identificação do problema até à avaliação dos resultados obtidos, passando pelo estabelecimento de objetivos e estratégias e pela execução do plano de ação, o processo seja contínuo e constante, onde se produzam saberes face aos contextos sociais, identificando os diferentes fatores subjacentes à situação específica a intervir, analisando as dinâmicas dos processos considerados e produzindo representações que signifiquem uma mudança social.

Neste contexto, uma das políticas estratégicas que se encontra em voga nos tempos atuais prende-se com a parceria colaborativa entre atores-chave, isto é, entre agentes sociais com os

mesmos objetivos ou integrados no mesmo tipo de ações, os quais interagem, numa base de responsabilidade social horizontal, ao nível de problemáticas ou territórios comuns cada vez mais inseridos numa rede social que contribua para a sustentabilidade dos processos interventivos.

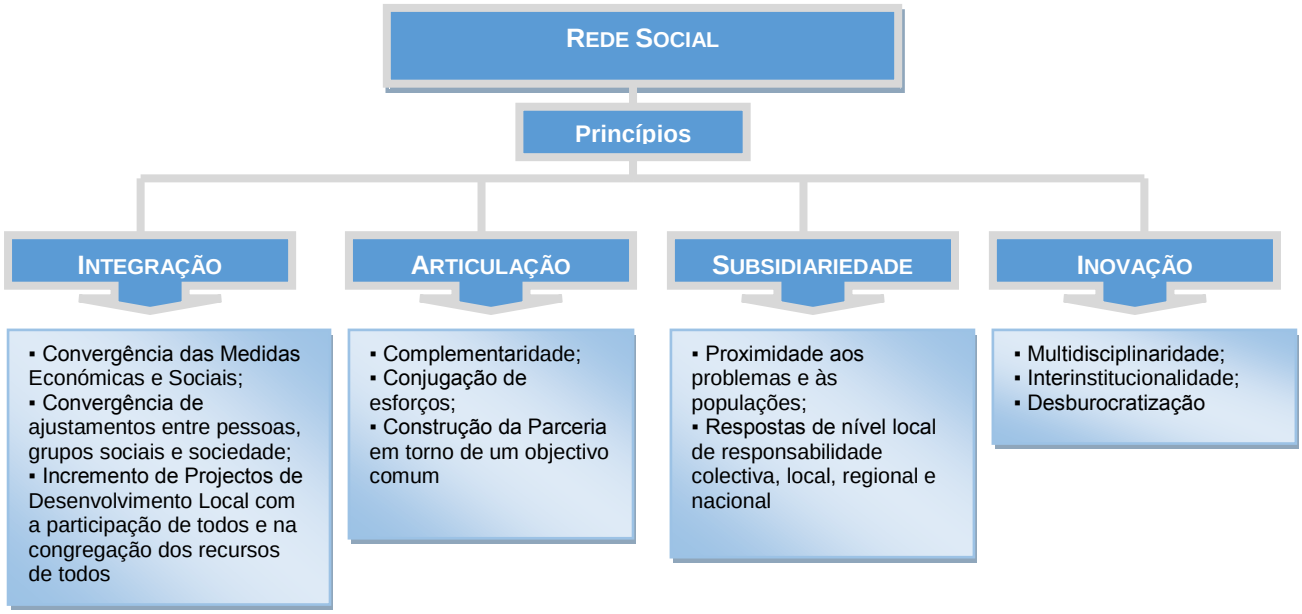
No seu conjunto, estas estratégias surgem na tentativa de potenciar recursos, meios e tempo e, assim, mediante uma intervenção conjunta, otimizar esforços, concorrendo para que, à continuidade física, se una uma efetiva continuidade social, económica e cultural, sem desvalorizar as especificidades locais e toda a riqueza cultural que contribuem para a fermentação da identidade social a nível local.

1.2. Os pressupostos de um trabalho em rede: Programa Rede Social

Na tentativa de fomentar uma maior interação entre as diferentes entidades implicadas no Desenvolvimento Social Local de determinado território, no sentido de combater a pobreza e a exclusão social, foi criado o Programa Rede Social, traduzido numa das primeiras medidas resultantes do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social e reconhecido publicamente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97, de 18 de Novembro. Iniciativa esta entendida como um "*Fórum de articulação e congregação de esforços baseados na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar*", que aposta numa atuação integradora, articulada, inovadora e de subsidiariedade.

A Rede Social pretende constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos, conforme resulta do diploma regulamentador da Rede Social, a saber o Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de junho.

Os Princípios Subjacentes à Rede Social[1]



Neste âmbito, a Rede Social reflete uma visão abrangente e integradora do que deve ser um trabalho em parceria continuado e sustentável em cada território concelhio, que, por um lado, transcenda a dita congregação de esforços por projeto e, por outro, concorra para que as sinergias institucionais e comunitárias criadas sejam em torno de um planeamento ordenado, prospetivo e estratégico, em vista a um efetivo desenvolvimento social de pessoas e de lugares.

Mais especificamente, a implementação desta iniciativa deve garantir um forte envolvimento de todos os atores com responsabilidade e com interesse no processo, desde o diagnóstico à avaliação e monitorização das atuações, por forma a que todos se apropriem e se responsabilizem pelo que se for desenvolvendo. Esta atuação deve ter em conta as diferentes divisões administrativas no interior dos concelhos, uma vez que refletem realidades distintas, pelo que o diagnóstico e o planeamento, ao irem ao encontro de uma visão global, não devem descurar o específico, se isso for significativo para a melhoria da qualidade de vida de determinado grupo populacional em situação de pobreza ou exclusão social.

Deve ter em conta ainda a formação e qualificação dos agentes envolvidos, uma distribuição equitativa de equipamentos e serviços e a divulgação do conhecimento produzido sobre as especificidades sociais dos concelhos.

Em termos concretos, o Programa Rede Social tem duas fases cíclicas essenciais: uma de diagnóstico e planeamento; e outra de intervenção e avaliação contínua. A tabela seguinte

[1] Programa Rede Social

expõe os produtos que devem ser realizados na primeira fase e as principais características dos mesmos:

Produtos	Principais caraterísticas
Diagnóstico Social	**- Identificação precisa (com base em informações quantitativas e qualitativas) dos problemas e das suas manifestações;** **- Integração de visões habitualmente não consideradas;** **- Reflexão aprofundada sobre as causas dos problemas e a forma como se relacionam;** **- Identificação das oportunidades e ameaças;** **- Determinação das prioridades.**
Plano de Desenvolvimento Social	**O PDS procura racionalizar e dar coerência às intervenções que promovem o desenvolvimento social, conferindo-lhes eficácia e eficiência, planeando:** • **De forma integrada, tendo em conta todas as dimensões dos problemas;** • **Dando atenção não só aos objetivos como ao processo para os alcançar;** • **Tendo em conta as oportunidades e ameaças;** • **Considerando as dimensões mais suscetíveis de produzir mudança.**
	Vantagens de um Plano de Desenvolvimento Social: • **Integrar no local medidas e políticas definidas nos vários níveis da Administração favorecendo a sua adequação ao nível local;** • **Racionalizar e adequar recursos e iniciativas;** • **Rentabilizar os saberes e o conhecimento de terreno dos técnicos e das organizações locais;** • **Encontrar soluções inovadoras que o contacto com o terreno e a flexibilidade das estruturas pequenas possibilitam.** **Vantagens do PDS na perspetiva das instituições envolvidas:** • **Proporcionar resposta às causas e não só às manifestações dos problemas e conceber atuações preventivas;** • **Promover uma distribuição equitativa dos equipamentos e respostas;** • **Possibilitar a existência de respostas eficazes às pessoas e famílias em situação de exclusão social;** • **Conceber intervenções continuadas e sustentáveis, dando continuidade a boas práticas;** • **Implicar as populações na procura de soluções adequadas às situações.** **Vantagens do PDS na perspetiva das pessoas e comunidades:** • **Proporcionar resposta às causas e não só às manifestações dos problemas e conceber atuações preventivas;** • **Promover uma distribuição equitativa dos equipamentos e respostas;** • **Possibilitar a existência de respostas eficazes às pessoas e famílias em situação de exclusão social;** • **Conceber intervenções continuadas e sustentáveis, dando continuidade a boas práticas;** • **Implicar as populações na procura de soluções adequadas às situações.**
	Critérios associados: **- <u>Coerência Externa</u>, no sentido de:** **- Articular com outros instrumentos de planeamento:** • **Incidência territorial (PDM, PROT, Plano estratégicos regionais ou de cidade, etc.);** • **Incidência Nacional (O QREN – Quadro De Referência Estratégico Nacional; O PNAI – Plano Nacional De Ação Para A Inclusão; O PNACE – Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego; O PNE – Plano Nacional De Emprego; O PNS – Plano Nacional De Saúde; O PAIPDI – I Plano De Ação Para A Integração Das Pessoas Com Deficiências Ou Incapacidade)** • **Planos sectoriais (como a Carta Educativa).** **- Evitar sobreposição de intervenções;** **- Operacionalizar orientações contidas nos planos de forma a potenciar os seus efeitos;** **- Complementar intervenções, prevenir os seus efeitos não calculados e antecipar efeitos sociais de intervenções previstas para uma determinada área.** **- <u>Participação</u>, viabilizando as intervenções, do ponto de vista:** • **Da aderência dos que têm capacidade, legitimidade e poder para atuar;** • **Da sustentabilidade material das ações;** • **Da possibilidade de atingir e responder efetivamente às necessidades daqueles junto de quem se**

	pretende intervir. **- Operacionalidade, procurando quantificar as metas e os objetivos, por forma a serem mensuráveis.** **- Exequibilidade, percebendo se os objetivos são realistas e as ações realizáveis, procurando ainda ter em conta todas as variáveis que podem comprometer o Plano, como por exemplo a introdução de fatores externos, não controláveis, como respostas únicas aos problemas identificados.** **- Responsabilidade, atribuindo e assumindo responsáveis diretos pelas ações e projetos previstos.**
Plano de Ação	**• Justificar a pertinência de determinada ação no quadro dos objetivos definidos;** **• Discriminar as atividades e tarefas;** **• Identificar as atribuições de cada uma das entidades envolvidas e preferencialmente, as pessoas designadas por essas entidades para executar as tarefas e atividades discriminadas;** **• Situar geograficamente as atividades e eleger as áreas territoriais prioritárias;** **• Definir um calendário para a execução;** **• Referenciar os recursos a mobilizar e os métodos a utilizar.**
Plano de Monitorização	**• Tendo em conta o previsto no Plano de Desenvolvimento e no Plano de Ação, perceber o que foi realizado: ações, custos, recursos, responsabilidades;** **• Identificar os principais desvios e respetivas causas;** **• Identificar aprendizagens;** **• Corrigir à medida que se vão encontrando soluções para os desvios detetados;** **• Integrar novas variáveis resultantes das dinâmicas que vão sendo produzidas e das transformações que vão ocorrendo.**
Fonte: Programa Rede Social	

1.3. Peniche: um concelho com diversidades sociais – qual o espaço da Rede Social nesta heterogeneidade?

CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE PENICHE:

- ACOMPANHA – COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.R.L.
- ADEPE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PENICHE
- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ATOUGUIA DA BALEIA
- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. LUÍS DE ATAÍDE
- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PENICHE
- APRE! ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS PENSIONISTAS E REFORMADOS
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE PENICHE
- ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENICHE
- ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FERREL
- ASSOCIAÇÃO "JOIAS DE FERREL"
- ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE PENICHE
- AMA - ASSOCIAÇÃO MÃO AMIGA
- ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE DIA DE SERRA D´EL REI
- ASSOCIAÇÃO PARA JARDIM INFANTIL DE FERREL
- ASSOCIAÇÃO PARA JARDIM INFANTIL DE SERRA D´EL REI
- CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE
- CENFIM
- CENTRO DE CONVÍVIO E CULTURA DE GERALDES

- CENTRO DE EMPREGO DO OESTE NORTE - SERVIÇO DE EMPREGO DE CALDAS DA RAINHA
- CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS DO OESTE - EQUIPA DE TRATAMENTO DE PENICHE
- CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE LEIRIA
- CENTRO PAROQUIAL DE BEM-ESTAR SOCIAL DE ATOUGUIA DA BALEIA
- CENTRO SOCIAL DA BUFARDA
- CENTRO SOCIAL NOVA ALIANÇA
- CENTRO SOLIDARIEDADE E CULTURA DE PENICHE
- CERCIPENICHE - C.R.L.
- CHO – CENTRO HOSPITALAR DO OESTE – HOSPITAL DE PENICHE
- COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PENICHE
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- DELEGAÇÃO DE PENICHE DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- DIREÇÃO GERAL DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO
- DIRECÇÃO GERAL DE REINSERÇÃO SOCIAL
- ESCOLA SECUNDÁRIA DE PENICHE
- ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E TECNOLOGIA DO MAR DE PENICHE
- FOR-MAR
- GNR - GUARDA NACIONAL REPUBLICANA - POSTO DE PENICHE
- JUNTA DE FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA
- JUNTA DE FREGUESIA DE FERREL
- JUNTA DE FREGUESIA DE PENICHE
- JUNTA DE FREGUESIA DE SERRA D´EL REI
- PENICHE - RENDIBILROS
- PSP - POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ESQUADRA DE PENICHE
- ROTARY CLUBE DE PENICHE
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENICHE
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DA PESCA DO CENTRO
- UCC PENICHE DO ACES/ON - UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE DE PENICHE DO ACES/ON

Implementar uma Rede Social numa área tão abrangente e complexa como é o território concelhio não é um processo simples, na medida em que encontram-se aqui espelhadas manifestações sociais diversificadas, que necessitam de ser compreendidas, contextualizadas e enquadradas num cenário que as equilibre.

Com efeito, um concelho engloba um conjunto de microterritórios que apresentam dinâmicas próprias, em termos sociais, económicos, culturais e ambientais. Consequentemente, as comunidades assumem identidades específicas, com soluções adaptadas aos seus problemas e

aos seus recursos. Por outro lado, neste processo de evolução e de mudança, as intervenções sociais, associativas e políticas dão lugar a protagonismos institucionais, os quais assumem papéis importantes na dinâmica comunitária.

A Rede Social Concelhia, desta forma, tem que ter em conta, não só o cenário que quer estabelecer para o respetivo território (de um modo global), mas também qual a melhor forma de conciliar e implicar responsavelmente neste planeamento os diferentes atores. É este o grande desafio à implementação da Rede Social no Concelho.

A este nível pretende-se, com o presente Diagnóstico, dotar os interlocutores de um conhecimento abrangente e atual da realidade concelhia e de ferramentas e de linhas orientadoras, potenciadoras de um processo endógeno, participativo e sustentável, contribuindo para a reflexão sobre qual o caminho a seguir pela Rede Social do Concelho de Peniche e, consequentemente, conduzindo os respetivos promotores e interlocutores a encontrarem soluções estratégicas exequíveis e articuladas para o desenvolvimento social do concelho, por forma a apaziguar desigualdades e precariedades, mas respeitando as identidades locais e as especificidades territoriais.

No concelho de Peniche essa intervenção é possível, contando para tal, com a experiência, empenho e sentido de cooperação das entidades que compõem a Rede Social local, fatores que constituem a principal ferramenta para a emergência e o desenvolvimento de boas práticas capazes de gerar dinâmicas sustentáveis de desenvolvimento social.

2. Metodologia

A metodologia implementada na elaboração do Diagnóstico Social procurou articular a intenção de produzir um retrato rigoroso e sustentado da realidade concelhia, com a intenção de suscitar a participação das organizações parceiras e de proporcionar um suporte informativo de referência estratégica para o planeamento.

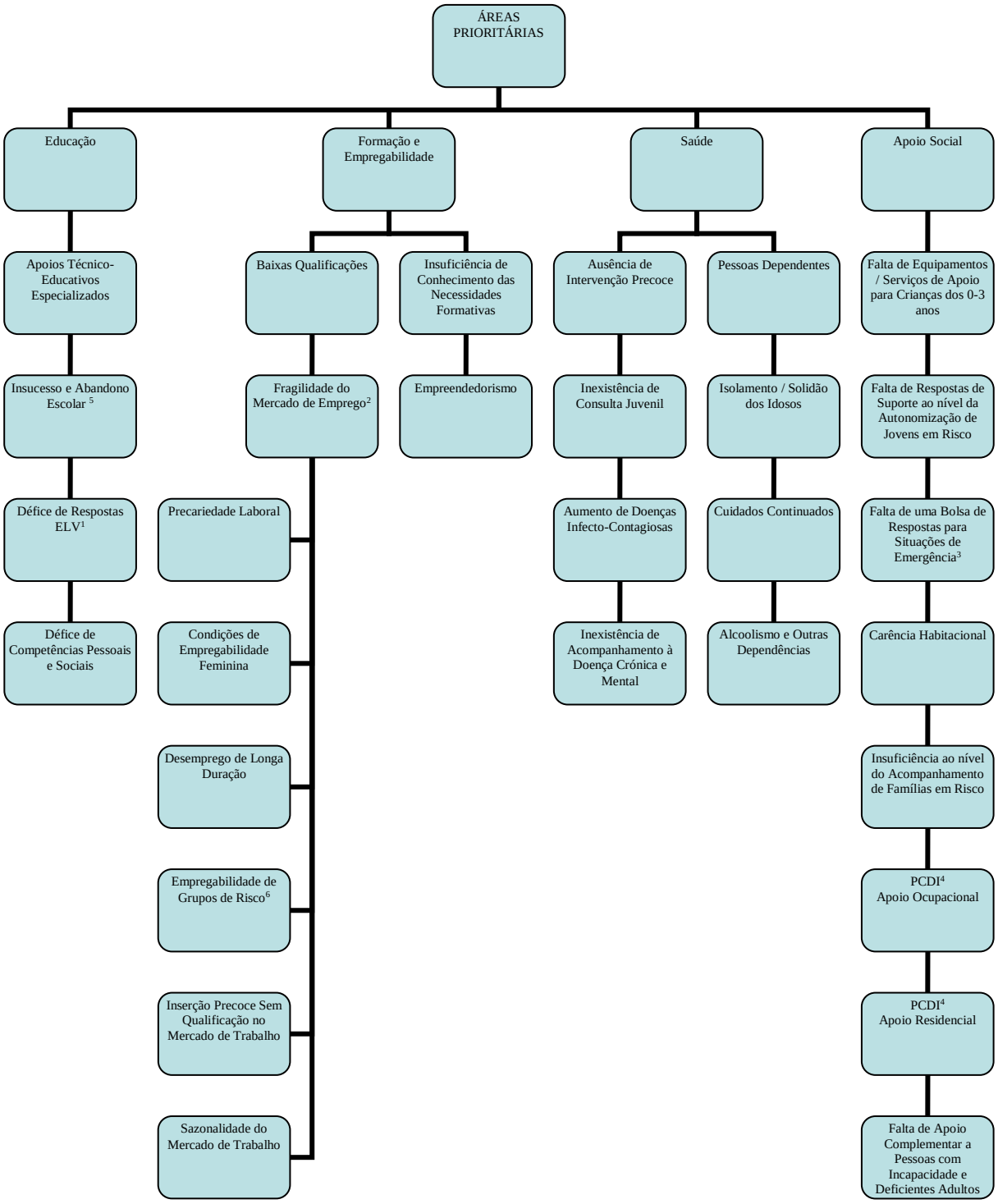
A partir desta orientação metodológica assumida, procurou-se que o presente documento pudesse proporcionar:

- Um diagnóstico resultante da reflexão e discussão conjunta dos parceiros locais, no qual se revejam e que abranja a diversidades de sensibilidades, dando conta da análise da realidade social do concelho, tal como ela se dá a conhecer (é compreendida) aos (pelos) diferentes parceiros sociais;
- Um diagnóstico que seja consentâneo com a diversidade e complexidade da realidade social;
- Um instrumento de planeamento que potencie a coerência e complementaridade com os instrumentos de planeamento e medidas locais, bem como com as políticas e estratégias nacionais;
- Um documento de utilidade estratégica para o planeamento da intervenção local e para a concertação interinstitucional, que seja mobilizador e orientador da ação individual e coletiva para a inclusão e o desenvolvimento social, bem como para a elaboração de projetos a enquadrar em programas e medidas de financiamento local, regional, nacional ou comunitário.

Foi intenção do Diagnóstico Social assim elaborado possibilitar a identificação e a clarificação de problemáticas, com base na multiplicidade de "olhares" dos que mais diretamente se relacionam com os problemas e numa abordagem sistémica e dialogante na condução de todo o processo, cruzando problemas, fragilidades, recursos e potencialidades.

Como ponto de partida estruturante da matriz do Diagnóstico, tomou-se por referência os resultados dos *Workshops* de reflexão, discussão e concertação, centrados em torno de duas grandes temáticas, a saber "Saúde e Ação Social" e "Educação, Emprego e Formação", nos quais foram envolvidas as entidades parceiras do CLAS. Decorreu daqui a identificação dos problemas prioritários a constar no Diagnóstico.

Diagrama para Identificação das Áreas Prioritárias



Notas: Diagrama ratificado na reunião plenária do CLAS de 17 de Abril de 2009

[1] ELV – Educação ao Longo da Vida.

[2] A fragilidade do mercado local de emprego é relacionada com as constantes flutuações sazonais que o caracterizam e também com as fragilidades associadas ao próprio tecido empresarial. Sendo um problema que é reconhecido, não deixa de remeter para a necessidade do seu aprofundamento, nomeadamente, quanto à identificação e compreensão das suas causas.

[3] Para dar reposta, por exemplo, aos sem-abrigo.

[4] PCDI – Pessoas com Deficiência e Incapacidade.

[5] Consultar dados do projeto Maré-Alta II sobre insucesso e abandono escolar.

[6] Nos designados "grupos de risco" incluem-se, por exemplo, ex-reclusos e toxicodependentes.

O presente diagnóstico resultou assim, sobretudo, de um processo indutivo, que teve início com o levantamento de problemas por parte de diferentes atores locais. Posteriormente, fez-se um levantamento e sistematização de dados e informações, provenientes dos parceiros e de fontes estatísticas oficiais, no sentido de aferir a dimensão e preponderância dos constrangimentos identificados.

O protocolo metodológico desdobrou-se entre métodos qualitativos, baseados no envolvimento e participação dos atores locais, e métodos quantitativos, que visaram completar e fundamentar a visão dos atores locais a partir da informação quantitativa necessária (e disponível) para objetivar as perceções recolhidas. Os instrumentos de recolha de informação foram os seguintes:

- *Workshops*, reuniões e *focus group* de reflexão e discussão temática, para recolha das perceções quanto a potencialidades, oportunidades, constrangimentos e debilidades locais e para aferição da informação quantitativa;
- Recolha, análise, tratamento e sistematização de informação quantitativa, obtida a partir das fontes nacionais oficiais (INE, IEFP, Pordata, Ministérios, entre outras);
- Recolha, análise, tratamento e sistematização de informação quantitativa e qualitativa constante em vários documentos locais.

Os instrumentos assim aplicados permitiram registar um conjunto alargado de informação sobre a realidade do concelho de Peniche, em matéria de intervenção social, de natureza diversa e oriunda de fontes também elas diversificadas, tentando garantir desta forma uma representação adequada das sensibilidades e posições em questão.

Se, por um lado, a pesquisa quantitativa teve por objetivo identificar e caracterizar toda a realidade do concelho de Peniche, no sentido de abranger as diferentes dimensões dos problemas aí existentes, por outro lado, a pesquisa qualitativa visou aprofundar a caracterização territorial, identificar potencialidades, recursos e vulnerabilidades, e definir prioridades.

Os dados estatísticos trabalhados procuraram refletir diversos setores do território de Peniche e foram selecionados considerando a sua pertinência do ponto de vista da compreensão da dinâmica social do concelho (território, "saúde e ação social" e "educação, emprego e formação"). Sempre que possível, procurou-se fazer comparações com outras abrangências territoriais (Região Oeste, Lisboa e Vale do Tejo, Portugal). Complementarmente à análise sincrónica, procurou-se introduzir uma perspetiva temporal na informação estatística

recolhida, de modo a apreender a evolução das variáveis. Embora focando a atenção nos dados mais recentes, houve a preocupação de tentar compreender o presente a partir das dinâmicas anteriormente criadas, recuando-se, quando pertinente e sempre que possível, à década de 2000, 90 ou de 80. Também quando possível desceu-se ao nível da freguesia, mas os dados disponíveis a este nível são mais escassos. Desta forma, procurou-se operar o cruzamento entre a perspetiva territorial e a perspetiva setorial. O maior ou menor número de fontes de informação a que foi possível recorrer, o maior ou menor número de dados disponíveis, conduziu a diferentes graus de aprofundamento dos temas identificados.

Os dados de natureza mais qualitativa recolhidos junto dos atores-chave visaram sobretudo chegar a elementos informativos não captáveis através das estatísticas oficiais, que se afiguram fundamentais para consolidar todo o planeamento estratégico a desenvolver.

Sendo certo que não existe uma solução única, nem a melhor solução, em processos reais desta natureza, esta abordagem metodológica, que cumpre com os requisitos e recomendações do Programa Rede Social, teve em linha de conta os constrangimentos de recursos disponíveis, e assenta numa perspetiva dinâmica e progressiva de aprofundamento do conhecimento sobre a realidade local.

De referir que a visão do Diagnóstico, para além de estar sistematicamente desatualizada por força da natureza dinâmica e não estática dos fenómenos sociais, é sempre uma visão parcelar. Aos problemas que ficam por abordar em resultado da circunscrição da análise imposta por opções de operacionalidade da pesquisa, juntam-se problemas relativamente aos quais não foi possível obter dados objetiváveis ou informação mais fina, condicionando a sua abordagem ou aprofundamento, mas que, apesar disso, não devem ser encarados como problemas menores ou de menor gravidade, devendo antes ser entendidos como questões a refletir e a aprofundar em discussões futuras, nomeadamente no âmbito da realização do Plano de Desenvolvimento Social.

3. Enquadramento Geral do Concelho de Peniche

Tendo o Oceano Atlântico a Poente, com o qual faz uma fronteira de 25 km, o concelho de Óbidos a Norte e a Leste, e o concelho da Lourinhã a Sul, o Município de Peniche caracteriza-se como um território maioritariamente continental, com uma vasta linha costeira e que abrange também o arquipélago das Berlengas. Desta forma, possui um território com 77,7 km^2 de área total, dos quais 74 km^2 dizem respeito à parte continental.

De um modo geral, considerando a paisagem territorial do concelho, é de destacar a grande extensão de área rural e a já referida ligação ao oceano e às suas praias, conferindo a este município características relacionadas com a agricultura[2], o lazer e o turismo, em que se destaca o turismo balnear e a crescente procura para a prática dos chamados desportos náuticos de deslize, sendo de referenciar ainda as pescas e indústrias correlacionadas com as atividades piscatórias.

Neste panorama mais geral é de referir Peniche como a cidade mais ocidental de Portugal continental e da Europa continental.

A par das características económicas referenciadas, o concelho de Peniche apresenta uma diversidade de recursos endógenos de relevância estratégica.

Desde logo, trata-se de uma comunidade extremamente rica em tradições e costumes que se foram enraizando. Possui um vasto e valioso património cultural (material e imaterial), mas também natural e ambiental.

Exemplo disso é a Reserva Natural das Berlengas, classificada como reserva da Biosfera pela UNESCO, bem como as várias praias galardoadas com “bandeira azul”, “praia acessível” ou “praia de ouro”.

É de referenciar o vasto e dinâmico tecido associativo concelhio, constituído por um universo à volta de 94 associações, para as quais se estima haver um total de 43898 associados (superior ao número de habitantes), que disponibilizam uma diversidade de oferta em serviços e bens.

São de destacar as rendas de bilros como uma arte tradicional a preservar enquanto fator de valorização cultural e económica.

[2] Em 2009, o Município apresentava uma superfície de explorações agrícolas de 2654 ha, dos quais 2.435 ha correspondiam à área agrícola utilizada (http://www.ine.pt).

Salienta-se igualmente o extenso património arqueológico constituído por vestígios subaquáticos, em resultado de séculos de naufrágios, e por vestígios de antepassados, nomeadamente romanos[3]; bem como, o património arquitetónico sobretudo de teor histórico-militar[4]; e, ainda, o vasto património religioso, constituído por Santuários, Igrejas, Capelas e Ermidas, em regra ligadas às devoções dos homens do mar e suas famílias[5].

Fenómeno mais recente e de importância mundial, o município de Peniche tem vindo a ser cada vez mais reconhecido como "A Capital da Onda", enquanto zona com excelentes condições naturais para a prática de desportos náuticos de deslize.

3.1. Estrutura Espacial do território Municipal

Espacialmente, o concelho de Peniche é parte integrante do Distrito de Leiria, que engloba 16 concelhos[6], e mais especificamente da Sub-região do Oeste (NUT III), com mais 12 concelhos[7]. Esta Sub-região faz parte, num círculo mais alargado, da Região Centro, que abrange 12 NUT's III[8].

Restringindo ainda mais a área de delimitação geográfica, verifica-se que o concelho de Peniche pode ser alvo de várias abordagens relativamente à sua estrutura espacial:

- O território de Peniche encontra-se dividido, administrativamente, em 4 freguesias[9]:
  - Peniche – freguesia que resultou do processo de fusão de freguesias operado em 2013 e que agrega as anteriores freguesias de Ajuda, Conceição e S. Pedro;
  - Atouguia da Baleia;

[3] Referimo-nos, por exemplo, aos vestígios dos fornos romanos encontrados em Peniche ou ao antigo complexo de olaria de produção de ânforas para transporte das conservas de pescado.
[4] É o caso da Muralha que envolve a cidade, da Fortaleza de Peniche e do Forte São João Baptista sedeado na ilha da Berlenga.
[5] Podem ser referenciadas as Igrejas de São Pedro, da Ajuda ou da Misericórdia, por exemplo.
[6] Os 16 concelhos do Distrito de Leiria são: Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós.
[7] Os 12 concelhos que compõem a NUT III, designada por Sub-Região do Oeste, são: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.
[8] A Região Centro integra as seguintes NUT III: Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Dão-Dafões, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Oeste e Médio Tejo.
[9] Há que ressalvar a condição de freguesia como a mais frequentemente utilizada na análise concelhia respeitante aos aglomerados urbanos e respetiva evolução.

- Ferrel;
- Serra D'El Rei.

▪ Tem 33 lugares censitários, uma cidade com 14.749 habitantes[10] e três vilas (Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D´El Rei).

▪ No quadro do Plano Director Municipal de Peniche, a estrutura espacial e relacional do Município ficou estabelecida pela divisão territorial em 5 setores: 1- Faixa costeira sul entre a EN 247 e o mar (compromisso entre exploração da terra e ocupação urbana); 2- Bacia interior do rio de S. Domingos, integrando todo o território entre a EN 114 e a EN 247 (características dominantemente rurais, cujo núcleo principal corresponde à localidade de Bufarda); 3- Zona das terras baixas, integrando a bacia terminal do rio de S. Domingos e a bacia do rio de Ferrel, território delimitado pela EN 114 a sul e pelo CM 1407 e pela EM 578 a norte (solos de elevado valor agrícola); 4- Área dominantemente florestal, delimitada a sul pelo CM 1407 e a norte pelo limite do concelho (marcado pela área florestal); e 5 – Península de Peniche / Cabo Carvoeiro (sistema natural, de suporte à cidade).

▪ Como principais sistemas urbanos e para-urbanos surgem as localidades de Atouguia da Baleia, Bufarda, Ferrel, Geraldes, Peniche e Serra D'El Rei.

A atual divisão do concelho em 4 freguesias decorre da reorganização administrativa e territorial do país, determinada pela Lei nº 22/2012, de 30 de maio. O território, anteriormente composto por 6 freguesias (Ajuda, Atouguia da Baleia, Conceição, Ferrel, São Pedro e Serra D´El Rei), passou a ter 4 freguesias, em resultado do processo de fusão das anteriores freguesias integrantes da cidade de Peniche (Ajuda, Conceição e S. Pedro) que deu lugar à atual freguesia de Peniche, mantendo-se as restantes 3 freguesias, designadamente, Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D´El Rei, sem que a superfície total do concelho tenha sofrido alteração (77,7 km^2).

3.2. Estrutura Sócio-Administrativa do território Municipal

O concelho de Peniche, em termos de inserção socio-administrativa, pertence ao Distrito de Leiria e encontra-se integrado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do

[10] Informação reportada ao Censo de 2011.

Centro (CCDRC) e na Comunidade Intermunicipal do Oeste – OesteCIM, que abrange os 12 concelhos da Região Oeste, os quais dependem administrativamente de diferentes distritos[11].

No quadro seguinte, é possível identificar, por áreas setoriais, as estruturas de vários serviços governamentais dos quais o território penichense depende administrativamente e que dá conta de um espectro de referenciação administrativa que denota uma significativa dispersão geográfica, consoante a dimensão temática.

[11] Metade dos concelhos depende administrativamente do Distrito de Leiria, como é o caso de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche. A outra metade depende do Distrito de Lisboa, designadamente Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Figura 1 - Estruturas e funcionamento de vários serviços governamentais

Áreas Sectoriais	Estruturas	Discriminação das Siglas
Formação Profissional e (Des)Emprego	IEFP / CE Oeste Norte, Caldas da Rainha	Instituto de Emprego e Formação Profissional / Centro de Emprego do Oeste Norte
Habitação	IHRU, Lisboa	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
Educação	DGEST / DSR-LVT, Lisboa	Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares / Direção de Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Segurança Social	ISS-CDSS, Leiria	Instituto de Segurança Social IP - Centro Distrital de Segurança Social de Leiria
Saúde – Cuidados de Saúde Primários	ARS-LVT, Lisboa /ACES Oeste Norte, Caldas da Rainha	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo / Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Norte
Saúde – Cuidados Hospitalares	ARS-LVT, Lisboa / CHO, Caldas da Rainha, Torres Vedras / Hospital de Peniche, Peniche	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo / Centro Hospitalar do Oeste / Hospital de Peniche
Saúde – Cuidados Continuados Integrados	ARS-LVT, Lisboa / RNCCI / ECR-LVT, Lisboa	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo / Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados / Equipa Coordenadora Regional – Lisboa e Vale do Tejo
Saúde – Comportamentos Aditivos e Dependências	ARS-LVT, Lisboa / DICAD, Lisboa	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo / Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências
Agricultura	DRAPLVT, Santarém / Delegação Regional do Oeste, Caldas da Rainha	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo / Delegação Regional do Oeste
Pescas	DRAPLVT, Santarém / Delegação Regional do Oeste, Caldas da Rainha	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo / Delegação Regional do Oeste
Justiça	PGDL, Lisboa / CJCR, Caldas da Rainha / CP, Peniche	Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa Distrito Judicial de Lisboa / Círculo Judicial de Caldas da Rainha / Comarca de Peniche
Desenvolvimento Regional (Desenvolvimento Regional, Ambiente, Ordenamento, Administração Local)	CCDRCentro, Coimbra	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Articulação Intermunicipal	OesteCIM, Caldas da Rainha	Comunidade Intermunicipal do Oeste

3.3. Retrato Sócio-Territorial do Concelho

Fazendo uma abordagem do concelho ao nível sócio-territorial, observa-se que, segundo os Censos de 2001, existiam em Peniche 27.316 habitantes, sendo que, considerando os resultados dos Censos para 2011, esse número verificou um ligeiro aumento, passando a registar-se no concelho 27.753 habitantes (+1,6%). Tendo em conta a evolução populacional desde 1981, verifica-se um crescimento gradual da população residente nas últimas três décadas, sendo de destacar a década de 90 como a mais impulsionadora deste movimento.

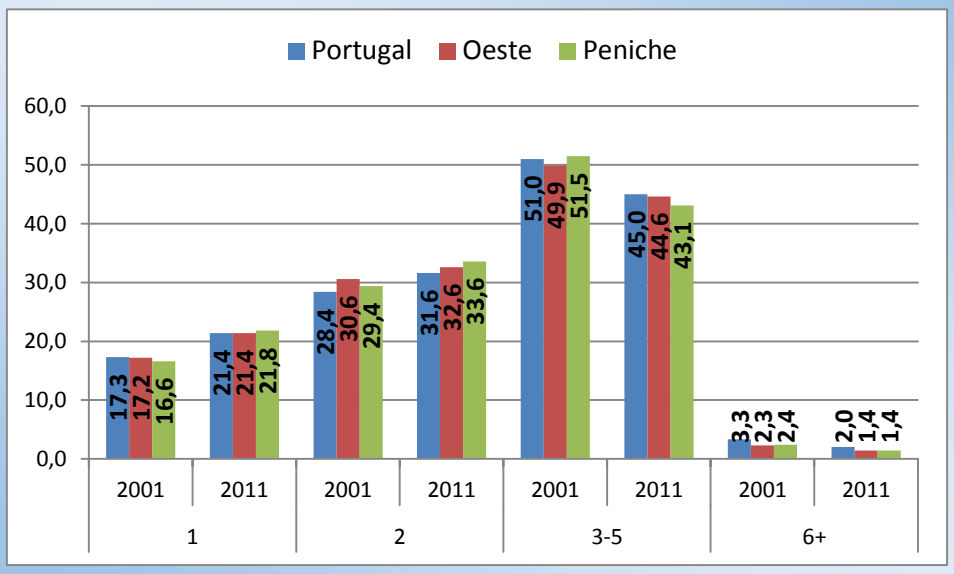
Figura 2 - Evolução da estrutura de género da população residente no concelho de Peniche (1981-2011)

Género	1981		1991		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
H	12749	49,7	12717	49,1	13378	49,0	13444	48,4
M	12878	50,3	13163	50,9	13938	51,0	14309	51,6
TOTAL	25627	100,0	25880	100,0	27316	100,0	27753	100,0

Fonte: INE, CD-ROM – O País em Números. Informação Estatística 1991-2001. Jorge Caleiras, *Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Leira, (s/d), p.3. – in* Diagnóstico Social, 2004; e INE, Censos de 2011 (http://www.ine.pt).

Quanto às famílias, em 2011 foram contabilizados no município de Peniche, no total, 10.971 agregados, mais 1.177 comparativamente a 2001, verificando-se assim um aumento do número de famílias na última década, na ordem dos 12,1%. Em termos da sua composição, continuam a predominar as famílias com 3 a 5 elementos (43,1%) e, a seguir, as constituídas por 2 elementos (33,6%). Não obstante, a evolução de 2001 para 2011 revela que estão a aumentar os agregados familiares menos numerosos, nomeadamente os que são compostos

Figura 3 - Evolução da proporção de famílias clássicas residentes no Concelho de Peniche por territórios, segundo a dimensão, entre 2001 e 2011 (%)



Fonte: *Site* do Pordata (http://www.pordata.pt).

Figura 4 - Evolução das famílias clássicas residentes no Concelho de Peniche segundo a dimensão, entre 2001 e 2011

	2001		2011	
	Nª	%	Nª	%
1	1.630	16,6	2.394	21,8
2	2.883	29,4	3.688	33,6
3-5	5.048	51,5	4.731	43,1
6+	233	2,4	158	1,4
Total	9.794	100,0	10.971	100,0

Fonte: *Site* do Pordata (http://www.pordata.pt).

por 2 membros e os unipessoais, os quais, no conjunto, passaram a representar mais de metade das famílias concelhias (55,4%) e, inversamente, houve uma diminuição dos agregados de maior dimensão, reproduzindo o Município de Peniche desta forma o mesmo padrão evolutivo do país e do Oeste.

Considerando a distribuição da população segundo o género, constata-se que, apesar de ambos os sexos estarem representados de forma equitativa, existem mais residentes do sexo feminino e esta diferença tem vindo a aumentar nos últimos trinta anos.

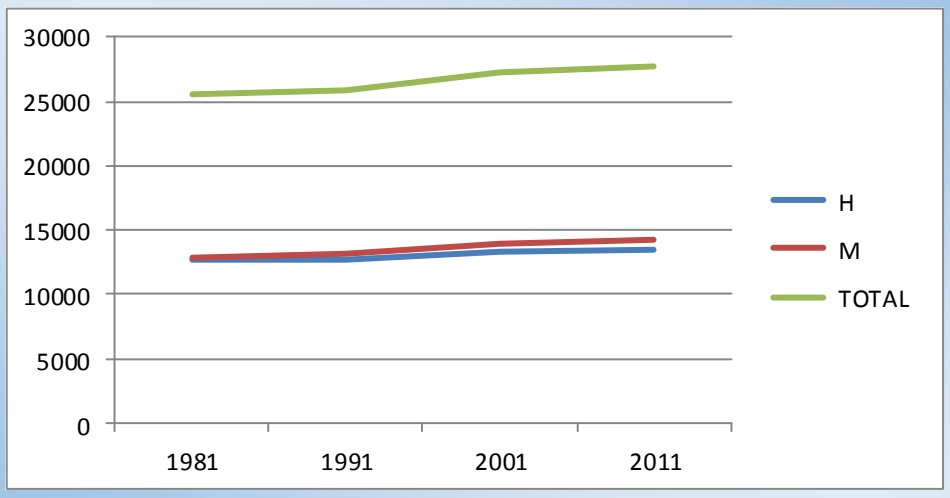
Figura 5 - Variação da estrutura de género da população residente no Concelho de Peniche (1981-2011)

Género	Variação Populacional					
	1981/ 1991	1991/ 2001	2001/ 2011	1981/ 2001	1981/ 2011	1991/ 2011
H	-0,3	5,2	0,5	4,9	5,5	5,7
M	2,2	5,9	2,7	8,2	11,1	8,7
TOTAL	1,0	5,5	1,6	6,6	8,3	7,2

Fonte: INE, CD-ROM – O País em Números. Informação Estatística 1991-2001. Jorge Caleiras, *Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Leira, (s/d), p.3. – in* Diagnóstico Social, 2004; e INE, Censos de 2011 (http://www.ine.pt).

Ao nível das freguesias, essa maior prevalência feminina reproduz-se e onde assume maior expressão é na freguesia de Peniche.

Figura 6 - Evolução da estrutura de género da população residente no Concelho de Peniche (1981-2011)



Fonte: INE, CD-ROM – O País em Números. Informação Estatística 1991-2001. Jorge Caleiras, *Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Leira, (s/d), p.3. – in* Diagnóstico Social, 2004; e INE, Censos de 2011 (http://www.ine.pt).

Figura 7 - Estrutura de género da população residente no concelho de Peniche por freguesias, em 2011

	H		M		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º
Peniche	7091	48,1	7658	51,9	14749
Atouguia da Baleia	4391	49,0	4563	51,0	8954
Ferrel	1283	48,4	1366	51,6	2649
Serra d´ El-Rei	686	49,0	715	51,0	1401
Concelho de Peniche	13451	48,5	14302	51,5	27753

Fonte: INE, Censos de 2011, dados provisórios (http://www.ine.pt).

Quanto à dimensão demográfica, em 2011, distingue-se Peniche como a freguesia mais populosa do concelho, com 14.749 habitantes, surgindo de seguida Atouguia da Baleia, com 8.954 habitantes; no polo oposto posiciona-se o território da Serra D'El Rei, com 1.401 habitantes.

Em termos evolutivos, entre 1991 e 2011 destacam-se as Freguesias de Ferrel e da Atouguia da Baleia, que assistiram a um aumento exponencial dos seus habitantes (+27,8% e +25,6%, respetivamente). Já a Freguesia de Serra D'El Rei registou um ligeiro crescimento. Por fim, saliente-se o decréscimo da população residente na Freguesia de Peniche. De um modo geral, pode dizer-se que que houve uma perda de residentes da Cidade de Peniche para as freguesias periféricas.

Figura 8 - Evolução da estrutura da população residente no concelho de Peniche segundo a freguesia de residência (1991-2011)

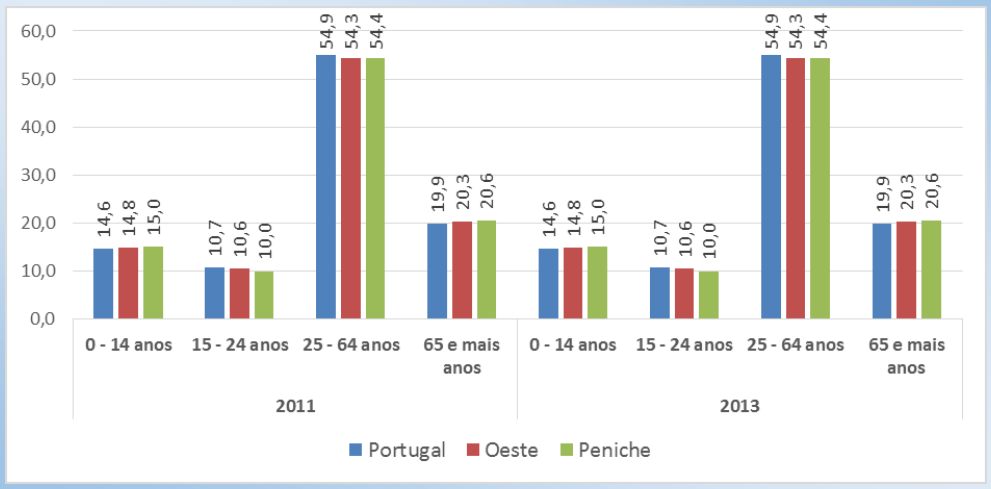
Freguesias	1991	2001	2011	Tx Var	Tx Var	Tx Var
	Nº			91-01 (%)	01-11 (%)	91-11 (%)
Peniche	15304	15595	14749	1,9	-5,4	-3,6
Atouguia da Baleia	7131	7988	8954	12	12,1	25,6
Serra D´El Rei	1373	1377	1401	0,3	1,7	2
Ferrel	2072	2356	2649	13,7	12,4	27,8
Concelho de Peniche	25880	27316	27753	5,5	1,6	7,2

Fonte: INE, Infoline, *in* Diagnóstico Social, 2004 e INE, Censos de 2011 (http://www.ine.pt).

Relativamente à distribuição etária, verifica-se para 2011 que a estrutura etária do concelho apresenta uma certa homologia relativamente à estrutura dos seus territórios de referência: o grupo preponderante é o dos 25 aos 64 anos, englobando mais de metade dos residentes (54,2%); segue-se-lhe o grupo dos idosos (com 65 ou mais anos), que representam $^{1}/_{5}$ dos habitantes; as crianças e os jovens são os grupos com menor representatividade, sendo a proporção da faixa etária dos 0 aos 14 anos de 14,8% e a da faixa dos 15 aos 24 anos de 10,3%. Refira-se que essa homologia estrutural se mantém em 2013.

De resto, também a composição etária das freguesias não destoa do padrão de estruturação concelhio, sendo as diferenças entre elas pouco significativas, podendo ainda assim distinguir-se no conjunto a Freguesia de Serra D´El Rei, pela prevalência mais expressiva de idosos e pela menor representatividade de jovens (15-24 anos).

Figura 9 - População residente por territórios segundo a estrutura etária, em 2011 e 2013 (%)



Fonte: INE, Censos de 2011 (http://www.ine.pt) e Anuário Estatístico da Região Centro, 2013.

Considerando a evolução no período intercensitário, entre 2001 e 2011, pode dizer-se que o aumento populacional no concelho de Peniche se deve ao crescimento de residentes com mais de 24 anos, em que sobressai o aumento expressivo do grupo etário dos idosos, que observou um acréscimo de mais 25,3% de indivíduos. O ritmo lento do crescimento observado explica-se pela perda de indivíduos nos escalões infantis e juvenis, sobretudo, no dos 15 aos 24 anos, que diminuiu em 29,1%, sendo de constatar que o concelho não está a conseguir compensar as saídas observadas ao nível da sua juventude.

Figura 10 - População residente no concelho de Peniche, por freguesia, segundo a estrutura etária, em 2011

	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Peniche	2072	14,0	1577	10,7	8035	54,5	3065	20,8	14749
Atouguia da Baleia	1435	16,0	908	10,1	4791	53,5	1820	20,3	8954
Ferrel	390	14,7	270	10,2	1462	55,2	527	19,9	2649
Serra d´ El-Rei	222	15,8	112	8,0	745	53,2	322	23,0	1401
Concelho de Peniche	4119	14,8	2867	10,3	15033	54,2	5734	20,7	27753

Fonte: INE, Censos de 2011, dados provisórios (http://www.ine.pt).

Numa análise segundo o género e a estrutura etária, constata-se que há uma diminuição do número de crianças, sobretudo do sexo feminino, e perdas significativas de jovens de ambos os sexos (mas mais homens); em sentido inverso, estão a aumentar os indivíduos em idade ativa acima dos 24 anos, de ambos os sexos (mais mulheres) e, de uma forma mais

expressiva, a população idosa, principalmente, do sexo feminino. De uma forma geral, observa-se que são as mulheres que mais contribuem para o aumento demográfico do concelho, principalmente as idosas, já que a evolução do número de homens, apesar de positiva, é praticamente estacionária.

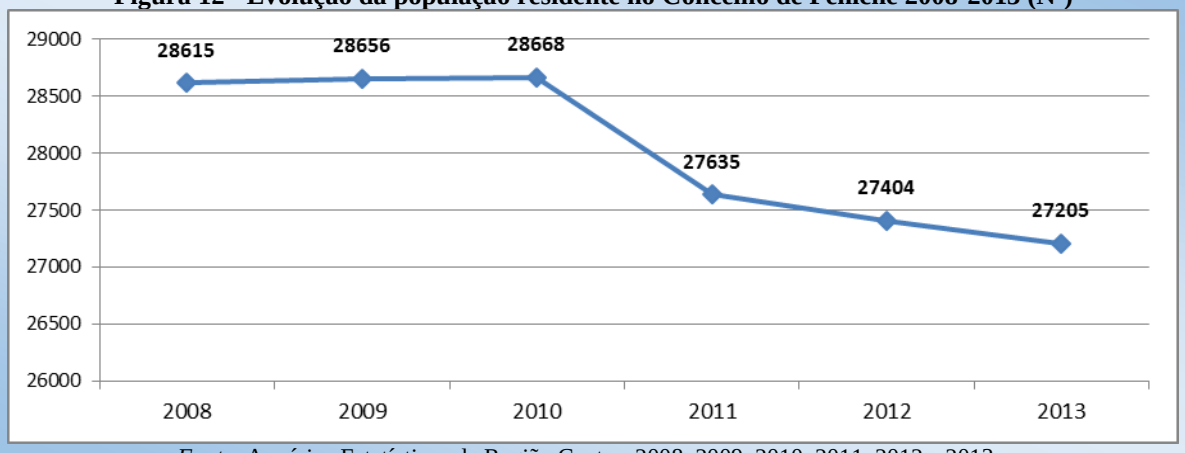
Figura 11 - População residente no concelho de Peniche segundo a estrutura etária e de género, em 2001 e 2011

	2001			2011			Variação 2001/11		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
0-14 anos	2179	2163	4342	2155	1964	4119	-1,1	-9,2	-5,1
15-24 anos	2075	1971	4046	1436	1431	2867	-30,8	-27,4	-29,1
25-64 anos	7053	7298	14351	7347	7686	15033	4,2	5,3	4,8
65 ou+ anos	2071	2506	4577	2513	3221	5734	21,3	28,5	25,3
TOTAL	13378	13938	27316	13451	14302	27753	0,5	2,6	1,6

Fonte: INE, CD-ROM – O País em Números. Informação Estatística 1991-2001, *in* Diagnóstico Social 2004; e INE, Censos de 2011 (http://www.ine.pt).

Se é verdade que a população residente no concelho de Peniche tem vindo a crescer nas últimas três décadas, considerando a evolução mais recente, isto é, no período entre 2008 e 2013, não se pode deixar de assinalar uma inversão dessa tendência expansionista a partir de 2010. Com efeito, depois da queda de 1.033 habitantes em 2011 e de 231 em 2012, em 2013 o número de habitantes do concelho foi estimado em 27.205, o que representou uma taxa de crescimento efetivo de -0,73%, ou seja, uma diminuição da população residente de 199 habitantes. A perda anual de habitantes desde 2010 (menos 1.463 habitantes) traduziu-se num decréscimo populacional nos últimos 3 anos de -5,1%.

Figura 12 - Evolução da população residente no Concelho de Peniche 2008-2013 (Nº)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Para a regressão demográfica de 2013 concorreram taxas negativas de crescimento natural de -0,38% (decorrente de um saldo natural negativo de -103 pessoas) e de crescimento migratório de -0,35%. Refira-se que esta é uma situação que espelha a própria dinâmica demográfica do país que, em 2013, verificou justamente quebras ao nível das taxas de crescimento efetivo (-0,57%), de crescimento natural (-0,23%) e de crescimento migratório (-0,35%). No conjunto dos territórios em análise, apenas o Oeste regista uma variação positiva em termos do crescimento migratório mas verifica, mesmo assim, igualmente valores negativos no que respeita ao crescimento efetivo e ao crescimento natural.

Figura 13 - Indicadores da população por territórios, em 2013 (%)

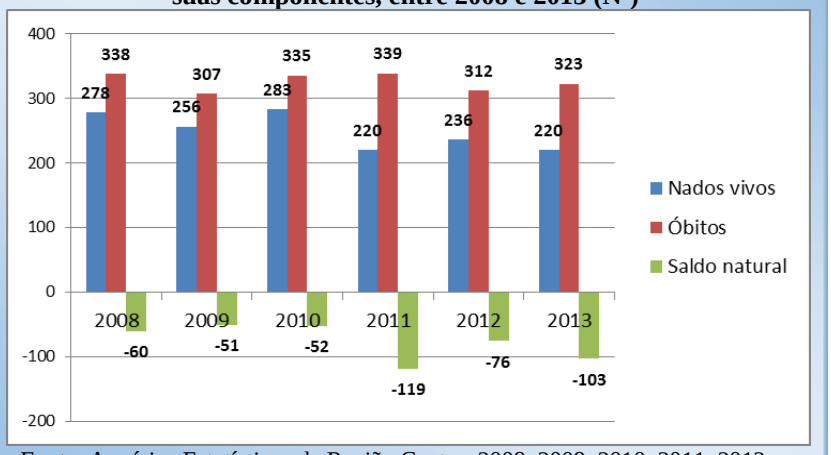
	Portugal	Oeste	Peniche
Taxa de crescimento efetivo	-0,57	-0,36	-0,73
Taxa de crescimento natural	-0,23	-0,40	-0,38
Taxa de crescimento migratório	-0,35	0,05	-0,35

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2013.

Conforme se pode observar, o concelho de Peniche mantém, pelo menos desde 2008, saldos naturais de valor negativo, sobretudo devido ao decréscimo do número de nados vivos.

Por sua vez, as estimativas de base impressionista sobre os movimentos migratórios a nível local, relativos aos anos mais recentes, apontam para um recrudescimento dos fluxos emigratórios e para quebras dos fluxos imigratórios, configurando, assim, o presumível regresso do concelho a saldos migratórios negativos, tal como, à partida, corrobora a taxa de crescimento migratório negativa verificada em 2013.

Figura 14 - Evolução do saldo natural no Concelho de Peniche e das suas componentes, entre 2008 e 2013 (Nº)



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Figura 15 - Densidade Populacional por territórios, entre 2001 e 2013

	Portugal	Oeste	Peniche
	Hab/Km²		
2001	112,4	156,5	351,5
2013	113,1	162,2	350,8

Fonte: INE, CD-ROM – *O País em Números. Informação Estatística 1991-2001, in Diagnóstico Social* 2004; e INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*, 2013.

Por outro lado, é ainda relevante destacar que o concelho apresenta, segundo dados de 2013, uma densidade populacional consideravelmente elevada, de aproximadamente 351 habitantes por Km^2 (sensivelmente menos 1 habitante que em

2001), bastante superior à da Região Oeste (162 Hab/Km^2) e à média nacional (113 Hab/Km^2).

Segundo os dados do Censo de 2011, é a Freguesia de Peniche que mais concorre para a elevada densidade demográfica do concelho, apresentando a densidade populacional mais elevada. Esta densidade faz com que, em termos de edificado, se verifique uma construção mais verticalizada. Contrariamente, as restantes freguesias, com densidades bastante inferiores, mas ainda assim com valores superiores à média nacional, observam um edificado mais horizontal, sobretudo Serra D'EL Rei que, em média, apresenta um alojamento por edifício.

Figura 16 - Densidade Populacional em 2011 e Evolução no concelho de Peniche do número de edifícios e de fogos habitacionais entre 2001 e 2011

Freguesias	Área	Habitantes	Dens. Popul.	2001		2011		Var. 2001/11	
				Edifícios	Fogos	Edifícios	Fogos	Edifícios	Fogos
	Km^2	Nº	Hab/Km^2	Nº				%	
Peniche	7,7	14749	1915,45	3717	7907	4437	9115	19,4	15,3
Atouguia da	47,6	8954	188,11	4181	5856	5127	7160	22,6	22,3
Ferrel	13,8	2649	191,96	1457	2192	2925	3991	100,8	82,1
Serra D'El Re	8,6	1401	162,91	788	818	897	939	13,8	14,8
Concelho	77,7	27753	357,18	10143	16773	13386	21205	32,0	26,4

Fonte: INE, Censos de 2011.

De referir ainda que de 2001 para 2011 verificou-se um aumento significativo em termos do edificado, que ronda uma variação global positiva de 32%. Este aumento é de maior preponderância em Ferrel, que viu a sua construção habitacional duplicar. O crescimento habitacional verificado não alterou a configuração do edificado, mantendo-se a tendência de prédios baixos, tendo-se no entanto verificado um decréscimo generalizado de habitantes por fogo.

Figura 17 - Relação entre a população residente, os edifícios e os alojamentos no concelho de Peniche entre 2001 e 2011

Freguesias	2001		2011		Diferença 2011-2001	
	Média hab/fogo	Média fogo/edif	Média hab/fogo	Média fogo/edif	Média hab/fogo	Média fogo/edif
Peniche	2,0	2,1	1,6	2,1	-0,4	0,0
Atouguia da Baleia	1,4	1,4	1,2	1,4	-0,2	0,0
Ferrel	1,1	1,5	0,7	1,4	-0,4	-0,1
Serra D'El Rei	1,7	1,0	1,5	1,0	-0,2	0,0
Concelho de Peniche	1,6	1,6	1,3	1,6	-0,3	0,0

Fonte: INE, Censos de 2011.

3.4. Síntese Global

De um modo geral, a paisagem territorial do concelho de Peniche caracteriza-se pela forte ligação ao mar e também ao campo, em torno da qual desenvolveu atributos ligados às pescas e indústrias correlacionadas, à agricultura, ao turismo, em particular ao turismo balnear e aos desportos náuticos de deslize.

Em termos demográficos, entre 1981 e 2011, verificou-se um crescimento do número de habitantes, que foi mais acentuado na década de 90, cifrando-se, de acordo com o último censo, em 27.753 habitantes.

Também o número de famílias aumentou na última década, numa evolução que revela uma expansão dos agregados compostos por 2 membros e dos unipessoais (que, em conjunto, representam mais de metade das famílias concelhias, exatamente 55,4%) e, inversamente, uma regressão dos agregados mais numerosos.

Quanto à distribuição populacional por freguesias, distingue-se a Freguesia de Peniche como a mais populosa, com 14.749 habitantes e, simultaneamente, como a única a registar perdas de habitantes no último período intercensitário (-3,6%). Ao invés, Ferrel e Atouguia da Baleia viram aumentar as suas populações de forma significativa (+27,8% e +25,6%, respetivamente).

Pode dizer-se que a expansão populacional do concelho verificada entre 2001 e 2011 está relacionada com o aumento do número de habitantes com idades acima dos 24 anos. Destaca-se, em particular, o crescimento da população idosa em mais 25,3%. Em paralelo, são de assinalar as quebras registadas ao nível do número de crianças e jovens, sobretudo na faixa etária dos 15 aos 24 anos (-29,1%), o que confirma a tendência de envelhecimento demográfico do concelho.

A evolução mais recente mostra uma inversão da tendência expansionista do concelho. Com efeito, de 2010 para 2013, houve uma perda de 1463 habitantes, ou seja um decréscimo populacional de -5,1%, que tem subjacente taxas negativas verificadas em 2013 de crescimento natural (de -0,38%) e de crescimento migratório (de -0,35%).

É ainda relevante destacar que o concelho de Peniche apresenta, segundo dados de 2013, uma densidade populacional consideravelmente elevada, de aproximadamente 351 habitantes por Km^2, bastante acima da média nacional (113 Hab/Km^2). A nível concelhio, sobressai a Freguesia de Peniche como a freguesia com a densidade demográfica mais acentuada (segundo dados referentes a 2011 – 1.915 Hab/Km^2).

Quanto ao edificado, observa-se que, entre 2001 e 2011, aumentou o número de edifícios em 32% (na Freguesia de Ferrel aumentou para o dobro), sendo de constatar que não se alterou a configuração do edificado, mantendo-se a tendência de prédios baixos, tendo-se verificado um decréscimo generalizado do número de habitantes por fogo.

Parte II - Saúde e Apoio Social

4. População Idosa

A velhice é uma etapa da vida inerente a qualquer ser humano, tomando esta um olhar mais amplo pelas características que o envelhecimento demográfico adquire. O envelhecimento da população é uma realidade e apresenta-se como um desafio social e económico de relevante importância.

4.1. População muito envelhecida: as respostas existentes são adequadas?

Atualmente assiste-se a um contexto de diminuição da natalidade, aliada a um aumento da esperança média de vida ou da longevidade dos indivíduos. Com efeito, e de acordo com os dados para 2012 (figura 19), o concelho de Peniche conta com um total de 5.515 indivíduos com 65 ou mais anos, apontando um índice de envelhecimento[12] de 134,3%, que suplanta os valores do país (131,1%) e do Oeste (132,7%). Quer dizer que, em 2012, para cada 100 crianças e jovens dos 0 aos 14 anos, existiam a nível concelhio 134 idosos – o que representa mais 3 idosos em relação à realidade nacional e mais 2 face à do Oeste.

Figura 19 - Distribuição da população residente com 65 e mais anos e índice de envelhecimento, por territórios, em 2012

Território	População idosa	Índice de Envelhecimento
	Nº	%
Portugal	2.020.126	131,1
Oeste	71.776	132,7
Peniche	5.515	134,3

Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

Figura 18 - Distribuição do índice de envelhecimento por territórios, em 2011

Território	Índice
Portugal	127,8
Oeste	132,6
Concelho de Peniche	138,4
Freg. de Peniche	147,9
Freg. Atouguia da Baleia	126,1
Freg. Serra d´ El-Rei	145,1
Freg. Ferrel	134,6

(Os dados da freguesia de Peniche resultam da junção dos dados das antigas freguesias da Ajuda, Conceição e São Pedro)

Numa análise por freguesias e considerando os dados dos Censos de 2011, constata-se que todas elas registam índices de envelhecimento acima da média do país (128,6%)[13], com exceção de Atouguia da Baleia, cujo valor está ainda assim próximo (126,8%). As freguesias de Peniche e da Serra D´El Rei são aquelas que se posicionam como as freguesias demograficamente mais envelhecidas do concelho. É ainda de assinalar o facto de se assistir,

[12] Os índices de envelhecimento resultam do seguinte cálculo: "População com mais de 65 anos"/"População até aos 14 anos"*100. Relativamente ao índice consideram-se as seguintes leituras: menos de 40 – População *Jovem*; entre 41 e 50 – População *Ligeiramente Envelhecida*; entre 51 e 100 – População *Tendencialmente Envelhecida*; e mais de 100 – População Muito Envelhecida.

na última década, à acentuação do envelhecimento demográfico na generalidade das freguesias de Peniche, com aumentos expressivos do índice de envelhecimento superiores a 19%[14]. A Serra D´El Rei é a única freguesia que regista uma queda do índice de envelhecimento, diminuindo 19 pontos percentuais.

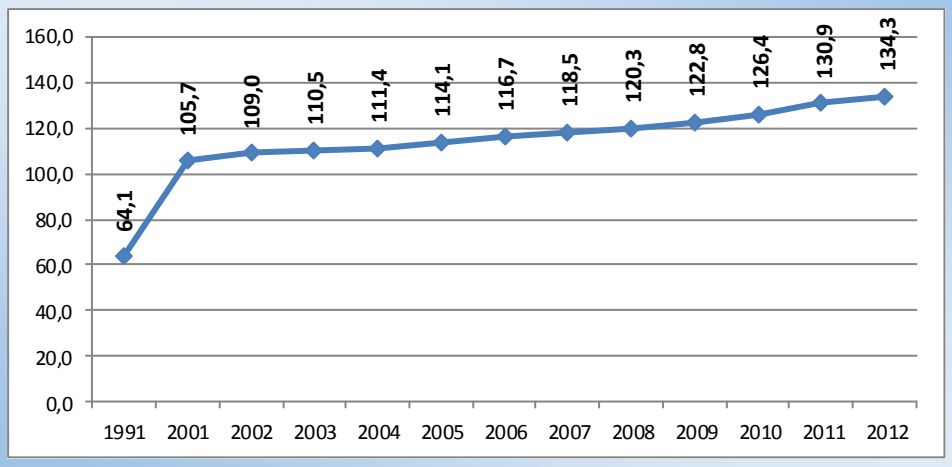
Figura 20 - Evolução do índice de envelhecimento no Concelho de Peniche por freguesias, entre 2001 e 2011

Território	2001	2011	Tx. Var. 2001/2011
	Nº		%
Peniche	114,8	147,9	28,8
Atouguia da Baleia	105,5	126,1	19,5
Ferrel	95,9	134,6	40,4
Serra D´El Rei	179,1	145,1	-19,0
Concelho de Peniche	105,4	138,4	31,3

(Os dados da freguesia de Peniche resultam da junção dos dados das antigas freguesias da Ajuda, Conceição e São Pedro)
Fonte: Censos de 2011 (http://www.ine.pt).

Com efeito, a evolução demográfica a que se assiste tem conduzido ao envelhecimento da população, sendo que, nas duas últimas décadas, a tendência encontrada para o concelho de Peniche tem sido de transição de uma população tendencialmente envelhecida para uma população muito envelhecida, conforme pode ser observado no gráfico seguinte.

Figura 21 - Evolução do Índice de envelhecimento no Concelho de Peniche, entre 1991 e 2012 (%)



Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

A nível concelhio, houve um aumento significativo do número de idosos entre 2001 e 2011, de 25,3%. Numa análise por freguesias, também se constata que aumentou em cada uma delas o número de idosos nesse período. A freguesia de Ferrel sobressai por ser aquela que registou o ritmo de crescimento mais elevado, na ordem dos 41,3%, destacando-se, de seguida as Freguesias de Atouguia da Baleia e de Peniche, com evoluções na ordem dos 27,5% e 24,6%,

[13] Segundo os dados dos Censos de 2011, o índice de envelhecimento de Portugal é de 128,6% e do Oeste, de 133,5% (http://ine.pt).
[14] De acordo com a percepção dos atores locais, acrescenta-se a estes dados o facto de se observar a fixação no Concelho de pessoas idosas e/ou em situação de aposentação.

Figura 22 - Evolução da população residente no Concelho de Peniche com 65 ou mais anos de idade, entre 2001 e 2011

Território	2001	2011	Tx Var 2001/11
	Nº	Nº	%
Freg. Peniche	2459	3065	24,6
Freg. Atouguia da Baleia	1428	1820	27,5
Freg. Ferrel	373	527	41,3
Freg. Serra d´ El-Rei	317	322	1,6
Concelho de Peniche	4577	5734	25,3

(Os dados da freguesia de Peniche resultam da junção dos dados das antigas freguesias da Ajuda, Conceição e São Pedro)
Fonte: INE, CD-ROM – O País em Números, *in* Diagnóstico Social, 2004 e INE, Censos de 2011 (http://ine.pt).

respetivamente. Já a Serra D´El Rei regista uma estabilização do nível de idosos ao apresentar uma evolução positiva de apenas 1,6%, mas não deixa por isso de se apresentar como uma das freguesias mais envelhecidas do concelho, conforme se viu.

Figura 23 - Evolução do índice de envelhecimento por territórios, entre 1991 e 2011 (%)

Território	1991	2001	2011	Tx. Var. 1991/2011	Tx. Var. 2001/2011
Peniche	64,1	105,4	139,2	117,2	32,1
Zona Oeste	81,7	112,6	133,5	63,4	18,6
Portugal	70,9	102,6	128,6	81,4	25,3

Fonte: INE, 2001, *in* Diagnóstico Social, 2004 e INE, Censos de 2011 (http://ine.pt).

Comparativamente com os outros territórios de referência, é de salientar que, em termos evolutivos, de 1991 a 2011, o concelho de Peniche registou uma tendência de envelhecimento muito mais acentuada, com uma taxa de variação positiva do índice de envelhecimento de 117,2%, quando em Portugal essa variação é de 81,4% e no Oeste, de 63,4%. Também entre 2001 e 2011, foi o território que denotou a maior progressão do envelhecimento (32,1% contra 25,3% em Portugal e 18,6% na Região Oeste).

O envelhecimento demográfico tem origem, por um lado, na maior longevidade dos indivíduos, ou seja, no aumento de esperança de vida e, por outro, no aumento da proporção das pessoas idosas relativamente à população total, sucedendo esse aumento em detrimento da população jovem, e/ou em detrimento da população em idade ativa. Assim, este fenómeno não se justifica apenas pelo aumento relativo das pessoas que atingem os 60 ou 65 anos, mas uma população envelhece sempre que se verifica uma redução da importância relativa de pessoas nas idades mais jovens. De acordo com esta realidade e tendo em conta que subjacente ao envelhecimento está o prolongamento da esperança de vida da população, assiste-se, igualmente, ao aumento do índice de longevidade, traduzido na relação entre a população de 75 e mais anos e a população de 65 e mais anos.

As figuras seguintes evidenciam a progressão do índice de longevidade no concelho que, entre 1991 e 2012, aumentou de 36,6% para 46,2%. Comparativamente com a Zona Oeste e

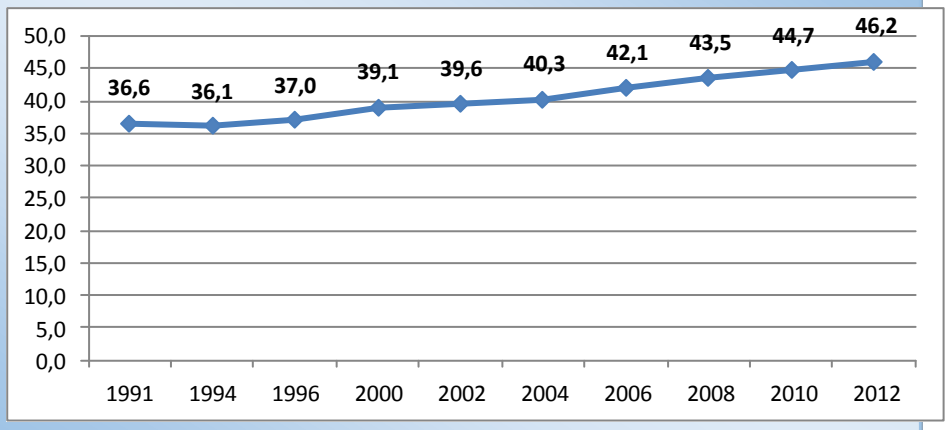
com Portugal, a tendência de crescimento apresenta-se semelhante, apesar dos valores se situarem ligeiramente abaixo destes territórios.

Figura 25 - Evolução do índice de longevidade, entre 1991 e 2012

Território	1991	2001	2012
Portugal	39,0	41,9	48,9
Zona Oeste	36,4	41,3	48,6
Peniche	36,6	39,2	46,2

Fonte: *Site* do INE (http://ine.pt).

Figura 24 - Evolução do índice de longevidade no Concelho de Peniche, entre 1991 e 2012 (Nº)



Fonte: INE (http://ine.pt).

Paralelamente, os índices de envelhecimento e de longevidade são acompanhados pelo aumento, segundo o INE, do número de idosos com 75 e mais anos, que de 1991 a 2011 passou de 1.264 a 2.561, mais 102,6% de indivíduos dentro desta faixa etária (figura seguinte). Salienta-se o facto da prevalência, ao longo do período em análise, de um maior número de mulheres, cuja esperança média de vida é maior. Refira-se ainda o crescimento galopante do número de indivíduos pertencentes à faixa etária mais elevada, ou seja, com 85 e mais anos, traduzido em mais 211,9% – valor este que se demarca dos apresentados para os restantes grupos etários.

Figura 26 - Evolução do número de idosos com 75 e mais anos de idade a residir no Concelho de Peniche, por grupo etário e sexo

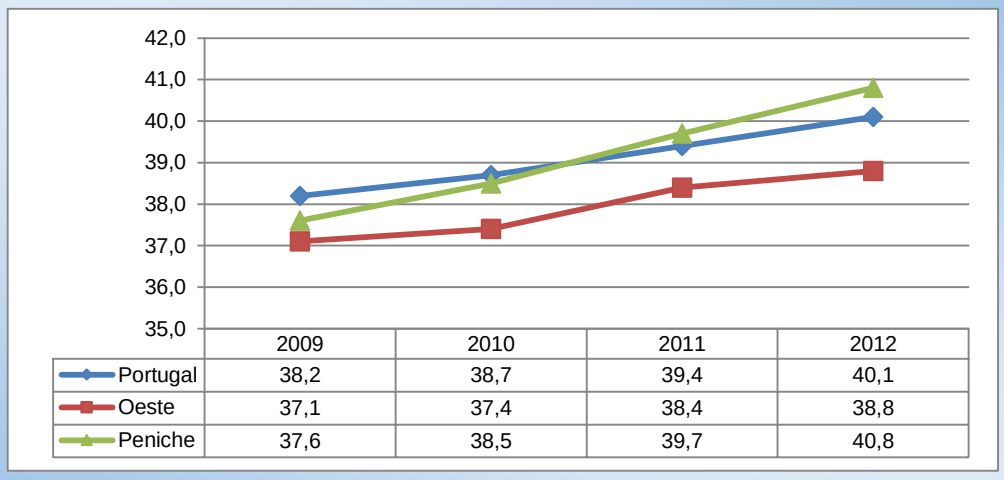
Grupo etário	1991			2001			2011			Tx. Var. 1991/2011
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
75-79	296	377	673	391	521	912	558	646	1204	**78,9**
80-84	159	256	415	215	308	523	291	517	808	**94,7**
> 85	54	122	176	118	214	332	189	360	549	**211,9**
Total	**509**	**755**	**1264**	**724**	**1043**	**1767**	**1038**	**1523**	**2561**	**102,6**

Fonte: *Site* do INE (http://ine.pt).

Na comparação com os territórios de referência, é significativo constatar que o Município de Peniche passou a ser, desde 2011, o território que apresenta a maior proporção de pensionistas no total da população com 15 e mais anos. Considerando em específico o peso dos indivíduos com pensões de velhice no conjunto da população em idade ativa por referência a 2012, Peniche é, ainda, o território que apresenta a percentagem mais elevada. Esta é uma situação

que requer obviamente a atenção das entidades oficiais no sentido de equacionar e salvaguardar, em última instância, a própria sustentabilidade do sistema de proteção social na velhice.

Figura 27 - Evolução da proporção de pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos, por territórios, 2009-2012 (%)



	2009	2010	2011	2012
Portugal	38,2	38,7	39,4	40,1
Oeste	37,1	37,4	38,4	38,8
Peniche	37,6	38,5	39,7	40,8

Fonte: *Site* do Pordata (http://www.pordata.pt).
Nota: os dados para os Pensionistas da Segurança Social englobam pensões de sobrevivência, de invalidez e de velhice.

Figura 28 - Proporção de pensionistas da Segurança Social com pensão de velhice no total da população residente em idade ativa (15-64 anos), por territórios, em 2012

Território	Pop em idade ativa (15-64 anos)	Pensionistas da Seg. Soc. c/ pensão de velhice	Proporção de pensionistas da Seg. Soc. c/ pensão de velhice no conjunto da pop em idade ativa
	Nº	Nº	%
Portugal	6.904.482	2.010.948	29,1%
Oeste	234.784	71.674	30,5%
Peniche	17.715	5.793	32,7%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2012.

De acordo com esta realidade e resultante da mesma, o índice de dependência de idosos para o concelho (relação entre a população idosa e a população em idade ativa), aumentou de 19,6%[15] (1991) e 24,7%[16] (2001) para 31,8% (2011). Apesar da evolução apontada, o índice de

Figura 29 - Densidade de população residente com 65 e mais anos e índice de dependência de idosos, por territórios

Território	Densidade de população idosa (2012)	Índice de dependência (2011)
	Hab/Km²	%
Portugal	21,9	28,8
Oeste	32,3	31,1
Peniche	71,1	31,8

Fonte: *Site* do INE (http://www.ine.pt).

[15] Censos de 1991 (http://ine.pt).
[16] Censos de 2001 (http://ine.pt).

dependência mantém-se ligeiramente inferior aos apresentados para o Oeste e Portugal. A figura 29 permite ainda verificar que, segundo dados de 2011, Peniche apresenta uma densidade de habitantes idosos por Km^2 bastante superior à calculada para os restantes territórios (71,1 habitantes idosos por Km^2, contra 21,9 em Portugal e 32,3 no Oeste).

4.2. Respostas existentes no concelho de Peniche

De um modo global, o fenómeno do envelhecimento populacional é resultante dos progressos da ciência e, em particular, da medicina, que induziram efeitos positivos na melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população. É também, em parte, o reflexo dos progressos nos sistemas públicos de proteção social, que permitiram, nomeadamente, uma melhor adequação na redistribuição da "riqueza inter-geracional" e uma melhor cobertura na prestação de serviços às pessoas dependentes. Em contraponto, as progressivas alterações sentidas ao nível das estruturas familiares, ou seja, a passagem de um modelo de família alargada para nuclear, tem condicionado as redes familiares de apoio, aumentando, por isso, o risco de situações de isolamento, condição que ainda vai sendo atenuada pela prestação de cuidados através das redes informais, ancorados na família, na vizinhança ou nos amigos. A rede formal, apoiada, essencialmente, nos apoios públicos/privados, pecuniários, desenvolvidos através das respostas da Rede de Serviços e Equipamentos (SER) e da Rede nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), tem fortalecido não só a capacidade instalada, como os meios físicos, técnicos e humanos de apoio necessários à satisfação das necessidades dos idosos.

De acordo com a realidade do concelho de Peniche e tendo em conta as dinâmicas próprias de cada idoso e considerando a velhice como uma etapa de grandes fragilidades e vulnerabilidades físicas, psicológicas e sociais, estas desencadeiam situações de isolamento e solidão. Importa, no entanto, perceber que estes dois conceitos não são sinónimos, porém, um pode exercer uma ação significativa sobre o outro. Segundo Guillemard, citada por P. Pitaud (2004: 129), o isolamento significa estar "separado de todas as coisas como uma ilha da terra", sendo um fenómeno mensurável, remetido a uma situação concreta. A solidão remete-se a uma experiência que pode ser vivida numa situação de isolamento, sendo remetida a uma experiência subjetiva. Isto significa que a solidão é um sentimento e o isolamento uma situação experimentada por um indivíduo num determinado momento da sua vida (P. Pitaud, 2004: 130). As pessoas idosas sentem-se isoladas, ou sentem solidão ou são confrontadas com

as duas situações, não pela idade que têm, mas porque os seus percursos de vida, e todo um conjunto de situações, na grande maioria sociais, os expõem a essas experiências.

Um indicador de exposição ao risco de isolamento a ter em conta tem a ver com a proporção de famílias unipessoais com 65 ou mais anos no universo populacional. Quanto a este indicador, o concelho de Peniche apresentará um risco mais elevado comparativamente com o país ou a Região Oeste, em função da maior proporção de famílias compostas por um único membro com 65 ou mais anos. Ao nível de freguesias, é Peniche a freguesia que apresenta a maior exposição a situações de isolamento, cerca de $^{1}/_{3}$ das famílias unipessoais são constituídas por pessoas com idade superior a 65 anos.

Figura 30 - Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade por território de residência (% à data dos Censos 2011)

Território	Famílias Unipessoais >65 (%)
Portugal	10,06
Oeste	10,90
Concelho de Peniche	11,45
Freg. Peniche	32,64
Freg. Atouguia da Baleia	10,04
Freg. Ferrel	12,08
Freg. Serra d´ El-Rei	14,36

(Os dados da freguesia de Peniche resultam da junção dos dados das antigas freguesias da Ajuda, Conceição e São Pedro)
Fonte: Censos de 2011 (http://www.ine.pt).

No sentido de promover a autonomia, bem como assegurar um conjunto de serviços e cuidados multidisciplinares, combatendo as situações atrás descritas, tem sido implementado, progressivamente, um conjunto de serviços e equipamentos sociais de suporte. No concelho de Peniche, a primeira resposta social implementada foi o Lar de Santa Maria, com início de funcionamento em 1972, surgindo mais tarde os primeiros Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), cuja filosofia de base dá primazia à manutenção do idoso no seu domicílio o maior tempo possível, pois este serviço defende que é no seu espaço, na sua casa que o indivíduo encontra as representações de toda uma existência, as memórias, os objetos, os lugares de pertença.

Quanto às taxas de utilização dos equipamentos de apoio social a idosos a nível concelhio, as diferentes valências denotam um nível elevado de procura, sendo a estrutura residencial para pessoas idosas a que regista a taxa de utilização mais elevada (98,5%).

Figura 31 - Taxa de utilização dos equipamentos sociais de apoio a idosos no Concelho de Peniche, segundo a valência (2015)

Equipamento Sociais	%
Estrutura Residencial para Pessoas idosas	98,5
Serviço de Apoio ao Domicílio	90,4
Centro de Convívio	88,9
Centro de Dia	88,9

Fonte: Carta Social (http://cartasocial.pt – Consulta em 01-07-2015).

É contudo de salientar que a capacidade instalada de respostas sociais no concelho irá aumentar com:

- A entrada em funcionamento em 2015 da estrutura residencial para pessoas idosas implementada pela Associação para Centro de Dia de Serra D´El Rei;
- O funcionamento da Rede local de Centros de Convívio;
- A abertura da estrutura residencial para pessoas idosas implementada pelo Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche;
- O reforço e a ampliação de valências de apoio a idosos por parte da Santa Casa da Misericórdia de Peniche.

Figura 32 - Distribuição de utentes por Instituições do concelho de Peniche segundo a resposta social, em 2015.

Entidade	Natureza Jurídica	Freguesia	Estrut. Residencial		Centro Convívio		Centro de Dia		Serv. Ap. Domicíl.		Total Utentes
			Capacid.	Utentes	Capacid.	Utentes	Capacid.	Utentes	Capacid.	Utentes	
Acompanha-CRL	CSS	Peniche							42	27	27
Centro Solidariedade e Cultura de Peniche	CSP		72	72							72
Câmara Municipal de Peniche	A				30	30					30
Santa Casa da Misericórdia de Peniche	IM								56	56	56
		Sub-Total	72	72	30	30	0	0	98	83	185
Associação do Centro de Dia de Serra D´El Rei	ASS	Serra D´El Rei					30	32	42	35	67
Associação de Solidariedade Social de Ferrel	ASS	Ferrel	25	25	15	10	25	22	42	37	94
Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Atouguia da Baleia	CSP	Atouguia da Baleia							56	56	56
Centro Social da Bufarda	ASS						30	30	42	42	72
Residência Geriátrica Nossa Senhora da Esperança	EL		20	20							20
Casa de Repouso da Barragem	EL		14	12							12
		Sub-Total	59	57	15	10	85	84	182	170	321
		TOTAL	131	129	45	40	85	84	280	253	506

Fonte: Carta Social (http://cartasocial.pt – Consulta em 01-07-2015).
Nota: A informação da Carta Social não inclui os dados relativos à estrutura residencial para pessoas idosas da Associação para Centro de Dia de Serra D´El Rei que foi inaugurada este ano.

Considerando o total de indivíduos com 65 ou mais anos no concelho de Peniche para 2012, verifica-se que o número de idosos integrados em respostas sociais do concelho representa 9,2% desta faixa etária e 240 encontram-se em lista de espera para lar – é de considerar que este universo em lista de espera pode conter sobreposições, para além de pessoas inscritas

provenientes de outros concelhos. A taxa de cobertura média das principais respostas para este grupo alvo está assim abaixo da verificada a nível nacional (12,2%)[17].

Figura 34 - Indicadores relativos à resposta social Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) no Concelho de Peniche, em 2013

Entidade	Capacidade (Nº)	Utentes (Nº)	Tx utilização (%)	Lista de espera (Nº)
Centro Solidariedade e Cultura de Peniche	72	72	100,0	55
Associação de Solidariedade Social de Ferrel	25	25	100,0	185
Total	97	97	100,0	240

Fonte: Carta Social 2013 (http://cartasocial.pt) e recolha direta.

É contudo evidente que o investimento público feito na última década contribuiu para alargar muito a rede de equipamentos e serviços sociais, o que tem permitido aumentar os níveis de proteção social aos idosos. Apesar da evolução positiva da taxa de cobertura e do importante crescimento do número de lugares para as diferentes respostas, é preciso salientar que esta evolução não acompanha o aumento crescente do peso da população idosa do concelho de

Figura 33 - Organizações que constituem o Grupo de Trabalho "Pessoas Idosas, Envelhecimento e Intergeracionalidade"

Organizações	
• Acompanha	• Escola Secundária de Peniche
• Associação para Centro de Dia de Serra D´El Rei	• Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche
• Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche	• GNR - Guarda Nacional Republicana
• Associação Joias de Ferrel	• Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia
• Associação "Mão Amiga"	• Junta de Freguesia da Peniche
• Associação de Solidariedade Social de Ferrel	• Junta de Freguesia de Ferrel
• Câmara Municipal de Peniche	• Junta de Freguesia de Serra D´El Rei
• Casa de Repouso da Barragem	• Lar Familiar Nossa Senhora da Esperança
• Centro de Convívio D.ª Inês de Castro da Coimbrã	• Núcleo Local da APRE – Associação dos Aposentados, Pensionistas e Reformados
• Centro de Convívio de São Leonardo de Atouguia da Baleia	• PSP - Polícia de Segurança Pública
• Centro Distrital de Segurança Social de Leiria – Serviço de Peniche	• Santa Casa da Misericórdia de Peniche
• Centro Paroquial Bem-estar Social de Atouguia da Baleia	• Unidade de Cuidados na Comunidade de Peniche do ACES/ON
• Centro Social da Bufarda	• Universidade Sénior de Peniche
• Centro Solidariedade e Cultura de Peniche	

Fonte: Câmara Municipal de Peniche

Peniche. Além disso, sabendo-se que Peniche é um concelho muito envelhecido e com tendência para manter/aumentar este cenário, importa também criar respostas sustentáveis que permitam oferecer a esta população, que entrou numa fase de maior fragilidade física (e

[17] Carta Social - Relatório 2012 (http://cartasocial.pt).

psicológica), cada vez mais dependente do apoio de terceiros, um envelhecimento digno que promova a continuidade, o mais prolongada possível, da sua qualidade de vida.

Para além do investimento público, o Município de Peniche juntamente com diversas entidades parceiras de áreas distintas, tais como, IPSS, forças de segurança, saúde, educação e autarquias locais, têm vindo a desenvolver um conjunto de estratégias que pretendem promover a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população idosa residente no concelho. Com base no trabalho colaborativo, desde 2008, foram realizadas um conjunto de ações, tais como, a implementação do "Plano de Promoção de Cidadania Sénior"; a integração, em 2010, do Município de Peniche na parceria das "Cidades Amigas dos Idosos"; e, em 2012, no âmbito da Rede Social, a constituição do grupo de trabalho "Pessoas Idosas, Envelhecimento E Intergeracionalidade"[18], cuja ação gerou a criação do Plano Gerontológico 2013-2017.

O Plano Gerontológico é o resultado de um projeto de investigação-ação desenvolvido com o objetivo de definir direções estratégicas de envelhecimento ativo e saudável com base nas especificidades do concelho de Peniche. Este Plano constitui-se enquanto um instrumento de planeamento estratégico e tem por base a seguinte visão: "O concelho de Peniche constituir-se-á numa comunidade onde as pessoas idosas se sentem incluídas, valorizadas e respeitadas pelos contributos que deram, estão e virão a dar à sociedade. As pessoas idosas do concelho de Peniche vivem em ambientes seguros, gozam da melhor saúde possível e possuem a oportunidade de aceder a trabalho remunerado ou voluntário, assim como a atividades sociais e culturais da sua preferência" (Plano Gerontológico). De modo a operacionalizar esta visão, foram definidas estratégias de intervenção, objetivos gerais e operacionais e medidas que culminam na edificação de um plano anual com diversas ações, que deverão ser executadas conjuntamente pelas entidades presentes na Rede Social. Passa-se a elencar as quatro estratégias de intervenção e os respetivos objetivos gerais:

Eixo estratégico 1 - Promover a inserção social das pessoas idosas:

a. Melhorar a imagem social das pessoas idosas do concelho, superando estereótipos tradicionais vinculados ao envelhecimento, fomentando a difusão e a proteção de valores positivos associados a esta etapa da vida.

[18] Este grupo de trabalho, constituido por 28 parceiros socias que contactam diretamente com esta realidade, tem por missão desenvolver condições para uma intervenção interinstitucional concertada que seja orientada para a promoção do envelhecimento ativo e saudável e promoção dos direitos da pessoa idosa. Entre os objetivos definidos destacam-se os seguintes: sensibilizar a comunidade em geral e as famílias em particular para a importância do papel e do lugar das pessoas idosas no atual contexto social e para os problemas que os afetam;

b. Assumir a proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas do concelho no âmbito da Constituição da República Portuguesa e das recomendações das Organizações Internacionais.

Eixo estratégico 2 - Contribuir para um envelhecimento ativo e saudável:

a. Contribuir para a autonomia das pessoas idosas baseando-nos nos princípios do envelhecimento ativo e saudável divulgados pela União Europeia.
b. Promover a participação ativa dos idosos na vida do concelho, partindo das suas experiências e conhecimentos pessoais e profissionais.

Eixo estratégico 3 - Apoiar a prestação de cuidados e serviços com eficácia e qualidade

a. Contribuir para a utilização de serviços de saúde e para a adesão terapêutica entre idosos do concelho.
b. Apoiar os cuidadores informais de idosos em situação de dependência e as pessoas que envelhecem em suas casas.
c. Aumentar a diversidade e a qualidade das respostas sociais existentes no concelho, tendo em atenção as necessidades atuais e futuras da população que irá envelhecendo.
d. Contribuir para o incremento de competências profissionais de todos os técnicos da área social e da saúde para atenderem às exigências de uma população progressivamente envelhecida.

Eixo estratégico 4 - Promover a colaboração interdepartamental em torno do envelhecimento saudável e ativo no concelho de Peniche

a. Promover a cooperação interdepartamental na autarquia visando o cumprimento do plano gerontológico
b. Promover a colaboração com entidades nacionais e internacionais visando o envelhecimento ativo e saudável da população do concelho.
c. Promover a difusão do plano gerontológico para que se consiga obter o seu impacto e se promova a participação e implicação da sociedade civil.

Com base nos eixos estratégicos, foi criado um Plano de Promoção da Cidadania Sénior que, anualmente, integra ações direcionadas diretamente aos idosos, como a técnicos, animadores, cuidadores formais e informais. As ações a desenvolver com os munícipes mais velhos do

---

constituir-se como um Forúm de discussão e reflexão sobre as questões da população idosa e do envelhecimento, e promover a dinamização de parcerias ativas entre pares.

Concelho, concebem diversas vertentes, das quais se destacam a saúde, o desporto, a cultura, o lazer e as artes.

No que diz respeito aos cuidadores formais a prestação de cuidados tem ganho uma importância fundamental, nomeadamente porque a enorme heterogeneidade verificada entre os idosos suscita a necessidade de adequação dos tipos de cuidados mais comuns, praticados junto desta população, e de modo que os cuidadores sejam capazes de satisfazer as exigências também elas cada vez mais diversificadas (Paúl & Fonseca, 2005). Assim, foi implementado um programa de formação dirigido a cuidadores formais. Numa primeira fase, e enquanto Programa de Educação para a Saúde, a Formação procurou fomentar a adoção de estilos de vida saudáveis, prevenir comportamentos de risco e promover o debate e a participação dos cuidadores. A implementação deste programa de formação sustenta-se na colaboração dos parceiros, ao nível da identificação das necessidades mais prementes, bem como através da disponibilização de recursos humanos e técnicos.

A criação da Comissão de Acompanhamento a Idosos do concelho de Peniche (CAIP) é uma das ações resultantes da implementação do Plano. O Grupo de Trabalho "Pessoas Idosas, Envelhecimento e Intergeracionalidade" constituiu a CAIP e é responsável pela sua dinamização, através da criação de uma equipa de trabalho multidisciplinar, que procederá à identificação, avaliação, encaminhamento e resolução de situações em que coloquem em causa a segurança, saúde, higiene e dignidade dos idosos.

A CAIP é constituída por uma equipa de trabalho multidisciplinar, composta por seis entidades locais, designadamente, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, a Câmara Municipal, o Centro Distrital de Segurança Social de Leiria – Serviço de Peniche, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Unidade de Cuidados na Comunidade de Peniche – ACES Oeste Norte, procederá à identificação, avaliação, encaminhamento e resolução de situações que coloquem em causa a segurança, saúde, higiene e dignidade dos idosos. Para além destas entidades, foi do entendimento do Grupo de Trabalho a pertinência, desta Comissão, estabelecer articulação com o Ministério Público na operacionalização das suas funções, sobretudo, se a situação em causa for passível de configurar a prática de um ilícito do foro criminal, bem como com a Unidade Local de Saúde Pública.

4.3. Síntese geral

De uma forma geral, o envelhecimento da população é atualmente um fenómeno preocupante nos países da União Europeia. Portugal também apresenta esta tendência e as suas principais causas são o aumento da longevidade e a diminuição da natalidade que não está a assegurar a renovação das gerações. No concelho de Peniche o número de idosos ultrapassa o de crianças, para cada 100 crianças existem 134,3 idosos. Em 2011, comparativamente com à realidade nacional (131,1%) e regional (Oeste) (132,7%), Peniche apresenta um índice de envelhecimento com valores ligeiramente superiores (134,3%), registando um aumento de 31,3% em relação aos Censos de 2001. No que se refere ao aumento da esperança de vida, entre 1991 e 2011, o número de pessoas com 75 e mais anos duplicou, de 1.264 a 2.561, sendo significativa a prevalência de indivíduos do sexo feminino.

Estes dados são preocupantes porque demonstram uma inversão da pirâmide demográfica, o que terá como consequências a diminuição do número de população ativa; o aumento das despesas de saúde; a diminuição da produtividade; aumento das despesas com a Segurança Social e o aumento do pagamento de reformas, colocando em risco a sustentabilidade do sistema de segurança social. Sendo também necessário acautelar outros gastos com a assistência, nomeadamente, alojamentos adaptados à diminuição das suas capacidades, promoção de um envelhecimento ativo, ajudas familiares e apoio social necessário, de modo a contornar a vulnerabilidade e prevenir o aparecimento de situações de abandono e, até, de maus tratos.

A intervenção a desenvolver deve centrar-se quer nos idosos, quer naqueles que mais de perto lidam com a problemática da perda de faculdades motivada pelo avanço natural da idade, apostando, mais do que em respostas físicas ou materiais, em atividades de prevenção, e aqui a prevenção deve ser alargada à população a partir dos 50 anos, em geral, e a grupos de risco, em particular, combatendo o sedentarismo, as más práticas alimentares e hábitos que, indubitavelmente, levam a um envelhecimento mais fragilizado. Para tal é necessário aprofundar a caracterização da população com idade superior a 50 anos a residir no concelho, fazer o levantamento das situações de vulnerabilidade e comparar os serviços disponibilizados com as necessidades existentes no concelho.

Torna-se, obviamente, de crucial importância prevenir a doença e promover a autonomia das pessoas ao longo dos anos. Para isso é essencial fazer alinhar medidas que contribuam para

um envelhecimento ativo, tal como foi definido pela Organização Mundial de Saúde, enquanto "processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem"[19]. O objetivo é intervir ao nível dos estilos de vida e possibilitar, para além de um envelhecimento saudável, que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, permitindo que essas pessoas participem na sociedade de acordo com as suas necessidades, desejos e capacidades; incentivar a participação social do idoso através da valorização do seu papel e lugar na sociedade, no passado, no presente e no futuro, contrariando estereótipos negativos e outras formas de discriminação de que possam ser vítimas; e ao mesmo tempo, propiciar proteção, segurança e cuidados adequados, sempre que necessários.

[19] OMS, Envelhecimento Ativo: uma Política de Saúde, 2005.

5. Famílias em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social

Este capítulo centra-se no aprofundamento de três problemas identificados ao nível da Ação Social – famílias em situação de risco económico, pessoas com carência habitacional e/ou agregados carenciados e violência doméstica – os quais integram a problemática famílias em situação de pobreza e/ou exclusão social.

De modo sucinto, a exclusão caracteriza-se pela carência de recursos económicos, sociais e culturais que, por sua vez, influenciam negativamente a mobilização de recursos que permitem aos indivíduos uma participação social plena. A *exclusão social* é um fenómeno que conjuga várias situações de precariedade social, tais como, o desemprego, a discriminação, a marginalidade e a pobreza, agravando-se quando há a sobreposição de fenómenos.

Apesar da proximidade entre o conceito de exclusão social e pobreza, pode-se afirmar que a noção de exclusão social abarca a noção de pobreza, mas ainda inclui outras situações que ultrapassam a esfera económica, englobando ruturas ao nível das relações sociais dos indivíduos, resultantes da falta de recursos que derivam dos capitais culturais e sociais destes. De uma forma muito genérica, o conceito de pobreza está associado à insuficiência de recursos face a condições contextuais que dependem da mercantilização das necessidades básicas. Já o conceito de exclusão social está conotado com a perda de vínculos sociais e culturais (tradição francófona) e com o não exercício dos direitos e deveres de cidadania (tradição inglesa) (Henriques, 1999: 79).

A análise que se segue pretende compreender a manifestação dos fenómenos de pobreza e exclusão social no concelho de Peniche, reconhecendo que estes são fenómenos complexos e multidimensionais, que pressupõem a privação acentuada dos elementos básicos para uma vida longa e saudável, incluindo falta de alimentação adequada, carência de habitação e vestuário, baixa escolaridade, inserção instável no mercado de trabalho, falta ou baixo acesso a serviços de saúde, à participação social e a decisões políticas, entre outros aspetos (Silva, 2008).

5.1. Famílias em situação de carência económica e social

Rendimento Social de Inserção

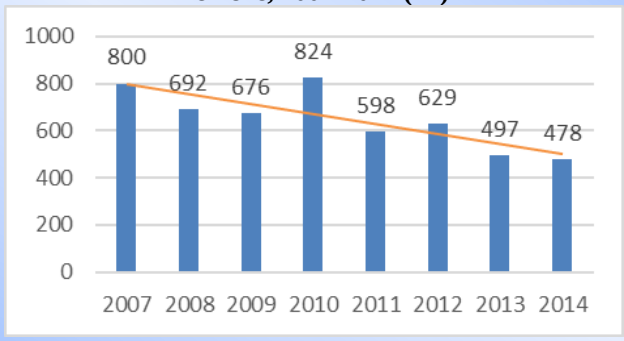
Foi referenciada, no contexto do CLAS, a existência no concelho de Peniche de um número significativo de famílias em situação de risco económico e/ou exclusão social, ou seja, de indivíduos cujas dificuldades económicas condicionam o acesso a bens e serviços de carácter essencial. Neste âmbito, um dos indicadores que permite aferir a vulnerabilidade económica das famílias de Peniche é o número de famílias/beneficiários que recorrem ao Rendimento Social de Inserção (RSI[20]) como forma de rendimento. O RSI consiste numa medida de proteção social que tem por objetivo a inserção e coesão social das pessoas ou famílias que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social, através do aumento das suas competências pessoais, sociais educativas e profissionais.

Esta medida apresenta como requisitos e condições de atribuição a celebração e cumprimento de um contrato de inserção, garantindo esta observância o direito a uma prestação pecuniária de natureza transitória, variável em função do rendimento e composição do agregado familiar do requerente.

O acompanhamento do cumprimento do contrato de inserção abrange a coordenação das ações nelas inscritas, sendo da responsabilidade do Núcleo Local de Inserção de Peniche, constituído pelo ACSON – Unidade de Cuidados na Comunidade, Agrupamento de Escolas D. Luís Ataíde, Câmara Municipal de Peniche, Cercipeniche e Centro Distrital de Leiria, a planificação das ações, bem como, a disponibilização de meios para a sua concretização.

No ano de 2014 beneficiavam do RSI 478 pessoas no concelho de Peniche. Segundo os dados disponibilizados pelo INE, verifica-se, desde 2007, que o número de beneficiários/as de RSI no concelho de Peniche tem vindo a decrescer de forma acentuada, durante

Figura 35 - Beneficiários/as do RSI no concelho de Peniche, 2007-2014 (Nº)

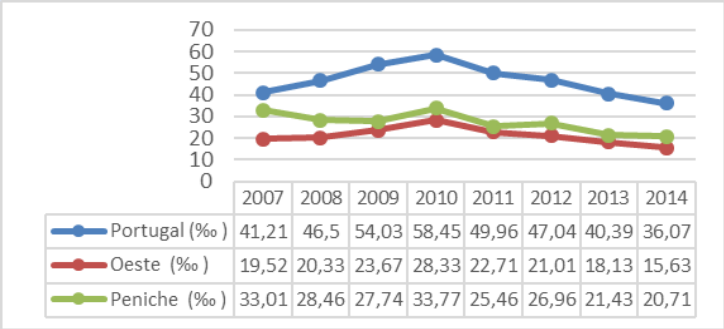


Fonte: Site do INE (http://www.ine.pt).

[20] Com a Lei 19-A/96 surgiu a política de ação social da Segurança Social com o nome de Rendimento Mínimo Garantido e em 2003 foi efetuada a revisão desta lei com a Lei 13/2003 de 21 de Maio, desta feita com o nome de RSI – Rendimento Social de Inserção. A lei atual institui que "o RSI consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária." (Artigo 1.º da Rect. n.º 7/2003, de 29 de Maio da Lei n.º 13/2003)

estes sete anos o número de beneficiários/as diminuiu cerca de 40% (figura 35). Excetua-se desta tendência o ano de 2010, que registou o número máximo de 824 beneficiários/as. Através da análise da figura 38, que será apresentada posteriormente, verificamos que 2009 foi o ano que registou a maior entrada de requerimentos (375) e 2010 foi o ano que registou o maior número de requerimentos deferidos (140).

Figura 36 - Evolução dos beneficiários do RSI por 1000 habitantes em idade ativa por local de residência, 2007-2014 (‰)



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Portugal (‰)	41,21	46,5	54,03	58,45	49,96	47,04	40,39	36,07
Oeste (‰)	19,52	20,33	23,67	28,33	22,71	21,01	18,13	15,63
Peniche (‰)	33,01	28,46	27,74	33,77	25,46	26,96	21,43	20,71

Fonte: Site do INE (http://www.ine.pt).

Considerando a evolução da proporção de beneficiários de RSI por cada 1000 habitantes em idade ativa, a nível nacional e da região Oeste, é possível demarcar dois ciclos distintos: um primeiro ciclo, de 2007 a 2010, de expansão progressiva da percentagem de beneficiários de RSI; e um segundo ciclo, a partir de 2010, de redução dessa percentagem. O concelho de Peniche também verifica a mesma tendência evolutiva, com algumas nuances, relacionadas com a queda do peso dos beneficiários de RSI em 2008 e 2009, mas observa com efeito uma subida percentual de casos em 2010, como foi abordado anteriormente, e de diminuição a partir daí. Esta diminuição de casos surge como consequência da alteração da lei (Decreto-lei n.º 70/2010) que estabelece as regras para a atribuição e manutenção dos apoios sociais públicos[21]. A nível local, no período de 2007 a 2014, a proporção de beneficiários de RSI no cômputo geral da população ativa tem-se mantido abaixo da média nacional, cujos valores anuais representam quase o dobro dos concelhios, mas sistematicamente acima dos níveis registados na sua Região de referência (o Oeste). No concelho de Peniche, em 2014, em cada mil habitantes cerca de 21 beneficiavam desta prestação social.

[21] Segundo o Ministro da Segurança Social, Pedro Mota Soares, a alteração à lei pretende promover o rigor, acabar com os abusos e reforçar o carácter transitório desta medida (entrevista à TSF - http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2416191&page=-1). Por outro lado, na opinião do investigador da área das desigualdades socais, Carlos Farinha Rodrigues, esta alteração à lei coloca em causa o objetivo do RSI de combate à pobreza extrema, este afirma que esta lei "Numa primeira etapa, [o Governo] alterou a legislação, para tornar o acesso mais difícil e expulsar milhares de beneficiários. E, cumprida essa primeira fase, entrou na segunda por via do aumento da burocracia e das dificuldades administrativas, conseguindo assim expulsar outros tantos", acusou, num debate promovido pela Rede Europeia Antipobreza/Portugal (EAPN)" (retirado de um artigo do jornal Público, a 24/07/2015 https://aquila1.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=512279&_request_checksum_=cfaec0142a5f34f04ed721341f0b886dbfa94728.

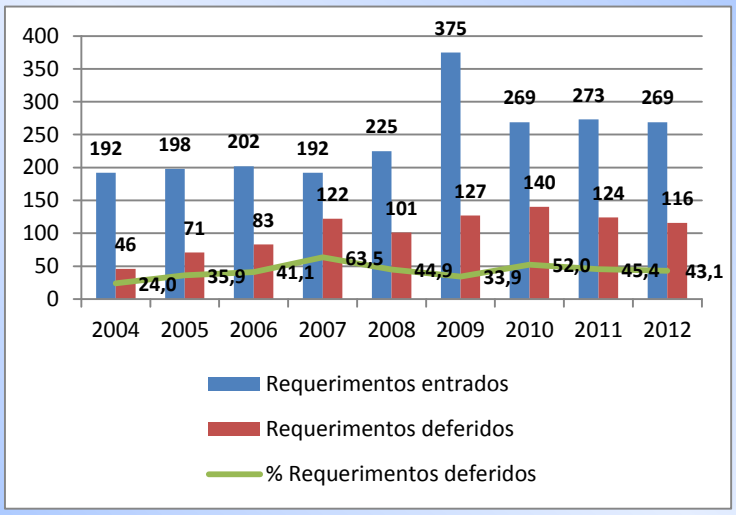
A distribuição de beneficiários/as por grupos etários é proporcional ao nível nacional, regional (o Oeste) e concelhio (figura 37). Os beneficiários/as com idade inferir a 25 anos são o grupo etário com maior peso percentual, com valores na ordem dos 45%; seguindo-se o grupo etário dos 40 aos 54 anos com cerca de 24%; o grupo dos 25 aos 39 com cerca de 19% e o grupo de pessoas com mais de 55 anos com cerca de 12%. Considerando que o RSI é uma medida que apoia agregados familiares, o número elevado de pessoas beneficiárias na faixa etária de menos de 25 anos pode dever-se ao facto deste indicador incluir os beneficiários/as menores e/ou a dificuldade que os/as jovens estão a sentir a encontrar o primeiro emprego, como resultado da crise que se faz sentir no país. No que concerne, à diferenciação de beneficiários/as de acordo com género verifica-se que a diferenciação é praticamente inexistente.

Figura 37 - Percentagem de beneficiários do RSI por grupo etário e por género, 2014

Grupo Etário			
Território	**Portugal**	**Oeste**	**Peniche**
<25	44,5	43,4	43,8
25-39	19,1	19,5	21,1
40-54	24,2	24,5	23,7
55+	12,1	12,6	11,4
Género			
Território	**Portugal**	**Oeste**	**Peniche**
Masculino	49,1	50,0	50,5
Feminino	50,9	50,0	49,5

Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt).

Figura 38 - Requerimentos de RSI Entrados e Deferidos, de 2004 a 2012

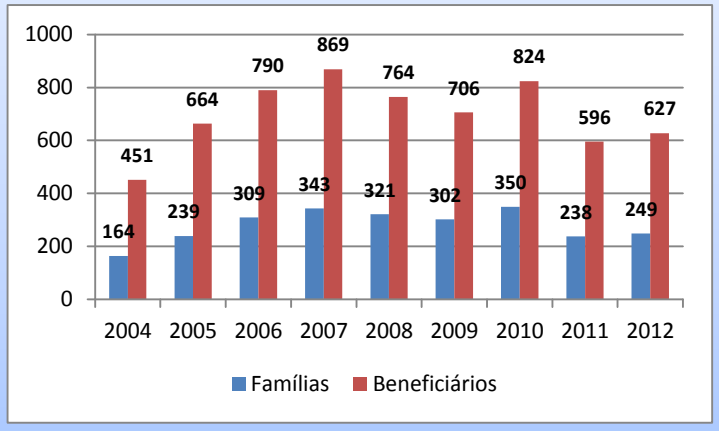


Fonte: Instituto de Segurança Social, IP, Centro Distrital de Segurança Social de Leiria.

De um modo global, observa-se que, no território concelhio, a entrada de requerimentos de RSI tem vindo a crescer gradualmente de ano para ano (+40,1% de 2004 a 2012), tendo sido o ano de 2009 aquele em que se verificou o número mais elevado de requerimentos (375) (figura 38). Analisando a informação mais atual, no ano de 2012 foram apresentados 269 requerimentos, dos quais 116 foram deferidos, ou seja 43,1%. Considerando a relação entre processos de RSI requeridos e deferidos, constata-se que, menos de metade dos requerimentos foram aceites, com exceção dos anos de 2007 e de 2010, em que, respetivamente, 63,5% e 52,0% dos pedidos foram deferidos. Esta disparidade poderá estar relacionada com vários fatores, nomeadamente: maior exigência nos meios de prova (decorrente das alterações

legislativas); má instrução dos processos (não apresentação de documentos solicitados e/ou informação incorreta sobre a identificação do agregado familiar); os rendimentos do agregado serem superiores ao estipulado para deferimento do RSI ou no caso da prestação ter sido suspensa por um ano, devido ao incumprimento das ações acordadas no Plano de Inserção, entre outros.

Figura 39 - Número de famílias e de beneficiários de RSI no Concelho de Peniche por ano, de 2004 a 2012



Fonte: Instituto de Segurança Social, IP, Centro Distrital de Segurança Social de Leiria.

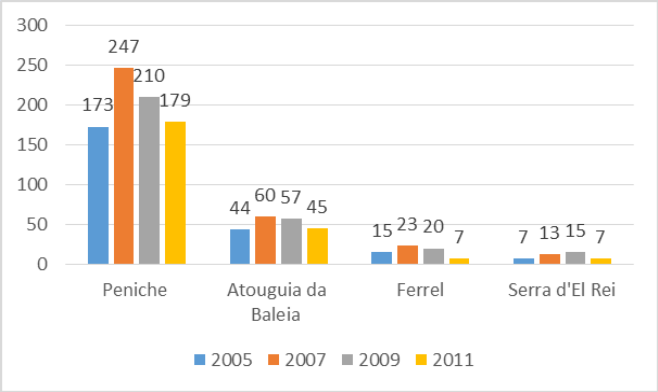
Entre os casos que transitam de ano para ano e outros que correspondem a novos processos, é possível contar, em 2012, 249 famílias penichenses, correspondentes a 627 indivíduos, a beneficiar do RSI, podendo dizer-se que este traduz-se num número bastante significativo, sobretudo se comparado com as 164 famílias beneficiárias (451 indivíduos) registadas em 2004. Com efeito, a figura 39 permite dar conta do aumento acentuado, entre 2004 e 2007, do número de famílias e beneficiários de RSI no concelho de Peniche (a taxa de variação nesse período é de +86,6% relativamente aos indivíduos e +109,1% relativamente às famílias), seguido de um decréscimo de 2007 a 2012 (-27,8% indivíduos / -27,4% famílias).

De ressalvar que, tal como se verificou no âmbito concelhio, o número de agregados familiares observou, de uma forma geral, um importante aumento de 2005 para 2007, tendo reduzido de 2007 para 2011. A recente regressão do número de beneficiários poderá ficar a dever-se ao maior número de requerimentos indeferidos, a uma tentativa por parte de algumas famílias para se reestruturarem social e profissionalmente e ao não cumprimento dos acordos de inserção.

Porém, em termos absolutos e de um modo geral, pode dizer-se que o território penichense tem-se confrontado com um incremento bastante significativo de situações familiares de vulnerabilidade económica nos últimos anos. Observando os beneficiários por freguesia no ano de 2011, como se pode verificar no gráfico seguinte, é a Freguesia de Peniche que tem um maior número de agregados familiares com requerimento deferido e não cessado – 179

famílias (75,2% das famílias que, a nível concelhio, usufruíram deste apoio em 2011). Esta freguesia, além de ser a de maior dimensão populacional, também é aquela que concentra os bairros sociais existentes no concelho de Peniche[22], o que, considerando a vulnerabilidade das condições socioeconómicas e laborais destas famílias, poderá justificar o elevado número de requerimentos deferidos neste limite territorial.

Figura 40 - Número de agregados familiares beneficiários de RSI no concelho de Peniche por freguesia e ano (2005-2011)



Fonte: Instituto de Segurança Social, IP, Centro Distrital de Segurança Social de Leiria.

Por seu turno, a Freguesia da Atouguia da Baleia, com uma distância considerável de casos e apesar de não ter qualquer bairro social, apresenta 45 das famílias de requerimentos deferidos (cerca de 20%). No caso da Atouguia da Baleia este facto poderá estar relacionado com a extensão populacional deste território, uma vez que esta freguesia, em termos de número de habitantes, é a segunda mais populosa do concelho, o que acarreta uma maior heterogeneidade populacional e socioeconómica. Assim, e como seria de esperar, segundo a análise da figura 41, é a Freguesia de Peniche que denota o número mais expressivo de beneficiários (75,17%), seguindo-se-lhe a Freguesias de Atouguia da Baleia (19,63%), com um intervalo significativo de 55,5 pp.

Figura 41 - Percentagem de beneficiários do RSI por freguesia

Território	2010	2011
Peniche	70,15	75,17
Atouguia da Baleia	17,84	19,63
Ferrel	8,74	1,85
Serra D´El Rei	3,28	3,36

Fonte: Instituto de Segurança Social, IP, Centro Distrital de Segurança Social de Leiria.

Apoio Alimentar

Na análise das famílias em risco económico no concelho de Peniche, para além do RSI, é de referir o apoio alimentar enquanto resposta complementar. No concelho existem quatro respostas de apoio alimentar: o Banco Alimentar, distribuído mensalmente; a Cantina Social,

[22] A temática dos bairros sociais será abordada posteriormente no ponto 5.3. Pessoas com carência habitacional e/ou agregados carenciados.

com distribuição diária, o Fundo Europeu de Auxilio às Pessoas mais Carenciadas[23] (FEAC), com uma periocidade de distribuição bianual, e organizações locais que distribuem cabazes alimentares mensal e semanalmente.

O **FEAC** é uma ação promovida pela Comissão Europeia, executada pelos Estados-Membros, que pretende promover e reforçar a coesão social, contribuindo para o combate à pobreza na União Europeia. Este fundo visa apoiar organizações nacionais na distribuição de alimentos, vestuário e outros bens essenciais às pessoas necessitadas, com o objetivo final de contribuir para a sua reinserção na sociedade. Em Portugal, o FEAC é gerido pela Segurança Social, cabendo a distribuição às entidades locais parceiras. No concelho de Peniche, o Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche é a entidade responsável pela receção dos alimentos e pela sua distribuição às entidades parceiras, listadas na figura 42. Os cabazes são distribuídos pelas famílias com uma periocidade de distribuição bianual.

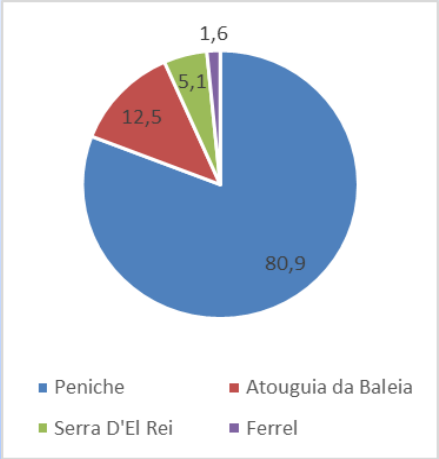
Figura 42 - Instituições distribuidoras no âmbito do FEAC em 2014

Instituição
Centro Solidariedade e Cultura de Peniche
Associação Nova Aliança
Santa Casa da Misericórdia de Peniche
Acompanha
Conferência São Vicente Paulo
CERCIPeniche
Centro Paroquial de Atouguia Da Baleia
Centro de Dia da Bufarda
Associação Jardim de Infância de Serra D´El Rei
Associação Solidariedade Social de Ferrel
Associação Jardim Infantil de Ferrel

Fonte: Dados recolhidos pelo grupo de trabalho "Para a distribuição de bens essenciais" da Rede Social.

Beneficiaram desta medida em 2014 onze instituições locais, tendo sido abrangidos 256 famílias. Verifica-se, ao nível das freguesias, uma grande desigualdade na percentagem de famílias que beneficiam deste apoio, sendo Peniche a freguesia que apresenta o valor mais elevado, concentrando no seu território 80,9% das famílias. As restantes freguesias apresentam valores residuais, a Atouguia da

Figura 43 - Famílias apoiadas pelo FEAC no Concelho de Peniche, por freguesias (%)



Fonte: Dados recolhidos pelo grupo de trabalho "Para a distribuição de bens essenciais" da Rede Social.

[23] O FEAC - Fundo Europeu de Auxilio às Pessoas mais Carenciadas (2014-2020) vem substituir o PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, garantir a manutenção do apoio alimentar atribuído aos mais carenciados.

Baleia com 12,5%, a Serra D'El Rei com 5,1% e Ferrel com 1,6%. Como foi abordado anteriormente, o FEAC tem como objetivo apoiar as pessoas que encontram-se em situação de carência e, neste sentido, é visível que a distribuição destes valores percentuais coincide com os dados referentes aos beneficiários/as de RSI, vistos anteriormente, e à habitação social, que será abordada posteriormente.

Para além do FEAC, o **Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste (BAO)** apoiou em 2014 um total 126 famílias do concelho. A ação do Banco Alimentar constitui-se como uma resposta provisória ao problema da carência alimentar. O BAO estabelece acordos de parceria com as instituições de solidariedade social local. As instituições, por sua vez, rececionam os bens alimentares e procedem à sua distribuição às famílias carenciadas através da distribuição de cabazes e/ou confeção de refeições.

Em Peniche a distribuição dos cabazes alimentares tem sido assegurada por três instituições – o Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche através da Pastoral da Fraternidade, a Associação de Centro de Dia de Serra d'el Rei e a Associação do Jardim Infantil de Ferrel. Em 2014, estas instituições apoiaram 126 famílias com cerca de 18.240 kg em produtos alimentares. Em comparação com o ano de 2012, estes valores representam um decréscimo de 85 famílias apoiadas e uma descida na ordem dos 44% em quilogramas de alimentos distribuídos em cabazes alimentares (figura 44). Esta queda do número de famílias não se traduz na diminuição do número de pedidos, com agudização das situações de dificuldades conjunturais e do aumento das situações de pobreza, tem-se verificado um aumento do número de famílias que procura o BAO. A diminuição das famílias que beneficiam deste apoio justifica-se com o surgimento de uma nova resposta social, a Cantina Social, que teve como efeito a integração de algumas famílias que usufruíam do apoio do BAO.

Figura 44 - Número de famílias e a quantidade de alimentos distribuídos em Peniche, no âmbito do Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste, em 2012 e 2014

	2012		2014		Famílias		Kg Alimentos	
Instituição	Nº famil.	Kg alim.	Nº famil.	Kg alim.	Df. Nº	Df. %	Df. Nº	Df. %
Centro Solidariedade e Cultura de Peniche – Pastoral da Fraternidade	123	8.575,1	80	11.711,0	-43	-35	3.135,9	36,6
Centro de Dia de Serra D´El Rei	25	5.667,5	11	2.510,0	-14	-56	-3.157,5	-55,7
Associação Jardim Infantil de Ferrel	63	18.271,2	35	4.019,5	-28	-44	-14.251,7	-78,0
Total	**211**	**32.513,8**	**126**	**18.240,5**	**-85**	**-40**	**-14.273,3**	**-43,9**

Fonte: Dados recolhidos pelo grupo de trabalho "Para a distribuição de bens essenciais" da Rede Social e do Relatório de Atividades 2014 do Banco Alimentar Contra a Fome Oeste.

A distribuição de refeições ao abrigo do BAO, é assegurada pelo Centro Social Nova Aliança, que em 2014 rececionou 28.035 kg de produtos alimentares e apoiou 50 famílias com refeições diárias. Apesar de se registar um aumento das respostas locais, importa referir a dificuldade que o BAO tem vindo a sentir na angariação de bens alimentares e em especial do financiamento, que tem diminuído gradualmente.

Em termos de resposta às carências alimentares através da distribuição de cabazes alimentares, o concelho de Peniche conta ainda com o apoio da Delegação de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa, que se traduziu em distribuições semanais. No ano de 2014, 495 famílias e 75 pessoas singulares usufruíram deste apoio no concelho, num total de 16.468 produtos. Para além dos cabazes alimentares, esta organização apoia também 10 IPSS do concelho através da entrega de bens alimentares, sendo que em 2014 foram entregues no total 30 toneladas de alimentos[24].

Os recursos comunitários atualmente disponíveis no concelho de Peniche, em termos de ajuda alimentar, incluem quatro **Cantinas Sociais** promovidas, a nível da cidade, pelo Centro Solidariedade e Cultura de Peniche e pela Santa Casa da Misericórdia de Peniche, e nas freguesias limítrofes, pela Associação de Solidariedade Social de Ferrel e pelo Centro Paroquial Bem-Estar Social de Atouguia da Baleia. Esta resposta surge enquadrada no Programa de Emergência Alimentar que, por sua vez, decorre do Programa de Emergência Social implementado pelo Governo em Outubro de 2011 como medida para atenuar o impacto da crise económica e financeira que o país se encontra, destinando-se as cantinas sociais a proporcionar às pessoas e/ou famílias que mais necessitam o acesso a refeições diárias gratuitas. Em 2012, a única cantina social existente a nível local estava a cargo do Centro Solidariedade e Cultura de Peniche, as restantes cantinas foram criadas já em 2013. Em 2014, 110 pessoas beneficiaram do apoio da Cantina Social no concelho de Peniche.

Figura 45 - Nº de Famílias apoiadas pela Cantina Social no Concelho de Peniche

Instituição	Nº de famílias
Centro Solidariedade e Cultura de Peniche	50
Santa Casa da Misericórdia de Peniche	50
Centro Paroquial de Atouguia Da Baleia	5
Associação Solidariedade Social de Ferrel	5
Total	**110**

Fonte: Dados recolhidos pelo grupo de trabalho "Para a distribuição de bens essenciais" da Rede Social (em 10/03/2015)

[24] Dados cedidos pela instituição.

Em suma, durante o ano de 2014, no concelho de Peniche, usufruíram de apoio alimentar: 326 famílias com cabaz alimentar mensal proveniente do BAO; 495 famílias e 75 pessoas individuais com cabaz alimentar semanal distribuído pela Delegação de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa; 110 pessoas com refeições da cantina social; 50 famílias com refeições do BAO, e 256 famílias com cabaz bianual da FEAC.

Como forma de promover a otimização e a racionalização dos diferentes recursos institucionais que constituem a rede concelhia de respostas para a distribuição de bens essenciais, designadamente bens alimentares, roupa, mobiliário ou outros bens essenciais, foi constituído localmente um grupo de trabalho no âmbito do Conselho Local de Ação Social de Peniche em 2012[25] designado Grupo de Trabalho para a Distribuição de Bens Essenciais (figura 46). A sua constituição parte do reconhecimento da necessidade de enfrentar os efeitos do atual contexto de retração da economia nacional e local nas condições de vida das pessoas, em particular das mais desfavorecidas, nomeadamente, da necessidade de se assegurar a satisfação das necessidades básicas das famílias mais carenciadas, bem como, da necessidade de se melhorar a cobertura concelhia quanto à distribuição de bens essenciais e de promover a eficácia da intervenção, evitando situações de sobreposição de apoios a este nível.

Figura 46 - Organizações que constituem o Grupo de Trabalho "para a Distribuição de Bens Essenciais"

Organizações
Associação para Centro de Dia de Serra D´El Rei
Associação para o Jardim Infantil de Ferrel
Associação de Solidariedade Social de Ferrel
Câmara Municipal de Peniche
Centro Paroquial Bem-estar Social de Atouguia da Baleia
Centro Social da Bufarda
Centro Distrital de Segurança Social de Leiria – Serviço de Peniche
Centro Social Nova Aliança
Centro Solidariedade e Cultura de Peniche
Delegação de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa
Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia
Junta de Freguesia de Peniche
Junta de Freguesia de Ferrel
Junta de Freguesia de Serra D´El Rei
Pastoral da Fraternidade
Santa Casa da Misericórdia de Peniche

Fonte: Conselho Local de Ação Social na reunião plenária de 26 de Janeiro de 2012

Seria necessário efetuar um estudo mais aprofundado para caracterizar e analisar as manifestações de pobreza e exclusão no concelho de Peniche, os dados apresentados

[25] A constituição do Grupo de Trabalho "para a Distribuição de Bens Essenciais" foi formalmente aprovada pelo Conselho Local de Ação Social na reunião plenária de 26 de Janeiro de 2012. Atualmente, o Grupo de Trabalho é coordenado pelo Município de Peniche.

permitem avaliar de uma forma geral as problemáticas subjacentes a estes fenómenos mas não nos permitem extrapolar para o contexto concelhio ou conhecer detalhadamente o perfil das famílias ou indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica. Contudo, pode-se mesmo assim concluir que os números analisados de indivíduos carenciados a necessitar de apoio financeiro e/ou de ajuda alimentar, traduz-se num valor relativamente significativo e, consequentemente, numa problemática que deve estar no cerne de um debate reflexivo aquando da construção de uma política social para a intervenção no território penichense. Eventualmente este número poderá ser maior tendo presente que faltará a esta contabilidade um conjunto de casos de carência social que estarão por identificar. A este nível importa perceber com rigor a extensão e a composição social das famílias e pessoas a receber estes apoios de modo a adequar o tipo de ajuda e a informar a tomada de medidas tendentes à prevenção ou atenuação dos problemas. Importa também reforçar os mecanismos locais de vigilância, deteção e sinalização de situações de carência, em particular daqueles que terão menos visibilidade social como é o caso, por exemplo, das situações designadas de "pobreza envergonhada", de modo a procurar assegurar uma cobertura cabal das necessidades. Importa, por último, fazer a monitorização dos apoios prestados no sentido de avaliar a eficácia destas intervenções na melhoria das condições de vida destas famílias.

5.2. Pessoas com carência habitacional e/ou agregados carenciados

Desde sempre a Península de Peniche foi um grande polo atrativo de população migrante à procura de trabalho, sobretudo no setor da pesca. Com a abertura de novas fábricas de conserva no início do século XX, o movimento migratório tornou-se mais intenso, o que levou à fixação de um elevado número de famílias que vinha à procura de trabalho. À medida que iam chegando, os operários e respetivas famílias foram-se instalando na cidade, passando a residir em precárias condições de habitabilidade, nomeadamente em barracas de madeira, sem condições de higiene e salubridade, em áreas muito exíguas e em situação de sobreocupação.

Neste contexto, a carência habitacional desta população passou a ser um problema social preocupante, na medida em que, associada aos parcos recursos económicos, sobressaíam as situações de extrema pobreza.

Acumulando com esta situação, a partir de 1974 verificou-se um novo facto relacionado com o regresso repentino a Portugal de milhares de pessoas vindas das ex-colónias, tendo muitas

delas na altura sido encaminhadas para Peniche, passando a residir nas instalações da Fortaleza, antiga prisão de presos políticos, o que veio provocar o surgimento de novas necessidades habitacionais, às quais era urgente dar resposta pelas condições de extrema precariedade em que durante vários anos estas pessoas permaneceram.

Todo este contexto, associado sobretudo à precariedade e incerteza de rendimentos das famílias, que se continua a verificar atualmente, assim como, à precariedade dos vínculos laborais, às baixas qualificações escolares e às baixas competências pessoais e sociais, tem inviabilizado ao longo dos tempos o acesso a uma habitação condigna por parte de uma franja significativa da população, pela sua incapacidade em aceder ao mercado livre do arrendamento habitacional, motivado pelos preços especulativos existentes no concelho. Como consequência tem-se vindo a notar uma maior procura de habitação social, registando-se, até dezembro de 2014, um total de 371 pedidos de habitação social na Câmara Municipal de Peniche. De 2012 a 2014, foram realizados 95 novos pedidos de habitação.

5.3. Retrato da Habitação Social no Concelho de Peniche

Neste contexto de vulnerabilidade socioeconómica e habitacional, importa retratar o cenário relativo aos bairros de habitação social do concelho, uma vez que estes contextos territoriais traduzem-se em "palcos" propícios à concentração de problemas sociais e situações desqualificantes.

Figura 47 - Nº total de fogos de Habitação Social

Bairros	Nº de Fogos		
	Arrendados	Devolutos	Total
CMP	303	28	**331**
IGAPHE/IHRU	215	2	**217**
IGFSS	84	11	**95**
Total	**602**	**45**	**643**

Fonte: CMP, dezembro de 2014; IHRU e IGFSS, junho de 2013.

Como caracterização mais geral, é de referir que o parque habitacional de arrendamento social, que é composto por 643 fogos sociais[26] concentrados exclusivamente na Cidade de Peniche. Quatro bairros[27] e um conjunto de fogos dispersos por aglomerados habitacionais (integrados em condomínios)[28] são propriedade da Câmara Municipal, num total de 331 fogos, três bairros pertencem ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), a que correspondem 95 fogos, e quatro bairros pertencem ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), que são compostos por

[26] Do total de 1.355 fogos que compunham a habitação social no Município de Peniche, foram vendidos 712 fogos, sendo atualmente o total de fogos em arrendamento social de 643.
[27] Bairros do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi.
[28] São os casos dos fogos integrados no Sítio do Calvário, na Rua das Redes e na Rua dos Covos.

217 fogos. No conjunto há 593 fogos sociais arrendados, dos quais 294 são do Município, 215 do IHRU e 84 do IGFSS. O município detém assim a percentagem maior de fogos em arrendamento social existentes no concelho (50,3%), seguindo-se-lhe o IHRU (com 35,7%) e o IGFSS (com 14,0%).

Neste seguimento, considerando apenas os bairros pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, dos 331 fogos existentes em regime de arrendamento social, 294 fogos estão arrendados e 37 encontram-se devolutos, por carecerem de intervenção ao nível da reabilitação física. Refira-se que o número de fogos devolutos não se mantém constante, uma vez que está sujeito a alterações pontuais, ditadas sobretudo por situações de óbito.

Figura 48 - Bairros propriedade da Câmara Municipal e Peniche

Bairros	Arrendados	Devolutos	Total
Sítio do Calvário	5	0	**5**
Rua das Redes	13	0	**13**
Rua dos Covos	15	0	**15**
Bº Valverde	58	1	**59**
Bº Fernão de Magalhães	48	0	**48**
Edifício Coosofi	40	2	**42**
Bº do Calvário	117	32	**149**
Total	**296**	**35**	**331**

Fonte: CMP, dezembro de 2014.

É no Bairro do Calvário que está concentrada a maioria dos fogos devolutos (32), que correspondem a situações em que há necessidade de proceder a obras de reabilitação do edificado.

Figura 49 - Bairros propriedade do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

Bairros	Nº de Fogos		
	Arrendados	Devolutos	Total
Bº Luís de Camões	57	0	**57**
Bº Arco-íris	128	1	**129**
Bº CAR I	16	0	**16**
Bº CAR II	14	1	**15**
Total	**215**	**2**	**217**

Fonte: IHRU, junho de2013.

Figura 50 - Bairros propriedade do IGFSS - Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social

Bairros	Nº de Fogos		
	Arrendados	Devolutos	Total
Bº de Santa Maria	44	6	**50**
Bº dos Pescadores	3	1	**4**
Bº da Prageira	37	4	**41**
Total	**84**	**11**	**95**

Fonte: IGFSS, junho de 2013.

No que respeita aos fogos pertencentes ao IHRU, pode dizer-se que a quase totalidade encontra-se arrendada, ou seja 215 fogos (só 2 é que se encontram devolutos), e no caso dos que são propriedade do IGFSS, estão 84 atribuídos em regime de arrendamento social e 11 encontram-se devolutos – o IGFSS foi a entidade que alienou (à CMP) o maior número de fogos de habitação social a nível do concelho de Peniche (415 fogos).

Figura 51 - Nº de fogos municipais por nº de habitantes e média habitante/fogo

Bairros	Nº de Fogos Arrendados	Nº Pessoas	Média Indiv./Fogo
Fogos Municipais			
Fernão Magalhães	47	131	2,8
Edifício Coosofi	41	96	2,3
Bairro Calvário	124	287	2,3
Sítio do Calvário	5	11	2,2
Rua das Redes	13	25	1,9
Rua dos Covos	15	51	3,4
Bairro Valverde	58	119	2,1
Total	**303**	**720**	**2,4**
Fogos do IGFSS			
Bairro Prageira	37	89	2,4
Bairro Santa Maria	44	106	2,4
Bairro Pescadores	3	7	2,4
Total	**84**	**202**	**2,4**
Fogos IHRU			
Bairro Luís de Camões	57	137	2,4
Bairro Arco-Íris	128	308	2,4
Bairro CAR 1	16	37	2,4
Bairro CAR 2	14	34	2,4
Total	**215**	**516**	**2,4**
Total de fogos arrendados			
Total	**602**	**1438**	**2,4**

Fonte: CMP. IHRU e IGFSS, junho de 2013.

No sentido de perceber e caracterizar a realidade do conjunto dos bairros sociais e respetiva população foram utilizados dados de 2013, uma vez que estes correspondem à última atualização do número de pessoas residentes nos fogos do IGFSS e IHRU. Assim sendo, constata-se que, para os 602 fogos arrendados, estimam-se que existam 1.438 moradores[29], o que corresponde a uma média estimada de 2,4 indivíduos por fogo, um valor que ultrapassa significativamente a média concelhia, calculada em 1,6. Considerando os bairros de forma isolada, verifica-se que em alguns casos a média concelhia é mesmo largamente superada, como acontece, nomeadamente, na Rua dos Covos (3,4), no Bairro Fernão de Magalhães (2,8), no Edifício Cosoofi (2,3) e no Bairro do Calvário (2,3).

5.3.1. Caracterização dos residentes em Habitação Social

As famílias residentes nos bairros de habitação social apresentam uma elevada concentração de situações de pobreza e exclusão social. De modo a aprofundar as especificidades destas situações, procedeu-se à recolha de informação sobre os moradores dos bairros de habitação social, através de uma amostra de cerca metade (44,8%) do universo. Os dados referem-se aos

[29] Considerando que só foi possível recolher informação relativa ao número de indivíduos residentes nos fogos de propriedade da CMP, calculou-se a média de habitante/fogo para este conjunto de bairros e aplicou-se a mesma para os fogos de propriedade do IGFSS e do IHRU, partindo-se do princípio que a população residente nos bairros tem sensivelmente o mesmo perfil. Assim sendo, os 1.408 moradores foram estimados com base na média calculada de 2,4 habitantes por fogo, resultado do seguinte: 720 moradores residentes em 303 fogos sociais pertencentes à CMP + 718 moradores estimados para as restantes habitações sociais (IGFSS – 84 fogos*2,4 e IHRU – 215 fogos*2,4).

residentes dos Bairros do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, geridos pela Câmara Municipal de Peniche.

Figura 52 – Distribuição do número de fogos, agregado familiar e indivíduos pelos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi

Bairro	Fogos	Nº Agregados		Média Agregado	Indivíduos		Feminino		Masculino	
		Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Calvário	149	**119**	44,74	2,2	**263**	41,68	130	49,43	133	**50,57**
Valverde	59	58	21,80	2,2	129	20,44	71	**55,04**	58	44,96
Fernão Magalhães	48	48	18,05	**2,8**	136	21,55	75	**55,15**	61	44,85
Edifício Coosofi	42	41	15,41	2,5	103	16,32	56	**54,37**	47	45,63
Total	**298**	**266**	**100**	**2,4**	**631**	**100**	**332**	**52,61**	**299**	**47,39**

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Assim sendo, de acordo com a figura 52, em dezembro de 2014, residiam nestes bairros um total de 266 agregados familiares, compostos por um total de 631 indivíduos e com uma dimensão média de 2,4 elementos por agregado. O bairro do Calvário concentra o maior número de agregados familiares e indivíduos (119 e 263 respetivamente) e o bairro Fernão Magalhães apresenta a dimensão média mais elevada de agregado familiar com 2,8 indivíduos. No que concerne à distribuição de indivíduos por género, denota-se uma maior prevalência do sexo feminino em todos os bairros, com valores na ordem dos 55%, com exceção do bairro do Calvário que, apesar da diferença mínima, apresenta mais indivíduos do sexo masculino (50,57%).

Figura 53 – Distribuição das famílias residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi segundo a dimensão do Agregado Familiar

Agregado	Nº	%	Freq. Acumulada
1	76	28,46	28,46
2	92	**34,46**	**62,92**
3	51	19,10	82,02
4	28	10,49	92,51
5	16	5,99	98,50
6	3	1,12	99,62
8	1	0,38	100,0
Total	**265**	**100**	

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

De um modo geral, as famílias residentes nos bairros em análise são famílias pouco numerosas, com uma dimensão média de cerca de 2 pessoas por agregado, cerca de 62,9% das famílias não têm mais de 2 elementos. As famílias mais numerosas, com mais de 3 pessoas, representam uma minoria de cerca 19% do total. A família mais numerosa é composta por 8 elementos. É de assinalar a existência de uma percentagem significativa de famílias constituídas por um único indivíduo (28,46%), ou seja, de agregados unipessoais/isolados. Entre as pessoas que se encontram nesta situação, estão:

- Indivíduos em idade ativa com percursos de vida associados a consumos de álcool e/ou estupefacientes;

- Indivíduos com baixas qualificações académicas e profissionais e, consequentemente, com dificuldade de empregabilidade;
- Famílias compostas por idosos com reformas baixas e em situação de precariedade habitacional, com problemas de saúde crónicos (doença mental e outras patologias), com falta ou insuficiência de suporte a nível das redes primárias, com dificuldades de acesso a bens essenciais como a alimentação, o vestuário, cuidados de saúde, e com limitações em fazer face a despesas de água, luz e gás. Esta problemática verifica-se maioritariamente nos bairros do Calvário e Valverde onde cerca de 50% do total de famílias unipessoais são compostas por idosos.

Figura 54 – Distribuição de indivíduos com idade superior 65 anos, residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo tipologia familiar unipessoal

Bairro	Idosos	Total	%
Bairro do Calvário	21	41	**51,2**
Bairro Valverde	10	21	**47,6**
Fernão Magalhães	0	0	0
Edifício Coosofi	1	9	11,1
Total Geral	32	75	42,7

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

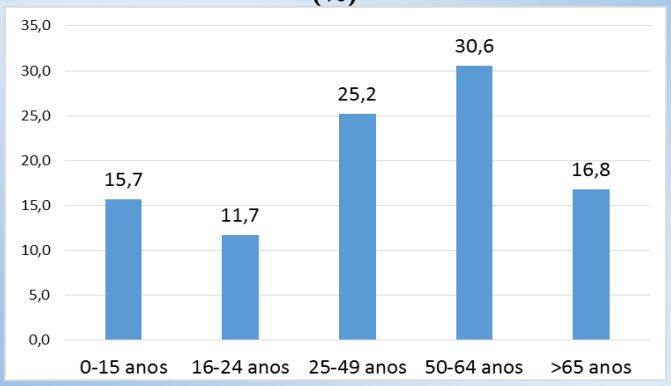
Há ainda a destacar a presença de uma percentagem considerável de famílias monoparentais (19,6%) no conjunto. Estas famílias caracterizam-se, normalmente, por grande vulnerabilidade ao nível económico e/ou laboral.

Figura 55 - Distribuição das famílias, residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo a tipologia familiar

Tipologia	Nº	%
Unipessoal	75	28,2
Monoparental	52	19,6
Nuclear	110	41,4
Alargada	29	10,9
Total	266	100

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Figura 56 - Distribuição dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi segundo o escalão etário (%)



Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

O intervalo etário da população residente nos bairros de habitação social em análise vai dos 0 aos 93 anos de idade. Verifica-se um peso expressivo da população em idade ativa, cerca de 68% da população tem idades compreendidas entre os 16 e os 64 anos. A média de idades dos bairros em análise é de 43 anos, reafirmando a prevalência da população em idade ativa.

Figura 57 - Distribuição do índice de envelhecimento nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi (%)

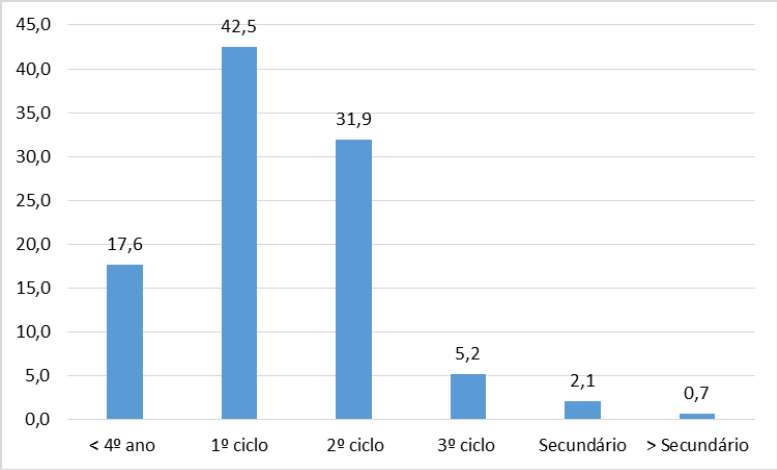
Bairro	Total
Bairro do Calvário	175,0
Bairro Valverde	156,3
Bairro Fernão Magalhães	85,7
Edifício Coosofi	30,4
Total	125,9

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Constata-se que a população dos bairros está muito envelhecida, apresentando um índice de envelhecimento de 125,9%. Ou seja, existem 126 idosos para cada 100 crianças dos 0 aos 14 anos de idade. Esta é uma realidade inferior ao padrão concelhio, cujo índice de envelhecimento em 2012 era de 134,3%. Há contudo realidades assimétricas entre os bairros. Enquanto no Bairro Fernão Magalhães e no Edifício Coosofi, as faixas etárias mais jovens prevalecem sobre as mais velhas, nos bairros Valverde e do Calvário, observa-se um acentuado envelhecimento demográfico, situado bastante acima da média concelhia – os índices de envelhecimento nesses bairros são, respetivamente, de 156,3% e 175%. Esta problemática agrava-se quando se verifica que uma percentagem significativa das famílias unipessoais é constituída por idosos, 51,2% no Bairro do Calvário e 47,6% no Valverde.

Os bairros Valverde e do Calvário distinguem-se dos demais pelo seu expressivo estado de envelhecimento, o que requer uma particular atenção em termos da ativação de medidas de proteção e apoio social ao idoso.

Figura 58 - Habilitações escolares dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi (%)



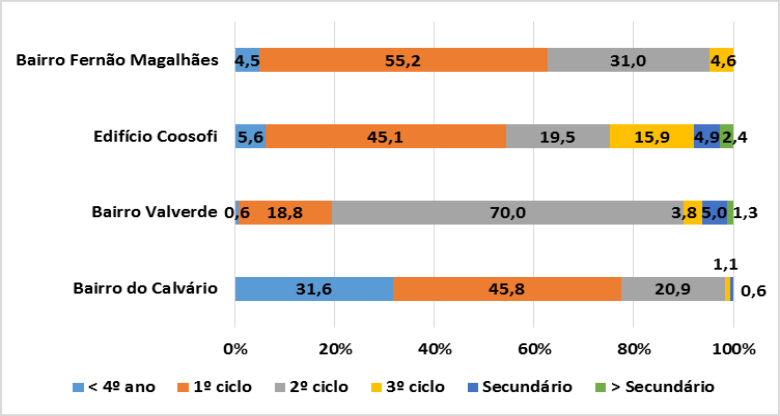
Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Quanto às habilitações escolares da população em idade ativa, constata-se que esta é uma população com baixos níveis de escolaridade tendo em conta que a maioria, 60,1% não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico – valor superior ao concelho (42,6%). Acresce o facto da esmagadora maioria da população residente nos bairros sociais (91%) ter como habilitação escolar máxima o 2º ciclo – no concelho essa percentagem é de 63,5% (Censos de 2011). A proporção de indivíduos

com formação escolar acima do nível secundário é também significativamente mais baixa – 0,7% nos bairros contra 8,3% no concelho (Censos de 2011). Considerando em exclusivo a população em idade adulta, percebe-se que os graus de instrução completados são efetivamente muito baixos: num universo de 426 moradores, a generalidade (60,1%) tem como nível de habilitação mais elevado o 1º ciclo. Apenas 3 indivíduos ultrapassaram o ensino secundário.

No conjunto dos bairros (figura 59) sobressaem, pelas suas fracas competências escolares, os habitantes do Bairro do Calvário, em que a grande maioria não foi além do 1º ciclo (77,4%), seguida dos habitantes do Bairro Fernão Magalhães (com 59,7%) e dos habitantes do Edifício Coosofi (50,7%). A população do Bairro Valverde não deixa mesmo assim de evidenciar também baixas qualificações escolares, tendo em conta que 89,4% dos moradores apresenta como formação mais elevada o 2º ciclo.

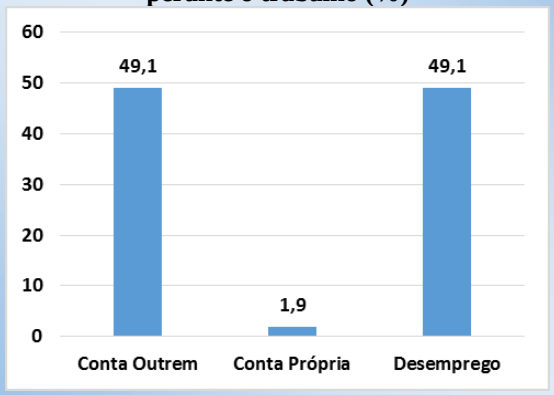
Figura 59 - Habilitações escolares dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, com idade superior a 18 anos (%)



Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Aprofundando a caracterização relativa à atividade profissional, verifica-se que 67,4% dos moradores (426 indivíduos) encontram-se em idade ativa. No que concerne à situação face ao emprego, cerda de 2% dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, têm o seu próprio negócio, os restantes dividem-se de forma igualitária (49,1%) por trabalhadores por conta de outrem ou em situação de desemprego (49,1%). Do universo de trabalhadores, sublinha-se,

Figura 60 – Distribuição dos residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi segundo a condição perante o trabalho (%)

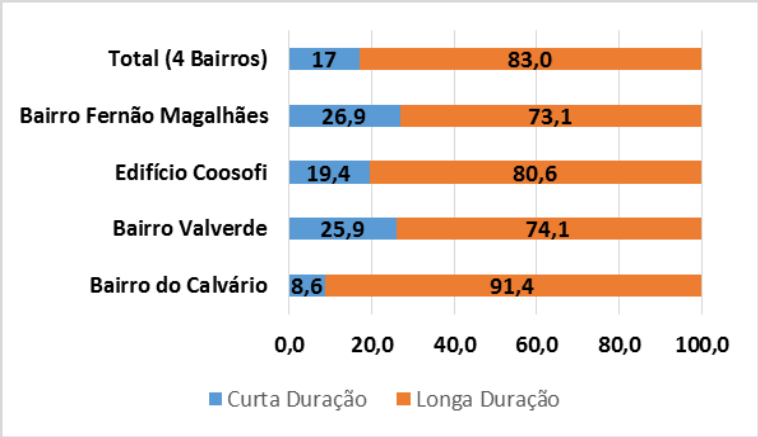


Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

que uma franja estará exposta a formas precárias de emprego: trabalho a tempo parcial, trabalho temporário, trabalho não contratualizado (sem vínculo), rendimentos incertos, etc.

Tendo em conta que o acesso à habitação social é uma medida de apoio social que pretende apoiar indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, esta é uma situação alarmante, cerca metade dos moradores encontrar-se em situação de inatividade, com especial destaque para o Bairro do Calvário (58,33%) e Edifício Coosofi (58,06%).

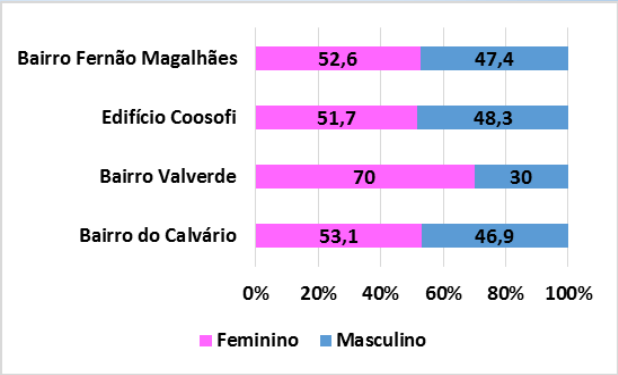
Figura 61 – Distribuição dos residentes desempregados, dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo a condição perante o trabalho (%)



Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

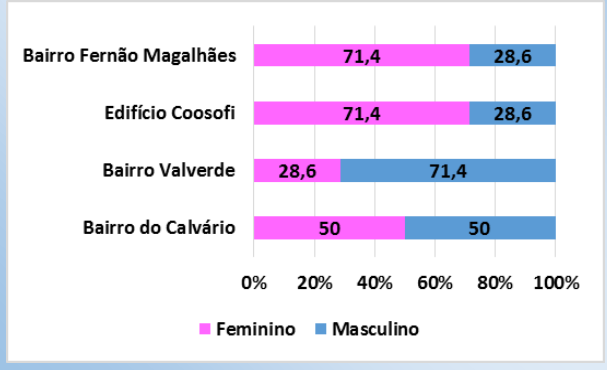
No que concerne à caracterização do desemprego, uma percentagem significativa dos indivíduos, 83%, encontra-se em situação de desemprego de longa duração (133 indivíduos), ou seja, estão desintegrados do mercado de trabalho por um período superior a 12 meses. O Bairro do Calvário é o bairro com maior percentagem de pessoas nesta situação, com 91,4%. O desemprego de curta duração apresenta um valor total de 17%, oscilando entre os 26,9% (Bairro Fernão Magalhães) e os 8,6% (Bairro do Calvário).

Figura 62 - Distribuição dos residentes desempregados de longa duração, dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo o género e por bairro (%)



Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

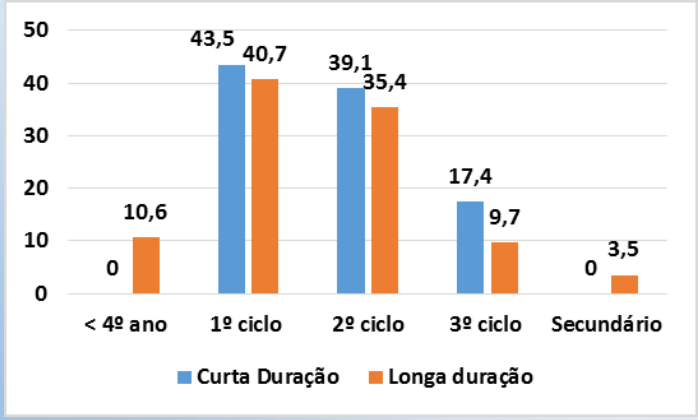
Figura 63 - Distribuição dos residentes desempregados de curta duração, dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo o género e por bairro (%)



Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

De um modo geral, verifica-se uma tendência para a feminização do desemprego de curta e de longa duração em todos os bairros em análise, com exceção, no desemprego de curta duração, do bairro do Calvário com uma divisão igualitária (50%) e o bairro Valverde com 71,4% de pessoas do sexo masculino. Estes dados são uma representação das problemáticas relacionadas com a desigualdade de género, que demonstra a maior vulnerabilidade das mulheres face ao sexo masculino, no que se refere à sua integração no mercado de trabalho.

Figura 64 - Distribuição dos residentes desempregados, dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo o tipo de desemprego e nível de escolaridade (%)



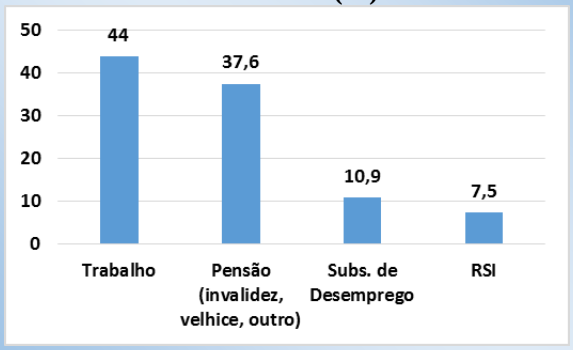
Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

As habilitações académicas das pessoas que se encontram em situação de desemprego revelam uma mão-de-obra com baixas habilitações literárias, tendo em conta que cerca de 50% dos desempregados têm no máximo o primeiro ciclo. De uma forma geral, os desempregados de curta e de longa duração apresentam maioritariamente dois níveis de escolaridade: o 1º ciclo (43,5% e 40,7% respetivamente) e o 2º ciclo (39,1% e 35,4% respetivamente). Constata-se, assim, que o nível de escolaridade é muito baixo, cerca de 86% dos residentes em situação de desemprego têm um grau de escolaridade inferior ao 6º ano. Ao analisar a figura 64, verifica-se que os desempregados de curta duração apresentam um nível de escolarização ligeiramente superior ao dos desempregados de longa duração (salvaguardando-se os 4 desempregados de longa duração que concluíram o ensino secundário). Apesar de este ser um aspeto transversal aos moradores dos bairros em análise, as baixas habilitações literárias representam um obstáculo à integração laboral, situação que se agrava com a conjuntura atual de emagrecimento do mercado de trabalho.

A elevada percentagem de indivíduos em situação de desemprego, revela as fragilidades e as dificuldades com que esta população se depara para se integrar no mercado de trabalho. É importante salvaguardar que o desemprego é um problema transversal resultante da conjuntura económico-financeira nacional e internacional. Sendo o desemprego um fenómeno multidimensional é necessário aprofundar a caracterização da população em causa, de modo a

identificar as fragilidades e a criar respostas que possibilitem a sua integração no mercado de trabalho.

Figura 65 - Distribuição dos residentes dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, em idade ativa segundo a principal fonte de rendimento (%)

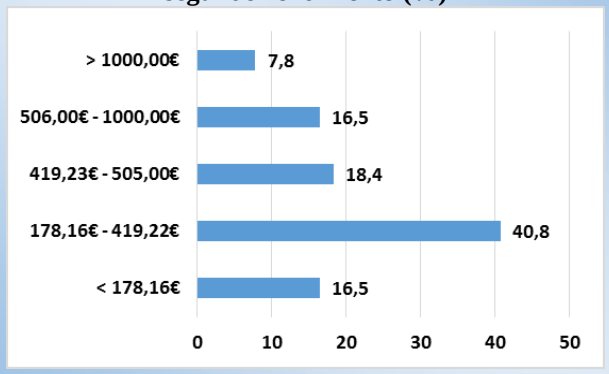


Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

A principal fonte de rendimento dos moradores em idade ativa dos bairros em análise provém maioritariamente de subsídios, 56% dos residentes depende de subsídios (do RSI e do Subsídio de Desemprego) ou da prestação da reforma, pensão ou outro. Os rendimentos dos restantes residentes (44%) provêm do trabalho. Comparando a percentagem de agregados familiares que beneficiam do RSI nos bairros de habitação social em estudo com os dados do concelho, constata-se que os primeiros apresentam valores elevados na ordem dos 7,5%, contra os 2,3% de famílias que auferem esta prestação social no concelho de Peniche.

Analisando os rendimentos dos agregados familiares por referência ao rendimento *per capita* mensal, constata-se que a maioria dos agregados familiares vive com menos de 419,22€ por mês (57,3%). Cerca de 17% das famílias vive abaixo do limiar de pobreza extrema, com menos de 178,16€. Apenas 24,3% das famílias dispõe de um rendimento acima dos 506€. Estes dados demonstram a debilidade financeira das famílias residentes nestes bairros.

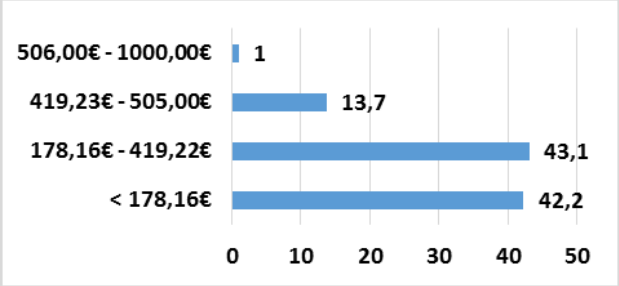
Figura 66 - Distribuição dos residentes dos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, em idade ativa segundo rendimento (%)



Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Quando se aprofunda a análise do rendimento *per capita* mensal, verifica-se um agravamento das debilidades financeiras das famílias com crianças e jovens residentes nos bairros em análise, cerca de 42% das crianças e jovens vive com menos de 178,15€, ou seja, abaixo do limiar de pobreza extrema, e 43% vive com rendimento entre os 178,15€ e os 419,22€, ou

Figura 67 - Distribuição das crianças e jovens (idade < 18 anos) residentes nos bairros de habitação social do Calvário, Valverde, Fernão Magalhães e Edifício Coosofi, segundo o rendimento (%)



Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

seja, em risco de pobreza. Estas vulnerabilidades repercutem-se, de uma forma alarmante, na educação desta população, cerca de 45% dos jovens e crianças com idade inferior a 20 anos estão em situação de abandono escolar ou já registaram insucesso escolar (24,6% e 20,2% respetivamente). A título exemplificativo, de acordo com os dados do INE, no ano letivo de 2012/13, a taxa de retenção e desistência no ensino básico era de 12,3% para o concelho.

Verifica-se ainda, nos bairros em análise, uma elevada concentração de situações de negligência infantil e juvenil, de acordo com a CPCJ, em 2014 no concelho de Peniche, 20% das crianças e jovens sinalizadas (27) residiam nos bairros em análise. Quanto às problemáticas diagnosticadas, o principal motivo de sinalização é a negligência por falta de competências parentais e por insucesso escolar. A negligência reporta-se a situações que incorrem em consequências gravosas para o desenvolvimento da criança ou do jovem, e que estão relacionadas com a incapacidade de lhe proporcionar a satisfação de necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação ou saúde.

A prevalência das situações de negligência infantil e juvenil no rol das situações de risco diagnosticadas aponta para a necessidade do reforço da intervenção comunitária no sentido da sensibilização das famílias para o problema, mas também para a necessidade de uma intervenção familiar de proximidade e de carácter sistemático, no sentido da capacitação para o exercício das funções parentais e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais e, em certos casos, da reintegração do jovem ou criança no seu meio familiar.

Para além das fragilidades abordadas anteriormente, observa-se ainda a existência de outras minorias mais vulneráveis à desintegração social, mais concretamente, pessoas com deficiência física, indivíduos em situação de doença crónica e em situação de dependência de substâncias, tais como, o álcool e drogas. Na totalidade dos residentes nos bairros em análise, esta minoria representa 14% da amostra em estudo: existem 8,4% de casos de doença crónica física e/ou mental, 4,7% de casos de dependências de substâncias e 5,9% de pessoas com deficiência física.

As famílias que residem nos bairros de habitação social analisados são famílias que manifestam, na sua generalidade, um perfil caracterizado por baixas competências escolares, por um fraco nível de inserção no mercado de trabalho, pela exposição dos ativos empregados a formas de trabalho precário, pela debilidade financeira e pela dependência de prestações sociais. Estas famílias apresentam assim um conjunto de fragilidades socioeconómicas, situação que faz delas um grupo social particularmente vulnerável às situações de pobreza e de exclusão social.

A habitação social surge como uma resposta estruturante e fundamental para a melhoria significativa da qualidade de vida das famílias. No entanto, por si só não resolve a totalidade dos problemas existentes. Importa igualmente considerar que nos bairros sociais existem famílias de características similares, portadoras de várias vulnerabilidades sociais (baixos rendimentos, baixa escolaridade, baixas competências sociais e pessoais), que coabitam no mesmo espaço territorial, tornando-se esse território com frequência em contexto de exclusão e segregação. É importante encontrar estratégias de intervenção integrada e sistémica que privilegie uma intervenção com as famílias, nas mais diferentes dimensões da vida, quer seja no plano individual, comunitário ou social, de modo a romper com o fenómeno intergeracional de reprodução de pobreza e da exclusão social.

5.4. Violência doméstica

Na sequência da análise dos problemas identificados em parceria, a violência doméstica surge como um problema "isolado" que não estava contemplado no levantamento inicial, pelo que se torna fundamental refletir sobre esta problemática.

Todavia, não é fácil aferir a evolução recente da violência doméstica a partir dos dados estatísticos, dado que o enquadramento jurídico do problema tem vindo a verificar sucessivas alterações. De facto, até ao ano 2007, os crimes, ora designados por crimes de violência doméstica, eram classificados por crimes de maus-tratos. Nesse sentido, verifica-se a escassez de dados de crimes por violência doméstica antecedentes a esse período. Além disso, a informação de referência diz respeito às estatísticas oficiais e se, por um lado, é percetível um crescimento do reconhecimento público da existência de violência doméstica, por outro lado, também é de admitir que continua a haver situações de violência que não são denunciadas ou que não terão visibilidade social ou judicial, nomeadamente em função do contexto mais reservado ou íntimo em que são produzidas ou da sua modalidade, porque tanto pode ser

física como psicológica, o que dificulta a avaliação real do fenómeno na sua extensão, composição e intensidade.

A partir do ano de 2007, o crime de violência doméstica assumiu a natureza de crime público, significando que o procedimento criminal não se encontra dependente de queixa por parte da vítima, bastando a existência de uma denúncia ou conhecimento de crime para que o Ministério Público fomente o processo. Mais especificamente, o conceito jurídico-legal de violência doméstica surge em 4 de Setembro de 2007 com as alterações ao código penal, sendo que os crimes por violência doméstica encontram-se previstos no art. 152 º, Título 1 – Crimes contra as pessoas – e capítulo 3 – Crimes contra a integridade física –, do código Penal. Consequentemente, os procedimentos de registo da denúncia, em primeiro lugar, e estatístico, em segundo, também sofreram alterações, pelas orientações do círculo judicial.

Os dados abaixo apresentados na figura 68 correspondem a crimes contra pessoas registados em Portugal, no Distrito de Leiria e no concelho de Peniche em 2014.

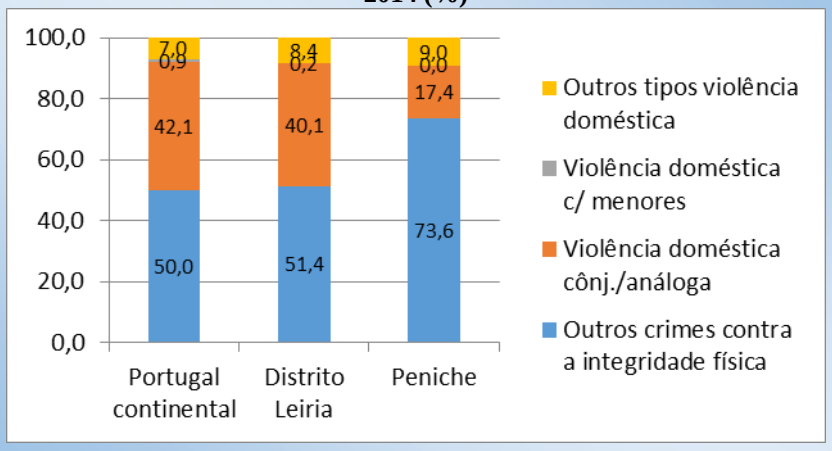
Figura 68 - Crimes em geral e crimes contra as pessoas segundo o tipo registados pelas autoridades policiais, por territórios, 2014

Territórios	Crimes		Crimes contra as pessoas		Contra a integridade física		Violência Doméstica							
							Total		Conjugue ou análogo		Com menores		Outros tipos	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Portugal	**351.311**	**100,0**	83.207	23,7	54.580	15,5	27.305	7,8	22.965	6,5	502	0,1	3.838	1,1
Distrito Leiria	**13.981**	**100,0**	2.895	20,7	1.890	13,5	919	6,6	757	5,4	3	0,0	159	1,1
Peniche	**1.101**	**100,0**	233	21,2	144	13,1	38	3,5	25	2,3	0	0,0	13	1,2

Fonte: DGPJ - Direção Geral da Política de Justiça: Estatísticas da Justiça (http://www.siej.dgpj.mj.pt).

Observa-se que, relativamente ao total de 1.101 crimes contabilizados no concelho de Peniche no ano de 2014, os crimes contra as pessoas têm um peso percentual de 21,2% e, dentro destes, os crimes contra a integridade física, de 13,1%, o que espelha uma realidade equivalente à dos territórios de referência – em Portugal, os valores são respetivamente 23,7% e 15,5% e, no Distrito de Leiria, 20,7% e 13,5%. Quanto às situações de violência doméstica, assinalam-se 38 casos a nível local, dos quais 25 reportam-se a situações de violência conjugal ou análoga e os restantes 13 casos a outras situações de violência doméstica. Estes 38 casos representam 3,5% do cômputo geral de crimes registados no concelho em 2014, uma percentagem inferior à obtida para os crimes de violência doméstica no continente (7,8%) e também no contexto distrital (6,6%). Refira-se que, dentre as situações de violência doméstica detetadas, não há registo de violência contra menores.

Figura 69 - Crimes contra a integridade física de violência doméstica segundo o tipo registados pelas autoridades policiais, por territórios, 2014 (%)



Fonte: DGPJ - Direção Geral da Política de Justiça: Estatísticas da Justiça (http://www.siej.dgpj.mj.pt).

No âmbito das queixas-crime contra a integridade física (figura 69), não obstante o facto dos casos de violência doméstica terem no município um valor percentual abaixo das percentagens nacional e distrital (50,0% e 48,6%, respetivamente), eles não deixam de assumir uma importância significativa (26,4%). É de salientar que entre os anos de 2012 e 2014, Peniche registou um aumento dos casos de violência doméstica de +18,8%, numa evolução em linha com a tendência verificada nos seus territórios de referência, numa variação que é inferior à de Portugal continental (+29,7%), mas superior à do distrito de leiria (+14,2%)[30]. Em termos absolutos, houve mais 6 casos sinalizados em 2014 por comparação com 2012. Tendo decrescido o número de situações de violência conjugal ou análoga, o aumento dos crimes de violência doméstica ficou a dever-se ao recrudescimento de outros tipos de situações (mais 13 casos)[31]. Quanto às situações de violência contra menores, desde 2010 que não são reportadas situações de crime.

De um modo global, os dados analisados anteriormente indiciam uma diminuição de registos relativos a casos de violência doméstica. No entanto, estes valores podem não ser reveladores quanto à exatidão dos crimes ocorridos e registados pelas autoridades policiais, uma vez que, após a instauração no âmbito judicial, a interpretação e qualificação jurídica feita pelas forças de segurança e pelos tribunais poderão não ser coincidentes quanto à classificação de crime de violência doméstica.

Como foi visto anteriormente, Peniche registou um decréscimo no número de ocorrências de crimes de violência doméstica, o que contrasta com a tendência de crescimento deste tipo de ocorrências ao nível nacional e distrital. O facto de este ser um crime público, deveria permitir

[30] Em 2012, o número de casos de violência doméstica registados no concelho de Peniche era de 32, no distrito de Leiria, de 805, e no território continental português, de 21.054 (DGPJ - Direção Geral da Política de Justiça: Estatísticas da Justiça (http://www.siej.dgpj.mj.pt).

[31] Em 2012, registaram-se localmente 32 situações de violência doméstica, todas elas de de natureza conjugal ou análoga (DGPJ - Direção Geral da Política de Justiça: Estatísticas da Justiça (http://www.siej.dgpj.mj.pt).

uma maior denúncia e conhecimento das situações de violência doméstica. É de admitir que os dados oficiais não deem conta do universo global de casos de violência doméstica que efetivamente acontecem, ficando aquém do total de situações que, porventura, não serão todas elas denunciadas.

Evidencia-se ainda a necessidade de se criar no território municipal respostas de intervenção e de combate à violência doméstica, que não se limitem apenas à ação das entidades policiais. Atualmente as vítimas de violência doméstica do concelho são reencaminhadas para o Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vítima, em Torres Vedras que, deste 2012, acompanhou 13 vítimas de violência doméstica do concelho de Peniche: 2 em 2012, 5 em 2013 e 6 em 2014.

O que importa reter é que a violência doméstica no concelho de Peniche parece ser, à partida, um problema real, ainda que inferior aos valores de Portugal e do distrito de Leiria. Acima de tudo, torna-se pertinente, por um lado, averiguar o peso dos casos "não notificados", no sentido de encontrar formas de os retirar da "sombra" e combatê-los, e, por outro, refletir se as medidas existentes para fazer frente aos casos notificados estão a ter resultados efetivos, uma vez que a violência doméstica é, indubitavelmente, uma "provocação" às premissas de justiça e de igualdade subjacentes às sociedades ditas modernas.

5.5. Recursos existentes

Segurança Social

O RSI consiste numa medida que prevê a concessão de uma prestação financeira, atribuída pela Segurança Social, com o objetivo de promover a integração social e profissional do beneficiário/a. A avaliação das candidaturas e o acompanhamento dos beneficiários é assegurado pela equipa de protocolo constituída pelas seguintes instituições locais:

- Segurança Social;
- Câmara Municipal Peniche;
- Agrupamento de Escolas D. Luís Ataíde;
- Unidades de Cuidados na Comunidade;
- CERCIPeniche.

Grupo de Trabalho para a Distribuição de Bens Essenciais

O Grupo de Trabalho para a Distribuição de Bens Essenciais tem por missão desenvolver condições para uma intervenção interinstitucional concertada, que seja orientada para a promoção da eficácia e eficiência da cobertura concelhia em matéria de ajuda alimentar, de distribuição de roupa ou de outros bens essenciais à população carenciada do concelho.

Este grupo de trabalho foi constituído localmente um grupo de trabalho no âmbito do Conselho Local de Ação Social de Peniche em 2012[32] e surgiu como forma de promover a otimização e a racionalização dos diferentes recursos institucionais que constituem a rede concelhia de respostas para a distribuição de bens essenciais. Este grupo é composto pelas seguintes organizações:

- Associação para Centro de Dia de Serra D´El Rei
- Associação para o Jardim Infantil de Ferrel
- Associação de Solidariedade Social de Ferrel
- Câmara Municipal de Peniche
- Centro Paroquial Bem-estar Social de Atouguia da Baleia
- Centro Social da Bufarda
- Centro Distrital de Segurança Social de Leiria – Serviço de Peniche
- Centro Social Nova Aliança
- Centro Solidariedade e Cultura de Peniche
- Delegação de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa
- Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia
- Junta de Freguesia de Peniche
- Junta de Freguesia de Ferrel
- Junta de Freguesia de Serra D´El Rei
- Pastoral da Fraternidade
- Santa Casa da Misericórdia de Peniche

Instituições que prestam Apoio Alimentar

Segue a listagem das instituições locais distribuem bens alimentares no concelho de Peniche por tipo de apoio:

- Acompanha: FEAC;

[32] A constituição do Grupo de Trabalho "para a Distribuição de Bens Essenciais" foi formalmente aprovada pelo Conselho Local de Ação Social na reunião plenária de 26 de Janeiro de 2012. Atualmente, o Grupo de Trabalho é coordenado pelo Município de Peniche.

- Associação Jardim de Infância de Serra D´El Rei: FEAC;
- Associação Jardim Infantil de Ferrel: Banco Alimentar (Cabazes) e FEAC;
- Associação Nova Aliança: Banco Alimentar (Refeições) e FEAC;
- Associação Solidariedade Social de Ferrel: Cantina Social e FEAC;
- Centro de Dia da Bufarda: FEAC;
- Centro de Dia de Serra D´El Rei: Banco Alimentar (Cabazes);
- Centro Paroquial de Atouguia Da Baleia: Cantina Social e FEAC;
- Centro Solidariedade e Cultura de Peniche: Cantina Social e FEAC;
- CERCIPeniche: FEAC;
- Conferência São Vicente Paulo: FEAC;
- Delegação de Peniche da CVP: Cabazes Alimentares;
- Pastoral da Fraternidade: Banco Alimentar (Cabazes);
- Santa Casa da Misericórdia de Peniche: Cantina Social e FEAC.

Município – Serviço de Intervenção e Planeamento Social

Gestão Social dos Bairros Sociais Camarários

A lógica de intervenção de base no trabalho de gestão social dos bairros sociais por parte da Câmara Municipal de Peniche, assenta nos eixos basilares que consistem numa intervenção integrada nas mais variadas áreas, como sejam a educação, a formação, o emprego, a saúde, a cultura, o lazer, etc.; no trabalho social de base de proximidade; e, ainda, na mobilização de parcerias interinstitucionais. Neste sentido são desenvolvidas as seguintes ações no âmbito do Município:

- Atendimento/acompanhamento em contexto de visita domiciliária ao individuo/família residente nos Bairros Sociais Camarários;
- Reuniões com os moradores responsáveis pelos blocos;
- Ações tendentes à mobilização individual e comunitária para a corresponsabilização e participação dos moradores na manutenção do edificado, nas regras de coabitação, na gestão dos espaços comuns e nos processos de decisão em geral respeitantes ao bairro;
- Ações tendentes ao incentivo a uma cultura de empreendedorismo;
- Monitorização do pagamento mensal de rendas e dos planos de amortização de pagamento de rendas em atraso;

- Atendimento/acompanhamento das famílias em articulação com diversos parceiros, encaminhamento de casos, de acordo com os problemas sociais identificados, quer das famílias realojadas, quer das que têm pedido de habitação;
- Articulação/sinalização dos problemas do edificado com/para os diferentes serviços camarários.
- Realização de obras de conservação, manutenção e beneficiação dos fogos sociais;
- Recolha de dados e atualização sistemática da informação de caracterização das famílias realojadas e com pedido de habitação social, constante da aplicação informática de gestão de habitação e rendas;
- Atendimento regular aos munícipes com vista à abertura e/ou instrução do processo de pedido de habitação social e gestão do ficheiro de procura.

GPS – Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade

Em complementaridade à resposta de gestão social do parque habitacional de arrendamento social de que é proprietária, a Câmara Municipal de Peniche disponibiliza um outro serviço de intervenção social de proximidade, o GPS – "Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade" - que, para além de abranger os moradores de bairros sociais camarários, designadamente o Bairro Fernão Magalhães e o Edifício Coosofi, permite ainda recobrir as populações das freguesias limítrofes à cidade, nomeadamente Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D´El Rei.

São seis os gabinetes de proximidade que são disponibilizados no âmbito do GPS, os quais se encontram disseminados pelo território concelhio[33]. A partir destes gabinetes são desenvolvidas ações de intervenção e desenvolvimento comunitário que, numa base de proximidade, se destinam a combater situações de pobreza e de exclusão social, através da ativação de respostas orientadas para a animação comunitária, a facilitação do acesso à informação e serviços de apoio social, o aconselhamento, o encaminhamento e o acompanhamento de casos, a facilitação do acesso ao emprego ou auto-emprego, o apoio ao empreendedorismo e a promoção da cidadania.

A intervenção assenta num trabalho em parceria, traduzido na cooperação e complementaridade interinstitucional, no atendimento integrado, na partilha de recursos e

[33] Existe um gabinete de proximidade do GPS na cidade, localizado no Sector de Intervenção e Planeamento Social (Câmara Municipal de Peniche), um na Freguesia de Ferrel (a funcionar nas instalações do Jardim de Infância de Ferrel), um na Freguesia de Serra D´El Rei (a funcionar nas instalações da Junta de Freguesia local) e três na Freguesia de Atouguia da Baleia – um na Vila de Atouguia da Baleia (a funcionar nas instalações da Junta de Freguesia local) e no Lugar da Estrada (a funcionar nas instalações do Sporting Clube da Estrada).

saberes, na mobilização dos recursos comunitários e na concertação de objetivos e estratégias. Através deste trabalho em rede, são assim dadas respostas articuladas em diferentes domínios de integração social, como sejam a proteção social, a saúde, a educação, a formação, o emprego, a habitação. Esta parceria é constituída pelas seguintes organizações:

- Acompanha, CRL
- ADEPE
- Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia
- Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde
- Agrupamento de Escolas de Peniche
- Associação Juvenil de Peniche
- Associação De Solidariedade Social de Ferrel
- Associação. Para o Centro de Dia de Serra D'el Rei
- Associação Para o Jardim de Infância de Ferrel
- Associação Para o Jardim de Infância de Serra d'el Rei
- Câmara Municipal de Peniche
- Centro Paroquial Bem-estar Social de Atouguia da Baleia
- Centro de Saúde Peniche
- Centro Social da Bufarda
- Centro Solidariedade e Cultura de Peniche
- CERCIPeniche
- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- Delegação de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa
- Equipa de Tratamento de Peniche CRI Oeste
- Escola Secundária de Peniche
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- CHO - Centro Hospitalar do Oeste
- IEFP – Centro de Emprego Oeste Norte
- Junta de Freguesia de Peniche
- Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia
- Junta de Freguesia de Ferrel
- Junta de Freguesia de Serra d'el Rei
- PSP – Polícia de Segurança Pública
- Santa Casa da Misericórdia de Peniche
- Sporting Clube da Estrada

No entanto, por si só não resolve a totalidade dos problemas existentes e atendendo à natureza multidimensional dos problemas identificados, os programas de promoção habitacional devem estar articulados com outras medidas setoriais, orientadas para a inserção, nas áreas do emprego, educação, saúde, formação, acompanhamento social de proximidade, por forma a intervir sobre a causa dos problemas criando condições para uma efetiva mudança na vida destas pessoas. Todo este processo tem que ter implícito necessariamente a participação ativa e o envolvimento de todos os indivíduos.

5.6. Síntese Geral

Famílias em situação de risco económico

Em 2014, 478 pessoas beneficiavam de RSI no concelho de Peniche, cerca de 1,7% da população total. Apesar do número de beneficiários ter diminuído cerca de 40% desde o ano de 2007, tal não se traduz na melhoria das condições de vida das pessoas que se encontram em situação de grave carência económica e de exclusão social. Pelo contrário, verifica-se um crescimento gradual dos requerimentos, de 40% no período de 2004 a 2012. A diminuição do número de beneficiários foi uma das consequências da alteração da lei que estabelece a atribuição e manutenção deste subsídio.

Em relação aos territórios de referência, no ano de 2014, Peniche situa-se numa posição intermédia com cerca de 21 beneficiários por cada 1000 habitantes em idade ativa, apresentando valores inferiores à realidade nacional com 36 beneficiários e valores superiores à região do Oeste com 16 beneficiários.

A Freguesia que concentra um maior número de beneficiários é a freguesia de Peniche, em 2011 reunia cerca de 75% das famílias que usufruíam deste apoio. Este fenómeno explica-se por ser a freguesia com maior dimensão populacional e por concentrar os bairros sociais existentes no concelho.

O apoio alimentar é outra medida de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, em Peniche existem quatro tipos de apoio: FEAC – Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciados, Banco Alimentar, a Cantina Social e a distribuição de cabazes alimentares.

Ao abrigo do FEAC – Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas, foram beneficiadas onze instituições locais, que, com uma periocidade bianual, distribuíram alimentos, vestuário e

outros bens essenciais a 256 famílias, no ano de 2014. A freguesia de Peniche foi a que mais beneficiou deste apoio, com cerca 81% das famílias apoiadas.

O Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste distribui mensalmente cabazes alimentares. Em 2014, apoiou um total de 126 famílias no concelho, através da ação de três instituições. Comparativamente com o ano de 2012, o número de famílias apoiadas pelo Banco Alimentar diminuiu 44%, apesar do número de pedidos a este tipo de apoio ter registado um aumento. Esta diminuição é justificada, por uma lado, pela integração de algumas famílias beneficiárias deste apoio na Cantina Social e, por outro, com as dificuldades de financiamento e de recolha de alimentos por parte do BAO. Ao abrigo do banco alimentar uma instituição apoiou 50 famílias com refeições diárias durante o ano de 2014.

A Delegação de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa, por sua vez, apoiou 495 famílias e 75 pessoas carenciadas através da distribuição semanal de cabazes alimentares e 10 IPSS do concelho com a entrega de 30 toneladas de bens alimentares.

Atualmente existem no concelho de Peniche quatro cantinas sociais, duas na freguesia de Peniche e uma em cada uma das freguesias limítrofes, com exceção da Serra D'El Rei. A Cantina Social proporciona às pessoas ou famílias vulneráveis o acesso a refeições diárias. Em 2014, 110 pessoas beneficiaram deste tipo de apoio.

Partindo do princípio que o mesmo beneficiário não usufrui de mais do que um apoio e salvaguardando as diferenças na periodicidade e no tipo de apoio, verifica-se que, no ano de 2014, o concelho de Peniche apresentava um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade – 110 indivíduos beneficiam de refeições e 632 famílias beneficiam de cabazes alimentares e de refeições. Uma das vantagens da diversificação dos tipos de apoio alimentar prende-se com a sua potencialidade em apoiar públicos diferenciados, tais como, as famílias e indivíduos que se encontram em situação de pobreza envergonhada.

Pessoas com carência habitacional e/ou agregados carenciados

As vulnerabilidades socioeconómicas e habitacionais foram retratadas a partir da análise das dinâmicas dos bairros de habitação social do concelho. O parque habitacional de arrendamento social do concelho de Peniche situa-se exclusivamente na Cidade de Peniche e é composto por 643 fogos sociais geridos por três entidades diferentes - Câmara Municipal (50,3%), IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (35,7%) e IHRU -

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (14,0%). Do total de fogos de habitação social 602 encontram-se arrendados, os restantes estão a carecer de intervenção. Estima-se que, no total, residam 1.438 pessoas nos bairros de habitação social.

No que concerne à caracterização dos residentes nos bairros de habitação social, os dados que se seguem correspondem a uma amostra que representa cerca de 45% do universo em análise e foram recolhidos em dezembro de 2014.

O agregado familiar dos residentes em habitação social é composto em media por 2,4 indivíduos, sendo cerca de 63% das famílias é composta por dois elementos. É importante destacar a existência de uma percentagem significativa de famílias que apresentam grandes vulnerabilidades ao nível económico, laboral e social, nomeadamente, as famílias monoparentais (19,6%) e de famílias constituídas por agregados familiares unipessoais (28,2%).

A média de idades dos bairros em análise é de 43 anos, verificando-se um peso expressivo da população em idade ativa, cerca de 68% da população tem idades compreendidas entre os 16 aos 64 anos. No que se refere ao envelhecimento da população, os bairros Valverde (156,3%) e do Calvário (175%), revelam um acentuado envelhecimento demográfico, situado bastante acima da média concelhia (134,3%). Este é um fenómeno alarmante que sugere algum tipo de acompanhamento de modo a ativar medidas de proteção e apoio social.

Ao nível das habilitações escolares verifica-se que, de um modo geral, os residentes nos bairros de habitação social apresentam baixos níveis de escolaridade. De acordo com os dados de 2014, 91% dos residentes têm no máximo o 2º ciclo do ensino básico, sendo que 60,1% não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico. Estes dados demonstram a situação de fragilidade que estes residentes se encontram e apontam para a importância de promover uma intervenção que possibilite a criação de trajetórias alternativas à reprodução social.

Relativamente à atividade profissional, 67,4% dos moradores encontram-se em idade ativa (426 indivíduos). No que concerne à condição perante o trabalho, estes dividem-se em dois grandes blocos: 49,1% são trabalhadores por conta de outrem e 49,1% encontram-se em situação de desemprego, os restantes 1,9% têm o seu próprio negócio.

Aprofundando a caracterização dos residentes em situação de desemprego verifica-se que, na globalidade dos Bairros, 83% estão desintegrados do mercado de trabalho pelo menos um

ano, denotando-se uma certa feminização da taxa de desemprego com maior expressividade no desemprego de curta duração. Verifica-se que, de uma forma geral, os desempregados de curta e de longa duração apresentam maioritariamente dois níveis de escolaridade. 1º e 2º ciclo. Contudo, ao nível global, os residentes desempregados apresentam baixas habilitações literárias, cerca de 86% dos residentes em situação de desemprego têm um grau de escolaridade inferior ao 6º ano. Estes dados são ainda mais preocupantes tendo em conta o atual contexto de recessão económica e o aumento das dificuldades de integração no mercado de trabalho. Neste sentido, de modo a dar resposta a estas situações é necessário criar estratégias de combate ao desemprego, que passem pelo desenvolvimento de competências e pela dinamização da economia local numa lógica de valorização do desenvolvimento endógeno sustentado.

A principal fonte de rendimento dos residentes em idade ativa, nos bairros em análise, demonstra a gravidade da fragilidade financeira que a maioria se encontra.

A principal fonte de rendimento de cerca de 56% dos residentes são os subsídios, mais concretamente o subsídio de RSI (7,5%), do subsídio de desemprego (10,9%) ou da prestação da reforma, pensão ou outro (37,6%). Os restantes 44% a sua principal fonte de rendimento é o trabalho. Tendo por referência o rendimento *per capita* mensal, constata-se que 57,3% dos agregados familiares vive com menos de 419,22€ por mês, dos quais 16% vive abaixo do limiar de risco de pobreza com menos de 178,16€ por mês.

Relativamente, à situação das crianças e jovens residentes nos bairros em análise, cerca de 42% das crianças e jovens vive abaixo do limiar de pobreza extrema (rendimento *per capita* do agregado familiar inferior a 178,15€ p/ mês) e 44% vive em risco de pobreza (rendimento *per capita* do agregado familiar entre os 178,15€ e os 419,22€ p/ mês). No que respeita à educação, cerca de 45% dos jovens e crianças com idade inferior a 20 anos estão em situação de abandono escolar (24,6%) ou já registaram insucesso escolar (20,2%). Verifica-se, também, uma elevada concentração de situações de negligência infantil e juvenil, em 2014, no concelho de Peniche, 20% das crianças e jovens sinalizadas (27) residiam nos mesmos. Deste modo, constata-se que as crianças e jovens apresentam-se como um grupo extremamente vulnerável e dadas as características das problemáticas a intervenção não deve se cingir apenas à criança, é necessário intervir ao nível da família e da comunidade.

De um modo geral, o acesso à habitação é uma condição fundamental para a promoção da integração plena, da qualidade de vida, do bem-estar e da participação social ativa das famílias e dos indivíduos em situação de desfavorecimento social. No entanto, a habitação, só por si, é insuficiente para a integração plena do indivíduo ou para o desenvolvimento do sistema familiar e comunitário, se o realojamento não for complementado com outras medidas setoriais, no quadro de uma intervenção integrada e sistémica que favoreça a inclusão social das pessoas e famílias nas mais diferentes dimensões da vida, quer seja no plano individual, comunitário ou societal.

Violência doméstica

Quanto às situações de violência doméstica, 17% dos crimes contra a integridade física são de violência doméstica, valor significativamente baixo, quando comparado com a realidade distrital (Leiria) com 42,1% e nacional com 40,1%. Em 2014 foram identificadas 32 situações de crime de violência doméstica, das quais, a generalidade (25) reportava-se a situações de violência conjugal ou análoga, não se registando nenhum crime contra menores.

O Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vítima em Torres Vedras, por sua vez, desde 2012, interveio com 13 vítimas de violência doméstica provenientes do concelho de Peniche.

Tendo em conta as especificidades da violência doméstica, é necessário aprofundar o conhecimento sobre este fenómeno, de modo a compreender se este número de casos representam a realidade concelhia ou se, por outro lado, refletem o encobrimento de situações crime. Também é necessário analisar a pertinência da criação de uma resposta local, uma vez que nenhuma instituição local intervém diretamente nas problemáticas subjacentes a este fenómeno.

6. Crianças e Jovens

Como uma das problemáticas emergentes ao nível da Saúde e Apoio Social é de destacar a relativa a crianças e jovens do concelho de Peniche. Mais especificamente, este capítulo do diagnóstico expõe quatro problemas relacionados com esta questão, nomeadamente: insuficiente cobertura das respostas de apoio à família na primeira infância; crianças e jovens com problemas de desenvolvimento psicomotor/défice intelectual; crianças e jovens em risco; crianças e jovens em situação de carência económica.

Seguidamente explicita-se cada um destes problemas, fundamentando-os com a maior clareza e objetividade possível, tendo em conta os dados disponíveis e disponibilizados pelos atores locais. Para efeitos analíticos considera-se como crianças e jovens a população entre os 0 e os 19 anos.

6.1. Caraterização demográfica

De acordo com as estimativas anuais da população residente do Instituto Nacional de Estatística (INE)[34], a população de crianças e jovens, ou seja, com idades compreendidas entre os 0 e os 19 anos, no final de 2014, era calculada num total de 2.042.614 indivíduos, o que corresponde a 19,7% da população total (10.374.822 indivíduos).

A população do concelho de Peniche era estimada em 27.028 e a população de crianças de jovens era de 5.389 indivíduos, o que perfaz 20% da população total concelhia, com menor expressão no grupo etário dos 0-4 anos: existem 1.185 crianças dos 0-4 anos, 1.377 dos

Figura 70 - População de crianças e jovens no concelho de Peniche, a 31 de dezembro de 2014.

População		0-4	5-9	10-14	15-19	Total
N.º	27.028	1.185	1.377	1.422	1.405	5.389
%	100	4,4	5,1	5,3	5,2	20

Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

Figura 71 - População residente no concelho de Peniche entre os 0 e os 19 anos, em 2014

	0-4		5-9		10-14		15-19		0-19	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
M	607	51,2	748	54,3	752	52,9	723	51,5	2.830	52,5
F	578	48,8	629	45,7	670	47,1	682	48,5	2.559	47,5
TOTAL	1.185	100,0	1.377	100,0	1.422	100,0	1.405	100,0	5.389	100,0

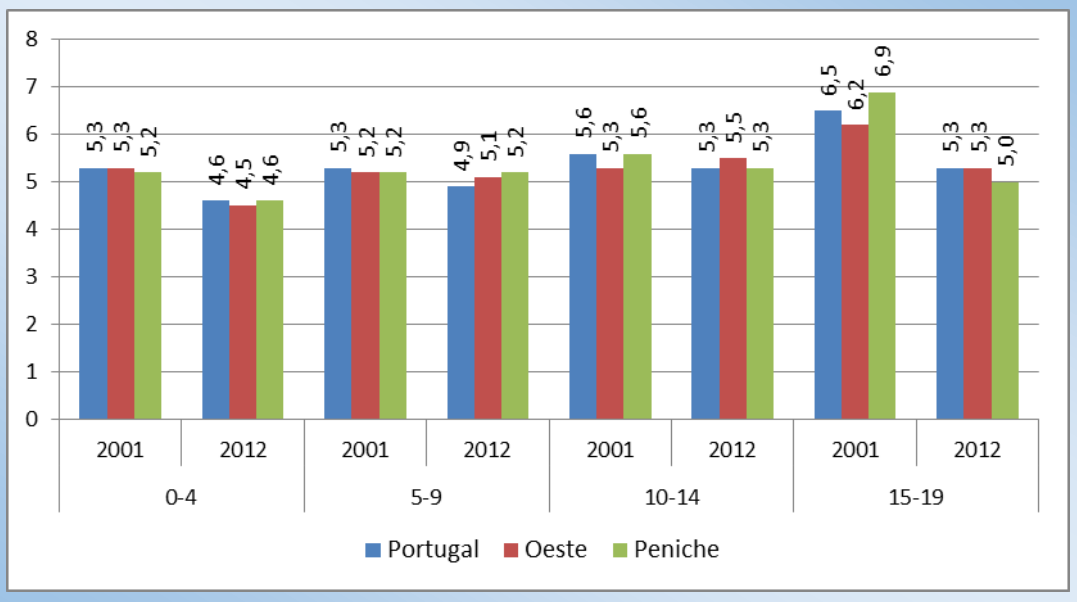
Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

[34]Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt/).

5-9 anos, 1.422 jovens dos 10-14 anos e 1.405 dos 15-19 anos.

No que diz respeito à proporção desses diferentes grupos etários no universo da população residente, os valores concelhios são equiparados aos dos seus territórios de referência e revelam, de uma forma geral, a mesma tendência evolutiva entre 2011 e 2014, de diminuição do peso das camadas infantis e juvenis na população global. Quanto à distribuição segundo o género, observa-se que nestas faixas etárias, os indivíduos do género masculino apresentam, em regra, uma vantagem percentual.

Figura 72 - Proporção de crianças e jovens na população residente por territórios, em 2001 e 2012



Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

6.2. Respostas de apoio à família na primeira infância (0 a 3 anos)

No que diz respeito à cobertura das estruturas formais de apoio à família na primeira infância, constata-se que ainda se verifica um número significativo de crianças sem enquadramento institucional ou sem outra resposta social.

Para o ano de 2014, estimava-se em 948 o número de crianças em idade de creche do concelho de Peniche[35]. Para esse universo existem 6 equipamentos de creche, dos quais 3 estão localizados na freguesia de Peniche e os outros 3 estão distribuídos pelas freguesias

[35]O número de crianças dos 0 aos 3 anos residentes no Concelho de Peniche que é indicado para 2014 foi estimado com base no total de habitantes da faixa etária dos 0 aos 4 anos (1185 de acordo com o site do Pordata) e no pressuposto da proporcionalidade do grupo de crianças por cada um dos anos compreendidos entre os 0 e os 4 anos.

limítrofes, nomeadamente Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D´El Rei. Estes equipamentos caracterizam-se, em termos globais, por referência ao ano letivo de 2013/2014, por apresentar uma capacidade para 289 crianças, uma taxa de utilização de 96,9% e uma lista de espera na ordem das 102 crianças.

No total de situações "desenquadradas", constata-se que as freguesias que evidenciam maior necessidade de resposta são as das zonas limítrofes à cidade, com um total de 72 crianças em lista de espera, o que representa uma percentagem de 70,6% dos casos. Este cenário, associado a uma maior carência de equipamentos, deslocalização de serviços e dispersamento populacional destas zonas, leva a acautelar para uma maior reflexão sobre a gravidade do problema, uma vez que o mesmo exige uma solução integrada e sistémica, que ultrapassa a simples hipótese de construção de um equipamento, como por exemplo a existência de transporte para crianças oriundas de diferentes localizações.

Figura 73 - Creches no concelho de Peniche, no ano letivo 2013/2014

Instituição	Equipamento	Freguesia	N.º Crianças	Capacidade (Nº)	TX Utilização (%)	Lista de Espera (Nº)
Centro Solidariedade e Cultura de Peniche	Santa Maria	Peniche	66	78	84,6	0
Santa Casa da Misericórdia	Infantário "O Traquinas"		39	35	111,4	30
	Santa Isabel		64	64	100,0	
		Sub-Total	**169**	**177**	**95,5**	**30**
Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Atouguia da Baleia	JI CPBESA	Atouguia da Baleia	41	41	100,0	41
Associação Jardim Infantil de Ferrel	JI Ferrel	Ferrel	40	40	100,0	26
Associação para Jardim de Infância de Serra D'El-Rei	JI Serra D'El-Rei	Serra D Rei	30	31	96,8	5
		Sub-Total	**111**	**112**	**99,1**	**72**
		TOTAL	**280**	**289**	**96,9**	**102**

Fonte: Carta Social (http://www.cartasocial.pt) e recolha direta.

Do quadro seguinte, observa-se que, a nível concelhio, o número de lugares em creches aumentou na última década em mais 92 vagas, num crescimento na ordem dos 31,8%, tendo passado a capacidade instalada de 197 para 289 crianças, o que denota um investimento significativo no alargamento da rede de equipamentos de apoio à primeira infância por parte das IPSS locais e da administração pública central e local. O aumento da capacidade verificou-se essencialmente na cidade de Peniche, que passou a contar com mais 87 lugares para creche, tendo as freguesias limítrofes também assistido ao reforço da sua resposta, ainda

que de forma bem mais ligeira, exceção feita à Freguesia de Ferrel que ficou com menos 5 lugares.

Há que realçar que em 2010/2011 a resposta na Freguesia de Peniche era ainda maior, mas que diminuiu em 2013/2014 devido ao encerramento de uma valência de creche em 2012/2013, resultante da reestruturação de uma entidade que optou por manter apenas um dos equipamentos.

Figura 74 - Evolução dos indicadores relativos a creches no concelho de Peniche entre o ano letivo 2003/04 e 2013/14

Freguesia	Crianças (Nº)			Capacidade (Nº)			TxUtilização (%)			Lista de Espera (Nº)		
	2003/04	2010/11	2013/14	2003/04	2010/11	2013/14	2003/04	2010/11	2013/14	2003/04	2010/11	2013/14
Peniche	90	191	169	90	190	177	100,0	100,5	95,5	144	34	30
Atouguia da Baleia	35	33	41	35	35	41	100,0	94,3	100,0	40	20	41
Ferrel	45	42	40	45	40	40	100,0	105,0	100,0	40	33	26
Serra D´El Rei	27	27	30	27	27	31	100,0	100,0	96,8	42	10	5
Total	197	293	280	197	292	289	100,0	100,3	96,9	266	97	102

Fonte: CLAS, Diagnóstico Social do concelho de Peniche 2004, Carta Social 2011 e 2014 (http://www.cartasocial.pt) e recolha direta.

Em resultado do alargamento da capacidade instalada, a taxa de cobertura para a resposta de creche apresentou um aumento assinalável nos últimos 10 anos, pondera-se para o número de crianças estimado no final de 2014 um nível de cobertura na ordem dos 30,5%%, numa subida de 3,7 pontos percentuais por comparação com o ano de 2003 (26,8%).O concelho de Peniche aproxima-se assim, lentamente, da meta da Carta de Barcelona que fixou nos 33% a taxa de cobertura de creches para as regiões dos

Figura 75 - Evolução da taxa de cobertura para a resposta de creche no concelho de Peniche entre 2003 e 2014

	Capacidade	População residente 0-3 anos	Tx cobertura
	Nº		%
2003	197	735	26,8
2014	289	949	30,5

Fonte: CLAS, Diagnóstico Social do concelho de Peniche 2004, Carta Social 2014 (http://www.cartasocial.pt) e Pordata

Figura 76 - Taxa de cobertura para a resposta de creche no concelho de Peniche por freguesias, em 2011[1]

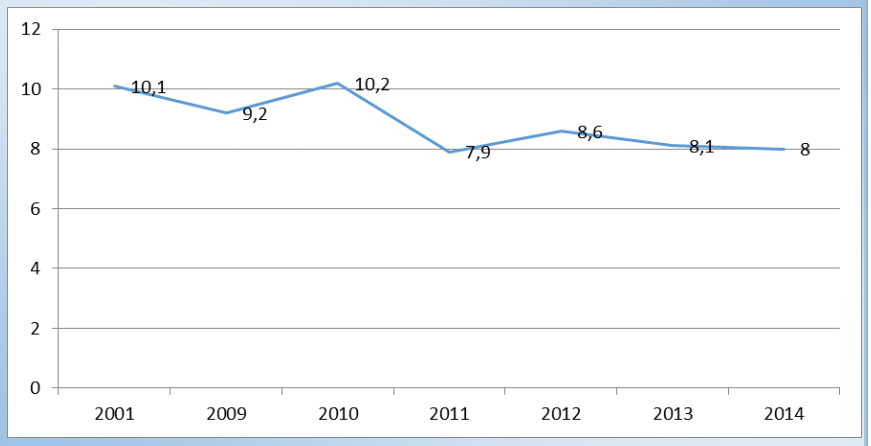
Freguesias	Capacidade	População residente 0-3 anos	Tx Cobertura
	Nº		%
Peniche	210	482	43,6
Atouguia da Baleia	41	332	12,3
Ferrel	40	95	42,1
Serra D´El Rei	31	56	55,4

Fonte: INE (http://www.ine.pt) e Carta Social 2014 (http://www.cartasocial.pt).

países da União Europeia[36]. Apesar disso, persistem importantes carências de cobertura dentro do território, nomeadamente ao nível da freguesia de Atouguia da Baleia, onde se estima (para dados de população residente de 2011) que a capacidade de resposta não cobre senão 12,3% das crianças em idade de creche existentes.

A evolução positiva da taxa de cobertura para creche se, por um lado, traduz o aumento da oferta em lugares disponíveis, por outro lado, tem também subjacente uma diminuição progressiva da população infantil dos 0 aos 4 anos residente no concelho, associada a uma quebra da natalidade. Com efeito, entre 2001 e 2014, registou-se a nível local uma redução da taxa de natalidade de 10,1% para 8%,à imagem do que sucedeu, refira-se, no panorama nacional, cuja quebra de natalidade nesse período foi de 10,9% para 7,9%. A diminuição da taxa bruta de natalidade no concelho traduziu-se no decréscimo de nados-vivos na generalidade das freguesias, com exceção de Ferrel. Efetivamente, entre 2001 e 2014, registou-se no concelho de Peniche uma diminuição do número de crianças da faixa etária

Figura 77 - Evolução da taxa bruta de natalidade no concelho de Peniche (2001-2014)



Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

Figura 78 - Crianças e jovens residentes no concelho de Peniche em 2001 e 2014

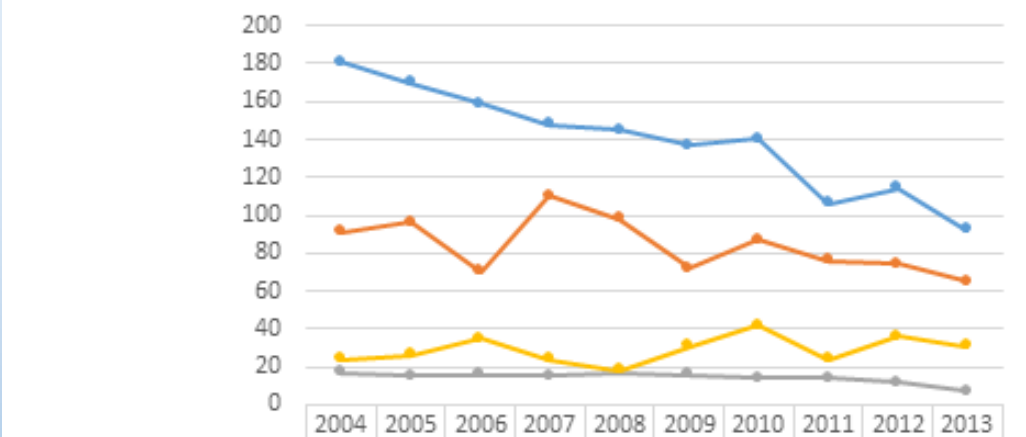
	Total	0-4	5-9	10-14	15-19	0-19
2001	27.310	1.426	1.420	1.529	1.872	6.247
2014	27.028	1.185	1.377	1.422	1.405	5.389
Tx Var 01/14	-1,1	-16,9	-3,1	-7	-24.9	-13,7

Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

[36] Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Barcelona, 15-16 de Março de 2002. Esta meta fixada em Março de 2002 pelo Conselho Europeu para os Estados-Membros, pela qual se propõem a alcançar, até 2010, uma capacidade de cobertura para estruturas de apoio à primeira infância para, pelo menos, 33% das crianças entre os 0 e os 3 anos de idade, enquadrou-se nas medidas da Estratégia Europeia para o Crescimento e o Emprego, cuja finalidade visou aumentar a taxa de emprego dos jovens progenitores e incentivar a participação das mulheres no mercado de trabalho, de modo a contribuir para uma maior igualdade de género.

entre os 0 e os 4 anos na ordem dos 16,9%, à imagem do que sucedeu a nível nacional, em que se verificou uma diminuição de 19,2%.[37].

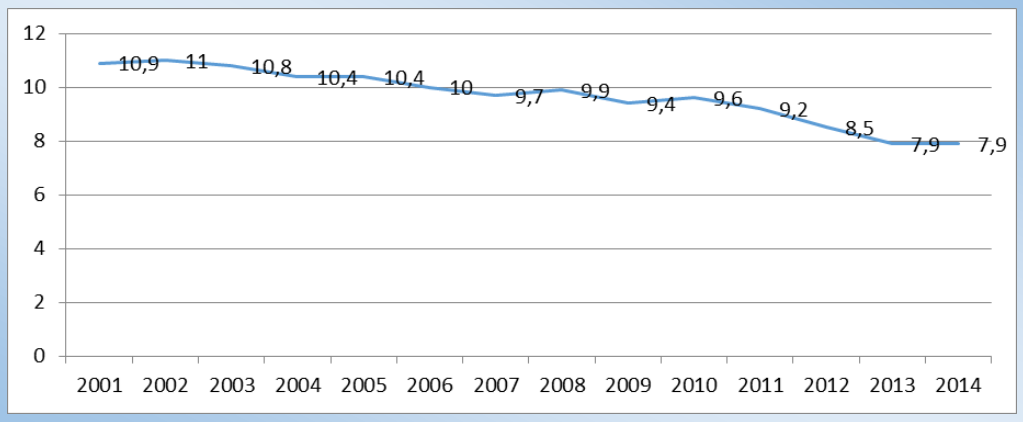
Figura 79 - Evolução do número de nados-vivos por freguesias do concelho de Peniche (2004-2013)



	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Peniche	181	170	159	148	145	137	140	106	114	92
Atouguia da Baleia	91	96	70	110	98	72	87	76	74	65
Serra d´ El-Rei	17	15	16	15	17	16	14	14	12	7
Ferrel	24	26	35	24	18	31	42	24	36	31

Fonte: INE (http://www.ine.pt)

Figura 80 - Evolução da taxa bruta de natalidade, a nível nacional, entre 2001 e 2014(%)



Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

Considerando o número de crianças em lista de espera para creche (102) e o facto da taxa de cobertura estar aquém da média nacional (30.5% contra 41,8%), é necessário atender à necessidade de resposta das crianças que se encontram sem enquadramento institucional ou sem outra resposta social. Estima-se que seja de 659 o total de crianças que ficam de fora da

[37]Fonte: *Pordata* - http://www.pordata.pt/.

rede formal concelhia de apoio à primeira infância (69,5%), com 557 sem inscrição em qualquer equipamento (58,7%). Em termos territoriais, é a freguesia de Atouguia da Baleia que regista a cobertura mais deficitária.

Algumas destas crianças estarão, possivelmente, integradas em amas privadas e, como tal, não se encontram "desenquadradas". Esta é uma situação que se tem verificado no concelho, mas que não se consegue quantificar uma vez que não se encontram legalizadas. Esta situação constitui-se, contudo, num complemento à resposta institucional.

Neste âmbito, importa definir mecanismos de trabalho em parceria que promovam a deteção e sinalização das crianças mais desprotegidas para encaminhamento para respostas sociais. É também necessário avaliar a dimensão e caraterísticas do universo de crianças sem enquadramento institucional ou qualquer outro suporte informal de apoio. A intervenção passa nomeadamente, por um lado, por perceber o número exato de crianças em lista de espera e sem uma resposta de integração consistente e aceitável, averiguando em que situação estas se encontram e, por outro lado, encontrar uma solução para o problema, que entretanto emerge, das amas ilegais. Também seria de considerar um sistema de cruzamento de dados provenientes das diferentes instituições, por forma a mais facilmente identificar sobreposições e duplicações de casos.

6.3. Crianças e jovens com problemas de desenvolvimento psicomotor/défice intelectual

"O atraso global do desenvolvimento psicomotor (AGDPM) e o défice intelectual (DI) definem-se de acordo com a idade do indivíduo afetado (inferior ou superior a 5 anos) e resultam de um funcionamento cognitivo subnormal com origem durante o período do desenvolvimento, como consequência de múltiplas causas, incluindo agressão perinatal ou erros genéticos, em cerca de metade dos casos. No mundo ocidental contam com uma prevalência de aproximadamente 3%, e têm um grande impacto na vida da pessoa afetada bem como respetiva família e sociedade" (Oliveira, Rodrigues, Venâncio,

Figura 81 - Crianças e jovens dos 0 aos 19 anos, inscritos no Centro de Saúde de Peniche, segundo o género e o grupo etário, em 2011

Grupo Etário	Género		Total	%
	Masculino	Feminino		
< 1 ano	123	119	242	4,1
1-4 anos	561	535	1096	18,6
5-9 anos	798	687	1485	25,2
10-14 anos	803	747	1550	26,3
15-19 anos	731	797	1528	25,9
Total	3016	2885	5901	100,0

Fonte: Centro de Saúde de Peniche, 2011

Saraiva & Fernandes, 2012). É com base nesta definição que a análise do problema em causa levantado pelos atores locais será desenvolvida.

Em termos gerais, observa-se que, em 2011, o número de crianças e jovens inscritos no Centro de Saúde de Peniche dos 0 aos 19 anos de idade era de 5.901, valor este ligeiramente superior aos dados indicados pelo Pordata para 2011, que era de 5631, mas esta diferença pode estar associada a utentes inscritos que não residam no concelho.

Na vigilância da saúde das crianças e jovens está padronizado o "exame global de saúde" (EGS), que é realizado aos 5-6 anos de idade e aos 11-13 anos, sendo cada criança e jovem avaliado nesta consulta pelo seu médico de família (DGS, 2007). Quando a marcação da consulta não é solicitada pela família, a Unidade de Saúde convoca a criança e jovem para a realização da consulta. Denota-se uma fraca valorização desta consulta por parte das famílias pela baixa adesão à mesma. Esta baixa adesão em termos de vigilância, com particular relevo na coorte 11-13 anos onde se registam taxas de cobertura muito baixas[38], pode inviabilizar a deteção precoce de alguns problemas de saúde e a sua prevenção primária e secundária atempada. Efetivamente, esta consulta define-se, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2004), como "a avaliação do desenvolvimento global (físico e psicológico) das crianças e dos adolescentes a diagnosticar precocemente desvios da normalidade".

A principal estratégia para lidar com os problemas de desenvolvimento psicomotor é a intervenção precoce, que tem sido definida como sendo o esforço, sistemático e planeado, para promover o desenvolvimento através da intervenção no ambiente e nas vivências durante os primeiros cinco anos de vida (WHO, 2012).

Trata-se de uma prática que diz respeito aos serviços, apoios e recursos necessários para responder às necessidades das crianças (incluindo atividades e oportunidades que visam incentivar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança) e, ainda, aos serviços, apoios e recursos necessários para que as famílias possam promover o desenvolvimento dos seus filhos, criando oportunidades para que tenham um papel ativo neste processo (Dunst & Bruder, 2002, cit. por Almeida, 2004).

A 21 de junho de 2011 foi constituída formalmente a Equipa Local de Intervenção (ELI) Bombarral/Peniche. A equipa pretende acompanhar todas as crianças entre os 0 e os 6 anos de vida que cumpram os critérios de sinalização pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce

na Infância (SNIPI) na sua área de intervenção, assim como, apoiar as respetivas famílias. O SNIPI decorre do Decreto-Lei nº 281/2009 de 6 de outubro e "consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento"[39]. Na medida em que tem na sua base a atuação coordenada dos Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, da Saúde e da Educação, a Intervenção Precoce na Infância abrange um conjunto de apoios integrados de natureza preventiva e reabilitativa no âmbito da educação, saúde e da ação social.

As Equipas Locais de Intervenção (ELI) são constituídas por equipas pluridisciplinares com base em parcerias institucionais envolvendo vários profissionais: educadores de infância de IP; enfermeiros; médicos de família/pediatras ou outros; assistentes sociais; psicólogos; terapeutas, e outros. As suas funções são as seguintes, de acordo com o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância[40]):

- Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o SNIPI;
- Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requeiram avaliação periódica, devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidade de evolução;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o PIIP em função do diagnóstico da situação;
- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- Articular, sempre que se justifique, com as comissões de proteção de crianças e jovens, com os núcleos da saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;
- Assegurar, para cada criança, processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins-de-infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.

---

[38] Fonte: Plano Local de Saúde: Unidade de Saúde Pública – Triénio 2011-2013
[39]Art.º1º, ponto1, do D-L nº282/2009 de 6 de outubro.
[40]Fonte: Direção Geral de Saúde - http://www.dgs.pt/ms/12/default.aspx?id=5525

O Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde é o agrupamento de referência para a intervenção precoce, estando a ELI Peniche sedeada no Centro de Saúde de Peniche. A equipa é constituída por três docentes de Intervenção Precoce e uma enfermeira. Como principal constrangimento destaca-se, desde logo, a necessidade de técnicos especializados nas áreas da Terapia da Fala, Psicomotricidade, Serviço Social e Psicologia.

Figura 82 - Número de Crianças apoiadas pela ELI por entidade referenciadora e por rede, em 2013/2014

Rede	Entidade Referenciadora							
	Hospital	ACES	Creche	Pré escolar	CPCJ	Família	Outra	Total
Peniche	9	2	8	16	1	4	2	42
Rede pré-escolar Peniche	6	0	2	6	0	1	2	17
Total Peniche	15	2	10	22	1	5	4	59

Fonte: Relatório de Atividades 2013/2014 da ELI Bombarral/Peniche

Segundo definido no Relatório de Atividades de 2013/2014, os critérios de priorização para acompanhamento da ELI são os seguintes: idade – prioridade a crianças mais novas; integração em contexto educativo – prioridade a crianças em domicílio; acompanhamento por outrem que não ELI – prioridade a crianças sem outro tipo de apoio; elegibilidade – prioridade a crianças com risco biológico ou socio ambiental.

Figura 83 - Número de Crianças apoiadas por idade e sexo pela ELI, em 2011

Idade	Sexo		Total
	M	F	
até 12 meses	2	1	3
1 ano	3	2	5
2 anos	5	1	6
3 anos	3	2	5
4 anos	7	1	8
5 anos	5	3	8
6 anos	1	0	1
TOTAL	**26**	**10**	**36**
%	**72,2**	**27,8**	**100**

Fonte: ELI, Relatório de Atividades - Equipa Local de Intervenção, junho a dezembro de 2011

Dados do ano de constituição formal da equipa da ELI Bombarral/Peniche (2011), revelam uma elevada incidência de apoios a crianças do sexo masculino (72,2%), o que vai ao encontro dos dados encontrados em estudos populacionais, que apontam para um predomínio de prevalência destes distúrbios no sexo masculino, principalmente devido ao grande número de casos de défice intelectual ligado ao cromossoma X (Oliveira et. al, 2012). Relativamente à idade, constata-se uma maior incidência de crianças apoiadas com 4 anos (22, 2%), o que poderá ter a ver com uma maior deteção destas situações com a entrada em equipamento pré-escolar. Neste ano e nos dois seguintes, a maioria das crianças apoiadas pela ELI residiam na Freguesia de Peniche.

Figura 84 - Número de Crianças apoiadas pela ELI por faixa etária e por rede, em 2013/2014

Rede	Faixa Etária		
	0 - 3 Anos	>4 anos	Total
Peniche	16	26	42
Rede pré-escolar Peniche	0	17	17
Total Peniche	16	43	59

Fonte: Relatório de Atividades 2013/2014 da ELI Bombarral/Peniche

Figura 85 - Número de Crianças apoiadas pela ELI por local de residência, entre 2011 e 2013

Local de Residência	2011	2012	2013
Atouguia da Baleia	4	3	7
Ferrel	2	4	5
Serra D´El Rei	0	1	6
Peniche	17	24	44
Outro	1	0	0
Total	**24**	**32**	**62**

Fonte: ELI, Base de dados relativos a 2011, 2012 e 2013

De acordo com os dados do Relatório de Atividades 2013/2014, a ELI de Peniche atendeu 59 crianças, o que para um universo de 1840 crianças com idade entre os 0 e os 6 anos[41], corresponde a uma incidência de 3,2%, o que está próximo da prevalência identificada na população das sociedades ocidentais (Oliveira et. al, 2012). A principal fonte de referenciação foi o ensino pré-escolar (37,3%, n=22), o que, se considerarmos a elevada incidência de crianças não cobertas por esta resposta, faz supor que o número de crianças com problemas de desenvolvimento poderá ser muito maior e aponta para o perigo em que estas crianças estarão pela não identificação de problemas naquela que é considerada a fase de desenvolvimento mais importante na vida de uma pessoa (WHO, 2007).

Para além dos critérios de priorização já enunciados, a ELI cumpre com critérios de elegibilidade que sãos os seguintes: 1) alterações nas funções ou estruturas do corpo; 2) risco grave de atraso de desenvolvimento. É dada prevalência ao primeiro critério e foi esse o critério mais apresentado pelas crianças apoiadas na rede pré-escolar. No entanto, também é preocupante que tenham sido apoiadas pela ELI, em 2013, 13,9% das crianças por risco grave de atraso de desenvolvimento, que estavam expostas a fatores de risco ambiental, parental e contextual.

[41]Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

Figura 86 - Caraterização da população atendida pela ELI por critério de elegibilidade, em 2013/2014

Rede	Critérios de Elegibilidade	
	1 Alterações nas funções ou estruturas do corpo	2 Risco grave de atraso de desenvolvimento
Peniche - Total	38	30
Rede pre escolar Peniche	16	3
Total Peniche - IP+EE	54	33

Fonte: Relatório de Atividades 2013/2014 da ELI Bombarral/Peniche

Figura 87 - Problemáticas identificadas nas crianças apoiadas pela ELI por idade, em 2013[1]

IDADE / CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE	Alterações nas funções ou estruturas do corpo		Risco grave de atraso de desenvolvimento			TOTAL
	Atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida	Atraso de desenvolvimento por condições específicas	Crianças expostas a fatores de risco biológico	Crianças expostas a fatores de risco ambiental		
				Fatores de risco parentais	Fatores de risco contextuais	
< 12 meses	1	1	0	0		**2**
1 ano	1	2	0	0		**3**
2 anos	3	4	3	2		**12**
3 anos	9	4	2	2		**17**
4 anos	8	4	2	1		**15**
5 anos	7	3	0	2		**12**
6 anos	1	5	1	2		**9**
> 6 anos	1	0	0	1		**2**
Total	**31**	**23**	**8**	**10**		**72**

Fonte: ELI, Base de dados relativos a 2013.

Ao longo dos três anos de funcionamento da ELI o número de crianças apoiadas triplicou. A casuística mais baixa no primeiro ano não é de estranhar, não só por se tratar de um serviço novo, mas também por a equipa só ter sido formalmente constituída no fim do primeiro semestre. No entanto, destaca-se a aumento de 47,6% de 2012 para 2013. Em 2014 verificou-se uma redução de 7,9% no número de crianças apoiadas.

O contexto de intervenção prevalecente tem sido os equipamentos, nas modalidades de creche, jardim-de-infância (IPSS) e pré-escolar. Os dados de 2013 confirmam a necessidade de integração de técnicos especializados na equipa, na medida em que se verifica que as

necessidades de intervenção não estão a ser colmatadas por outros serviços. 63% das crianças apoiadas nesse ano não usufruíram dos apoios de que necessitavam.

Figura 88 - Contexto de intervenção referente às crianças apoiadas pela ELI, entre 2011 e 2014[1]

Contexto de Intervenção	2011	2012	2013	2014
Família/Domicílio	3	3	9	4
Ama	0	0	0	0
Creche	6	10	12	8
IPSS	11	6	29	46
Pré-escolar	1	1	13	
Maternidade	0	1	0	0
Hospital	0	6	0	0
CPCJ	0	1	0	0
Outro	0	4	0	0
ACES ON	0	1	0	0
Total	**21**	**33**	**63**	**58**

Fonte: ELI, Base de dados relativos a 2011, 2012 e 2013;Relatório de Atividades 2013/2014 da ELI Bombarral/Peniche

Figura 89 - Necessidades de intervenção referente às crianças apoiadas pela ELI segundo a especialidade, em 2013[1]

Especialidades	Usufrui	Não Usufrui	Aguarda
Psicomotricidade	3	7	0
Terapia fala	8	20	1
Fisioterapia	7	4	0
Psicologia	2	9	0
Terapia Ocupacional	2	0	0
Consulta Desenvolvimento	1	0	0
Total	**23**	**40**	**1**

Fonte: ELI, Base de dados relativos a 2013.

O número significativo de situações acompanhadas pela ELI que têm a ver com a exposição a fatores de risco ambiental, derivando, em grande medida, do contexto familiar, assim como a incidência muito limitada de intervenção efetuada em contexto familiar, determinam a necessidade de uma intervenção de especialidade no seio da família. Porém, a necessidade de intervir no meio familiar não se circunscreve a estas circunstâncias específicas, mas na globalidade das situações acompanhadas pela ELI, tendo em conta o lugar central que cabe à família enquanto rede social de suporte. Neste sentido, percebe-se a necessidade de trabalho centrado nas famílias, como medida complementar à educação precoce, numa lógica de prevenção e de reabilitação, e como forma de colmatar lacunas no quadro atual de intervenção da ELI.

Para além da intervenção precoce, foram apontadas outras respostas nos Agrupamentos de Escolas do concelho, asseguradas pelo Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) da CERCIPENICHE, que tem como objectivo geral "apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidade, ao abrigo do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 janeiro, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo"[42].

[42]Fonte: CERCIPENICHE (http://www.cercipeniche.pt/index.php/servicos/cri/enquadramento-geral)

O projecto anual é constituído em função do levantamento de necessidades dos alunos que se encontram ao abrigo do Decreto-lei n.º 3/2008,sendo os recursos ajustados em função do financiamento assegurado pelo Ministério da Educação. É disponibilizado um conjunto de apoios diretos em áreas especializadas: psicologia, fisioterapia, terapia da fala e educação especial e reabilitação. O trabalho é desenvolvido de forma partilhada com o professor de turma/educador, professor de Educação Especial/Técnico de IP e em parceria com a família e as estruturas da comunidade.

Durante o ano letivo de 2014/2015, o CRI acompanhou 88 crianças e jovens, com idades compreeendidas entre os 7 e os 19 anos, o que corresponde a 2,1% do universo de crianças dos 5 aos 19 anos do concelho (n = 4.263) e 1,6% das crianças dos 0 aos 19 anos (n = 5.534). Verifica-se uma maior incidência de crianças e jovens do sexo masculino 70,5%, da faixa etária dos 10-14 anos (64,8%) e a frequentar o 1º e o 2º ciclo (79,5%).

Figura 90 - Idade e sexo das crianças e jovens apoiados pelo CRI no ano letivo 2014/2015

	Idade													
Sexo	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**Total**
Masculino	4	4	3	4	10	13	6	6	7	4	0	0	1	62
Feminino	0	0	2	2	3	3	6	4	4	1	0	1	0	26
Total	4	4	5	6	13	16	12	10	11	5	0	1	1	88
	13			57					18					

Fonte: Intervenção do CRI: Dados relativos ao Ano Letivo 2014/2015

Figura 92 - Idade e ciclo de ensino das crianças e jovens apoiados pelo CRI no ano letivo 2014/2015

	Idade													
Ciclo de ensino	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	Total
1º ciclo	4	4	5	6	11	6								36
2º ciclo					2	10	12	6	4					34
3º ciclo								4	6	4	0	1		15
Secundário									1	1	0	0	1	3
Total	**4**	**4**	**5**	**6**	**13**	**16**	**12**	**10**	**11**	**5**	**0**	**1**	**1**	**88**

Fonte: Intervenção do CRI: Dados relativos ao Ano Letivo 2014/2015

Figura 91 - Apoios especializados e ciclo de ensino das crianças e jovens apoiados pelo CRI no ano letivo 2014/2015

	Ciclo de Ensino				
Apoios Especializados	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Total
Psicologia	23	26	13	3	65
Terapia da Fala	19	16	5	1	41
Psicomotricidade	9	11	2	0	22
Fisioterapia	3	7	0	0	10
Total	**54**	**60**	**20**	**4**	**138**

Fonte: Intervenção do CRI: Dados relativos ao Ano Letivo 2014/2015

O Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, define "os apoios especializados que visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial". No ano letivo de 2014/2015, o CRI proporcionou 138 apoios especializados. Porém, este número não traduz o número de crianças/jovens apoiados, visto que a mesma criança/jovem pode usufruir de mais do que um apoio, mas antes o número de respostas efetuadas. O apoio especializado mais disponibilizado foi o de Psicologia (47,1%), o que não é de estranhar atendendo ao facto de se tratar de uma especialidade abrangente e não específica de determinadas condições.

No âmbito de respostas na área da saúde, existe a informação de que foram acompanhadas, em 2009, no Centro Hospitalar do Oeste Norte – unidade de Caldas da Rainha, em Consulta de Desenvolvimento da Criança, 52 crianças, ou seja 0,9% do total de inscritos no Centro de Saúde de Peniche. Não se, conseguia saber, à data, o número de crianças em lista de espera para estas consultas, uma vez que o centro hospitalar dispunha apenas de uma base de dados conjunta das crianças sinalizadas de todos os concelhos.

Atualmente o Centro Hospitalar do Oeste não dispõe de Consulta de Desenvolvimento da Criança. A última referência a esta consulta é efetuado no Relatório de Atividade de 2013, mas a sua casuística aparece integrada na da consulta de Pediatria, não permitindo identificar a incidência de crianças acompanhadas.

6.4. Crianças e jovens em risco

As situações de risco implicam um perigo apenas potencial, eventual para a efetivação dos direitos da criança. Nas situações de risco, a legitimidade de intervenção circunscreve-se aos esforços para a sua superação, de forma a evitar-se o eclodir do perigo, mediante políticas, estratégias e ações integradas, a nível central e local, de prevenção primária, no sentido mais amplo.

Quando o grau de risco é tão elevado que já constitui perigo para a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou jovem têm que intervir as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), de modo adequado a remover o perigo.

A Lei n.º 147/99, de 1 setembro, define as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens como um organismo oficial não judicial, cuja função é a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo.Intervêm em situações em que a criança ou jovem se encontra numa das seguintes situações (Artigo 3.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro):

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Tendo em conta esta resposta, verifica-se que, no ano de 2014, o total de crianças acompanhadas pela CPCJ de Peniche foi de 165 casos, o que representa 3,1% do universo de crianças e jovens residentes no concelho de Peniche estimado para o fim do ano de 2014.

O volume processual de 165 acompanhamentos decorre de 108 (65,4%) processos transitados do ano anterior, de 45 (27,3%) novos processos que foram instaurados e de 12 (7,3%) reabertos, tendo havido o arquivamento de 34 processos, o que explica o registo de 131 processos ativos no final do ano.

O número de processos transitados e reabertos representa 72,7% da entrada de processos em 2014, o que indica que a maior parte dos processos acompanhados não dizem respeito a situações de perigo resultantes de um nível de funcionamento familiar vulnerável à crise, em que é possível com ajuda temporária, ou seja, de 6 meses a 1 ano, resolver problemas específicos que colocam a criança/jovem em perigo. A maior parte dos casos dizem respeito a

crianças/jovens que fazem parte de famílias com níveis de funcionamento que implicam outro tipo de intervenção (Crittenden, 2005, cit. por Calheiros, 2015):

- Recuperável (famílias multiproblemáticas): necessitam de vários tipos de formação em competências específicas ou de terapia em determinados aspetos; o período de intervenção pode variar de 1 a 4 anos e requer a gestão ativa do caso;
- Apoiável: com serviços específicos e contínuos, a família pode satisfazer as necessidades básicas das crianças; os serviços, bem como a sua gestão, serão necessários até que todas as crianças da família cresçam.

Esta predominância de casos que necessitam de uma intervenção superior a um ano, acrescida da pouca afetação de tempo dos elementos da Comissão restrita para gestão processual[43], resulta num elevado número de processos transitados de ano para ano, numa proporção superior à nacional (47,5% de transitados em 2014).

De 2006 a 2014, pode constatar-se que, após uma tendência de diminuição do número de processos acompanhados anualmente/transitados/instaurados pela CPCJ de Peniche entre 2007 e 2012, em 2013 e 2014 tem-se vindo a verificar um aumento. Esta situação teve por base a redução e posterior aumento registado ao nível do volume de processos que transitaram de ano para ano, assim como dos processos instaurados anualmente e dos reabertos. A nível nacional, ao contrário do observado em 2013, em 2014 o número de processos ativos diminuiu (menos 1592 processos)[44].

Figura 93 - Processos em Acompanhamento pela CPCJ de Peniche entre 2006-2014

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Transitados do ano anterior	152	164	126	123	119	93	91	110	108
Instaurados	80	67	26	43	50	54	55	42	45
Reabertos	14	19	10	16	10	11	14	7	12
Arquivamentos	47	107	42	63	66	66	50	49	34
Ativos[1]	199	143	120	179	113	92	110	110	131

Fonte: Recolha Direta e site da CNCPCJR (http://www.cnpcjr.pt)

Relativamente às caraterísticas das crianças e jovens acompanhados, verifica-se que o escalão etário mais representado é o dos 15-17 anos, o que é coincidente com os dados verificados a

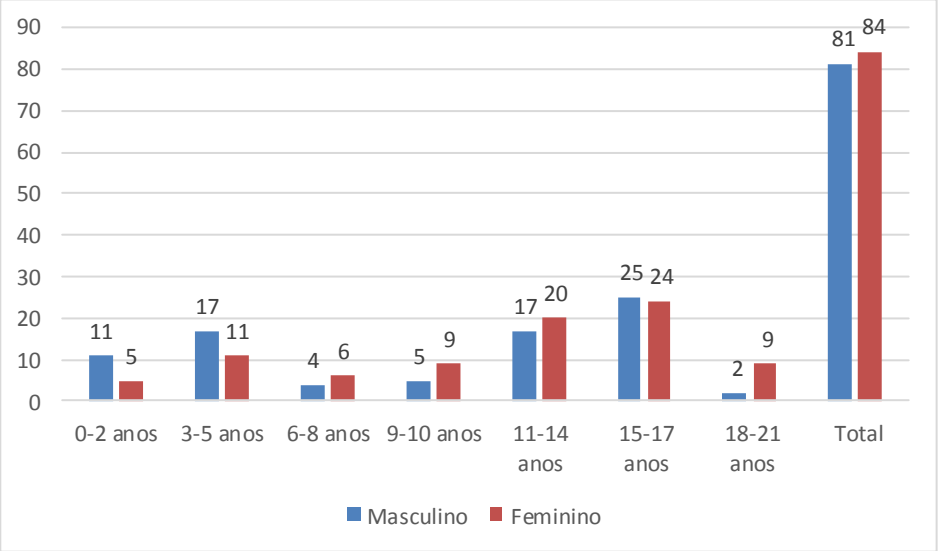
[43]Em 2014 verificou-se um rácio de 58 horas semanais para gestão de 131 processos ativos, o que se traduz em 27 minutos semanais por processo.
[44]Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014, p. 10.

nível nacional, que apontam os 15-21 anos como o escalão etário mais representativo das crianças e jovens com processo acompanhados pelas CPCJ[45]. No que respeita ao sexo, constata-se uma distribuição equitativa, embora ligeiramente superior por parte do sexo feminino.

A incidência de situações de perigo que motivaram a intervenção das CPCJ a nível nacional recai em cinco problemáticas[46]: exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança; negligência; situações de perigo em que esteja em, causa o direito à educação; criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar; e maus-tratos físicos. Na CPCJ de Peniche, no ano de 2014, os motivos de intervenção seguiram a tendência constatada a nível nacional. O principal motivo de intervenção foi a negligência, seguido da exposição a comportamentos que põem em causa o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem, e de situações de perigo que põem em causa o direito à educação, nomeadamente o absentismo e o abandono escolar. A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e maus-tratos psicológicos ou indiferença afetiva completam o leque de cinco problemáticas mais incidentes. Não foram sinalizadas situações de perigo por maus tratos físicos.

Quanto às situações de perigo que põem em causa o direito à educação (absentismo e o abandono escolar) verifica-se que acontecem exclusivamente nos jovens (11 a 21 anos) e com

Figura 94 - Crianças e jovens acompanhados por escalão etário e sexo em 2014

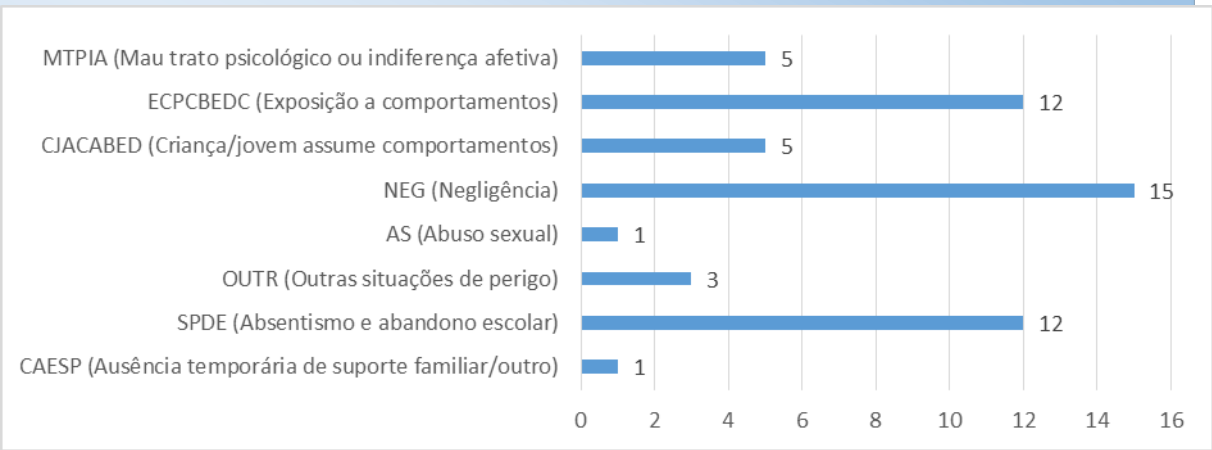


Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014

[45]Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014, p. 11.
[46]Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014, p. 82.

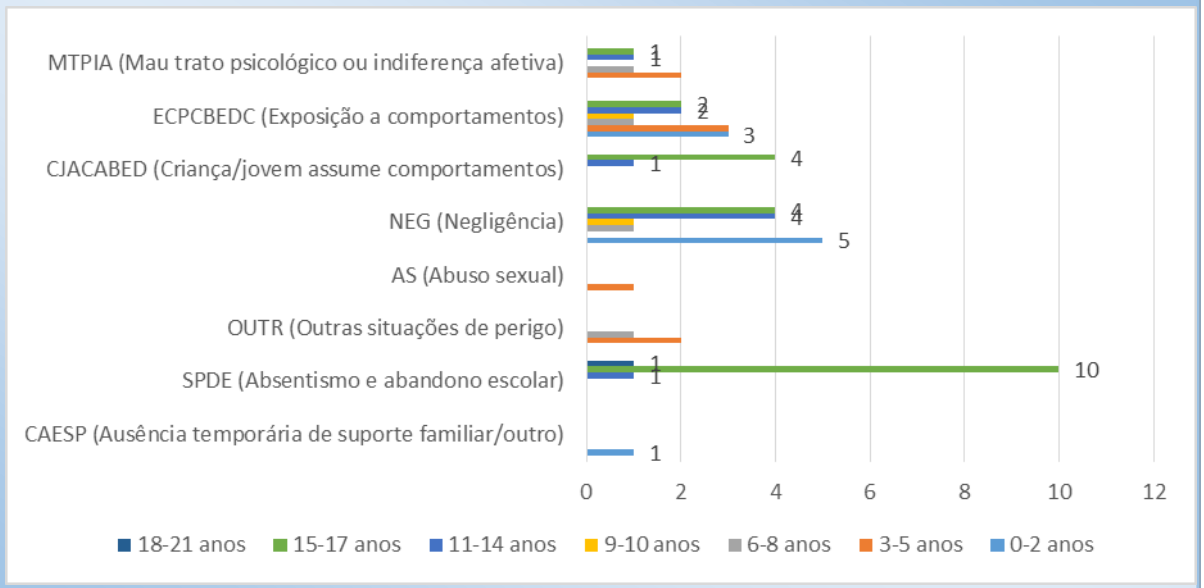
especial incidência no escalão etário dos 15-17 anos, o que poderá ser reflexo da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, que entrou em vigor em 2012 (Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto). É também nesta problemática que se verifica maior diferença entre géneros, com o género masculino a apresentar maior incidência.

Figura 95 - Problemáticas sinalizadas em 2014



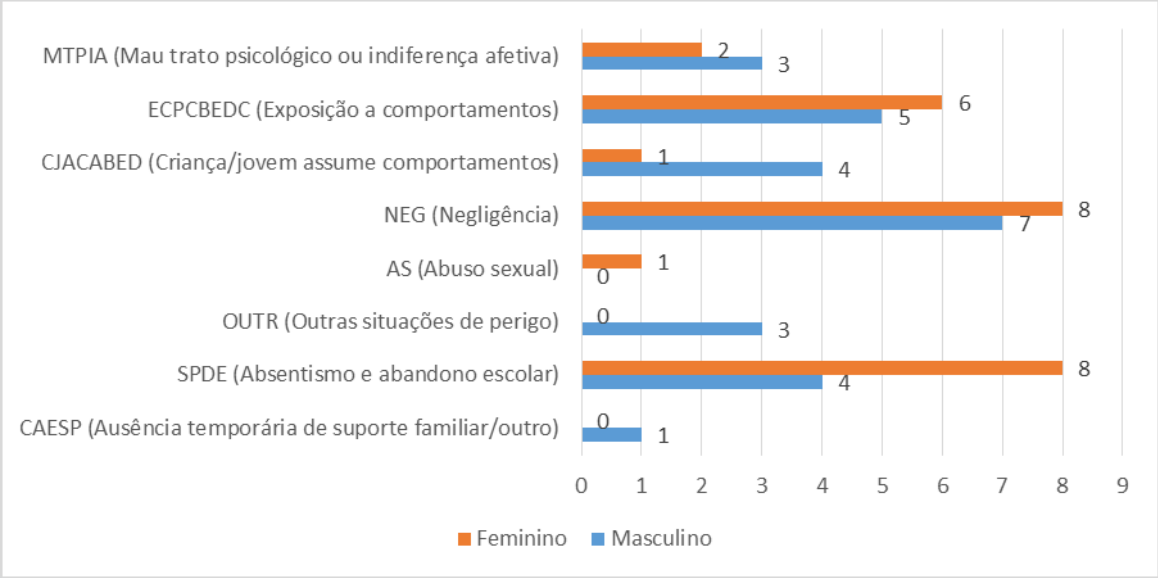
Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014

Figura 96 - Problemáticas sinalizadas em 2014, por escalão etário



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014

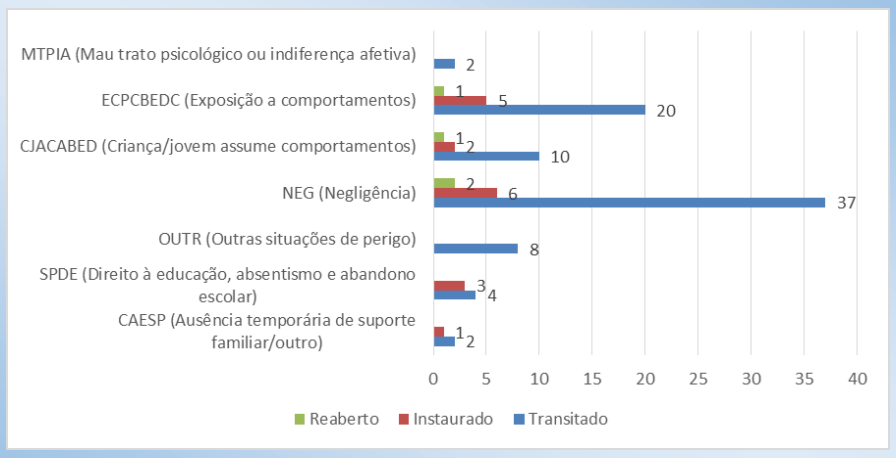
Figura 97 - Problemáticas sinalizadas em 2014, por género



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014

As duas principais problemáticas diagnosticadas em 2014 são coincidentes com as problemáticas sinalizadas: negligência (43,3% dos casos); exposição a comportamentos que põem em causa o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem (25% dos casos). A terceira problemática mais diagnosticada foi a criança/jovem assume comportamentos (12,5%), tendo as situações de perigo que põem em causa o direito à educação, que era a terceira problemática sinalizada mais frequente, passado a quinta problemática mais diagnosticada (6,7%).

Figura 98 - Problemáticas diagnosticadas em 2014, por tipo de processo



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014

Da análise dos dados de problemáticas diagnosticadas entre 2008 e 2014[47], conclui-se pela persistência de situações de negligência infantil e juvenil. Entre 2005 e 2008 as principais problemáticas foram a negligência (1ª) e o abandono escolar (2ª). Entre 2009 e 2012 foram a negligência (1ª), a exposição a comportamentos desviantes (2ª) e o abandono escolar (3ª). Em 2013, a negligência e a exposição a comportamentos que põem em causa o bem-estar e desenvolvimento da criança fora, respetivamente, a primeira e a segunda problemática mais sinalizadas e diagnosticadas.

Considerando que a dimensão das situações de negligência é particularmente significativa no caso da realidade de Peniche, consiste num problema que focaliza a preocupação das instituições locais, tanto mais tendo em conta que se reporta a situações que incorrem em consequências gravosas para o desenvolvimento da criança ou do jovem, e que estão relacionadas com a incapacidade de lhe proporcionar a satisfação de necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação ou saúde. Refira-se que entre os sinais e sintomas de uma criança/jovem vítima de negligência estão os seguintes:

- Carência de higiene;
- Vestuário desadequado em relação à estação do ano e lesões consequentes de exposições climáticas adversas;
- Inexistência de rotinas;
- Hematomas ou outras lesões inexplicadas e acidentes frequentes por falta de supervisão de situações perigosas;
- Perturbações no desenvolvimento e nas aquisições sociais, que não sejam devidamente acompanhadas;
- Incumprimento do Programa-Tipo de Atuação em Saúde Infantil e Juvenil e/ou Programa Nacional de Vacinação;
- Doença crónica sem cuidados adequados;
- Intoxicações e acidentes de repetição.

É igualmente preocupante constatar-se localmente que não se está a romper com o ciclo intergeracional de reprodução de situações de negligência infantil e juvenil, conforme atestam as evidências dos registos da CPCJ de Peniche: um grupo significativo de crianças e jovens

[47]Fonte: Relatórios Anuais de Atividades da CPCJ de Peniche.

em acompanhamento são filhos de indivíduos que também eles já foram acompanhados, ou seja, muitos dos negligenciados do passado tornaram-se nos negligentes da atualidade.

Sintomática da expressiva incidência e complexidade dos fatores de risco e perigo observados no contexto das famílias residentes no concelho de Peniche é a proporção de medidas de promoção e proteção tomadas que passam pela integração da criança ou do jovem fora do seu "meio natural de vida", isto é, fora da família nuclear. Com efeito, no final de 2014, dos 131 processos em acompanhamento, 4 casos verificaram a medida de autonomia de vida ou foram confiados a pessoa idónea ou a uma família de acolhimento e outras 24 situações foram encaminhadas para institucionalização. Quer dizer que 21,4% das crianças e jovens com processo na CPCJ de Peniche encontravam-se, à data, retirados dos pais como medida de promoção e proteção, isto depois de terem sido esgotados outros recursos. Neste ano, a medida mais aplicada deixou de ser, pela primeira vez, o apoio junto dos pais, para passar a ser o acolhimento institucional, isto pela necessidade de prorrogação das medidas por não ser possível a reparação da situação de perigo no tempo inicialmente previsto. A nível nacional, o acolhimento institucional foi a terceira medida mais aplicada no ano de 2014[48].

Por conseguinte, a prevalência das situações de negligência infantil e juvenil no rol das situações de perigo diagnosticadas, que é particularmente acentuada no contexto de Peniche, aponta para a necessidade do reforço da intervenção comunitária no sentido da sensibilização das famílias para o problema, mas também para a necessidade de uma intervenção familiar de proximidade e de carácter sistemático, no sentido da capacitação para o exercício das funções parentais e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais e, em certos casos, da reintegração do jovem ou criança no seu meio familiar.

Para além das situações abrangidas pela CPCJ, são de assinalar também as crianças e os jovens enquadrados a nível local por outras medidas e respostas institucionais:

- Câmara Municipal de Peniche (CMP) – disponibiliza acompanhamento psicológico a crianças/jovens, em situação de perigo, que têm processo na CPCJ, tendo acompanhado 40 em 2014, com idades entre os 5 e os 17 anos. A nível social acompanha também crianças e jovens, através do projeto GPS – Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade – que pretende contribuir para o desenvolvimento comunitário, facilitar o acesso à informação e serviços de apoio

[48]Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014, p. 124.

social, facilitar o acesso ao emprego e autoemprego, apoiar o empreendedorismo e promover a cidadania.

- Centro de Respostas Integradas do Oeste, Equipa de Tratamento de Peniche (CRI do Oeste) – trata-se de uma unidade de intervenção local (Despacho n.º 2976/2014 de 21 de fevereiro) à qual "compete executar os programas de intervenção local, no que respeita à prevenção dos comportamentos aditivos e dependências, bem como à prestação de cuidados integrados e globais a utentes com comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas, segundo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatório, com vista ao tratamento, redução de riscos, minimização de danos e reinserção, bem como à sua referenciação". Como tal, constitui-se como resposta a jovens que apresentam consumos de droga.
- Equipa de Rua "Porto Mais Seguro" – trata-se de um projeto promovido pela Acompanha e cofinanciado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD). Intervêm no concelho de Peniche no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, desenvolvendo estratégias de prevenção, apoio psicossocial, encaminhamento e acompanhamento no domínio da toxicodependência, incluindo o alcoolismo, e da pobreza, em articulação com estruturas locais de saúde e segurança social. Em 2014 a Equipa contactou com 29 jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos, dos quais 15 apresentavam consumo de drogas, 1 dos quais por via intravenosa. Os 14 jovens sem consumo eram indivíduos familiares ou significativos de utentes[49], sendo, portanto afetados pela problemática dos comportamentos aditivos e dependências.[50]
- Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) – O GAAF é um projeto da autoria do Instituto de Apoio à Criança (IAC) que data de 1998. Trata-se de estruturas dinamizadas em agrupamento de escolas proponentes, através de protocolo de cooperação com o IAC, e que assentam numa "metodologia de abordagem individual, apoiada num clima de confiança entre técnico e aluno, e numa articulação de trabalho entre os diferentes serviços de apoio da escola e

[49] Nesta faixa etária os não consumidores contactados ou eram familiares, ou jovens dos bairros que participaram em actividades da Equipa (ex. jogos de futebol nos bairros onde existem consumos – fator de risco ambiental).
[50]Fonte: Acompanha: Relatório Anual de Atividades 2014 – Projeto "Porto Mais Seguro".

parceiros da comunidade" (Instituto de Apoio à Criança[51]). Tem como objetivos principais diminuir as seguintes situações:

- De abandono escolar;
- De absentismo escolar;
- De violência escolar;
- Que coloquem em causa a integridade física e emocional da criança/jovem;
- De consumo de substâncias psicoativas.
- Contribuir para a reflexão e concretização do projeto de vida da criança;
- Contribuir para o desenvolvimento equilibrado das relações familiares;
- Promover a relação escola/família; Articular intervenções com os apoios pedagógicos existentes na escola;
- Promover a inter-relação entre os alunos, professores e funcionários;
- Criar e dinamizar a Rede de Apoio Social (RAS).

Os dois GAAF existentes na Cidade de Peniche funcionam através da modalidade de protocolo com Agrupamentos de Escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e ambos dispõem de dois técnicos especializados – psicólogo e educador social.

- Gabinete de Atendimento ao Jovem – é um serviço da Unidade de Cuidados na Comunidade que funciona às quartas-feiras à tarde na Casa Municipal da Juventude. O atendimento é efetuado por um enfermeiro e consiste em aconselhamento de saúde a jovens. Acompanhou, ao longo de 2014, 4 jovens encaminhados pela CPCJ de Peniche para controlo mensal de consumo de drogas.
- Projeto OJE – Olhares de Jovens Empreendedores (no âmbito do Programa Escolhas 5ª Geração) – é um projeto promovido pela ADEPE (Associação para o Desenvolvimento de Peniche), em consórcio com as seguintes entidades locais: AJP (Associação Juvenil de Peniche); CMP (Câmara Municipal de Peniche); Freguesia de Peniche; CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche); ACOMPANHA, Equipa de Rua "Porto Mais Seguro"; Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde. Tem como objetivo específico diminuir os comportamentos desviantes das crianças e jovens dos bairros Arco-Íris, Calvário e Santa Maria, contribuindo para a consciencialização e identificação de limites e potencialidades pessoais e ambientais

[51]Fonte: Instituto de Apoio à Criança (http://www.iacrianca.pt/index.php/setores-iac-sos/mediacao-escolar).

promovendo a sua inclusão social. Dados do projeto relativos a dezembro de 2014 identificavam num universo de 101 crianças e jovens dos referidos bairros, com idades compreendidas entre os 6 e os 24 anos, 39 com comportamentos desviantes (38,6%), 19 com abandono escolar (18,8%) e 43 com insucesso escolar (42,6%).

Em suma, o historial de intervenção em relação a esta problemática já vem de longe. No entanto, continuam a ser apresentados números significativos, o que indicia a necessidade de continuidade ancorada em projetos integrados e em parceria, no sentido de se promoverem respostas otimizadas, sustentadas e eficazes. Para além disso, importa acrescentar uma intervenção centrada na família, no que respeita às suas competências pessoais e sociais.

6.5. Crianças e jovens em situação de carência económica

Segundo dados da Unicef (2013), as crianças são o grupo etário em maior risco de pobreza em Portugal, com o risco maior a verificar-se em crianças de famílias numerosas (41,2%) e de famílias monoparentais (31%). Em 2012, 24% das crianças em Portugal viviam em agregados com carência económica, isto é, famílias com dificuldade ou incapacidade de pagar um empréstimo, renda de casa, contas no prazo previsto; de ter uma refeição de carne ou peixe a cada dois dias; e de fazer face a despesas imprevistas.

A carência económica tem impacto nos diversos contextos em que uma criança se insere (em casa, na escola, no bairro e na comunidade), com consequências negativas sobre o seu bem-estar e a sua saúde física e mental. As crianças e jovens em situação de carência económica estão em maior risco de fraco desempenho académico, absentismo e abandono escolar, abuso e negligência, problemas comportamentais e emocionais, problemas de saúde física e atrasos no desenvolvimento. Consequências que são agravadas pelas dificuldades de acesso a cuidados de saúde (APA, 2015).

Entre 2009 e 2014, o número de crianças e jovens com direito a Abono de Família em Portugal diminuiu 31,3%[52], por o acesso a esta prestação se ter tornado mais restrito, e, para os que mantiveram o direito à prestação, o montante atribuído diminuiu (Unicef, 2013). No concelho de Peniche, o número de crianças e jovens beneficiários de Abono de Família

[52] Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt).

desceu de 4.946 em 2009 para 3.459 em 2014, o que representa 64,2% da população-alvo, valor ligeiramente superior à taxa nacional, que é de 62,2%[53].

No início do ano letivo de 2014/2015, 45,2% dos alunos do Agrupamento de Escolas de Peniche estiveram abrangidos pela ação social escolar, nos escalões A ou B. Tal significa que serão provenientes de famílias social e economicamente desfavorecidas, tendo reunido os critérios de elegibilidade para recorrer a subsídios para fazer face às despesas escolares.

Segundo dados referentes a famílias que usufruem de habitação social, e que serão explorados com mais detalhe num capítulo posterior, mais de um terço das crianças e jovens destas famílias vivem em risco de pobreza e também mais de um terço abaixo do limiar de pobreza extrema.

6.6. Síntese Geral

Ao longo deste capítulo exploraram-se as quatro problemáticas identificadas pelo grupo de trabalho como mais relevantes no que respeita à caraterização das crianças e jovens do concelho de Peniche. Partindo de uma contextualização demográfica da população-alvo, procurou-se fazer um enquadramento de cada uma das problemáticas em termos conceptuais, de incidência na população local e nacional, bem como de análise dos recursos existentes para lhes dar resposta.

Assim, relativamente à cobertura das respostas de apoio à família na primeira infância, verificou-se que, apesar da tendência de aumento, continua a verificar-se uma insuficiente capacidade de resposta. A percentagem de cobertura aumentou 3,7% comparativamente a 2003, atingindo os 30,5%, mas mantendo-se aquém da taxa de cobertura de creches para as regiões dos países da União Europeia fixada pela Carta de Barcelona que fixou o valor mínimo de 33%. Bem como ainda mais distante da média nacional de 41,8%. Persistem importantes carências de cobertura dentro do território, nomeadamente ao nível das freguesias limítrofes e especialmente da Freguesia de Atouguia da Baleia.

No que respeita à situação das crianças e jovens com problemas de desenvolvimento psicomotor/défice intelectual, verifica-se que as respostas que lhes são disponibilizadas estão enquadradas legalmente e diferenciam-se em função do grupo etário. As crianças com idade igual ou menor a 5 anos (atraso global do desenvolvimento psicomotor) usufruem dos apoios

[53] Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

da Equipa Local de Intervenção precoce, com as dificuldades decorrentes da falta de técnicos especializados na equipa e nos serviços da comunidade, nomeadamente de Psicologia, Psicomotricidade, Serviço Social e Terapia da Fala. O facto da principal fonte de referenciação para a ELI ser o ensino pré-escolar/IPSS, alerta para a desvantagem em que se encontra o elevado número de crianças não integradas em equipamentos.

As crianças com mais de 5 anos e jovens até aos 18 ou mais anos (défice intelectual), desde que a frequentar a escolaridade obrigatória, são enquadrados na Educação Especial e usufruem de apoio dos técnicos especializados do Centro de Recursos para a Inclusão da CERCIPENICHE, bem como dos técnicos – docentes e técnicos especializados – colocados nas escolas pelo Ministério da Educação, encontrando, por isso, maior resposta às suas necessidades, quando diagnosticadas correta e atempadamente.

A baixa adesão da população ao exame global de saúde, em especial na coorte 11-13 anos, é um problema, com consequências em termos de prevenção primária e secundária de saúde, não permitindo o diagnóstico precoce. Outro problema com que se depara a nossa comunidade, a este nível, é o encerramento da consulta de Desenvolvimento do centro hospitalar da nossa área de influência, que obriga ao encaminhamento para hospitais centrais, com todas as dificuldades inerentes em termos de custos e de acesso.

O número e as problemáticas das crianças e jovens em risco acompanhados pela CPCJ de Peniche vão ao encontro da realidade distrital e nacional. No entanto, após a tendência de redução de processos em 5 anos consecutivos, nos últimos 2 anos o número tem vindo a aumentar, contrariando a tendência nacional. Verifica-se um predomínio de casos de negligência e de exposição a comportamentos que podem comprometer o desenvolvimento e bem-estar (sinalizados e diagnosticados), e uma maior expressão da faixa etária dos 15-17 anos,

A comissão depara-se com um elevado número de processos transitados de ano para ano, o que resulta, por um lado, da natureza das situações de perigo – que tendem a não resultar momentos de crise nas famílias, mas antes de condições familiares de caráter prolongado e/ou permanentes, que exigem um tipo de intervenção superior a um ano – e, por outro lado, da insuficiente afetação de horas dos técnicos para gestão de processos de tal natureza.

No futuro, para além das intervenções que tenham como destinatários diretos as crianças e jovens, também deverão ser considerados projetos de intervenção comunitária dirigidos à família.

7. Doença Mental, Consumos, Comportamentos de Risco e Consequências

Ainda na área da Saúde e Apoio Social foram identificados três problemas – doença mental, dependência de drogas e alcoolismo e elevada prevalência de doenças infetocontagiosas associadas a comportamentos de risco – que constituem a problemática analisada neste capítulo, à qual se designou *doença mental, consumos, comportamentos de risco e consequências*. Tais problemas são explorados analiticamente em seguida, no sentido de se perceber a sua real expressão no concelho.

7.1. Doença mental

A doença mental refere-se a uma ampla gama de problemas com sintomas diferentes, mas geralmente caraterizados por uma combinação de distúrbios de pensamentos, emoções e comportamentos que afetam as relações com os outros. Exemplos de doenças mentais incluem a depressão, distúrbios de ansiedade, esquizofrenia, distúrbios alimentares e comportamentos de dependência[54].

Os dados do 1º relatório do Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental, publicado em 2013 (Caldas de Almeida & Xavier, 2013), indicam que as perturbações psiquiátricas afetam ao longo da vida perto de metade da população portuguesa (42,7%), destacando-se a prevalência de perturbações da ansiedade (25,8%), de perturbações depressivas (19,3%) de perturbações da impulsividade (10%) e de perturbações do abuso e dependência do álcool (10%). As prevalências de perturbações psiquiátricas encontradas na população portuguesa encontram-se entre as mais altas da Europa (prevalência anual de 22,9%) em todos os grupos de perturbações, com maior destaque para o grupo das perturbações de ansiedade (prevalência anual de 16,5%).

Segundo informação recolhida no Perfil de Saúde da região Oeste, elaborado pela Unidade de Saúde Pública do ACeS Oeste Norte, em 2013, praticamente todos os problemas de saúde mental aumentaram nos 5 anos anteriores. No entanto, em termos de variação, o aumento mais acentuado verificou-se nas perturbações ansiosas e nas perturbações depressivas, que determinaram em 2012 cerca de cinco vezes mais registos por utente do que em 2008. O

consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco parece seguir também, embora de forma menos prenunciada, uma tendência de aumento. A mortalidade por suicídios na região é mais elevada que a nacional e os indicadores de saúde mental disponíveis apontam para um problema importante.

Num estudo efetuado entre 2009 e 2012, no concelho das Caldas da Rainha, constituído por uma amostra de 424 utentes inscritos no ACeS, com aplicação do questionário General Health Questionnaire (versão GHQ-28), com o qual se pretendeu conhecer a realidade comunitária desse concelho por referência à Saúde Mental e Bem-Estar Subjetivo, verificou-se o seguinte:

- Um em cada três participantes tinha mal-estar significativo, sugestivo de patologia psiquiátrica;
- As mulheres tinham pior saúde mental, sobretudo as de baixa escolaridade;
- Existe uma relação entre a saúde mental e acontecimentos de vida perante a conjuntura económica desfavorável, o desemprego e a pobreza.

Sabe-se que a doença mental tem números expressivos no concelho de Peniche, no entanto nem sempre é fácil comprovar este fato através dos dados que dispomos. Os indicadores disponíveis são pouco evidentes do conhecimento que se tem desta problemática, havendo a necessidade de recolha de dados que a permitam objetivar e, consequentemente, melhor intervir, o que seria passível de concretizar através da replicação do estudo acima referido.

De acordo com dados recolhidos no Pordata[55], o número de consultas externas de Psiquiatria em hospitais, a população residente do concelho de Peniche, foi de 352 em 2013. Este número é difícil de avaliar, porque não existem dados relativamente ao número de indivíduos abrangidos. No entanto, pelos números referenciados, existe a perceção de que o problema da doença mental em Peniche é superior às respostas disponíveis, à semelhança do que se verifica a nível nacional, em que 67% dos doentes identificados nunca tiveram qualquer tratamento (Caldas de Almeida & Xavier, 2013).

[54] Fonte: World Health Organization, http://www.who.int/topics/mental_disorders/en/.
[55] Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt).

Figura 99 - Número de Consultas Externas de Psiquiatria em Hospitais, à população residente do concelho de Peniche 2011-2013

	2011	2012	2013
Nº de Consultas Externas de Psiquiatria em Hospitais, à população do concelho de Peniche	123	578	352

Fonte: Pordata, http://www.pordata.pt

De acordo com dados do Unidade de Cuidados na Comunidade de Peniche do Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte relativos à população residente do concelho de Peniche no ano 2013, 203 pessoas usufruíram de consultas de Enfermagem de Saúde Mental, 204 de Saúde Mental Comunitária (Psicologia), 172 de consulta Psiquiatria, sendo a lista de espera para esta consulta de 131, o que representa 43,2% utentes sem apoio psiquiátrico. Tendo em conta a população residente com mais de 19 anos (22.219), o número de 303 indivíduos acompanhados ou em lista de espera para consulta de Psiquiatria representa apenas 1,4%, valor muito longe das taxas de prevalência nacionais, o que, para além de revelar falta de cobertura de acompanhamento médico especializado, é sugestivo de uma elevada prevalência de subdiagnósticos. Em 2014, esta situação agravou-se com o encerramento temporário da consulta de Psiquiatria do Centro Hospitalar do Oeste e da Equipa de Saúde Mental Comunitária.

Figura 100 - Dados dos cuidados de saúde mental no ACeS Oeste Norte, em 2013.

Consultas nos Cuidados de Saúde Primários, ACeS Oeste Norte	Nº de Pessoas
Enfermagem de Saúde Mental	203
Consultas nos Cuidados de Saúde Diferenciados, CHO-Serviço de Psiquiatria	**Nº de Pessoas**
Psiquiatria	172
Equipa de Saúde Mental Comunitária	204
Lista de espera para consulta de Psiquiatria	131

Fonte: Pordata, http://www.pordata.pt

Relativamente aos dados das consultas de Psiquiatria e de Psicologia do Centro Hospitalar do Oeste, verificou-se uma diminuição do número de utentes acompanhados em ambas as consultas entre 2012 e 2013. No entanto, a variação só foi negativa (em -9,8%) na consulta de Psiquiatria. A consulta de Psicologia apresentou um aumento de 5,9% do número total de consultas. A lista de espera para Psiquiatria foi maior em ambos os anos, mas diminuiu entre 2012 e 2013, quer para a consulta de Psiquiatria, como para a consulta de Psicologia.

Para um número de primeiras consultas de Psicologia e de Psiquiatria de 985 em 2013, e não considerando a probabilidade de um mesmo indivíduo ter usufruído de ambas, a taxa de

cobertura em relação ao número de população residente de todos os concelhos da área de influência do centro hospitalar é apenas 0,3%, o que reforça, mais uma vez, o desconhecimento e falta de acompanhamento face às doenças mentais.

Figura 101 - Número de Consultas Externas de Psiquiatria e de Psicologia no Centro Hospitalar do Oeste, em 2012 e em 2013

	2012				2013				Variação 2013/2012
	Primeiras	Subsequentes	Total	% Prim	Primeiras	Subsequentes	Total	% Prim	
Psiquiatria	792	3.878	4.670	17,0%	440	3.767	4.213	10,6%	-9,8%
Psicologia	641	4.290	4.931	13,0%	545	4.678	5.223	10,4%	5,9%

Fonte: Centro Hospitalar do Oeste – Relatório de Atividades de 2013

Para além dos números referenciados pela saúde, destaca-se a prevalência de casos de doença mental acompanhados pelo GPS – Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade (projeto de intervenção social no concelho de Peniche)[56], que em 2014 foi de 26,9% dos casos. Regendo-se pelos princípios do trabalho em parceria, o GPS faz o acompanhamento social destas situações.

No Grupo de Discussão de Casos Sociais, que resulta de uma parceria comunitária multissectorial e que reúne mensalmente, verifica-se uma incidência de casos de doença mental superior a 70%. De facto, para além da falta de recursos de saúde, verifica-se também no nosso concelho uma carência de recursos comunitários de suporte ao portador de doença mental e seus familiares.

A doença mental constitui uma barreira que dificulta a ligação do indivíduo com o ambiente em que está inserido, apresentando impacto de grande magnitude na vida das pessoas, das famílias e da sociedade. A nível individual são claras as consequências em termos de incapacidade e de diminuição da qualidade de vida, bem como de risco de exclusão social. Existe uma clara relação bidirecional entre doença mental e pobreza: por um lado, as pessoas em situação de pobreza têm uma maior probabilidade de desenvolver doenças mentais, por terem menor acesso aos serviços de saúde e estarem sob stress continuado decorrente da situação de carência económica; por outro lado, as pessoas portadoras de doença mental podem estar incapacitadas de trabalhar devido à doença, ou devido à doença não conseguirem

[56] Fonte: GPS – Relatório Anual de Atividades de 2014

emprego, o que as conduz a situações de pobreza. As doenças mentais são duas vezes mais frequentes em pessoas que vivem em situação de pobreza.[57]

Se a nível familiar é reconhecida a sobrecarga que constituem as doenças mentais graves, nomeadamente em termos de stress do cuidador, não se pode esquecer também o impacto que a doença mental em geral apresenta no funcionamento familiar, em termos de dinâmicas relacionais e de economia familiar. Já a nível social, para além dos elevados custos económicos, diretos e indiretos, das doenças mentais, há que considerar os efeitos imensuráveis relacionados com a forma como as pessoas com doença mental tendem a ser tratadas (exclusão, estigmatização e discriminação).

Por tudo isto, fica claro que, para além do suporte dos serviços de saúde, as pessoas com doença mental necessitam de cuidados e de suporte social, nomeadamente no acesso à educação, ao emprego e à habitação, que lhes permita viver de forma ativa em comunidade.
O Plano Local de Saúde Oeste Norte – Triénio 2014-2016 identificou a Saúde Mental como um dos problemas a priorizar, tendo como base a taxa de mortalidade por suicídios superior à taxa nacional, um estudo local recente aponta para risco elevado de perturbações mentais e o número de registos clínicos a aumentar nos últimos cinco anos. Partindo destas evidências, questiona se os problemas de incidência e prevalência de Saúde Mental resultam apenas do contexto social atual, a falta de recursos humanos e a necessidade de estudar novas estratégias de intervenção. Dadas as implicações da doença mental, entendemos pela pertinência de elaboração de um estudo que objetive o fenómeno da doença mental no concelho de Peniche.

7.2. Dependência de drogas e alcoolismo

Embora as perturbações do abuso e dependência do álcool se enquadrem conceptualmente no âmbito da doença mental, afigura-se relevante a sua análise individual. No concelho de Peniche dois dos problemas apontados pelo CLAS referem-se à existência de situações de dependência de drogas e de alcoolismo. Com efeito, as equipas que lidam com esta problemática consideram que, dada a sua dimensão, esta é uma questão a aprofundar e a necessitar de uma maior intervenção.

[57] Fonte: World Health Organization
http://www.who.int/mental_health/policy/development/1_Breakingviciouscycle_Infosheet.pdf.

Segundo dados do SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências relativos à população residente, a nível nacional, em 2012 (SICAD, 2015), as prevalências de consumos eram as seguintes:

- Drogas: 9,5% das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos já havia consumido substâncias ilícitas e 2,7% haviam-no feito nos últimos 12 meses. As drogas mais consumidas nos últimos 12 meses foram a cannabis (2,7%), o ecstasy (0,3%) e a cocaína (0,2%).

- Álcool: 73,6% já haviam consumido bebidas alcoólicas e 61,1% haviam consumido nos últimos 12 meses. As bebidas mais consumidas nos últimos 12 meses foram o vinho (46,4%), a cerveja (40,4%) e as espirituosas (26,2%).

Os dados relativos à população escolar em 2011 (SICAD, 2015) indicam as seguintes taxas de prevalência:

- Drogas: 19% dos jovens com 16 anos já haviam consumido substâncias ilícitas (Masculino=22%; Feminino=16%; Média Europa=18%). Nos últimos 12 meses, 16% haviam consumido cannabis e 3% ecstasy. 4,4% dos jovens com 13 anos e 31,2% com 18 anos já haviam consumido substâncias ilícitas.
- Álcool: 74% dos jovens com 16 anos haviam consumido álcool nos últimos 12 meses (Masculino=75%; Feminino=74%; Média Europa=79%) e 29% haviam vivenciado situação de embriaguez nos últimos 12 meses (Masculino=31%; Feminino=29%; Média Europa=37%). 36,5% dos jovens com 13 anos, e 90,6% dos com 18 anos já haviam consumido bebidas alcoólicas.

Em acompanhamento nas Equipas de Tratamento (ET) do CRI do Oeste, de acordo com dados de 2013, encontravam-se, 1.213 utentes, ou seja, 8,03% dos utentes ativos em 2013 em todas as equipas da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Destes, 153 (1,1% do total de utentes ativos em 2013, na RLVT) são residentes no concelho de Peniche (12,61% dos utentes do CRI). Deste total de 153 utentes, apenas 137 (89,5%) eram acompanhados (com processo ativo) na Equipa de Tratamento de Peniche, o que significa que 16 dos utentes residentes no concelho de Peniche (10,5%), em 2013 foram acompanhados noutra Equipa de Tratamento do CRI do Oeste. Quando comparado o total de utentes ativos nas Equipas de Tratamento do CRI do Oeste residentes no concelho de Peniche de 2011 (210), com dados de 2012 (166) e de 2013 (153), verifica-se que tem havido uma diminuição no número de doentes residentes no concelho de Peniche. Em 2013, entre os utentes ativos com residência no concelho de

Peniche, a heroína continuava a ser a substância referida como droga principal (86 utentes, 56,21%), seguida do consumo de Outras Substâncias (8 utentes, 5,23%) e de cocaína (4 utentes, 2,61%). 79,7%, dos utentes ativos são do sexo masculino e a média das idades situa-se nos 44,5 anos.[58]

Refira-se ainda o público-alvo contactado/acompanhado no âmbito do projeto Equipa de Rua "Porto mais Seguro". Em 2014[59] a equipa acompanhou 365 indivíduos, 34 pela primeira vez. Salienta-se que este número de indivíduos acompanhados pode ser sobreponível ao da ET de Peniche, uma vez que o tipo de apoio prestado por ambos os serviços é complementar. A casuística permite destacar a maior prevalência de indivíduos da faixa etária 41-50 anos, com 96 indivíduos no total, e maioritariamente homens. O número de mulheres só é superior no intervalo 31-40 anos, em que se destaca a prevalência de 29 mulheres. O género masculino assume 67,7% dos contactos efetuados.

Figura 102 - Caracterização da população-alvo segundo a Idade e o Género.

Idade	16-20	21 - 30	31-40	41-50	+50	Total
Homem	20	51	47	73	56	**247**
Mulher	18	27	29	23	21	**118**
Total	**29**	**74**	**76**	**96**	**73**	**365**

Fonte: Relatório de Atividades Projeto Porto Mais Seguro, 2014

Relativamente ao tipo de consumo, verificou-se uma prevalência da forma intravenosa em 55 indivíduos, com maior expressão entre os 31 e 50 anos, embora existam 4 contactos que usam esta forma de consumo e estão entre os 21 e 30 anos. Globalmente, estes indivíduos caracterizam-se pelos muitos anos de consumo e diversas tentativas de tratamento. Alguns destes indivíduos encontram-se muito desorganizados, com ausência de estrutura familiar sendo a Equipa a única estrutura a que recorrem na procura do apoio psicossocial de que necessitam.

Na forma não intravenosa, estão incluídos todos os restantes utilizadores de drogas, com 226 indivíduos, com heterogeneidade de consumos que vão desde a cannabis, ao álcool, às drogas de design, à cocaína e à heroína. Nos 84 indivíduos sem consumo incluem-se familiares ou outros significativos dos utentes, com os quais a interação com a Equipa resulta da procura de

[58] Fonte: Resumo do Diagnóstico do Território "Concelho de Peniche" – 2014. [On-Line] Available: http://www.sicad.pt/BK/Concursos_v2/Documents/PRI_2015/DIAGNOSTICOS/LVT_LE_PE_15C.pdf
[59] Fonte: Acompanha: Relatório Anual de Atividades 2014 – Projeto "Porto Mais Seguro".

informação e/ou aconselhamento. Neste grupo também estão incluídos os comerciantes da noite.

Figura 104 - Caracterização da população-alvo segundo a Idade e a Forma de Consumo.

Idade / Forma de consumo	16-20	21 - 30	31-40	41-50	Com + 50	Total
Intravenosa	1	4	14	28	8	**55**
Não Intravenosa	14	56	47	60	49	**226**
Sem Consumo	**14**	**14**	**20**	**18**	**18**	**84**

Fonte: Relatório de Atividades Projeto Porto Mais Seguro, 2014

Figura 103 - Caracterização do consumo de substâncias

Substância	N.º de Indivíduos
Opiáceos	81
Cocaína	131
Cannabis	259
Álcool	97
Benzodiazepinas	17
Design	35
Total	**620**

Fonte: Relatório de Atividades Projeto Porto Mais Seguro, 2014

Observando a tabela, verifica-se que dos 281 utilizadores de drogas contactados pela Equipa, que o policonsumo é frequente independentemente da substância de eleição, forma ou intensidade do consumo.

Em 2014, a Equipa de Rua prestou vários tipos de apoios:

- Apoio psicossocial (114 utentes);
- Apoio social, que vai desde a procura de respostas às necessidades básicas, ao *empowerment* e *advocacy* (404 apoios prestados);
- Acompanhamento regular de indivíduos a recursos existentes na comunidade local, nomeadamente balneários públicos, locais de distribuição de vestuário, alimentação e produtos de higiene. No que diz respeito às estruturas de saúde, a Equipa promove a aproximação e usufruto do sistema de saúde com acompanhamentos em consultas e realização de análises periódicas, ou para respostas ao nível do tratamento ou sociais existentes na comunidade (65 utentes);
- Apoio alimentar, em pequenos "snacks" distribuídos ou em resultado das diversas atividades feitas ao longo do ano em que são disponibilizadas refeições (107 apoios ao longo do ano);
- Cuidados de saúde, nomeadamente, encaminhamentos e acompanhamentos para estruturas de saúde, cuidados de enfermagem e rastreios de glicemia e tensão arterial (média 28 utentes por mês);

- Cuidados de enfermagem (19 utentes);
- Terapêutica medicamentosa (14 utentes);
- Outros cuidados de saúde, tais como testes rápidos de VIH e Hepatite C, não contabilizados nos indicadores mensais e anuais.

A Equipa de Tratamento é uma unidade de saúde que depende do Ministério da Saúde, estando dependente do Centro de Respostas Integradas do Oeste que, por sua vez, integra a Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IDT, I.P. - Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP. A ET funciona em regime ambulatório com Técnicos especializados na Prevenção, Tratamento, Redução de Danos e Reinserção Social do doente dependente (substâncias psicoativas e álcool) e suas famílias. Esta unidade assenta a sua intervenção em equipas multidisciplinares, constituída por médicos, psicólogos, enfermeiros, técnicos de serviço social e técnicos de apoio social. Esta equipa serve os concelhos de Óbidos, Lourinhã e Peniche. A ET apresenta respostas a diferentes níveis:

- Tratamento ao nível de consultas individuais, no âmbito de Clínica Geral, apoio à família, apoio psicológico e apoio psicossocial;
- Tratamento ao nível de programas baseados na desabituação e substituição (Programa Metadona, Antagonista e Buprenorfina);
- Outra resposta desta equipa prende-se com a redução de danos, realizada através do Rastreio de doenças infectocontagiosas – programa de metadona de redução de danos – e de consultas médicas e de enfermagem;
- A reinserção social também é integrada neste processo, como colaboração na procura de emprego e colocação em posto de trabalho por meio do Programa Vida Emprego (PVE), e levando a cabo o encaminhamento para comunidades terapêuticas e articulação com serviços da comunidade;
- Ao nível da prevenção a equipa promove o desenvolvimento de ações quer em meio escolar, quer dirigidas a técnicos e/ou para grupos informais.

A equipa de tratamento de Peniche tem disponível o serviço de enfermagem, onde, em 2009, estavam em Programa Substituição Opiácea com Metadona um total de 118 utentes, integrando a redução de danos 21 utentes.

Os utentes em Programa Substituição Opiácea com Buprenorfina realizam testes de despiste de metabolitos aquando do momento em que vão levantar a receita à secretaria ou têm consulta com o terapeuta de referência, pelo que não existe horário de Enfermagem definido.

No restante horário de trabalho da equipa de Enfermagem são desenvolvidas atividades como:

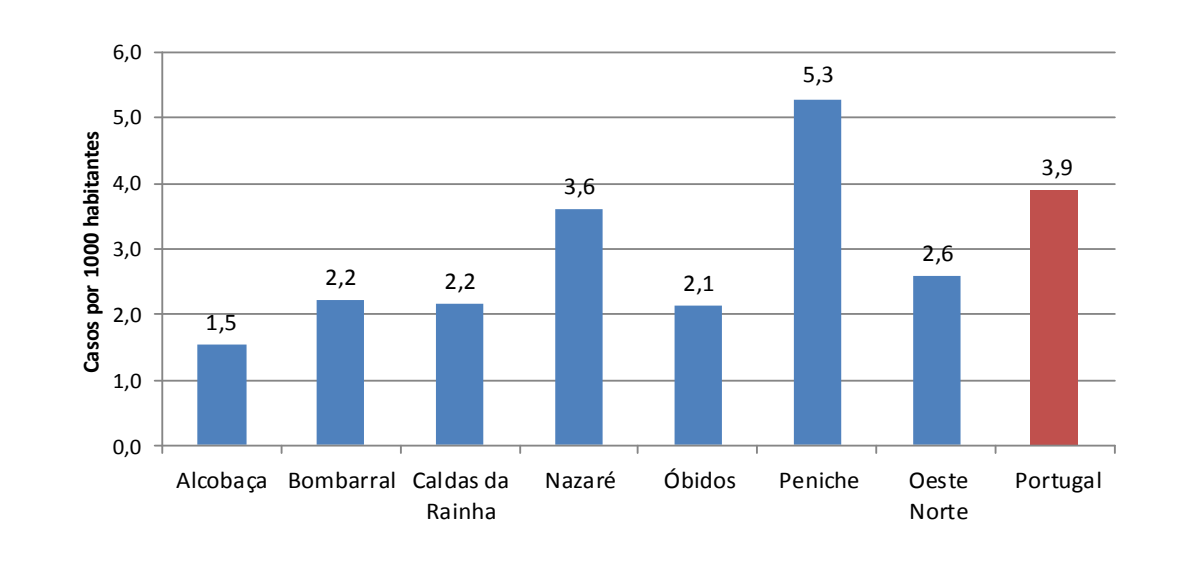
- Articulação/descentralização de doses de Metadona com as seguintes instituições:
  - Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha;
  - Comunidade Terapêutica Minha Casa;
  - Comunidade Terapêutica Viagem de Volta;
  - Equipa de Rua Porto+Seguro
  - Farmácias e Centos de Saúde.
- Realização de Consultas de Enfermagem, nomeadamente consulta de indução em PSO com Metadona, consulta de Utentes com HIV, consulta de utentes em Redução de Danos (consultas realizadas em conjunto com o médico às 2ªfeiras, às 14h).

7.3. Doenças infetocontagiosas associadas a comportamentos de risco.

Enquadrado na problemática dos consumos, foi identificado como problema a elevada prevalência de doenças infetocontagiosas associadas a comportamentos de risco.

De acordo com o Plano Local de Saúde Oeste Norte – Triénio 2014-2016, os casos acumulados de infeção por VIH até 2012, na região Oeste Norte, totalizavam uma prevalência de 2,6 casos por cada 1.000 habitantes, número inferior à prevalência nacional de 3,9. No entanto, o concelho de Peniche ultrapassava o valor nacional com uma prevalência de 5,3.

Figura 105 - Prevalência de casos acumulados de SIDA, CRS e portadores assintomáticos, em 2012, na Região Oeste Norte.



Fonte: Plano Local de Saúde Oeste Norte – Triénio 2014-2016

Segundo dados do SICAD relativos a 2013 (SICAD, 2015), entre os problemas associados a padrões de consumo mais problemáticos encontram-se as doenças infeciosas: foram notificados, a nível nacional, 17178 casos de infeção VIH (8351 SIDA) associados à toxicodependência desde 01/01/1983 até 31/12/2013; 349 diagnosticados com VIH (331 SIDA) nos últimos 3 anos. As prevalências entre os utentes em tratamento (ambulatório rede pública) e com consumos endovenosos de VIH+ é de 23%, de Hepatite C/VHC+ é de 88%, e de Hepatite B /AgHBs+ é de 6%.

Dados relativos à população residente no concelho de Peniche com processos ativos nas estruturas do CRI do Oeste indicam uma maior taxa de infeção para o VIH (87%), e uma maior percentagem de seropositivos para o VHC (Vírus da Hepatite C) (98%) do que os utentes inscritos nas outras Equipas de Tratamento do país, com valores nacionais, respetivamente, de 24% e 79%. No diagnóstico de 2007, Peniche era o concelho do Distrito de Leiria com o maior número de prevalência do VIH/SIDA, registando a Equipa de Tratamento de Peniche 24 utentes. Em 2013, a mesma Equipa registou 20 utentes seropositivos para o VIH.[60]

Foram acompanhados em consultas de Infecciologia do Centro Hospitalar do Oeste, em 2013, 160 utentes, o que corresponde a menos de 1% da população residente da área de abrangência (0.05%). No entanto, há que realçar o elevado número de utentes da área de abrangência do centro hospitalar que são seguidos em consultas de especialidade nos hospitais centrais. A maioria de casos das primeiras consultas foi motivada por outras doenças infeciosas.

Figura 106 - Consultas de Infecciologia do Centro Hospitalar do Oeste

	2012				2013				Variação 2013/2012
	Primeiras	Subsequentes	Total	% Prim	Primeiras	Subsequentes	Total	% Prim	
Infeciologia VIH	48	819	867	5,5%	49	743	792	6,2%	-8,7%
Infeciologia Outras	---	---	---	---	111	29	140	79,5%	100%

Fonte: Centro Hospitalar do Oeste – Relatório de Atividades de 2013

No que respeita à infeção por VIH/SIDA tem-se vindo a verificar desde 2003, a nível nacional, uma tendência de decréscimo de casos notificados Também a incidência de tuberculose tem vindo a diminuir no país, aproximando-se do limite definido como de baixa incidência, mas destacando-se a sua concentração nos grandes centros urbanos e a sua

associação a dificuldades sociais e a diferentes comorbilidades, necessitando de uma ação conjunta que atue ao nível social e médico (DGS, 2014).

A Acompanha, entidade promotora do projeto Sidade Alerta, está envolvida no planeamento e Dinamização do Plano Local de Saúde do Oeste Norte (Agrupamento dos Centros de Saúde do Oeste Norte).

Este projeto visa a realização de testes de diagnóstico da infeção por VIH, Hepatites Vírica e outras Infeções Sexualmente Transmissíveis, junto de populações vulneráveis, nomeadamente nos grupos dos Homens que fazem sexo com Homens, Trabalhadores Sexuais e seus Clientes, População sem – abrigo e Pessoas que usam Drogas via injetável.

Tem como objetivos adaptar e disponibilizar materiais de Informação Educação e Comunicação, garantir a distribuição de materiais preventivos, Contribuir através da recolha de dados anonimizados para o conhecimento epidemiológico e comportamental em Portugal e garantir o encaminhamento e acesso eficaz das pessoas com resultados reativos para o serviço nacional de saúde.

Conforme já referido, a população toxicodependente constitui um grupo vulnerável a uma série de doenças infeciosas, nomeadamente a infeção por VIH/Sida e a tuberculose, pelo que se preconiza que as estratégias de redução de riscos e minimização de danos com a população toxicodependente atuem ao nível preventivo e de diagnóstico precoce destas doenças, intervenção assegurada pela Acompanha, através da Equipa de Rua Porto mais Seguro.[61]

No concelho de Peniche realizam-se testes rápidos na Acompanha, através do projeto Sidade Alerta, assim como na Unidade de Saúde Local, que é a única na região Oeste Norte a fazê-lo, devido à elevada prevalência local de infeção, e Equipa de Tratamento de Peniche.

Embora Peniche se localize num Distrito com baixa taxa de incidência de tuberculose (DGS, 2014), uma vez que a comorbilidade mais significativa é com a infeção por VIH (38% dos doentes com tuberculose em 2013), e que a maior proporção de casos de doença (89,7%), em 2012, foi detetado por rastreio passivo, importa também apostar na sua prevenção e deteção precoce.

Em suma, a elevada prevalência de doenças infetocontagiosas, associada ainda a uma desinformação, alheamento ou negligência sobre o assunto por quem desenvolve os tais

[60] Fonte: Resumo do Diagnóstico do Território "Concelho de Peniche" – 2014. [On-Line] Available: http://www.sicad.pt/BK/Concursos_v2/Documents/PRI_2015/DIAGNOSTICOS/LVT_LE_PE_15C.pdf.

[61] Fonte: Resumo do Diagnóstico do Território "Concelho de Peniche" – 2014. [On-Line] Available: http://www.sicad.pt/BK/Concursos_v2/Documents/PRI_2015/DIAGNOSTICOS/LVT_LE_PE_15C.pdf.

comportamentos de risco – toxicodependentes e praticantes de relações sexuais desprotegidas –, prima por uma intervenção premente a este nível.

7.4. Síntese Geral

Foram identificados três problemas no âmbito da problemática doença mental, consumos, comportamentos de risco e consequências.

Doença mental

Há uma perceção da parte da comunidade que o problema existe numa dimensão que suscita preocupação, dados os efeitos no individuo, família e sociedade, mas não há dados objetivos que o permitam quantificar. Assim, revela-se pertinente a elaboração de um estudo que objetive o fenómeno da doença mental no concelho de Peniche.

Dependência de Drogas e Alcoolismo

Em 2013, entre os utentes em tratamento na ET de Peniche do Crioeste, a heroína foi a substância referida como droga principal, seguida do consumo de Outras Substâncias e de cocaína. Os utentes toxicodependentes 2/3 são do sexo masculino e a média das idades situa-se nos 44,5 anos.

Dos utentes acompanhados pela Equipa de Rua Porto + Seguro mais de 92% são consumidores de cannabis, seguido de cocaína e de álcool. Salientando ainda um número de utentes com policonsumos.

Há uma prevalência das formas de consumo via intravenosa e com maior expressão entre os 31 e 50 anos. Estes são indivíduos que se caracterizam pelos muitos anos de consumo e diversas tentativas de tratamento.

Alguns destes indivíduos encontram-se muito desorganizados, com ausência de estrutura familiar sendo a Equipa de Rua a única estrutura a que recorrem na procura do apoio psicossocial de que necessitam.

O fenómeno da toxicodependência persiste existindo a necessidade de uma intervenção a nível primário e secundário com estruturas polivalentes de saúde e social de proximidade e de educação à população.

Elevada prevalência de Doenças Infetocontagiosas

Peniche tem uma prevalência de HIV/Sida superior à dos outros concelhos do Oeste Norte e à média nacional. Diagnosticou-se a necessidade de intervenção primária, secundária e terciária através da manutenção de estruturas locais existentes.

8. Dependência Física, Intelectual, Psicológica e Deficiências

Focando a análise na problemática centrada na dependência, este capítulo trata e retrata dois problemas identificados pelos parceiros locais, nomeadamente: número expressivo de pessoas com dependência física e intelectual/psicológica a cargo de prestadores informais; pessoas com deficiência integradas em famílias envelhecidas. Os pontos seguintes pretendem consolidar objetivamente as questões aqui levantadas.

8.1. Número expressivo de pessoas com dependência a cargo de prestadores informais

No âmbito do grupo de trabalho que diagnosticou os problemas da área da saúde e da ação social, foi apontada a existência de um número significativo de pessoas com dependência física e intelectual/psicológica, cuja prestação de cuidados é, maioritariamente, da responsabilidade de prestadores informais, os quais, segundo os parceiros, carecem de algumas condições para que o serviço prestado tenha a qualidade necessária.

Por forma a explorar mais profundamente este problema, foi aplicado um questionário às entidades que assumem alguma intervenção a este nível no Território de Peniche, tendo sido obtidas 8 respostas, nomeadamente: Associação de Solidariedade Social de Ferrel (A.S.S. Ferrel); Associação do Centro de Dia de Serra D'El-Rei (A.C.D.S. D'El Rei); Acompanha – Cooperativa Solidariedade Social, CRL (Acomp.); Centro Social da Bufarda (C.S. Bufarda); Santa Casa Misericórdia de Peniche (S.C.M.P.); Centro Solidariedade e Cultura de Peniche – Lar Santa Maria (Lar Stª Mª); Centro Paroquial de Bem-estar Social de Atouguia da Baleia; Centro de Saúde de Peniche (CSP).

Fazendo um pequeno retrato das 8 entidades que responderam ao questionário, pode dizer-se que 7 são IPSS de vocacionadas para o apoio à população adulta e 1 de cuidados de saúde primários de proximidade.

Focalizando a análise já nas pessoas em situação de dependência, verifica-se que a totalidade das entidades presta serviços a 438 pessoas dependentes (tendo em conta os dados possíveis de fornecer). Deste total, mais de metade tem uma dependência causada por fatores físicos/motores e possui mais de 75 anos. Neste contexto, pode dizer-se que o envelhecimento é a grande condição para a dependência, no entanto, é interessante constatar que a causa de dependência varia consoante a idade: à velhice está associada uma dependência sobretudo

física, ao passo que a dependência nos indivíduos com menos de 50 anos é essencialmente mental/psicológica.

Ao nível da estrutura por sexo, em termos físicos e motores $^{2}/_{3}$ são mulheres, mas nas outras causas a distribuição vai oscilando conforme as categorias etárias, embora com diferenças pouco expressivas.

Das 438 pessoas dependentes, 193 encontram-se na valência de lar, não estando abrangidos pela prestação de cuidados informais. As restantes 245 pessoas dependentes recebem cuidados prestados por 198 cuidadores informais. No entanto, uma das entidades não dispunha de dados referentes aos cuidadores informais, pelo que não respondeu a esta questão, logo esta diferença não é significativa.

Figura 107 - Causas de dependência, grupo etário e género.

Grupo etário	Causas da Dependência									
	a) Física / Motora		Subtotal	b) Intelectual / Psicológica		Subtotal	c) Ambas		Subtotal	Total
	Fem	Masc		Fem	Masc		Fem	Masc		
<16 anos										
16-25										
26-39										
40-49	1	1	**2**		2	**2**				**4**
50-64	1	2	**3**	3	8	**11**	3	3	**6**	**20**
65-75	12		**23**	22	8	**30**	17	8	**25**	**78**
>75 anos	115	46	**161**	41	19	**60**	84	31	**115**	**336**
Total	**129**	**60**	**189**	**66**	**37**	**103**	**104**	**42**	**146**	**438**

Fonte: Questionário às entidades, agosto 2015

Dos 198 cuidadores informais, 67,7% são idosos; 51 só usufruem de apoio dos cuidados de saúde e, destes, 96% são idosos. Dado o desgaste inerente à função de cuidador, em termos físicos, mentais e sociais, torna-se pertinente uma intervenção integrada entre a área social e a saúde.

95% dos dependentes encontra-se nos grupos etários maiores de 65 anos, sendo que 77% têm mais do que 75 anos. Verifica-se, portanto, maioritariamente situações de idosos a cuidar de idosos. 115 dos dependentes (33%) apresentam dependências a nível físico e intelectual/psicológico.

Figura 108 - Nº de Prestadores informais segundo o género e o escalão etário

Faixa Etária	Nº de Prestadores Informais		Total	Nº de prestadores informais em que a pessoa dependente é abrangida pelos Cuidados de apoio domiciliário ao nível das IPSS
	Feminino	Masculino		
a) <16 anos				
b) 16 aos 25 anos				
c) 26 aos 39 anos	12	2	**14**	
d) 40 aos 49 anos	12	1	**13**	
e) 50 aos 64 anos	29	8	**37**	
f) 65 aos 75 anos	95		**95**	**29**
g) >75 anos	34	5	**39**	**9**
Total	**182**	**16**	**198**	**38**

Fonte: Centro de saúde de Peniche

Em suma, da análise das situações dos dependentes e seus cuidadores informais salienta-se que a dependência está muito associada ao prolongamento da vida, que o suporte a estes dependentes assenta sobretudo em cuidadores informais com mais de 65 anos e que há pouca articulação entre os cuidados formais prestados pela saúde e pelas IPSS, quando seria essencial a prestação de cuidados continuados integrados. No entanto, deixam-se duas questões para reflexão: serão suficientes os serviços prestados pelas entidades para dar resposta a esta problemática? Estarão os prestadores informais em condições minimamente favoráveis para desenvolverem o apoio que lhe foi "adjudicado"?

8.2. A deficiência / Pessoas com deficiência integradas em famílias envelhecidas

Utilizando o conceito apresentado pelos autores do estudo *Elementos de Caracterização das Pessoas com Deficiências e Incapacidades em Portugal*[62], as pessoas com deficiências podem ser definidas como "as pessoas com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes da interação entre as alterações funcionais e estruturais de carácter permanente e os contextos envolventes, resultantes em dificuldades continuadas no âmbito da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social, dando lugar à mobilização de serviços e recursos para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial".

[62] CRPG/ISCTE, 2007, p.101.

A população com deficiências e incapacidades não representa um todo homogéneo. Pelo contrário, conforme revela a pesquisa anteriormente referenciada, "esta população é bastante diversa em termos do tipo de deficiências e incapacidades, ou, mais concretamente do tipo de alterações nas funções e do tipo de limitações na atividade"[63]. Haverá pessoas com diferentes graus de limitação mental e/ou física que, nuns casos, serão permanentes, noutros temporária, verificando-se frequentemente uma combinação de diferentes limitações[64]. A estas diferenças acrescem as relacionadas com a proveniência social, o contexto familiar, o género, a idade, a escolaridade, a profissão, a trajetória de vida, entre outros fatores indutores de diferenciação. As causas apontadas como estando na origem das situações de deficiência são elas próprias variadas e determinantes de manifestações diversificadas, consoante estejam associadas à hereditariedade, à gravidez, ao parto, a uma doença comum, a uma doença profissional, a um acidente de viação, a um acidente de trabalho, a acidentes domésticos e de lazer, a acidentes militares ou de guerra ou à senilidade[65].

Em vez de um grupo homogéneo, será pois mais apropriado conceber-se a população com deficiência e incapacidade como um grupo efetivamente heterogéneo. As situações de deficiência e incapacidades são múltiplas e complexas.

No concelho de Peniche, o número de pessoas com deficiência recenseadas em 2001 era de 1.671 indivíduos, dos quais 886 eram homens e 785 eram mulheres, representando 6,1% do total da população residente, exatamente a mesma proporção registada para Portugal[66]. Os dados atualizados em maio de 2007 indicam um crescimento dessa proporção, estimando-se que o universo de pessoas com deficiência passou a representar 8,2% da população em geral do país[67].

Para conferir o retrato atual do concelho, a informação é escassa, sendo, não obstante, possível ter em conta os dados referentes à população apoiada pela Cercipeniche.

[63] CRPG/ISCTE, 2007, P.39.
[64] The employment situation of people with disabilities in the European Union, European Commission, Employment & Social Affairs, August 2001, in Conselho Económico e Social, 2008, p.7.
[65] Sobre as causas que estão na base das situações de deficiência e incapacidade levou-se em conta o estudo realizado pelo CRPG/ISCTE (2007).
[66] INE, O País em Números – Informação Estatística 1991-2001, CD-ROM, in CLAS de Peniche, Diagnóstico Social do Concelho de Peniche 2004, Julho 2004.
[67] CRPG/ISCTE, 2007, p.101.

Figura 109 - Utentes da Cercipeniche por valência e capacidade instalada (Fevereiro de 2014)

Reposta Social / Valência	Nº de utentes	Nº de vagas	Oferta total
Centro de Reabilitação Profissional	61+ 7	28 (faseadas no ano)	89+7
Centro de Atividades Ocupacionais	80	0	80
Centro de Recursos para a Inclusão	80	-	80
Enclave de Emprego Protegido Beija-Flor	8	1	9
Lar de apoio	8	0	8
Total	244	29	273

Fonte: Cercipeniche.

Verifica-se assim que é de 244 o total de pessoas com deficiência às quais a Cercipeniche dá resposta ao nível das seguintes valências[68]:

- Centro de Reabilitação Profissional: "Uma estrutura vocacionada para o desenvolvimento de Programas de Orientação Profissional, Formação Profissional e Emprego", destinada a pessoas com mais de 16 anos.
- Centro de Atividades Ocupacionais: "É um serviço (que funciona a partir do CERISC - Centro de Recursos para a Inserção Social e Comunitária) onde se desenvolvem actividades ocupacionais e de promoção do bem-estar e qualidade de vida, para pessoas maiores de 16 anos com deficiência mental ou multideficiência, cujos níveis de autonomia não são compatíveis com outras soluções de integração sócio-profissional".
- Centro de Recursos para a Inclusão: cuja missão consiste em "apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidade, ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 Janeiro, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo".
- Lar de Apoio: "Esta unidade tem por objectivo proporcionar uma resposta residencial a jovens do sexo masculino, maiores de 16 anos, abrangidos pelos programas de formação profissional desenvolvidos no CREAP, que sejam oriundos de agregados familiares desestruturados ou cujos progenitores se encontrem com problemas de incapacidade temporária ou permanente, ou ainda em situações de abandono familiar".
- Lar Residencial "Porto de Abrigo": tem como objetivo principal encontrar "soluções residenciais para pessoas com graves défices de autonomia e sem enquadramento familiar suscetível de poder garantir condições mínimas de segurança, conforto e

[68] A descrição das valências resulta da consulta do site da Cercipeniche (http://www.cercipeniche.pt).

dignidade." Foi inaugurado em março de 2015 e tem capacidade para acolhimento de 24 utentes.

A perceção local é que são vários os casos de famílias que optam por vir residir para o Município pelas condições de acessibilidade, mas também pelos recursos de apoio à inserção que oferece, nomeadamente através da Cercipeniche. A esmagadora maioria dos utentes da Cercipeniche é residente no concelho de Peniche (83,5%), sendo sobretudo constituídos por indivíduos do sexo masculino (58,6% são homens e 41,4% são mulheres) e por jovens entre os 18 e os 30 anos de idade (que representam mais de metade do conjunto dos utentes - 51,2%), sendo que a larga maioria dos utentes, ou seja, 70,4%, não tem mais de 40 anos.

Relativamente à distribuição etária, é, ainda assim, significativa a percentagem de pessoas mais velhas apoiadas, das quais 19,2% têm entre 41 e 50 anos e 10,5%, entre 51 e 65 anos, perfazendo ao todo 51 utentes. Além disso, é necessário relativizar o perfil etário observado e ter em conta que esta população, a partir dos 40 anos de idade, já apresenta sinais evidentes e múltiplos de envelhecimento, que se traduzem na perda de capacidades físicas e intelectuais, sendo o envelhecimento precoce uma particularidade distintiva que diferencia estas pessoas da população em geral.

Figura 110 - Utentes da Cercipeniche por valência segundo a residência (Fevereiro de 2014)

Reposta Social / Valência	Nº de utentes	No concelho	Fora do concelho
Centro de Reabilitação Profissional	68	57	11
Centro de Atividades Ocupacionais	80	65	15
Centro de Recursos para a Inclusão			
Enclave de Emprego Protegido Beija-Flor	8	7	1
Lar de apoio	8	8	0
Total	164	137	27

Fonte: Cercipeniche.

Figura 111 - Utentes da Cercipeniche por valência, segundo o género (Fevereiro de 2014)

Reposta Social / Valência	H	M	Total
Centro de Reabilitação Profissional	33+4	28+3	61+ 7
Centro de Atividades Ocupacionais	43	37	80
Centro de Recursos para a Inclusão	51	29	80
Enclave de Emprego Protegido Beija-Flor	6	2	8
Lar de apoio	6	2	8
Total	143	101	244

Fonte: Cercipeniche.

Figura 112 - Utentes da Cercipeniche por valência, segundo a faixa etária (Fevereiro de 2014)

Reposta Social / Valência	18-30	31-40	41-50	51-65	Total
Centro de Reabilitação Profissional	39+7	10	10	2	61+ 7
Centro de Atividades Ocupacionais	32	16	18	14	80
Centro de Recursos para a Inclusão					
Enclave de Emprego Protegido Beija-Flor	2	3	2	1	8
Lar de apoio	8	4	3	1	16
Total	88	33	33	18	172

Fonte: Cercipeniche.

Figura 113 - Proporção de titulares com subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social, em 2012

	População dos 0-24 anos	Bonificação por deficiência	Proporção de Bonificações por deficiência na população dos 0-24 anos
	Nº		%
Portugal	2.692.802	81.990	3,0
Oeste	93.245	2.491	2,7
Peniche	6.982	174	2,5

Fonte: Pordata (http://www.pordata.pt)

Nota: Consiste numa bonificação acrescida ao subsídio familiar a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos em função de os mesmos possuírem deficiência.

Pela natureza da sua condição, as pessoas com deficiência estão mais limitadas na sua autonomia, tendo maior probabilidade de necessidade de apoio direto de terceiros, que são normalmente os familiares diretos, pais, quando ainda vivos. Dada a elevada prevalência de utentes da Cercipeniche com idade superior a 41 anos (29,7%), é de supor que estejam integrados em agregados familiares envelhecidos, com pais já idosos. À medida que aumenta a idade dos indivíduos, verifica-se um aumento correspondente do número de limitações da atividade, sendo portanto nas pessoas idosas que estas limitações têm maior expressão. Se por um lado, esta questão constitui uma preocupação, porque pela evolução natural do ciclo de vida, é natural que os pais envelheçam e deixem de ter capacidade para proporcionar suporte aos filhos, por outro lado, estes filhos também não terão condições para suportar os pais na sua velhice, podendo criar-se uma dinâmica intergeracional de necessidade mútua de cuidados.

8.3. Síntese Geral

Em súmula, no que se refere às pessoas com dependência a cargo de prestadores informais envelhecidos, observa-se as seguintes situações:

- Estão identificadas 438 pessoas dependentes, em 2015, 95% tem mais de 65 anos, 77% tem mais de 75 anos;
- Nos grupos etários mais velhos trata-se sobretudo de dependência física;
- Nos grupos com menos de 50 anos, a dependência é mais de ordem mental/psicológica;
- 193 dos dependentes encontram-se na valência de lar e 245 (a maioria) a cargo de cuidadores informais
- 67,7% dos cuidadores informais são idosos.

Estes dados levam-nos a questionar:

- Consequências em termos de viabilidade a médio e longo prazo da continuidade de cuidados?
- Consequências para saúde física, mental e social dos próprios cuidadores?
- Serão suficientes os serviços prestados pelas entidades? E o apoio aos cuidadores?

Outro problema analisado neste capítulo corresponde às pessoas com deficiência integradas em famílias envelhecidas. De acordo com um rácio efetuado em 2007, calcula-se que a população com deficiência representa 8,2% da população geral do concelho, deste modo, estima-se que, em 2013, havia em Peniche cerca de 2.231 pessoas com deficiência. Em suma:

- Em 2014, era de 244 o total de pessoas com deficiência apoiadas pela Cercipeniche, sendo que 70,4%, não tem mais de 40 anos;
- Têm, ainda assim, um total de 51 utentes com idade acima dos 40 anos;
- A partir dos 40 anos, esta população, já apresenta contudo sinais evidentes e múltiplos de envelhecimento precoce;
- É significativo e crescente o nº de pessoas com deficiência integradas em famílias envelhecidas;
- Dilema: Pessoas com deficiência e familiares, ambos com necessidade de cuidados.

É de enfatizar que em virtude da oferta de serviços da Cercipeniche, regista-se a fixação de residência de várias famílias para Peniche.

9. Respostas Locais e Serviços Locais de Saúde

A saúde é um direito inalienável dos cidadãos e a sua consolidação é um dos fatores de desenvolvimento de uma comunidade. O concelho de Peniche depara-se com vários problemas ao nível das respostas locais de saúde, que se agrupam em termos de respostas de Cuidados de Saúde Primários e de Cuidados de Saúde Diferenciados. Ao longo deste capítulo estas problemáticas são apresentadas e analisadas em detalhe.

9.1. Direito à Saúde

A Constituição da República Portuguesa (VII Revisão Constitucional, 2005), no âmbito dos Direitos e Deveres Fundamentais, contempla no Artigo 64.º o Direito à Saúde:

"1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à proteção da saúde é realizado:

a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;

b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.

3. Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:

a) Garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde;

c) Orientar a sua ação para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos;

d) Disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade;

e) Disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico;

f) Estabelecer políticas de prevenção e tratamento da toxicodependência.

4. O serviço nacional de saúde tem gestão descentralizada e participada."

A Lei de Bases da Saúde (Lei n.º 48/90, de 24 de agosto – com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro) define que a política de saúde tem âmbito nacional e obedece às seguintes diretrizes:

"a) A promoção da saúde e a prevenção da doença fazem parte das prioridades no planeamento das atividades do Estado;

b) É objetivo fundamental obter a igualdade dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde, seja qual for a sua condição económica e onde quer que vivam, bem como garantir a equidade na distribuição de recursos e na utilização de serviços; (…)"

Define ainda que, relativamente aos níveis de cuidados de saúde:

- "O sistema de saúde assenta nos cuidados de saúde primários, que devem situar-se junto das comunidades.
- Deve ser promovida a intensa articulação entre os vários níveis de cuidados de saúde, reservando a intervenção dos mais diferenciados para as situações deles carecidas e garantindo permanentemente a circulação recíproca e confidencial da informação clínica relevante sobre os utentes."

O Estado Português assegura o direito à saúde (promoção, prevenção e vigilância) dos cidadãos através do Sistema Nacional de Saúde (SNS), que integra todos os cuidados de saúde desde a promoção e vigilância à prevenção da doença, diagnóstico, tratamento e reabilitação médica e social. As instituições do SNS encontram-se organizadas em Regiões de Saúde, que contemplam os Cuidados Primários e os Cuidados Hospitalares.

O concelho de Peniche faz parte da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo: em termos de Cuidados Primários integra o Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Norte – Unidade de Cuidados na Comunidade de Peniche do Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte (Decreto-lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro) e em termos de Cuidados Hospitalares integra o Centro Hospitalar do Oeste – CHO (Portaria n.º 276/2012, de 12 de setembro).

9.2. Cuidados de Saúde Primários

"Os Cuidados de Saúde Primários (CSP) (…) constituem a principal estrutura de um sistema de saúde quer pela dimensão de problemas de saúde que resolvem (80 a 85%), quer pela diversidade de intervenções que asseguram. Atuam ao longo de todas as fases da vida e integram todas as modalidades de intervenção em saúde: promoção da saúde, prevenção da doença, diagnóstico precoce, terapêutica adequada, reabilitação e reinserção social. Localizam-se próximo da população e são pró-ativos para com os cidadãos, designadamente com os mais vulneráveis, contribuindo para promover a equidade e garantir o acesso aos cuidados de saúde" (Ministério da Saúde, 2012).

Os cuidados de saúde primários no concelho de Peniche são da responsabilidade do Centro de Saúde de Peniche, que dispõe das seguintes unidades funcionais:

- 1 Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados – USP, com três extensões nas freguesias rurais;
- 1 Unidade de Cuidados na Comunidade – UCC;
- 1 Equipa de Cuidados Continuados Integrados – ECCI;
- 1 Unidade Local de Saúde Pública – ULSP.

Ao nível do Centro de Saúde de Peniche são identificados como principais problemas os seguintes: a falta de estímulo à criação de uma Unidade de Saúde Familiar e a escassez de recursos humanos.

As Unidades de Saúde Familiar (USF) "são um pilar inovador na prestação de cuidados de saúde primários (CSP) em Portugal. Dão corpo a um modo avançado de organização baseado em redes de equipas coesas, multiprofissionais, de saúde familiar com uma dimensão média de 20-25 elementos por cada equipa. Têm autonomia técnica e organizacional regulada por um conjunto de instrumentos formais explícitos. Organizam-se para responder de modo flexível às necessidades de saúde de um conjunto bem definido de cidadãos e famílias (lista de utentes). Visam alcançar objetivos e metas de qualidade de processos e de resultados de saúde. São avaliadas e responsabilizadas consequentemente pelos seus desempenhos" (Ministério da Saúde, 2012). A criação destas estruturas constituiria uma mais-valia para o concelho de Peniche em termos de melhor acesso a cuidados, nomeadamente em termos de flexibilização e personalização dos mesmos, de acordo com as necessidades da população.

A escassez de recursos humanos tem sido uma constante, sendo um problema de base e transversal: há falta de enfermeiros na UCSP; há carência de médicos; há falta de aposta na constituição de equipas multidisciplinares para a equipa da UCC/ECCI. No entanto, é a carência de médicos que tem sido mais sentida pela população e que abordaremos em mais detalhe.

O ACES Oeste Norte, com uma cobertura em 6 concelhos, apresentava em dezembro 2014 uma taxa de utentes sem médico de família de 11,8% (21.042). Destes, 60,4% (12.712) são do concelho de Peniche, o que representa 47% do total de utentes (27.030) do Centro de Saúde de Peniche. Trata-se de um problema previamente identificado, decorrente do envelhecimento dos profissionais, sem que tenham sido adotadas medidas efetivas para a sua resolução. A não abertura de concursos para médicos no ACeS Oeste Norte, não permitiu o rejuvenescimento da classe médica do Centro de Saúde de Peniche.

Figura 114 - Distribuição dos utentes com e sem médico de família por médico e concelho do ACES Oeste Norte

Centro de Saúde	Com Médico	S/ Médico	S/ Médico por opção	Total
Alcobaça	52.150	2.908	65	55.123
Bombarral	11.530	1.452	26	13.008
Caldas da Rainha	57.084	3.465	39	60.588
Nazaré	16.523	0	25	16.548
Óbidos	7.391	505	8	7.904
Peniche	14.242	12.712	76	27.030
Total	158.920	21.042	239	180.201

Fonte: Plataforma RNU, 31-12-2014,11h39m

O Centro de Saúde de Peniche conta atualmente com 9 médicos. Desde 2008, verificou-se a saída de vários profissionais por exoneração e por aposentação, sendo que em 2014 saíram 3 médicos (2 por aposentação e 1 por exoneração). Embora exista proposta de complementaridade de contratação de médicos através de agência, esta resposta não se coaduna com a filosofia dos cuidados de saúde primários. Este tipo de contratação, pela sua natureza, não permite o assumir de funções inerentes ao médico de família, que exigem disponibilidade e continuidade temporal no acompanhamento ao indivíduo e à família. No entanto, está prevista a contratação, a curto/médio prazo, de 4 médicos para o concelho de Peniche.

9.3. Cuidados Hospitalares

Os Cuidados Hospitalares visam a prestação de cuidados de saúde diferenciados, em regime de ambulatório e de internamento, centrados na satisfação das necessidades dos doentes.

O concelho de Peniche é um dos concelhos da área de abrangência do Centro Hospitalar do Oeste, no qual está integrado enquanto unidade o Hospital de S. Pedro Gonçalves Telmo de Peniche. Criado pela Portaria n.º 276/2012, o Centro Hospitalar do Oeste "é uma pessoa coletiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio (…) mantendo a natureza específica de hospital do setor público administrativo"[69].

Em acordo efetuado entre o Ministério da Saúde e Município de Peniche, a 22/01/2008, ficou definido o seguinte:

- Desenvolvimento dos serviços de Ortopedia e de Fisiatria;
- Criação de uma unidade de Cirurgia de Ambulatório;
- Reconversão de camas disponíveis em Unidades de Cuidados Continuados;
- Alargamento das consultas de especialidade;
- Ampliar e requalificar a rede de cuidados de saúde primários do concelho e criação de uma Unidade de Saúde Familiar;
- Manutenção do Serviço de Urgência Básica (SUB).

No entanto, à exceção da manutenção do SUB, as restantes medidas continuam por cumprir. No que diz respeito ao Hospital S. Pedro Gonçalves Telmo de Peniche, tem-se vindo a assistir a um desmantelamento das várias valências, nomeadamente diminuição na oferta de especialidades de consultas externas, extinção da Cirurgia com internamento e bloco operatório, e encerramento do laboratório.

Com a restruturação dos cuidados hospitalares na zona Oeste, que resultou na criação do Centro Hospitalar do Oeste, integrando os hospitais de Peniche, Caldas da Rainha e Torres Vedras, continua a ser pertinente a definição de um plano para os cuidados de saúde diferenciados na zona.

[69] Fonte: Centro Hospitalar do Oeste – Relatório de Atividades de 2013.

9.4. Síntese Geral

O concelho de Peniche sofre vários problemas ao nível das respostas locais de saúde. No âmbito dos Cuidados Primários destacam-se as dificuldades ao nível da reforma dos cuidados de saúde primários, com maior expressão na não implementação de uma Unidade de Saúde Familiar; a carência de recursos humanos, principalmente no que se refere ao pessoal médico; a falta de multidisciplinariedade na Equipa de Cuidados Continuados Integrados. Relativamente aos Cuidados Hospitalares, salienta-se o aumento da dificuldade de acesso aos cuidados de saúde diferenciados, com a transferência de recursos existentes na comunidade para outras unidades do Centro Hospitalar da área de influência.

Parte III – Educação, Emprego e Formação

10. Qualificações Escolares

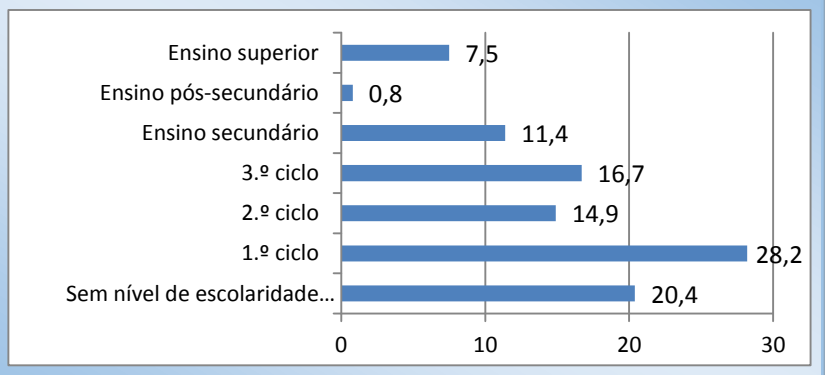
Inserido na área da Educação, Emprego e Formação, este capítulo aborda as questões respeitantes às qualificações escolares e, em particular, ao insucesso e abandono escolares.

10.1. Caracterização escolar da população

Um dos pilares fundamentais do desenvolvimento é a educação, consistindo o acesso à mesma um fator crucial para a integração e participação plena das pessoas na sociedade.

Procurando perceber qual o panorama geral em relação aos níveis de qualificação escolar da população residente no concelho de Peniche, com base na informação do censo de 2011, constata-se serem baixos os níveis de instrução completados, tendo em conta que praticamente metade da população não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico (48,6%) e que há uma forte incidência de indivíduos não escolarizados (20,4%).

Figura 115 - População residente no concelho de Peniche, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2011 (%)



Fonte: Censos de 2011 (http://ine.pt)

Considerando a população do Município na faixa etária a partir dos 15 anos, ou seja, a população em idade ativa e adulta, observa-se, por referência aos dados de 2011, que se reproduz o perfil de baixas qualificações escolares, ainda que de forma um pouco menos acentuada, havendo uma percentagem significativa de 42,6% que apresentam como habilitação mais elevada o 1º ciclo e uma percentagem de 12,1% sem escolaridade. Qualquer destes valores encontra-se acima da média nacional e da Região Oeste: no caso da população que não foi para além do 1º ciclo do ensino básico, a percentagem do país é de 37,6% e no caso da população sem qualquer nível de ensino, é de 10,4%; para a Zona Oeste, os valores são de 40,7,% e de 11,7%, respetivamente.

Ainda do ponto de vista comparativo, o Município de Peniche é também aquele que apresenta a mais baixa percentagem de efetivos em idade ativa e adulta com o ensino secundário

completo (13,4%) no conjunto dos territórios – em Portugal a percentagem é de 15,7% e no Oeste, de 15,3%.

A desvantagem do concelho face aos seus territórios de referência verifica-se ainda ao nível da proporção de indivíduos que obtiveram diplomas do ensino médio e superior, que é de 9,9% a nível local, uma proporção abaixo da registada na Zona Oeste (11,2%) e distante da média nacional (14,8%).

Analisando a evolução das qualificações escolares entre 2001 e 2011, salienta-se o aumento, registado entre a população em idade ativa e adulta residente no concelho, do peso dos efetivos com níveis de instrução mais elevados, ou seja, que completaram o 3º ciclo do ensino básico, o ensino secundário, o ensino médio e o superior e, inversamente, uma diminuição da proporção de efetivos com níveis de instrução inferiores e dos não escolarizados. Peniche denota assim a mesma tendência verificada no país e no Oeste de melhoria dos níveis de qualificação escolar da população.

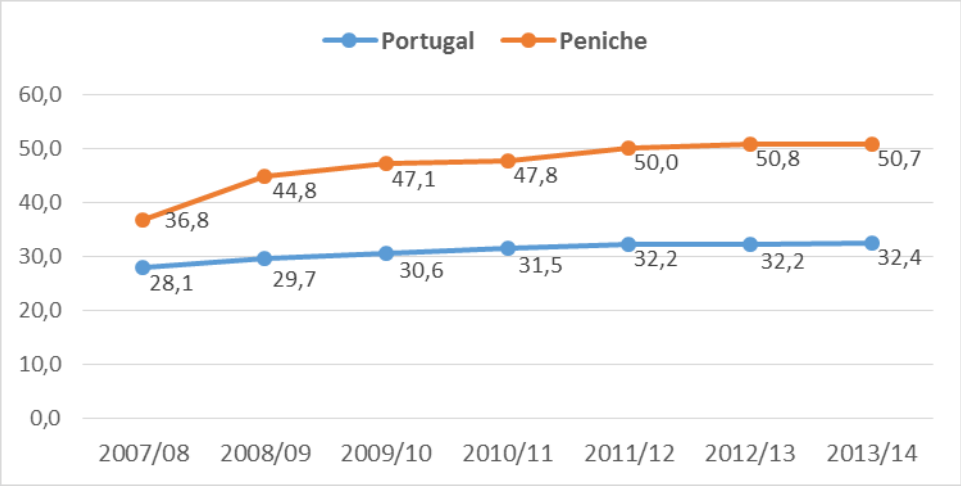
Uma das evidências dos progressos na educação a nível concelhio tem a ver com a taxa de escolarização no ensino superior da população com idades entre os 18 e os 22 anos, que subiu 13,9 pp entre o ano letivo de 2007/2008 e o de 2013/2014, para se fixar nos 50,7%. Comparativamente com o país, Peniche regista mesmo uma maior percentagem de alunos nessa faixa etária inscritos em cursos de formação inicial no ensino superior e esta diferença relativa ao país, que se observa, pelo menos, desde 2007/2008, tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Figura 116 - População residente com 15 e mais anos por territórios e nível de escolaridade completo mais elevado, entre 2001 e 2011 (%)

Nível de Instrução	2001			2011		
	Portugal	Oeste	Peniche	Portugal	Oeste	Peniche
Sem escolaridade	18,0	21,3	20,6	10,4	11,7	12,1
1º ciclo	30,2	32,4	32,9	27,2	29,0	30,5
2º ciclo	13,8	14,0	15,0	12,8	13,1	14,7
3º ciclo	16,3	15,8	16,8	19,1	19,6	19,6
Ensino Secundário	13,3	11,1	10,2	15,7	15,3	13,4
Ensino Médio	0,8	0,5	0,4	1,0	1,0	1,0
Ensino Superior	7,6	4,9	4,1	13,8	10,2	8,9

Fonte: Site do Pordata (http://pordata.pt)

Figura 117 - Evolução da taxa de escolarização no ensino superior (alunos com idades entre os 18 e os 22 anos), por territórios, entre 2007/2008 e 2013/2014 (%)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Na confrontação dos graus de escolarização com o género, apesar de não se registarem particularidades expressivas no contexto do município penichense, os dados para 2011 mostram que as mulheres lideram os polos das qualificações escolares (nenhumas habilitações ou com mais qualificação), ao passo que o sexo masculino assume um maior domínio ao nível dos 2º e 3º ciclos – esta é uma tendência que se mantém, tendo em conta 2001[70]. Os índices de conclusão do ensino superior evidenciados pelas mulheres no contexto concelhio estão assim de acordo com a tendência nacional das últimas décadas, segundo a qual as mulheres têm construído percursos escolares mais prolongados que os homens.

Figura 118 - População residente no concelho de Peniche, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo e o género, em 2011

Nível Instrução	H		M		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº
Sem nível de escolaridade completo	2532	18,8	3132	21,9	5664
1º Ciclo	3876	28,8	3964	27,7	7840
2º Ciclo	2251	16,7	1878	13,1	4129
3º Ciclo	2443	18,2	2193	15,3	4636
Ens. Secundário	1460	10,9	1698	11,9	3158
Ens. Médio	114	0,8	118	0,8	232
Ens. Superior	768	5,7	1326	9,3	2094
TOTAL	13444	100,0	14309	100,0	27753

Fonte: Censos de 2011 (http://ine.pt)

Os dados mais recentes relativos à população inscrita nos níveis de ensino secundário e superior indiciam justamente a maior extensão das trajetórias escolares por parte das mulheres, uma realidade que é particularmente expressiva no caso de Peniche por comparação com os seus territórios de referência, tendo em conta a clara supremacia feminina em ambos os níveis de ensino. No caso específico da população com

[70] Fonte: INE, Infoline, *in* Diagnóstico Social, 2004.

diplomas do ensino superior, ainda é mais pronunciado o predomínio feminino, principalmente no contexto de Peniche.

Figura 119 - Relação de feminidade, ao nível dos ensinos secundário e superior, por territórios, no ano letivo 2012/2013

		Portugal	Oeste	Peniche
Ens. Secundário (a)	2012/13	49,6	51,7	56,0
Ens. Superior - Alunos Diplomados (b)		59,8	61,0	68,3
Ens. Superior - Alunos Inscritos (c)	2013/14	53,5	55,9	57,8

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2013.

Notas: **(a) Relação de feminidade no ensino secundário:** relação percentual entre o número de alunas do sexo feminino no ensino secundário e o total de alunas/os do ensino secundário; **(b) Relação de feminidade das/os alunas/os inscritas/os no ensino superior**: relação percentual entre o número de alunas do sexo feminino inscritas no ensino superior e o total de alunas/os inscritas/os do ensino superior; **(c) Relação de feminidade das/os alunas/os diplomadas/os do ensino superior:** relação percentual entre o número de alunas do sexo feminino diplomadas no ensino superior e o total de alunas/os diplomadas/os no ensino superior.

Numa análise comparativa à composição das freguesias segundo o nível de instrução mais elevado completo, não há diferenças muito significativas a assinalar face ao padrão concelhio. Regista-se contudo o facto das freguesias limítrofes à cidade verificarem as maiores proporções de indivíduos não escolarizados, que representam mais de $^{1}/_{5}$ das respetivas populações. No que diz respeito à população com habilitações superiores (ensino médio e superior), são as freguesias de Ferrel (9,6%), de Atouguia da Baleia (8,4%) e de Peniche (8,3%) que apresentam as percentagens mais elevadas. É de destacar o caso particular de Serra D´El Rei tendo em conta o facto de ser, cumulativamente, a freguesia com mais população não escolarizada e com menos efetivos com formação média e superior.

De uma forma geral, pode dizer-se que as freguesias evidenciam uma necessidade de progressão quanto ao aumento da proporção de efetivos com qualificações mais elevadas, ou seja, a partir do 12º ano de escolaridade, pelo menos para se colocarem ao nível da realidade nacional, o mesmo se pode dizer quanto à necessidade de reduzirem as prevalências de população não escolarizada.

Figura 120 - População residente por territórios segundo o nível de escolaridade mais elevado completo (%), em 2011

	Freguesia de Peniche	Freguesia de Atouguia da Baleia	Freguesia de Ferrel	Freguesia de Serra D´El Rei	concelho Peniche	Portugal
Sem escolaridade	19,1	21,7	21,3	24,5	20,4	18,9
1º ciclo	28,9	26,7	29,6	28,7	28,2	25,5
2º ciclo	15,2	14,7	14,4	13,7	14,9	13,4
3º ciclo	17,5	16,1	15,3	15,5	16,7	16,3
Ensino Secundário	11,0	12,4	9,9	10,9	11,4	13,4
Ensino Médio	0,8	0,9	0,8	1,0	0,8	0,8
Ensino Superior	7,5	7,5	8,8	5,7	7,5	11,8

Fonte: Censos de 2011 (http://ine.pt)

Quanto à incidência do analfabetismo, o concelho de Peniche está também em desvantagem face ao território nacional por apresentar um valor mais elevado (6,05% contra 5,23%), que está contudo ligeiramente abaixo dos níveis ostentados pela Região Oeste (6,09%). Em conformidade com o padrão revelado pelos seus territórios de referência, em Peniche é também maior a prevalência de analfabetismo entre as mulheres, cuja percentagem é de 7,40%, enquanto entre os homens é de 4,59% - no país essas percentagens são mais baixas, revelando as mulheres 6,77% de analfabetismo e os homens 3,52%.

Figura 121 - Taxa de analfabetismo (%) por território (à data dos Censos 2011) e género

	H	M	Total
Portugal	3,52	6,77	5,23
Oeste	4,60	7,46	6,09
Peniche	4,59	7,40	6,05

Fonte: Censos de 2011 (http://ine.pt)

No que diz respeito às freguesias, apontam-se diferenças significativas entre elas quanto aos níveis de analfabetismo. Distingue-se a extinta freguesia urbana da Conceição, por apresentar uma taxa de analfabetismo de 4,88%, a mais baixa do concelho, a qual está, inclusivamente, abaixo, da média nacional, e por apresentar ainda uma taxa de analfabetismo feminino (6,02%) também ela inferior à do país (6,77%). Numa posição oposta estão as freguesias de Serra D´El Rei e Ferrel, em virtude de observarem os mais elevados níveis de analfabetismo a nível concelhio (7,80% e 7,30%, respetivamente) e simultaneamente as maiores percentagens de analfabetismo feminino e masculino, com valores que se distanciam de forma significativa da realidade nacional[71].

[71] A taxa de analfabetismo masculino é na Serra D´El Rei e Ferrel, respetivamente, de 6,23% e 5,65%, quando, em Portugal, é de 3,52%. Já a taxa de analfabetismo feminino é na Serra D´El Rei e Ferrel, respetivamente, de 9,32% e 8,83%, quando, em Portugal, é de 6,77%.

Figura 122 - Taxa de analfabetismo no concelho de Peniche (%) por freguesias (à data dos Censos 2011) e género

	H	M	HM
Ajuda	3,60	7,51	5,65
Conceição	3,61	6,02	4,88
São Pedro	4,09	7,94	6,09
Atouguia da Baleia	5,52	7,20	6,39
Ferrel	5,65	8,83	7,30
Serra D´El-Rei	6,23	9,32	7,80
Concelho de Peniche	4,59	7,40	6,05

Fonte: Censos de 2011 (http://ine.pt)

Neste cenário mais global da análise das qualificações escolares verifica-se, pela leitura do quadro seguinte, que a proporção de estabelecimentos de ensino no concelho de Peniche segue a tendência dos territórios de referência – a maioria destes estabelecimentos diz respeito ao 1º ciclo e à educação pré-escolar. No entanto, é possível identificar algumas diferenças mais significativas relativamente à realidade nacional: Peniche apresenta um maior peso de estabelecimentos no 1º ciclo e, contrariamente, um menor peso no ensino secundário e no 3º ciclo.

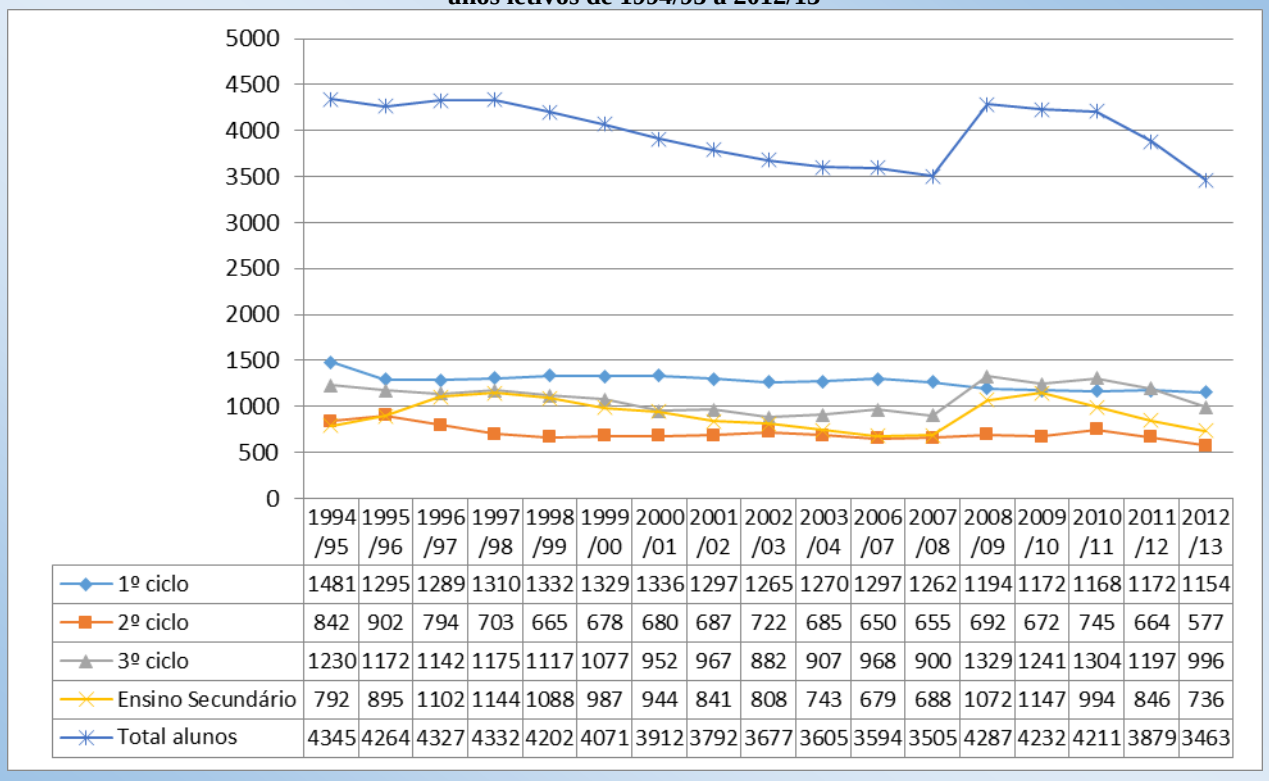
Figura 123 - Estabelecimentos de educação/ensino por território segundo o nível de ensino ministrado, 2012/2013

		Portugal		Oeste		Peniche	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Educação pré-escolar		6429	43,4	241	43,4	17	43,6
Ensino Básico	1º Ciclo	4749	32,1	206	37,1	15	38,5
	2º Ciclo	1188	8,0	38	6,8	3	7,7
	3º Ciclo	1487	10,0	43	7,7	3	7,7
Ensino secundário		953	6,4	27	4,9	1	2,6
Total		14806	100,0	555	100,0	39	100,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2013.

A realidade nacional mostra que, no último decénio (entre 2000/2001 e 2010/2011), diminuiu em 43,5% o número de estabelecimentos de educação básica e secundária, em função de uma reconfiguração da rede de estabelecimentos, que veio privilegiar tipologias agregadoras de várias etapas de ensino e trazer uma maior concentração de alunos por estabelecimento (CNE, s/d: 68). Os fundamentos que presidiram ao novo modelo tiveram a intenção de "rentabilização de recursos; atenuação dos efeitos negativos da transição entre ciclos e níveis; ou o enriquecimento das interações entre crianças, quando estão em causa escolas de meios mais isolados" (CNE, s/d: 68). Como resultado disso e também da quebra de natalidade, assistiu-se recentemente (entre 2007/2008 e 2012/2013) a uma redução do número de estabelecimentos no contexto de Peniche, essencialmente no que diz respeito ao 1º ciclo do ensino básico.

Figura 124 - Evolução dos alunos matriculados no Ensino Básico e Secundário, no concelho de Peniche, nos anos letivos de 1994/95 a 2012/13



	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
1º ciclo	1481	1295	1289	1310	1332	1329	1336	1297	1265	1270	1297	1262	1194	1172	1168	1172	1154
2º ciclo	842	902	794	703	665	678	680	687	722	685	650	655	692	672	745	664	577
3º ciclo	1230	1172	1142	1175	1117	1077	952	967	882	907	968	900	1329	1241	1304	1197	996
Ensino Secundário	792	895	1102	1144	1088	987	944	841	808	743	679	688	1072	1147	994	846	736
Total alunos	4345	4264	4327	4332	4202	4071	3912	3792	3677	3605	3594	3505	4287	4232	4211	3879	3463

Fonte: Câmara Municipal de Peniche, *in* Diagnóstico Social, 2004; INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Figura 125 - Evolução do número de Estabelecimentos de educação/ensino no concelho de Peniche segundo o nível de ensino ministrado, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013

		2007/08		2012/13	
		Nº	%	Nº	%
Educação pré-escolar		17	37,8	17	43,6
Ensino Básico	1º Ciclo	20	44,4	15	38,5
	2º Ciclo	3	6,7	3	7,7
	3º Ciclo	4	8,9	3	7,7
Ensino secundário		1	2,2	1	2,6
Total		45	100,0	39	100,0

Fonte: INE, Anuários Estatístico da Região Centro, 2008 e 2013.

Considerando o número de alunos matriculados no município penichense no ensino básico e secundário, denota-se, entre o ano letivo de 1994/95 e o ano letivo de 2012/13, uma perda gradual de indivíduos, apenas interrompida no período de 2008 a 2011, traduzida em menos 882 alunos, numa variação negativa de -20,3% – há que referir que este decréscimo acompanha a diminuição de residentes no concelho pertencentes às faixas etárias aqui contempladas. Esta quebra verifica-se em ambos os níveis de ensino, mas é sobretudo mais visível ao nível do ensino básico, com reduções de alunos na ordem dos 31,5% no 2º ciclo, dos 22,1% no 1º ciclo e dos 19,0% no 3º ciclo. A quebra do número de alunos no ensino secundário é na ordem dos 7,1%.

Percebe-se em suma a necessidade de melhoria dos níveis de qualificação escolar da população do concelho de Peniche, pelo menos para atenuar o conjunto de desvantagens observadas relativamente à realidade nacional.

10.2. Insucesso e abandono escolares

Numa análise aos problemas do insucesso e abandono escolares, o quadro seguinte, referente ao ano letivo de 2012/2013, permite constatar que, ao baixo nível de instrução observado no contexto de Peniche, estão associados outros indicadores de educação cujos resultados expressam desníveis face aos seus territórios de referência.

Figura 126 - Indicadores de educação por território, 2012/2013 (%)

		Portugal	Oeste	Peniche
Taxa bruta de pré-escolarização		90,6	94,2	89,2
Taxa bruta de escolarização	Ensino básico	112,6	109,4	104,8
	Ensino secundário	121,0	105,5	90,4
Taxa de retenção e desistência no ensino básico	Total	10,4	11,1	12,3
	1º Ciclo	4,9	5,3	6,9
	2º Ciclo	12,5	13,4	19,4
	3º Ciclo	15,9	16,9	14,8
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário	Total	81,0	80,3	83,4
	Cursos gerais/científico-humanísticos	78,4	79,5	82,2
	Cursos vocacionais	85,4	81,5	86,2

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2013.

É de salientar, por um lado, o registo de uma taxa de retenção e desistência no ensino básico superior à média da Zona Oeste e, mais ainda, à do país: enquanto nestes territórios a taxa de retenção é, respetivamente, de 11,1% e 10,4%, em Peniche atinge os 12,3%. O concelho apresenta níveis de retenção e desistência acima dos verificados para os seus territórios de inserção ao nível do 1º e 2º ciclo do ensino básico, sendo de salientar que esta taxa é bastante elevada para o 2º ciclo, ao apresentar um valor de 19,4% que dista da média nacional em 6,9 pp. De acordo com os dados cedidos pelos Agrupamentos Escolares, no ano letivo de 2014/15, registou-se a diminuição destas taxas com especial destaque para o 1º Ciclo, que apresenta valores percentuais inferiores à média nacional e regional, com 3,6 pp[72]. Apenas ao nível do 3º ciclo, Peniche consegue apresentar uma taxa de retenção e desistência inferior. Apesar disso, é preciso referir que a incidência das situações de retenção e de desistência no 3º ciclo é bastante preocupante, traduzida numa taxa de 14,8%, que só é superada pela taxa verificada no 2º ciclo.

[72] Dados apresentados no Conselho Municipal de Educação, realizado a 14 de setembro de 2015.

Observa-se, por outro lado, que Peniche apresenta uma taxa bruta de pré-escolarização abaixo dos valores verificados no país e no Oeste (89,2% contra 90,6% e 94,2%, respetivamente). Se se considerar as metas para 2020 definidas pela União Europeia, no âmbito do Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no Domínio da Educação e Formação, que apontam para uma frequência da educação pré-escolar de pelo menos 95% das crianças com idades entre os 4 anos e a idade de início da escolaridade obrigatória, verifica-se que a taxa de pré-escolarização registada em Peniche se encontra a 5,8 pp de distância da meta para 2020. Esta é sem dúvida uma realidade a melhorar tendo em conta o facto da educação pré-escolar proporcionar às crianças alicerces para as aprendizagens que são essenciais na escola e ao longo da vida[73].

Há ainda a realçar a existência de uma taxa bruta de escolarização significativamente aquém das taxas nacional e da Região Oeste, ao nível do ensino básico e, com uma diferença bem mais marcante, também ao nível do ensino secundário. Para o ensino básico, o indicador é em Peniche de 104,8% e, para o ensino secundário, de 90,4% (respetivamente, menos 7,8 pp e 30,6 pp que no país).

No que diz respeito à taxa bruta de escolarização, há que ter em conta que o indicador é de certa maneira ambíguo. Com efeito, uma vez que mede a "relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo"[74], pode aumentar tanto por aspetos positivos, como negativos. É positiva uma maior taxa de escolarização porque significa que há um maior número de alunos integrados no sistema de ensino. É, pelo contrário, negativa a leitura, nomeadamente quando os valores ultrapassam os 100%, na medida em que pode ser o reflexo de uma elevada incidência de retenção e insucesso escolar, devido à existência de muitas crianças e jovens a frequentar níveis de ensino aquém do que seria de esperar para a sua idade, evidenciando esta situação um quadro de ineficiência do sistema de ensino.

O facto da taxa de escolarização para o ensino básico em Peniche, que é de 104,8%, ultrapassar os 100% significa que, no ano letivo de 2012/2013, existiam nesse nível de ensino

[73] Esta ideia é sustentada, por exemplo, no estudo da CCDR do Norte, *Escolarização na Região do Norte – Evolução das Disparidades Territoriais 1991-2011*, 2013.

[74] Conferir Pordata (em http://www.pordata.pt). A população residente em idade normal de frequência da Educação Pré-Escolar é dos 3-5 anos; do Ensino Básico – 1.º Ciclo, dos 6-9 anos; do Ensino Básico – 2.º Ciclo, dos 10-11 anos; do Ensino Básico – 3.º Ciclo, dos 12-14 anos; do Ensino Secundário, dos 15-17 anos; e do Ensino Superior, dos 18-22 anos (Idem).

quase 5% de crianças a mais face ao número de indivíduos residentes no concelho com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos.

Conclui-se, em suma, que o Município de Peniche apresenta uma situação de desvantagem face ao país e à Região Oeste em termos de pré-escolarização e de escolarização ao nível do ensino básico e secundário, por apresentar taxas de valor inferior, bem como no tocante aos níveis de retenção e desistência no ensino básico, que estão acima dos valores obtidos para os seus territórios de enquadramento.

Positivamente, é de assinalar, por um lado, os resultados registados ao nível da taxa de transição/conclusão no ensino secundário, que é superior à dos seus territórios de referência tanto no que toca aos cursos gerais/científico-humanísticos, como aos cursos vocacionais (tecnológicos); e, por outro lado, os dados relativos à retenção e desistência ao nível do 3º ciclo do ensino básico, em que Peniche apresenta uma taxa inferior à média nacional e do Oeste, o que, não obstante, conforme já foi sublinhado, não deixa de impor a necessidade de atenuação dos níveis de retenção e desistência tendo em conta a proporção muito significativa de casos.

Evolutivamente, de 2007 para 2013, denota-se no território penichense, em relação aos indicadores considerados positivos, uma subida da taxa de transição/conclusão no ensino secundário, resultante do aumento da taxa no que diz respeito aos cursos vocacionais e aos cursos gerais/científico-humanísticos. Já no tocante à retenção e desistência ao nível do 3º ciclo do ensino básico, apesar da ligeira quebra observada, constata-se que o indicador se tem mantido em níveis elevados e que, ciclicamente dispara, como aconteceu nos anos letivos de 2008/2009 e 2011/2012, atingindo picos que constituem os valores mais altos de retenção e desistência observados para o ensino básico.

Figura 127 - Indicadores de educação no concelho de Peniche – Evolução 2007 a 2013 (%)

		2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Taxa bruta de pré-escolarização		92,9	86,7	87,1	86,1	92,2	89,2
Taxa bruta de escolarização	Ensino básico	109,7	123,2	122,2	125,1	115,7	104,8
	Ensino secundário	71,3	112,5	125,2	112,7	104,7	90,4
Taxa de retenção e desistência no ensino básico	Total	8,8	10,3	8,3	9,0	12,6	12,3
	1º Ciclo	4,3	4,0	4,4	3,5	6,0	6,9
	2º Ciclo	7,6	8,6	8,8	8,8	13,8	19,4
	3º Ciclo	16,6	20,2	13,6	16,7	20,6	14,8
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário	Total	73,7	78,3	78,4	76,9	77,1	83,4
	Cursos gerais/científico-humanísticos	74,1	74,4	77,6	77,8	74,1	82,2
	Cursos vocacionais	70,2	87,0	80,4	74,6	83,7	86,2

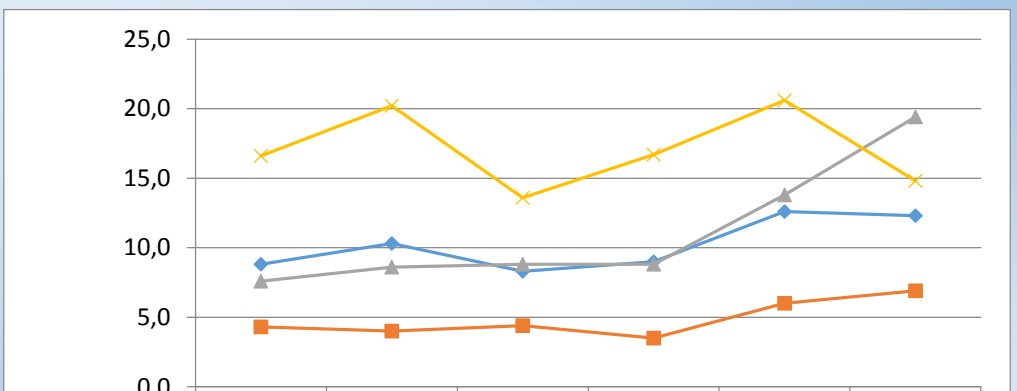
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Quanto à taxa bruta de escolarização, considerada mais frágil em comparação com os outros territórios, diminuiu ao nível do ensino básico e aumentou ao nível do ensino secundário. Ainda assim, no caso do ensino secundário, a taxa de 90,4% deixa perceber que existe uma margem ainda importante de progressão que se impõe para a melhoria deste nível de escolarização, tanto mais tendo em conta que o ensino secundário passou a ser considerado o nível mínimo de referência em contexto europeu e tornou-se em Portugal de frequência obrigatória até aos 18 anos de idade, a partir de 2012/2013, para os alunos que se inscreveram no 10º ano, pela primeira vez, neste ano letivo.

A carecer de atenção está igualmente a ligeira quebra de cobertura a nível local no que diz respeito à pré-escolarização e à necessidade de promover o aumento da frequência da educação pré-escolar, no sentido de recuperar a desvantagem face aos territórios de referência e de procurar alcançar a meta estabelecida pela União Europeia para 2020 de 95% de cobertura.

De destacar, pela negativa, o crescimento da taxa de retenção e desistência no ensino básico, que acontece no 1º ciclo e no 2º ciclo, de forma galopante, neste último caso, a partir do ano letivo 2010/2011. Ressalva-se que, de acordo com os dados facultados pelos agrupamentos escolares do concelho, para o ano letivo 2014/15[75], estes ciclos registam uma evolução positiva, sendo que a taxa retenção e desistência para o 1º ciclo diminui para 3,6% e para o 2º ciclo diminuiu para 15,2%.

Figura 128 - Evolução da taxa de retenção e desistência no concelho de Peniche no Ensino Básico, por níveis de ensino – 2007 a 2013



	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/2013
Total	8,8	10,3	8,3	9,0	12,6	12,3
1º Ciclo	4,3	4,0	4,4	3,5	6,0	6,9
2º Ciclo	7,6	8,6	8,8	8,8	13,8	19,4
3º Ciclo	16,6	20,2	13,6	16,7	20,6	14,8

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

[75] Dados apresentados no Conselho Municipal de Educação, realizado a 14 de setembro de 2015.

Em resultado de uma maior incidência de situações de retenção e desistência no ensino básico, em Peniche é também maior a proporção de crianças e jovens, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, que não está a frequentar o sistema de ensino, por comparação com o país ou o Oeste. À semelhança daquilo que se verifica nos restantes territórios, a preponderância destas situações é mais elevada entre as crianças e os jovens do sexo masculino.

Figura 129 - Proporção da população residente com idade entre os 6 e os 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino por território (à data dos Censos 2011) e género (%)

	H	M	Total
Portugal	1,64	1,58	1,61
Oeste	1,58	1,45	1,51
Concelho de Peniche	1,87	1,71	1,79

Fonte: Ine, Censos de 2011 (http:www.ine.pt)

Numa análise por freguesias, as maiores prevalências de crianças e jovens sem enquadramento escolar regista-se nas freguesias da Ajuda, Serra D´El Rei e São Pedro, que apresentam valores muito acima da média concelhia e, mais ainda, da média nacional. Já nas restantes freguesias, a proporção de casos é muito menos expressiva, apresentando valores abaixo da realidade nacional, com uma diferença que chega a ser bem acentuada como acontece no caso da freguesia da Conceição. Refira-se a particularidade da freguesia de Serra D´El Rei registar uma média bastante elevada de crianças e jovens do sexo feminino não enquadrados no sistema de ensino, comparativamente com os territórios concelhio, regional e nacional, que abrange mais de 4 raparigas em cada 100 dos 6 aos 15 anos de idade, sendo, a par, da freguesia de Ferrel, os únicos territórios onde a prevalência de casos femininos se sobrepõe aos masculinos.

Figura 130 - Proporção da população residente no concelho de Peniche com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino por freguesias (à data dos Censos 2011) e género (%)

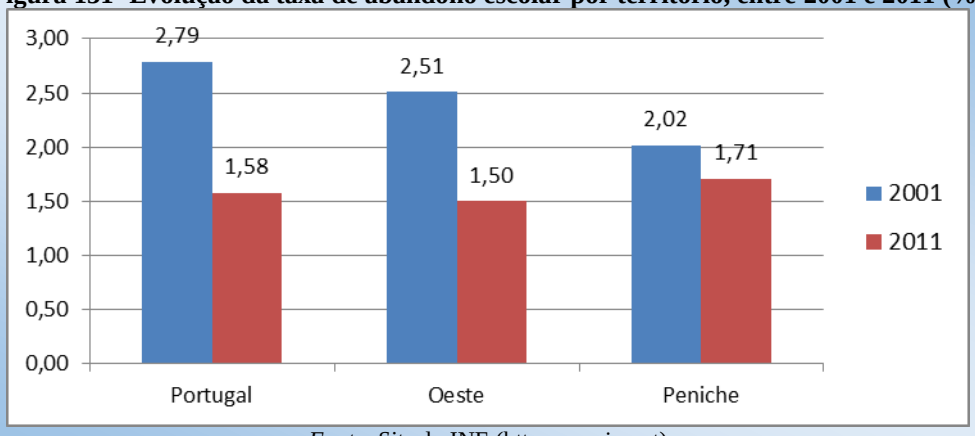
	H	M	Total
Ajuda	2,97	2,93	2,95
Conceição	1,35	0,00	0,71
São Pedro	2,88	2,22	2,58
Atouguia da Baleia	1,18	1,02	1,10
Ferrel	1,56	1,63	1,59
Serra d´ El-Rei	1,35	4,55	2,86
Concelho de Peniche	1,87	1,71	1,79

Fonte: INE, Censos de 2011 (http:www.ine.pt)

Quanto à taxa de abandono escolar[76] no concelho de Peniche, apesar de ter diminuído na última década, em 2011 é superior à taxa nacional e do Oeste. Dos territórios em análise, passou a ser aquele que regista a maior incidência de abandono escolar, invertendo-se assim o cenário vivido em 2001, apresentando os valores mais preocupantes dentro do concelho, por ordem decrescente, as freguesias de Serra D´El Rei, Ajuda e Ferrel.

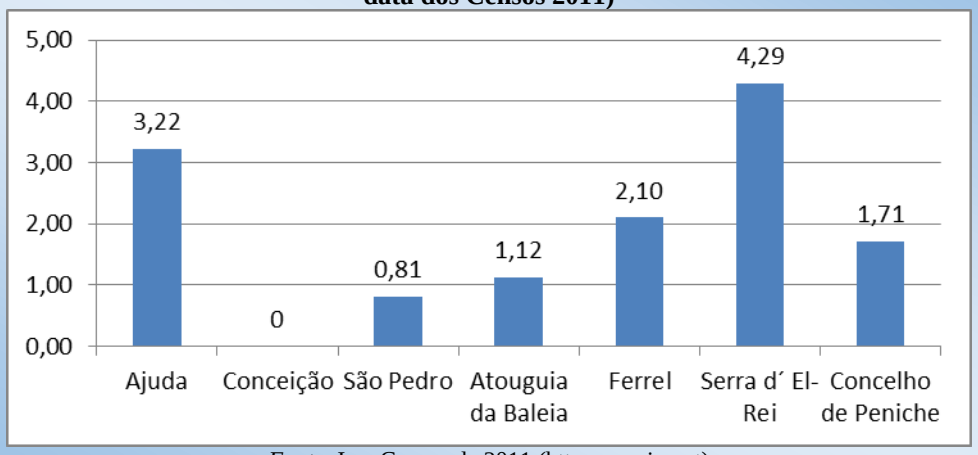
[76] O conceito de abandono escolar pode ser definido como o abandono das atividades escolares sem que o aluno tenha completado o percurso escolar obrigatório, até ao 9º ano, e/ou atingido a idade legal, à data, os 15 anos, para o fazer (conferir A. Benavente et al., Renunciar à Escola - O Abandono Escolar no Ensino Básico, 1994).

Figura 131 -Evolução da taxa de abandono escolar por território, entre 2001 e 2011 (%)



Fonte: *Site* do INE (http:www.ine.pt)

Figura 132 - Taxa de abandono escolar no concelho de Peniche (%) por freguesias (à data dos Censos 2011)



Fonte: Ine, Censos de 2011 (http:www.ine.pt)

Esta é uma realidade que importa obviamente contrariar pelo impacto que o fenómeno poderá ter na vida futura dos alunos enquanto cidadãos ativos, condicionando a sua participação nas mais diferentes esferas da vida em sociedade, entre elas a do mercado de trabalho, por força da fragilidade das competências escolares adquiridas e da capacidade de empregabilidade que lhe está associada. À escala comunitária implica igualmente consequências negativas uma vez que o abandono escolar acarreta a diminuição da disponibilidade de recursos humanos com um nível de formação básica, o que condiciona inevitavelmente a qualidade do capital humano, constituindo um obstáculo ao crescimento económico e ao aumento da produtividade e competitividade da economia local.

Também o insucesso escolar é, indubitavelmente, um problema real a combater no concelho de Peniche, sendo essencial atenuar os níveis de retenção e desistência no ensino básico, que

têm vindo a subir e são particularmente elevados no 2º e no 3º ciclo, assim como melhorar os índices de escolarização no ensino secundário.

É necessário expandir e aprofundar o conhecimento das causas primordiais do insucesso e do abandono escolares a nível do concelho para intervir sobre os problemas de forma a atenuá-los e procurar esbater as desvantagens encontradas face aos seus territórios de inserção.

Citando M. Vasconcelos (2013: 4), "a explicação para as elevadas taxas de absentismo e abandono escolar não se encontra apenas no interior do sistema educativo. Os adolescentes e jovens dificilmente permanecerão mais tempo na escola se a sociedade em geral não valorizar uma escolaridade alargada no tempo e inclusiva. A este propósito, o pouco entusiasmo com que alguns setores da sociedade portuguesa parecem ter acolhido o recente alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos é sugestivo." No entender da mesma autora, isto não invalida que o próprio sistema educativo deva desenvolver, no seu interior, esforços para atenuar o abandono precoce da escola por parte dos estudantes, agindo preventivamente desde os primeiros anos de escolaridade.

Sabe-se que "há uma relação profunda entre as condições socioeconómicas e culturais de vida das crianças e dos jovens e os seus percursos escolares e que esta relação é particularmente gravosa nas sociedades mais desiguais." (CCDR Norte, 2013: 17) Para além dessas condições, são ainda apontados outros fatores explicativos, a carecer de refutação, como a falta de responsabilização dos agentes educativos no cumprimento da escolaridade obrigatória (comunidade escolar e famílias); a desvalorização por parte das famílias da qualificação escolar e profissional; a dificuldade de adaptação de determinados jovens ao sistema educativo formal; e o défice de competências sociais e pessoais de alguns alunos.

Por conseguinte, o estudo do insucesso e abandono escolares não pode descurar o facto de se tratar de um fenómeno com expressão local, balizado por condições históricas e espaciais específicas, mas que também se reveste de contornos que extravasam o contexto local e assumem uma dimensão global que remete para o contexto regional e nacional (e mesmo internacional) e para as correspondentes políticas públicas de educação.

Na perspetiva de alguns estudiosos, investir na educação em tempos de crise pode inclusivamente configurar uma oportunidade, sendo esta por exemplo, uma das recomendações reiterada pelo Conselho Nacional de Educação. "A aposta na educação em tempos de crise económica pode também ser a estratégia por excelência para a promoção da coesão social e construção de uma cidadania solidária, inclusivamente em domínios de

urgência europeia e mundial, como sejam o desenvolvimento sustentável ou a resposta às exigências da globalização" (CNE, s/d: 10).

É necessário apostar no aumento das qualificações dos jovens mas, também, procurar proporcionar aprendizagens de qualidade para todos, crianças, jovens e adultos, ao longo da vida, e encontrar estratégias para a qualificação daqueles que deixaram a escola precocemente. É preciso ter ainda em conta que as estratégias a acionar exigem uma responsabilização social coletiva, que inclui as autoridades educativas, os diferentes parceiros e a comunidade em geral.

10.3. Recursos existentes

Um desafio fundamental que se coloca atualmente à educação é o de saber lidar com a diversidade, ou seja, a necessidade de promover aprendizagens de qualidade para todos, crianças, jovens e adultos, que constituem grupos sociais com diferenças entre si, mas também profundamente heterogéneos em si mesmos. Conforme foi preconizado na Conferência Internacional de Educação da UNESCO decorrida em 2008, o desafio passa pelo desenvolvimento da escola inclusiva e pela necessidade de preparar as escolas e os sistemas educativos para lidar com a diversidade, base para o enriquecimento cultural, proporcionando a todos o acesso a aprendizagens de sucesso independentemente da origem cultural e social. (CNE, s/d: 6-7). A questão não se restringe ao direito à educação e à possibilidade de frequência de uma escola. Trata-se também do direito à apropriação do saber e à aquisição de competências de cidadania que potenciem o acesso aos direitos de cidadania.

Podem ser enumerados da seguinte forma os instrumentos disponíveis localmente que procuram lidar com a diversidade dos públicos que frequentam o Ensino Básico e Secundário e contribuir para o combate ao insucesso e abandono escolares.

AEC

Aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, para além das atividades curriculares, são também disponibilizadas pelo Município atividades de enriquecimento curricular (de complemento curricular ou extra curricular) de carácter facultativo, incluindo a possibilidade de iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira. A implementação das AEC permite o funcionamento das escolas por um período diário de, pelo menos, 8 horas, e prevê a oferta de refeições e de transportes. Esta forma de organização escolar está generalizada no concelho.

TEIP

O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP- Regulado pelo Despacho 147-B/ME/96, de 1 de agosto, e pelo Despacho Normativo 55/2008, de 23 de outubro) consiste numa resposta às escolas integradas em contextos mais vulneráveis a situações de risco e de exclusão social que sejam particularmente desfavoráveis ao sucesso escolar. Neste âmbito, a intervenção tem por base um diagnóstico sobre a realidade educativa local e procura dar resposta aos problemas do insucesso e abandono escolar. São 4 as áreas de atuação previstas: a qualidade do percurso e dos resultados escolares dos alunos; a diminuição do abandono e insucesso escolar dos alunos; a transição da escola para a vida ativa e o papel da escola como interveniente educativo essencial na comunidade da qual faz parte. A nível local, estão abrangidos os Agrupamentos de Escolas D. Luís de Ataíde e de Peniche.

Educação Especial

"A educação especial é uma modalidade educativa que visa a prestação de apoios especializados a alunos com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter permanente e a adequação do processo educativo às limitações funcionais e de participação que estes apresentem. (…) Tem como grande princípio orientador a inclusão educativa e social das crianças e jovens com deficiências e incapacidades numa escola integradora de todos os alunos, capaz de responder diferenciadamente às suas necessidades educativas" (CNE, (s/d): 88). No Continente, a educação especial é regulamentada pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro. A nível local, estão abrangidos pela educação especial os Agrupamentos de Escolas D. Luís de Ataíde, de Atouguia da Baleia e de Peniche. As escolas desses agrupamentos contam com um conjunto de apoios especializados disponibilizado pelo Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) que com elas trabalha em parceria. Em Peniche, a equipa técnica do CRI tem sido mobilizada pela Cercipeniche e tem assegurado apoios ao nível da psicologia, terapia da fala, fisioterapia, educação especial e reabilitação. A intervenção é da responsabilidade da equipa especializada, sediada nas escolas de ensino regular, a quem cabe a prestação de apoio a alunos com necessidades educativas especiais de carácter temporário ou permanente.

Ação social escolar

A Lei de Bases do Sistema Educativo prevê serviços de ação social escolar que têm por objetivo, através da aplicação de critérios de discriminação positiva, a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados, procurando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Os apoios destinam-se aos alunos abrangidos pela educação pré-escolar e escolar. As modalidades de apoio contemplam o apoio alimentar, os transportes escolares, o alojamento, os auxílios económicos, a prevenção de acidentes e o seguro escolar. A atribuição dos apoios para o 1º ciclo do ensino básico é da responsabilidade do Município - para os restantes níveis é da competência do Ministério da Educação.

Cursos vocacionais do ensino básico

Os cursos vocacionais do ensino básico destinam-se a alunos a partir dos 13 anos de idade que manifestem constrangimentos com os estudos do ensino geral, designadamente aqueles alunos que se encontrem numa situação de ocorrência de insucesso escolar repetido e de registo de dificuldades condicionantes da aprendizagem. Funcionam nos Agrupamentos de Escolas D. Luís de Ataíde, de Atouguia da Baleia e de Peniche. A organização dos cursos leva em conta as características do público-alvo na definição, por exemplo, da sua duração e das atividades vocacionais. A finalidade dos cursos vocacionais visa a criação de uma oferta no ensino básico que privilegia tanto a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes, como o português, a matemática e o inglês, como o primeiro contacto com diferentes atividades vocacionais. Estes cursos têm uma estrutura curricular organizada por módulos e assentam no envolvimento de empresas, entidades e instituições parceiras, sediadas na área geográfica da escola, nomeadamente ao nível da componente vocacional. Refira-se que a integração dos alunos em cursos vocacionais exige o acordo dos encarregados de educação. Quanto ao Plano de estudos, os cursos têm uma duração flexível, sendo esta adaptada ao perfil de conhecimentos dos alunos.

Cursos Profissionais

Os Cursos Profissionais consistem num percurso do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação com o mundo profissional, que são disponibilizados, a nível concelhio, pela Escola Secundária de Peniche. Destinam-se a jovens com o 9º ano menores de 20 anos. São cursos que valorizam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local, e que procuram

privilegiar as ofertas formativas que correspondem às necessidades de trabalho locais e regionais e, se for essa a vontade dos alunos, também prepará-los para dar continuidade aos estudos, em formações pós-secundária ou superior. Estes cursos têm uma estrutura curricular organizada por módulos, visando assegurar maior flexibilidade, de modo a ter em conta os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos. A componente de formação técnica inclui obrigatoriamente uma formação em contexto de trabalho.

CEF

Os objetivos dos Cursos de Educação e Formação (CEF) visam, genericamente, a luta contra o insucesso e o abandono escolares, a exclusão social, as dificuldades de aprendizagem, a transição para a vida ativa. Criados pelo Despacho conjunto n.º 453/2004, os CEF destinam-se, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram, ou que pretendam adquirir uma qualificação profissional para ingresso no mercado de emprego. O desenvolvimento do CEF é da responsabilidade de uma equipa pedagógica, à qual compete a organização, realização e avaliação do curso, nomeadamente o acompanhamento do percurso formativo dos formandos, promovendo o sucesso e, através de um plano de transição para a vida ativa, uma adequada inserção no mercado de trabalho ou em percursos subsequentes.

PROJETO OJE – Programa Escolhas 5ª Geração

O Projeto OJE-E5G – Olhares de Jovens Empreendedores – desenvolvido no âmbito da 5ª Geração do Programa Escolhas é promovido pela ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche. Com um período de vigência iniciado em janeiro de 2013 e a findar em dezembro de 2015, o Projeto surge na sequência de intervenções anteriores no âmbito do Programa Escolhas e tem como objetivo capacitar as crianças e jovens dos bairros Arco-Íris, Calvário e Santa Maria para a construção de um projeto de vida adaptado às suas características e realidade atual, promovendo a sua inclusão social. Procura aumentar o sucesso escolar de crianças e jovens, melhorar as suas qualificações escolares e competências para o empreendedorismo, com o fim de os tornar mais competitivos para enfrentar o mercado de trabalho, de promover a sua empregabilidade e promover a sua participação cívica.

Baseia-se numa intervenção em parceria e na utilização de metodologias inovadoras e criativas que motivem a participação das crianças e jovens e simultaneamente capacitem os mesmos para o seu sucesso pessoal e social. São parceiros do projeto a Acompanha, a

ADEPE, a Associação Juvenil de Peniche, a Cercipeniche, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche, o Município de Peniche e a Unidade de Cuidados na Comunidade de Peniche do Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte.

O Oje é desenvolvido na sequência de intervenções anteriores, nomeadamente o Projeto Maré Alta – Programa Escolhas 2ª geração, o Projeto Maré Alta II – Programa Escolhas 3ª geração, e o Projeto Azimute 270º - Programa Escolhas 4ª geração.

Recursos Institucionais

Em termos educação/formação, são de referenciar as seguintes unidades de educação/ensino especial/formação:

- Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde
- Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia
- Agrupamento de Escolas de Peniche
- CREAP – Centro de Reabilitação Profissional da Cercipeniche
- ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche
- Escola Secundária de Peniche
- Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche – IPL
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

10.4. Síntese Geral

A população do concelho de Peniche apresenta globalmente baixos níveis de escolaridade.

Considerando a população com idades a partir dos 15 anos, constata-se que uma percentagem significativa não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico (42,6%) e que há uma forte incidência de indivíduos não escolarizados (12,1%). Estas percentagens estão acima das verificadas para o país e para a Região Oeste, em que a média de indivíduos que não foi além do 1º ciclo é de 37,6% e 40,7%, respetivamente e a proporção de pessoas sem qualquer nível de escolaridade completa é de 10,4% e de 11,7%, respetivamente.

Do conjunto, Peniche é também o território com a mais baixa percentagem de indivíduos com o ensino secundário completo (13,4% contra 15,7% no país e 14,8% na Zona Oeste).

As desvantagens face aos seus territórios de referência são percetíveis ainda na menor proporção de população com diplomas do ensino médio e superior, uma diferença que é mais

marcante na comparação com Portugal (em Peniche essa percentagem da população é de 9,9% enquanto no país é de 14,8%).

Não obstante, é possível dar conta de uma melhoria dos níveis de qualificação escolar da população de Peniche entre 2001 e 2011, traduzida no aumento dos efetivos com formação mais elevada, isto é, a partir do 3º ciclo do ensino básico, e, inversamente, na diminuição da proporção de efetivos com níveis de escolaridade inferiores e não escolarizados.

A realidade das freguesias quanto à qualificação escolar das suas populações pouco destoa do padrão concelhio, sendo ainda assim de assinalar, pela negativa, o caso da Serra D´El Rei por ter simultaneamente a população com maior peso de indivíduos sem escolaridade e a menor percentagem de indivíduos com formação média e superior.

No que diz respeito às situações de analfabetismo por referência a 2011, o Município de Peniche está igualmente em desvantagem relativamente ao território nacional por apresentar uma maior incidência (6,05% contra 5,23%). Na relação entre os géneros, também em Peniche é maior a prevalência de casos entre as mulheres (que têm 7,40% e os homens, 4,59%). São as freguesias de Serra D´El Rei e de Ferrel que ostentam os maiores níveis de analfabetismo no contexto concelhio (7,80% e 7,30%, respetivamente).

Numa abordagem aos problemas do abandono e insucesso escolares, conclui-se que o concelho de Peniche apresenta um quadro mais desfavorável relativamente ao país e à Região Oeste.

No que diz respeito à taxa de retenção e desistência no ensino básico, Peniche regista no ano letivo 2012/2013 uma percentagem mais elevada (12,3%), mais 1,9 pp que no país, sendo a realidade ainda mais grave, em particular, ao nível do 2º ciclo do ensino básico, em que a diferença é de 6,9 pp, em função de uma taxa verificada no Município de 19,4%. Este é um dado preocupante, contudo verifica-se uma descida a nível local, no ano letivo de 2014/15 dos números de retenção e desistência significativos no 1º ciclo e no 2º ciclo.

Considerando os dados para 2012/2013, a desvantagem em relação aos seus territórios de inserção verifica-se também em termos de pré-escolarização, mas sobretudo em termos de escolarização da população, apresentando Peniche um desnível significativo no que toca ao ensino básico, com uma taxa bruta de escolarização de 104,8%, menos 7,8 pp que no país e, com uma distância mais acentuada, no que toca ao ensino secundário, com uma taxa de 90,4%, que é menos 30,6 pp que a média nacional.

A necessidade de progressão coloca-se assim, de forma mais premente, quanto à taxa de escolarização ao nível do ensino secundário, que passou a ser considerado de frequência obrigatória até aos 18 anos de idade. Coloca-se também quanto à necessidade de promover o aumento da frequência da educação pré-escolar, no sentido de recuperar a desvantagem face aos territórios de referência e de procurar alcançar a meta estabelecida pela União Europeia para 2020 de 95% de cobertura.

Em Peniche é também maior a percentagem de crianças e jovens, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, que não está a frequentar o sistema de ensino (1,79%), por comparação com o país (1,61%) ou o Oeste (1,51%). Numa análise por freguesias, registe-se que são as freguesias de Ajuda, Serra D´El Rei e de Conceição que apresentam as prevalências mais elevadas. Assinale-se ainda a particularidade de Serra D´El Rei verificar uma média bastante elevada de crianças e jovens do sexo feminino não enquadrados no sistema de ensino, comparativamente com os territórios concelhio, regional e nacional, que abrange mais de 4 raparigas em cada 100 dos 6 aos 15 anos de idade, sendo, a par, da freguesia de Ferrel, os únicos territórios onde a prevalência de casos femininos se sobrepõe aos masculinos.

Quanto à taxa de abandono escolar[77] no concelho de Peniche, apesar de ter diminuído na última década, em 2011 (1,71%) é superior à taxa nacional (1,58%) e do Oeste (1,50%). Dos territórios em análise, passou a ser aquele que regista a maior incidência de abandono escolar, invertendo-se assim o cenário vivido em 2001, apresentando os valores mais preocupantes dentro do concelho, por ordem decrescente, as freguesias de Serra D´El Rei, Ajuda e Ferrel.

Percebe-se em suma a necessidade de melhoria dos níveis de qualificação escolar da população do concelho de Peniche e, também, de escolarização ao nível do ensino básico e secundário, bem como, no tocante aos níveis de retenção e desistência no ensino básico, pelo menos para atenuar o conjunto de desvantagens observadas relativamente à realidade nacional.

[77] O conceito de abandono escolar pode ser definido como o abandono das atividades escolares sem que o aluno tenha completado o percurso escolar obrigatório, até ao 9º ano, e/ou atingido a idade legal, à data, os 15 anos, para o fazer (conferir A. Benavente et al., Renunciar à Escola - O Abandono Escolar no Ensino Básico, 1994).

11. Mercado de Trabalho

Tendo como pano de fundo a fragilidade do mercado de trabalho, neste capítulo são apontados como problemas a resolver no concelho de Peniche, com alguma premência, os seguintes: prevalência de condições de trabalho precárias, associadas à precariedade e à rotatividade resultante da sazonalidade; prática de baixos salários, agravada ao nível dos mais escolarizados e do sexo feminino; desemprego de curta-média duração, agravado ao nível dos ativos mais velhos; dificuldade a nível de empregabilidade de grupos de risco. Neste quadro, a aprendizagem ao longo da vida é tida como uma estratégia a desenvolver no sentido da promoção de percursos de inclusão e da participação social. O conjunto dos problemas identificados são, em seguida, analisados e corroborados tendo presente os dados objetiváveis existentes e possíveis.

11.1. Caracterização geral do mercado de trabalho local

Como ponto prévio à abordagem das fragilidades do mercado de trabalho no concelho de Peniche, vale a pena reter alguns traços marcantes da dinâmica económica local e, em particular, do seu tecido produtivo, tendo em conta que é dele que depende em grande medida a capacidade local para gerar e sustentar emprego.

Citando a *Magna Carta*, que estabelece as orientações estratégicas para o desenvolvimento de Peniche até 2025, "a atividade económica do concelho de Peniche assentou histórica e tradicionalmente na exploração dos seus recursos naturais, consolidando-se ao longo dos séculos um perfil de especialização económica fortemente assente: (i) nas atividades da pesca; (ii) nas indústrias relacionadas com a transformação de produtos primários, sobretudo as piscatórias (transformação do pescado, conservas, ultracongelados, aquacultura); e (iii) nas atividades agrícolas. A importância socioeconómica destas atividades permanece até à atualidade, não obstante a dinâmica de reestruturação que as afetou, o fenómeno global de terciarização da economia e a recomposição setorial que o concelho de Peniche vem observando desde o final do século passado, fruto da crise que atinge as atividades piscatórias e agrícolas mas também, as indústrias relacionadas com estas atividades." (CMP, 2009: 66).

No que se refere à estrutura das profissões da população empregada residente no concelho de Peniche, o quadro seguinte mostra a forma como os 10.972 empregados registados pelo Censo de 2011 se encontram distribuídos.

No conjunto das profissões encontradas sobressaem como dominantes aquelas que dizem respeito aos trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as (21,0%), ao pessoal qualificado da indústria, construção e artífices (18,3%), aos trabalhadores não qualificados (13,2%) e especialistas das atividades intelectuais e científicas (10,5%), por esta ordem. Este perfil profissional dominante espelha a importância dos setores terciário e secundário como principais setores de enquadramento da mão-de-obra proveniente do concelho.

Figura 133 - Estrutura de profissões da população residente empregada no concelho de Peniche, em 2011

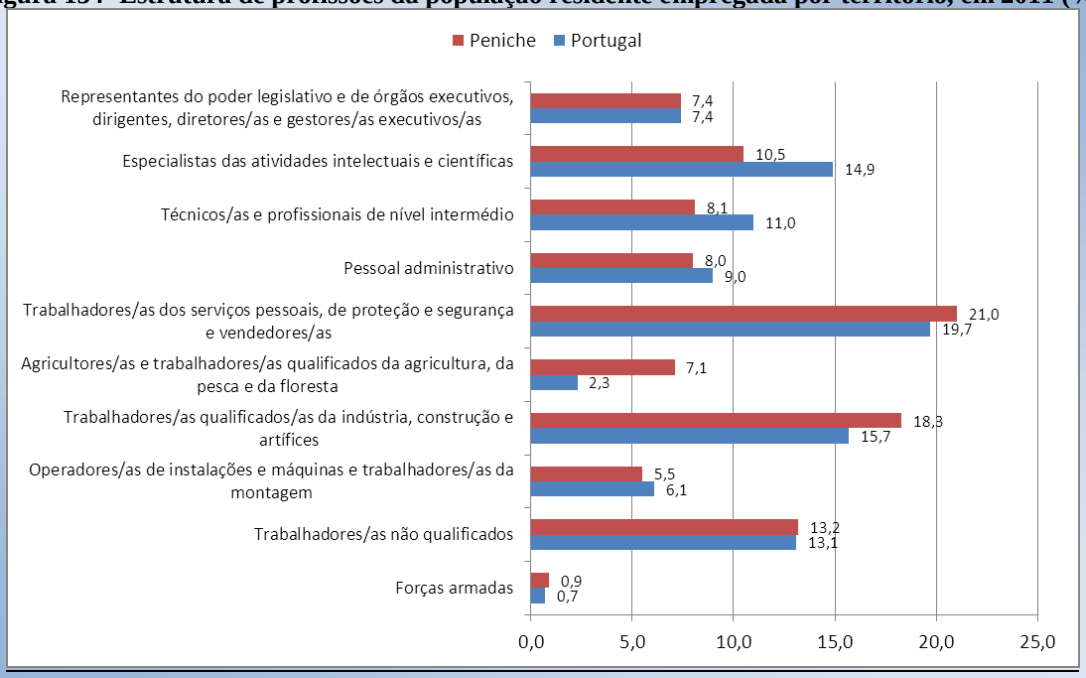
	Peniche	
	Nº	%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as	812	7,4
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	1148	10,5
Técnicos/as e profissionais de nível intermédio	894	8,1
Pessoal administrativo	882	8,0
Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as	2301	21,0
Agricultores/as e trabalhadores/as qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	783	7,1
Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices	2012	18,3
Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem	598	5,5
Trabalhadores/as não qualificados	1446	13,2
Forças armadas	96	0,9
TOTAL	10972	100,0

Fonte: INE, *Censos 2011* (em http://www.ine.pt).

Comparativamente com a estrutura de profissões do país, a realidade de Peniche não revela diferenças muito significativas. Assinalam-se como os principais elementos distintivos de Peniche a menor proporção de trabalhadores integrados em profissões mais exigentes em qualificações[78] e também a maior prevalência de trabalhadores qualificados da agricultura, das pescas e da indústria, o que denota a relevância no contexto local do setor primário e da atividade industrial, com destaque para a indústria conserveira.

[78] Como são os casos das profissões ligadas à atividade intelectual e científica, às de nível intermédio e de caráter administrativo.

Figura 134- Estrutura de profissões da população residente empregada por território, em 2011 (%)



Fonte: INE, *Censos 2011* (em http://www.ine.pt).

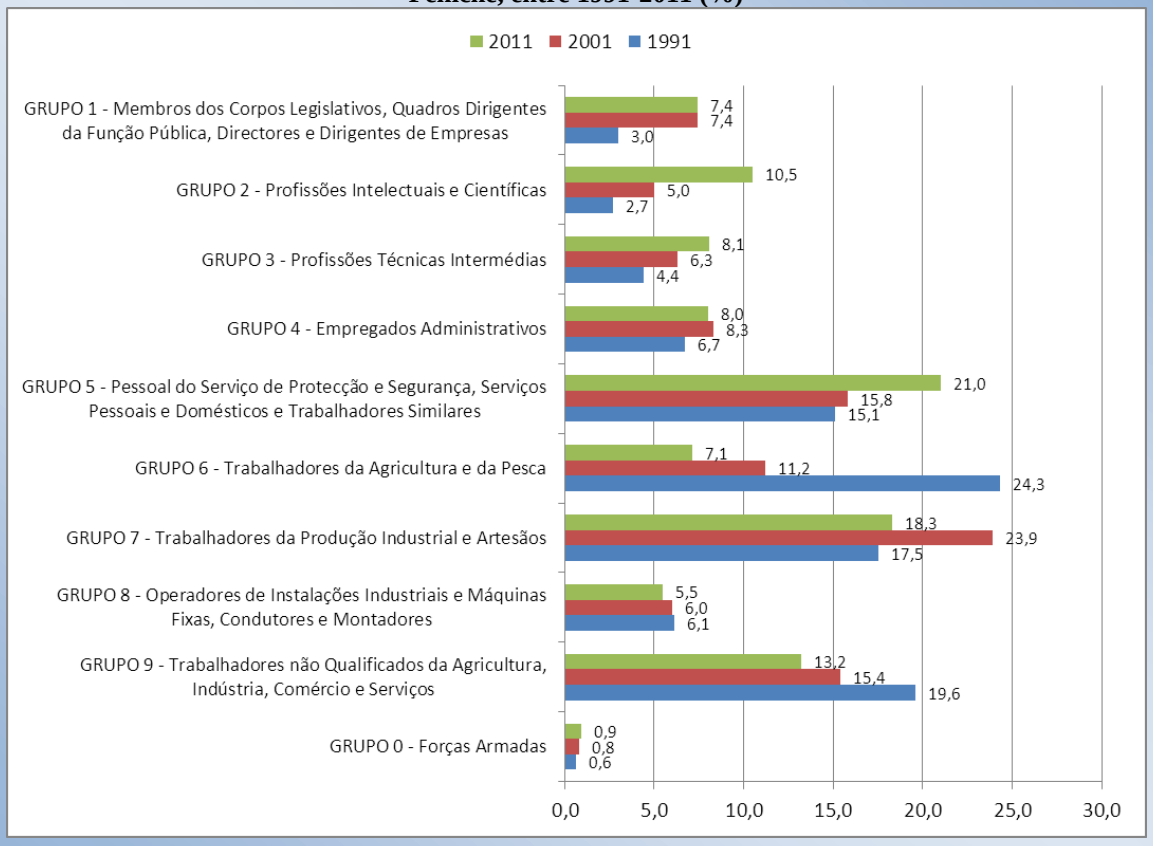
Fazendo a análise da evolução da estrutura de profissões do concelho de Peniche entre 1991 e 2011, é possível apontar mudanças significativas.

Desde logo, refere-se a alteração ao nível do segmento profissional mais frequente, que deixou de ser o dos trabalhadores qualificados da agricultura e da pesca e passou a ser o dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e trabalhadores similares.

Os grupos profissionais que registaram as maiores quebras percentuais nos últimos 20 anos foram, de forma destacada, os trabalhadores qualificados da agricultura e da pesca (têm menos 17,2 pp) e, de forma menos acentuada, os trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços (têm menos 6,4 pp). Ao invés, as profissões que verificaram as maiores subidas foram as ligadas aos serviços pessoais, de proteção e segurança e trabalhos similares (têm mais 5,9 pp) e as profissões intelectuais e científicas (têm mais 5,5 pp).

De um modo geral, percebe-se que, de 1991 para 2011, aumentou no concelho de Peniche a proporção de população integrada em postos de trabalho que requerem maiores qualificações (universitárias, intermédias e de especialização técnica) e diminuiu o peso do trabalho não qualificado.

Figura 135 - Evolução da estrutura de profissões da população residente empregada no concelho de Peniche, entre 1991-2011 (%)



Fonte: *Censos 91* – Resultados Definitivos – Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1993, p.149; INE, Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001, CD-ROM; INE, e INE, Censos 2011 (em http://www.ine.pt).

A propósito da evolução observada, pode citar-se a *Magna Carta – Peniche 2025*, que refere que "a estrutura produtiva do concelho de Peniche que teve por base, até há relativamente poucos anos, o setor primário, o qual concentrava a maioria da população residente, foi-se alterando progressivamente e ainda que persistam traços de caracterização económica muito influenciados pela tradição piscatória e agrícola, estas atividades contam com um peso bastante menor no tecido produtivo local. A regressão do setor primário não é, contudo, um fenómeno específico de Peniche ou do Oeste, sendo transversal a todo o território nacional e resultando da terciarização da economia, da política nacional e europeia relativa à agricultura e às pescas e do facto de serem duas atividades pouco atrativas para jovens, nem sempre bem remuneradas e pouco reconhecidas socialmente." (CMP, 2009: 67-68).

Os dados do quadro seguinte relativos à distribuição dos trabalhadores assalariados nos estabelecimentos por setores de atividade revelam que as economias portuguesa, oestina e penichense são convergentes na sua forma de estruturação: o setor terciário é o mais empregador, seguindo-se-lhe o setor secundário e, por último, o primário.

Do universo de 4.286 trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos registados no concelho de Peniche em 2011, 61,7% estão enquadrados no setor terciário, 28,1%, no secundário e 10,2% no setor primário. Nessa distribuição, a percentagem que mais destoa face à realidade nacional é a que diz respeito ao setor da agricultura e pescas, o qual, em termos relativos, absorve em Peniche cerca de dez vezes mais mão-de-obra assalariada do que no cômputo geral do país, onde, aliás, o volume de empregados nesse setor tem uma expressão residual (1,7%).

Figura 136 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos[(a)] por território, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3), 2011

Sector Atividade	Portugal		Oeste		Peniche	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primário	34262	1,7	3021	4,6	437	10,2
Secundário	673362	33,0	22215	34,1	1204	28,1
Terciário	1330730	65,3	39833	61,2	2645	61,7
Total	2038354	100,0	65069	100,0	4286	100,0

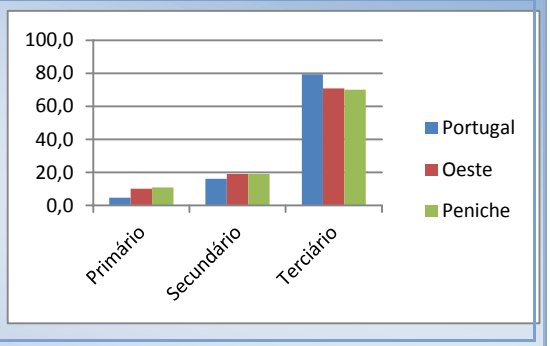
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2012.
Nota: (a) O conceito de "Estabelecimento" é definido pelo INE enquanto "empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa". INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2012, p.476.

Focando a atenção no tecido empresarial, verifica-se que Peniche registava em 2010 um universo composto por 3.020 empresas e 767 sociedades.

Se se atentar em específico no peso dos diferentes setores de atividade na economia, desta feita, com base na distribuição das empresas e sociedades sedeadas nos municípios, percebe-se que Peniche apresenta semelhanças mas também especificidades face aos seus territórios de referência.

Figura 137 - Empresas por município da sede por território, segundo o setor de atividade, em 2010

Sectores de Actividade	Portugal		Oeste		Peniche	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primário	53654	4,7	4271	10,1	329	10,9
Secundário	183911	16,1	8001	19,0	576	19,1
Terciário	907585	79,3	29887	70,9	2115	70,0
Total	1144150	100,0	42159	100,0	3020	100,0



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011.

Figura 139 - Empresas e sociedades no concelho de Peniche, segundo a CAE-Ver.3 (2010)

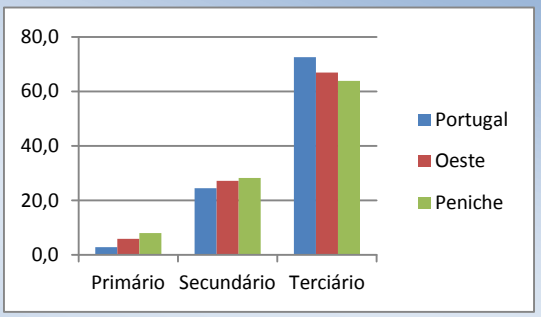
Sectores de Actividade	Empresas		Sociedades	
	Nº	%	Nº	%
Sector Primário	**329**	**10,9**	**61**	**8,0**
A03. Pesca e aquicultura	329	**10,9**	61	8,0
Sector Secundário	**576**	**19,1**	**217**	**28,3**
B. Indústrias extrativas	2	0,1	2	0,3
C Indústrias transformadoras	143	4,7	75	9,8
D. Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	0,0	1	0,1
E. Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	3	0,1	3	0,4
F. Construção	427	14,1	136	17,7
Sector Terciário	**2115**	**70,0**	**489**	**63,8**
G. Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	705	23,3	207	27,0
H. Transportes e armazenagem	42	1,4	33	4,3
I. Alojamento, restauração e similares	352	11,7	86	11,2
J. Atividades de informação e de comunicação	19	0,6	4	0,5
L. Atividades imobiliárias	62	2,1	49	6,4
M. Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	187	6,2	32	4,2
N. Atividades administrativas e dos serviços de apoio	246	8,1	19	2,5
P. Educação	159	5,3	12	1,6
Q. Atividades de saúde humana e apoio social	135	4,5	20	2,6
R. Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	64	2,1	12	1,6
S. Outras atividades de serviços	144	4,8	15	2,0
Total	**3020**	**100,0**	**767**	**100,0**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011

Nota: Os dados fornecidos pelo INE excluem as divisões 01 e 02 da secção A, bem como as secções K, O, T e U da CAE-Rev.3.

Figura 138 - Sociedades por município da sede, segundo a CAE-Ver.3, em 2010

Sectores de Atividade	Portugal		Oeste		Peniche	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primário	10143	2,8	718	5,9	61	8,0
Secundário	88433	24,5	3294	27,2	217	28,3
Terciário	261703	72,6	8120	66,9	489	63,8
Total	360279	100,0	12132	100,0	767	100,0



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2011.

É convergente ao nível da estrutura económica global, na qual se observa novamente a supremacia do setor terciário e a condição minoritária do setor primário. Em Peniche, as atividades que mais contribuem para o domínio do setor terciário são aquelas que estão ligadas ao turismo, tais como o comércio, o alojamento, a restauração e similares, e de alguma maneira as atividades imobiliárias, mas também as atividades que estão relacionadas com os serviços de consultoria, com os transportes e a armazenagem, e com as atividades administrativas, de educação, de saúde e de apoio social. É em Peniche que, ainda assim, o setor terciário tem menos preponderância.

Em consonância com a realidade da Região Oeste, é de evidenciar ainda a ligeira vantagem percentual que denota Peniche face ao conjunto do território nacional no que diz respeito à importância do setor secundário, um dado que ilustra o protagonismo assumido localmente pelas indústrias da construção, bem como da transformação e da conservação do pescado.

A economia local distingue-se das demais, principalmente da nacional, pela maior importância relativa que cabe ao setor primário, uma particularidade que espelha o peso que ainda vão tendo as atividades agrícolas e piscatórias: 8,0% das sociedades e 10,9% das empresas existentes no concelho de Peniche inserem-se no setor primário, contra, respetivamente, 5,9% e 10,1%, na Zona Oeste e 2,8% e 4,7%, em todo o país.

Observe-se assim que, de uma forma geral, a estrutura da economia local apresenta uma certa homologia com a do Oeste, sobretudo no que diz respeito à realidade específica das empresas, evidenciando mais traços distintivos em relação à economia nacional.

Numa análise comparativa às características do tecido empresarial dos diferentes territórios reportada a 2010, constata-se que Peniche revela valores nivelados com os obtidos nos contextos português e oestino no que se refere às proporções de micro, pequenas e médias empresas, assim como à dimensão do pessoal ao serviço por empresa, manifestando diferenças relativamente a outros indicadores.

Figura 140 - Indicadores de empresas por território, 2010

		Portugal	Oeste	Peniche
Densidade de empresas	Nº/km²	12,4	19,0	38,9
Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	%	99,9	100,0	99,9
Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	%	95,8	94,7	95,9
Pessoal ao serviço por empresa	Nº	3,4	2,7	2,7
Volume de negócios por empresa	Milhares de euros	311,5	208,3	163,2
Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	%	5,3	4,6	18,3
Taxa de constituição de empresas (1)	%	4,7	4,7	3,9
Taxa de dissolução de empresas (1)	%	3,8	3,6	4,7

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011 e Portal Estatístico de Informação Empresarial do IRN (http://www.estatisticasempresariais.mj.pt).
Nota: (1) Este indicador foi calculado com base nos dados fornecidos pelo Instituto dos Registos e do Notariado (http://www.estatisticasempresariais.mj.pt).

Desde logo, sobressai por ser o território com a mais elevada densidade de empresas, exatamente 38,9 empresas/km^2, mais que triplicando a média nacional (12,4 empresas/km^2). Se, por um lado, é verdade que este dado decorre da própria dimensão exígua do município de Peniche, por outro lado, não deixa de fazer repercussão, ainda assim, de um certo dinamismo empresarial. Note-se, no entanto que, em 2010, Peniche é o território com a taxa mais elevada de empresas extintas[79] e, ao mesmo tempo, com a taxa mais baixa no que toca à constituição de novas empresas[80]. É também o único em que a proporção de encerramento de empresas é superior à das constituídas.

Quanto ao volume de negócios por empresa, a marca atingida por Peniche (163,2 milhares de euros) é bastante inferior à do país (311,5 milhares de euros) e está igualmente abaixo da registada para a Região Oeste (208,3 milhares de euros). A par disso, Peniche é no conjunto dos três territórios aquele que evidencia a maior concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (18,3% contra 5,3% e 4,6% para Portugal e a Região Oeste, respetivamente), circunstância que sugere um quadro local de alguma macrocefalia empresarial, em que se afigura decisiva a influência das 4 maiores empresas na criação de riqueza e postos de trabalho a nível concelhio. Não descurando os aspetos positivos associados a esse quadro, nomeadamente porque estão em causa empresas com um presumível elevado potencial de sustentabilidade, também não podem ser subestimados os

[79] Enquanto a taxa de dissolução de empresas em Peniche é de 4,7%, em Portugal e no Oeste é, respetivamente, de 3,8% e de 3,6% (dados reportados a 2010).
[80] Em Peniche, a taxa de constituição de empresas calcula-se em 3,9% e, em Portugal e no Oeste, é de 4,7%.

riscos para a economia local, em geral, e para as famílias, em particular, suscitados por uma certa dependência das principais empresas.

Considerando o quadro que, a seguir, se apresenta, tendo como referência o ano de 2010, das 3.020 empresas sedeadas em Peniche, a esmagadora maioria (95,9%) são pequenas empresas com menos de 10 trabalhadores, existindo apenas duas com 250 ou mais trabalhadores. Em termos relativos, a realidade empresarial de Peniche assemelha-se à de Portugal e da Região Oeste.

Figura 141 - Empresas por município da sede, segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2010

Escalões de Pessoal		Portugal		Oeste		Peniche	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-249	Menos de10	1096155	95,8	40439	95,9	2895	95,9
	10-49	41308	3,6	1530	3,6	113	3,7
	50-249	5792	0,5	174	0,4	10	0,3
	Total	1143255	100,0	42143	100,0	3018	100,0
250 ou mais		895	0,1	16	0,04	2	0,1
Total		1144150	100,0	42159	100,00	3020	100,0

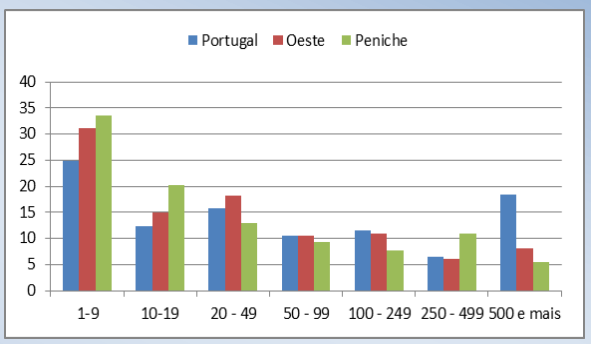
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011.

Assim sendo, quanto à dimensão das empresas do ponto de vista do universo de pessoal ao serviço, Peniche apresenta uma média de 2,7 trabalhadores por empresa, um valor idêntico ao observado na região Oeste e relativamente próximo da média nacional (3,4 trabalhadores por empresa).

Por seu turno, considerando a distribuição dos trabalhadores empregados nos estabelecimentos existentes no município, independentemente do local onde estão sedeados e tal como o indiciado no quadro anterior, à semelhança daquilo que se observa na realidade portuguesa e do Oeste, também no caso de Peniche o grosso desses profissionais encontra-se inserido em estabelecimentos que comportam um número máximo de 9 trabalhadores, os

Figura 142 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por território, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2009

Escalões de pessoal	Portugal		Oeste		Peniche	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1-9	538855	24,8	20995	31,2	1483	33,6
10-19	269536	12,4	10113	15,0	889	20,2
20 - 49	344101	15,8	12215	18,1	573	13,0
50 - 99	231553	10,6	7085	10,5	411	9,3
100 - 249	251505	11,6	7363	10,9	334	7,6
250 - 499	139260	6,4	4127	6,1	480	10,9
500 e mais	400218	18,4	5442	8,1	238	5,4
Total	2175028	100,0	67340	100,0	4408	100,0



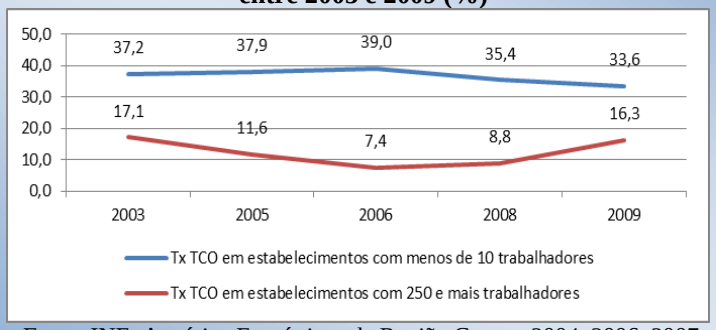
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011.

quais agregam localmente 33,6% dos efetivos por conta de outrem, numa prevalência superior à registada para o Oeste (31,2%) e, de forma mais acentuada, à do país (24,8%). É de referir que, no concelho de Peniche, o nível de trabalhadores por conta de outrem em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores se tem mantido relativamente constante na última década, revelando os anos mais recentes, não obstante, uma tendência para a sua diminuição.

Comparativamente com os restantes territórios, Peniche denota uma maior concentração de empregados ao nível dos estabelecimentos de mais pequena dimensão, aqueles cujo escalão de pessoal não vai além dos 19 empregados, que, sozinhos, absorvem mais de metade do universo de trabalhadores por conta de outrem do concelho[81].

Inversamente, é em Peniche que se verifica a mais baixa proporção de empregados em estabelecimentos de maior dimensão, ou seja, com 500 ou mais trabalhadores, exatamente 5,4%, contra 8,1%, no Oeste, e 18,4%, a nível nacional. Curiosamente, dentro do segmento dos estabelecimentos de grande dimensão, especificamente naqueles que apresentam entre 250 a 499 empregados, Peniche regista, por outro lado, a maior percentagem de trabalhadores por conta de outrem (10,9%, quando o Oeste apresenta 6,1% e Portugal, 6,4%). Assinale-se que o concelho assiste, a partir de 2006, a uma recuperação significativa do volume percentual de empregados nos estabelecimentos de grande dimensão, ou seja com 250 ou mais trabalhadores empregados, aproximando-se a proporção registada em 2009 (16,3%) do valor modal verificado em 2003 (17,1%).

Figura 143 - Evolução da taxa de trabalhadores por conta de outrem no concelho de Peniche em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores e com mais de 250 trabalhadores, entre 2003 e 2009 (%)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2004, 2006, 2007, 2009 e 2011.

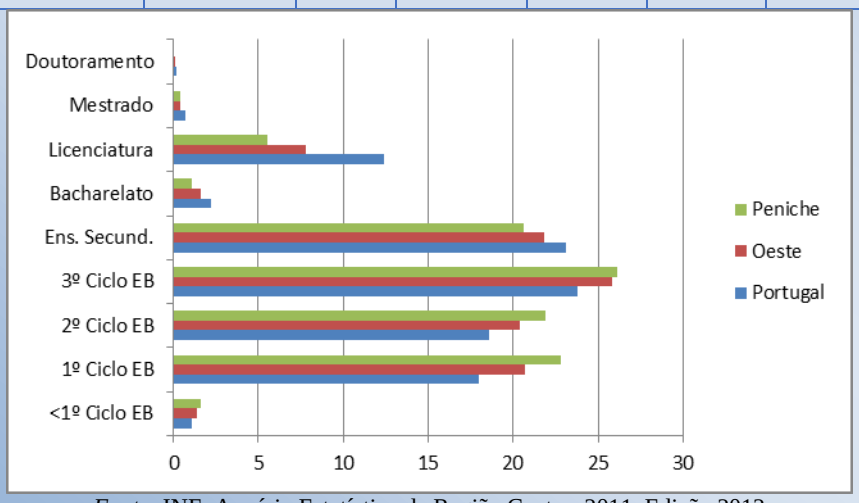
Considerando, por último, o universo de trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos segundo o nível de habilitação escolar, para o ano de 2009, constata-se que, em qualquer dos territórios, mais de metade dos trabalhadores tem como habilitação mais elevada o 3º ciclo do ensino básico. É em Peniche que essa situação apresenta a dimensão mais expressiva, abrangendo 72,4% do

[81] Em Peniche, 53,8% dos trabalhadores por conta de outrem estão enquadrados em estabelecimentos que têm um escalão de pessoal até 19 empregados; Na Zona Oeste, a percentagem é de 46,2%; No país, é de 37,2%.

universo de empregados, sendo que, no Oeste, a percentagem é de 64,6% e, em Portugal, de 61,5%, um dado para o qual concorre, sublinhe-se, o facto de se registar uma maior representação dos trabalhadores empregados de Peniche ao nível dos escalões mais baixos de qualificação escolar. Ao invés, é a nível local que há menos diplomados do ensino superior entre os trabalhadores empregados, cuja percentagem é de 7%, sobretudo comparativamente com a realidade nacional em que os empregados com formação superior representam 15,5% do total de empregados (no Oeste representam 9,9%).

Figura 144 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por territórios, segundo o nível de habilitações, 2009

Habilitações Escolares	Portugal		Oeste		Peniche	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<1º Ciclo EB	23142	1,1	959	1,4	68	1,6
1º Ciclo EB	389367	18,0	13758	20,7	994	22,8
2º Ciclo EB	401905	18,6	13554	20,4	955	21,9
3º Ciclo EB	513527	23,8	17148	25,8	1135	26,1
Ens. Secund.	498484	23,1	14476	21,8	897	20,6
Bacharelato	47576	2,2	1040	1,6	47	1,1
Licenciatura	268447	12,4	5175	7,8	239	5,5
Mestrado	16081	0,7	259	0,4	19	0,4
Doutoramento	3564	0,2	43	0,1	--	0,0
Total	2175028	100,0	67340	100,0	4408	100,0



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2011, Edição 2012

11.2. Fraquezas relacionadas com a "oferta" do mercado de trabalho

11.2.1. Condições de trabalho precárias, marcadas por um mercado sazonal

Um dos problemas que foi identificado como estando na base da fragilidade do mercado de trabalho em Peniche refere-se às condições de trabalho precárias que se fazem sentir. No entanto, este problema não pode vir dissociado da sazonalidade que caracteriza o mercado de

trabalho concelhio, à qual se associam aspetos como a precariedade dos vínculos laborais e a rotatividade da mão-de-obra, na medida em que são estes fatores que fundamentam e caracterizam o tipo de condições precárias existentes no concelho.

De facto, o mercado de trabalho no concelho de Peniche não pode deixar de refletir um traço distintivo da economia local que tem a ver com a sazonalidade a que está exposta, explicada, em grande medida, pela sua vocação turística, em que as dinâmicas de procura são flutuantes ao longo do ano e atingem piques no período do verão, devendo-se ainda a sazonalidade ao próprio caráter cíclico de atividades como a agricultura e as pescas, facto que traz, por sua vez, implicações indiretas num conjunto de atividades situadas a montante, como é o caso particular das indústrias de transformação e conservação do pescado.

Este quadro sugere que poderão surgir estratégias de mobilidade acionadas pelos trabalhadores, em função das quais se desvinculam e vinculam às organizações, selecionando as ofertas sazonais de trabalho mais vantajosas. Sugere, em paralelo que também as medidas e o tipo de contratação poderão ser equacionados em função de necessidades sazonais de mão-de-obra e, assim, privilegiar vínculos menos duradouros, implicar flutuações no nível de oferta de postos de trabalho e concorrer para a criação de formas de trabalho precário e/ou de bolsas de desemprego. A sazonalidade da economia local poderá ser assim considerada como um fator que concorre para a debilidade do mercado de trabalho.

Figura 145 - Desempregados inscritos por territórios segundo o motivo de inscrição (novembro 2014)

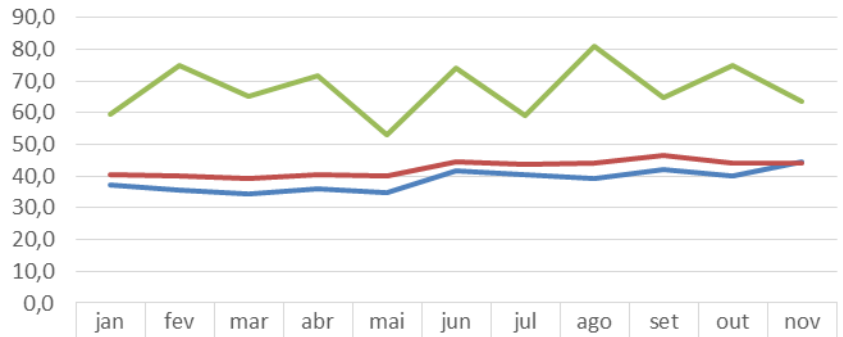
		Motivos de inscrição							
		Ex-inativos	Despedido	Despediu-se	Despedim. Mút. Acordo	Fim trab. Não permanente	Trab. Conta própria	Outros motivos	Total
Portugal - Continente	Nº	7239	6052	2288	1619	26475	843	15103	59619
	%	12,1	10,2	3,8	2,7	44,4	1,4	25,3	100,0
Lisboa e V. Tejo	Nº	2447	1930	668	697	8606	274	4914	19536
	%	12,5	9,9	3,4	3,6	44,1	1,4	25,2	100,0
Peniche	Nº	18	8	3	3	130	6	37	205
	%	8,8	3,9	1,5	1,5	63,4	2,9	18,0	100,0

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2014 (http://www.iefp.pt).

Considerando os motivos de inscrição nos serviços do Instituto de Emprego e da Formação Profissional registados em novembro de 2014, denota-se que o que conduziu mais pessoas residentes em Peniche a inscrever-se neste serviço foi o fim do trabalho não permanente, nomeadamente, 63,4%. As percentagens verificadas pelo território continental português

(44,4%) e pela Região de Lisboa e Vale do Tejo (44,1%), para o período homólogo, são consideravelmente inferiores.

Figura 146 - Evolução mensal da taxa de desempregados inscritos no IEFP cujo motivo de inscrição é o fim do trabalho não permanente, por território, em 2014 (janeiro-novembro)



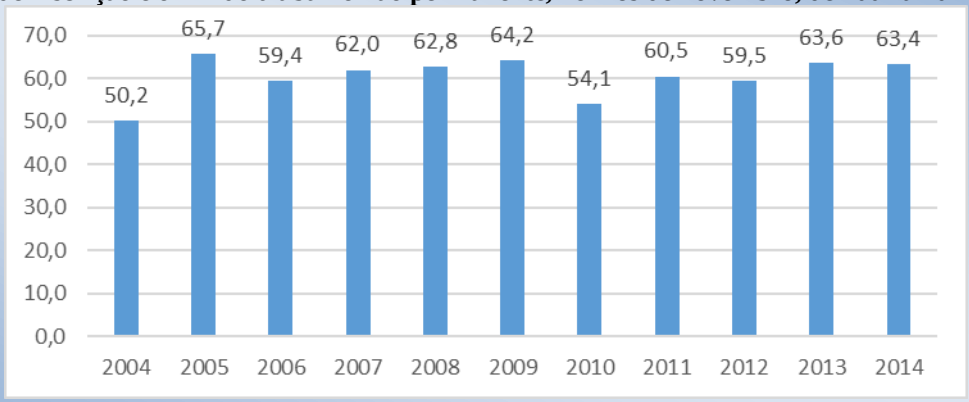
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
Portugal continental	37,4	35,5	34,5	36,2	35,0	41,5	40,3	39,4	42,1	40,0	44,4
Lisboa VT	40,6	40,0	39,1	40,5	40,1	44,6	43,6	44,3	46,5	44,1	44,1
Peniche	59,7	74,9	65,1	71,5	53,1	74,0	59,2	80,9	64,9	74,7	63,4

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, janeiro a novembro de 2014 (http://www.iefp.pt),

Os dados referentes à evolução da taxa de desemprego originado pelo fim do trabalho não permanente concorrem para a confirmação da forte expressão da sazonalidade e precariedade do mercado de trabalho em Peniche e do impacto decisivo que daí deriva no cômputo geral das situações de desemprego concelhio.

Com efeito, se é verdade que, ao longo dos meses de 2014, o fim do trabalho não permanente constituiu a principal causa de inscrição nos centros de emprego em qualquer dos territórios em análise, em Peniche, assume uma importância mais influente e estruturante na medida em que, mensalmente, foi responsável pelo registo de mais de metade dos novos desempregados, chegando a representar mais de 80% no final do mês de agosto. Em Portugal continental, a proporção de casos teve como valor mínimo os 34,5% (mês de março) e atingiu, como valor máximo, os 44,4% (mês de novembro). De resto, o fim do trabalho não permanente tem-se mantido como a causa hegemónica das novas situações de desemprego registados em Peniche, pelo menos, desde 2004, ou seja, nos últimos 10 anos, abrangendo constantemente mais de 50% dos casos.

Figura 147 - Evolução anual da taxa de desempregados registados no concelho de Peniche cujo motivo de inscrição é o fim do trabalho não permanente, no mês de novembro, de 2004 a 2014



Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, de 2004 a 2014, mês de novembro (http://www.iefp.pt),

Além disso, a nível concelhio, o sentido evolutivo da taxa de desempregados inscritos mensalmente no IEFP, no decurso de 2014, na sequência da cessação do vínculo de trabalho não permanente, é distinto do padrão mensal que faz convergir os territórios nacional e de Lisboa e Vale do Tejo, e que traduz uma estabilização do indicador e um relativo nivelamento dos resultados obtidos entre ambos os territórios. Em vez disso, a evolução do indicador em Peniche, para além de se pautar por níveis sistemática e significativamente acima das médias patenteados por aqueles territórios de referência, tem um caráter oscilante, atingindo piques particularmente acentuados, nomeadamente no final dos meses de agosto (80,9%), fevereiro (74,9%) outubro (74,7%) e junho (74,0%).

Tal configura mais um sinal evidente da expressiva cristalização de dinâmicas sazonais de celebração e cessação de contratos de trabalho no contexto de Peniche e da consequente exposição da população ativa a situações de precariedade laboral.

Apesar das perceções avançadas pelos atores locais e dos dados apresentados indiciarem que a sazonalidade e a precariedade determinam significativamente as dinâmicas económicas concelhias, sabe-se que este é um assunto que circula fortemente em processos paralelos, o que, consequentemente, torna tais problemas pouco visíveis e mensuráveis, não permitindo elucidar sobre a real dimensão dos respetivos impactos na sociedade penichense.

Neste sentido, seria imprescindível que se avançasse com uma profunda exploração informativa acerca deste constrangimento, não numa lógica de fiscalização, mas com o intuito de compreender a sua extensão, intensidade e regularidade, bem como questionar causas, efeitos e "inevitabilidades" subjacentes ao fenómeno.

É, nesse âmbito, possível traçar algumas características hipotéticas sobre o que está em foco neste ponto, as quais não deixam de se interligar entre si:

- 1ª característica hipotética: sendo o turismo e as pescas entendidas como atividades sazonais, os agentes económicos levam a cabo estratégias que respondem às necessidades emergentes imediatas dessa mesma sazonalidade, não promovendo nem investindo numa empregabilidade que, nas estações seguintes, já não se justifica e acarretaria custos incomportáveis à sustentabilidade das empresas;
- 2ª característica hipotética: nesta dinâmica de flutuações de mão-de-obra, o recurso a condições precárias – inexistência de vínculos contratuais, o não pagamento dos impostos devidos, a prática de salários baixos, a laboração de mão-de-obra não segurada, entre outros fatores – surge como uma opção muito atrativa num mercado cada vez mais concorrencial e competitivo;
- 3ª característica hipotética: esta situação, apesar de obrigar estes indivíduos a aceitarem tais condições porque não têm outras alternativas, ou por as opções existentes serem semelhantes, acaba por beneficiar uma fatia significativa da mão-de-obra aqui referenciada, a quem não interessa constar no sistema formal de trabalho, ficando "livre" de contribuições fiscais, conciliando diferentes atividades e acumulando ainda ajudas sociais (subsídio de desemprego, RSI…), às quais de outra forma deixaria de ter direito.
- Em suma, é de questionar se, no seu conjunto, estas características não estarão a concorrer para uma continuidade e aplicabilidade inevitáveis, porque sustentam diferentes motivações.

A este nível, importaria realizar um diagnóstico profundo sobre as dinâmicas existentes, no qual poderiam ser inquiridos atores locais e analisados comparativamente indicadores económicos por trimestre, com vista a identificar possíveis flutuações de mão-de-obra e fases de recrutamento temporário.

O conhecimento efetivo das precárias condições de trabalho em Peniche poderia ser aferido mediante inquirição da população empregada (após definida uma amostra representativa), no sentido de averiguar se existe incumprimento salarial por parte das organizações empregadoras, situações profissionais sem vínculo contratual ou com vínculos instáveis ou temporários e aferir sobre a sensibilidade das empresas relativamente às questões relacionadas com a responsabilidade social.

Este diagnóstico deveria permitir conhecer ainda o perfil da mão-de-obra que normalmente anda nestes circuitos.

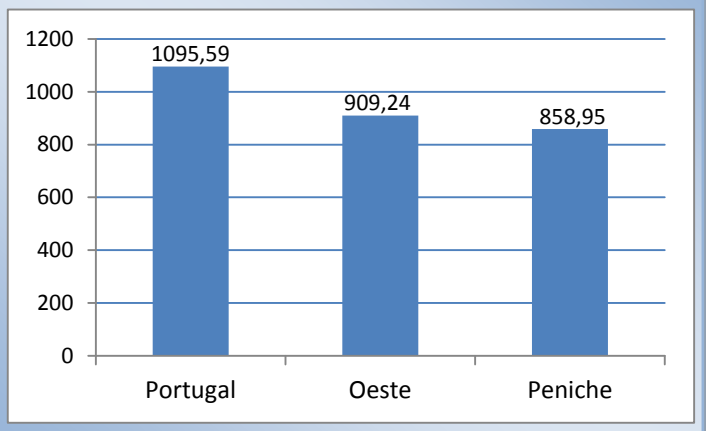
Como ações interventivas parece que estão aqui quatro grupos-alvo, com os quais se poderiam desenvolver diferentes estratégias:

- *Com os empregadores*: trabalhar conceitos sobre empreendedorismo, competitividade, importância da qualificação para o desenvolvimento económico das empresas, bem como trabalhar a responsabilização destes agentes no cumprimento dos seus deveres e no impacto que essa atitude tem no desenvolvimento socioeconómico regional e nacional;
- *Com a mão-de-obra*: qualificá-la e trabalhar igualmente competências na área do empreendedorismo, no sentido de ser possível criar novas áreas de negócio e de qualificarem os serviços prestados nestas novas áreas e nas já existentes;
- *Com os atores responsáveis pelo desenvolvimento socioeconómico do concelho*: desenvolver vetores estratégicos que especializem o concelho em atividades que utilizem e otimizem os seus recursos endógenos, nomeadamente as pescas, o turismo e as atividades relacionadas com os desportes de deslize, por forma a, por um lado, estender ao máximo os períodos de maior necessidade de recursos humanos (o ideal seria que não houvesse quebras) e, por outro, dinamizar atividades que funcionem em períodos sazonais distintos e que consigam ir integrando a mão-de-obra excedente;
- *Com as escolas do ensino secundário e todas as técnico-profissionais*: incluir no plano curricular práticas de empreendedorismo e de ética profissional e noções de gestão empresarial e de recursos humanos, que poderão redundar em projetos de empreendedorismo jovem, à luz do que já acontece noutros concelhos.

11.2.2. Prática de baixos salários, agravada ao nível dos mais escolarizados

No âmbito das fraquezas associadas à oferta de trabalho em Peniche, outro dos problemas levantados refere-se à prática de baixos salários e que vai ao encontro do discutido no ponto anterior. Os dados seguintes reforçam a importância que tem de ser dada a esta situação.

Figura 148 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por território, em 2012 (euros)



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro 2013*.

Em primeiro lugar, no sentido de equacionar eventuais assimetrias territoriais ao nível da dimensão salarial, um dos indicadores a considerar tem a ver com o ganho médio da população empregada. Relativamente a esta questão, constata-se que, no concelho de Peniche, o ganho médio mensal auferido pelos trabalhadores por conta de outrem era, em 2012, de 858,95 euros.

De 2005 para 2012, o ganho médio mensal em Peniche cresceu 25,1%, num aumento nominal de 172,23 euros, o que representa a maior subida em termos relativos[82] se compararmos com os resultados obtidos pelos seus territórios de referência. Em termos absolutos, a subida registada fica contudo aquém da variação da média nacional[83]. Apesar de ter aumentado, em 2012, o ganho médio mensal em Peniche permanece portanto largamente aquém do ganho médio nacional (1.095,59 euros) e também abaixo do valor obtido para a Região Oeste (909,24 euros). De resto, este é um desnível que se mantem de anos anteriores (pelo menos, desde 2005).

Figura 149 - Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por território, entre 2005 e 2012

		Portugal continental	Oeste	Peniche
Ganho médio mensal em 2005		907,24	755,17	686,72
Ganho médio mensal em 2012	€	1095,59	909,24	858,95
Diferencial 2005/12		188,35	154,07	172,23
Var 2005/12	%	20,8	20,4	25,1

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2013.

Relativamente aos seus territórios de referência, Peniche apresenta assim uma situação de desvantagem ao nível do salário médio praticado.

[82] Em Portugal, entre 2005 e 2012, o ganho médio mensal aumentou em 20,8% e no Oeste, em 20,4%.
[83] De 2005 para 2012, Portugal registou um crescimento nominal do ganho médio mensal dos trabalhadores empregados de 188,35 euros. No Oeste, esse crescimento foi de 154,07 euros.

Figura 150 - Evolução do indicador *per capita* do poder de compra, por território 2005-2009

	2005	2007	2009
Portugal	100,00	100,00	100,00
Oeste	88,21	88,10	88,59
Peniche	91,70	87,36	86,08

Fonte: INE, Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio 2005, 2007 e 2009.

Relacionado com os ganhos médios mensais encontra-se o poder de compra. Segundo o estudo sobre o poder de compra concelhio referenciado a 2009[84], Peniche regista um índice de poder de compra *per capita de 86,09, um valor* abaixo da média nacional (100,0) e relativamente próximo da média do Oeste que, ainda assim, é superior (88,59). De notar igualmente o facto do poder de compra no município de Peniche revelar uma quebra de 2005 para 2009 face à tendência do país, passando de 91,7 para 86,08.

Quanto às situações de disparidade salarial entre a população empregada de Peniche, dos dados para 2012 percebem-se diferenças significativas em função da escolaridade (23,5%), da dimensão das empresas segundo o escalão de pessoal (14,1%) e do setor de atividade de inserção laboral (5,9%).

De um modo geral, quanto a disparidades salariais, a realidade de Peniche é relativamente convergente com a do Oeste, distanciando-se mais do panorama de Portugal continental.

Figura 151 - Disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem, segundo o escalão de pessoal da empresa, o setor de atividade e o nível de escolaridade, por território, entre 2005 e 2012

		Portugal continental			Oeste			Peniche		
		2005	2012	Var 05/12 (%)	2005	2012	Var 05/12 (%)	2005	2012	Var 05/12 (%)
Ganho médio mensal	€	907,24	1095,59	20,8	755,17	909,24	20,4	686,72	858,95	25,1
Disparidade no ganho médio mensal por escalão de pessoal da empresa	%	26,7	21,4	-19,9	22,8	16,3	-28,5	20,5	14,1	-31,2
Disparidade no ganho médio mensal por setor de atividade	%	8,5	6,8	-20,0	3,4	3,6	5,9	3,9	5,9	51,3
Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitação	%	42,4	37,6	-11,3	27,5	25,1	-8,7	22,2	23,5	5,9

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2003, 2004, 2006, 2009, 2011 e 2013.

No que toca às habilitações escolares, apesar do nível de disparidade induzido no ganho médio mensal ter vindo a aumentar no concelho e de ter diminuído no país (entre 2005 e 2012), Peniche continua a apresentar um valor substancialmente inferior à média nacional (37,6%) e que está também ligeiramente abaixo da média do Oeste (25,1%).

[84] INE, 2011.

Também no que diz respeito às disparidades salariais determinadas pela dimensão das empresas, cuja evolução está em queda nos 3 territórios, é em Peniche que o indicador tem menos impacto, sobretudo por comparação com o país.

Além disso, estão a aumentar em Peniche as disparidades salariais em função do setor de atividade, numa tendência inversa à do país, sendo em Peniche, com efeito, que este fator diferenciador exerce uma maior influência sobre os salários.

De um modo geral, o que estes resultados indicam sobre a realidade de Peniche é que é mais vantajoso trabalhar em empresas com determinada dimensão e em determinados setores de atividade e que a diferenciação do nível de escolaridade não confere por si só uma diferença significativa em termos de ganho salarial.

Efetivamente, segundo a leitura do quadro seguinte e que vai ao encontro do salientado anteriormente, dos territórios em foco, Peniche evidencia-se por ser aquele que menos reflete o impacto das habilitações ao nível do ganho médio mensal dos trabalhadores assalariados. Se, relativamente aos seus territórios de referência, Peniche mantem um diferencial salarial em praticamente todos os níveis de escolaridade, a verdade é que o fosso acentua-se entre os trabalhadores com habilitações escolares mais elevadas, sobretudo se compararmos com a realidade nacional: os empregados com o 12º ano recebem no país, em média, mais 224,98 euros do que os de Peniche, os com o bacharelato, mais 539,87 euros e os licenciados, mais 428,07 euros. Em relação ao Oeste, o diferencial salarial é ainda assim menos significativo, sendo de referir uma situação pontual de vantagem para Peniche, no caso específico dos trabalhadores com mestrado. Refira-se ainda que é também maior o hiato salarial, a nível nacional, entre os trabalhadores menos escolarizados, os que não completaram o 1º ciclo do ensino básico, e os que apresentam as qualificações escolares mais elevadas, designadamente aqueles que têm um mestrado[85], calculado em 1.282,33 euros, quando, a nível concelhio, esse diferencial é de 1.019,12 euros, ou seja, menos 263,21 euros.

No contexto de Peniche, os trabalhadores por conta de outrem mais escolarizados estão assim em desvantagem face aos seus homólogos dos territórios de referência.

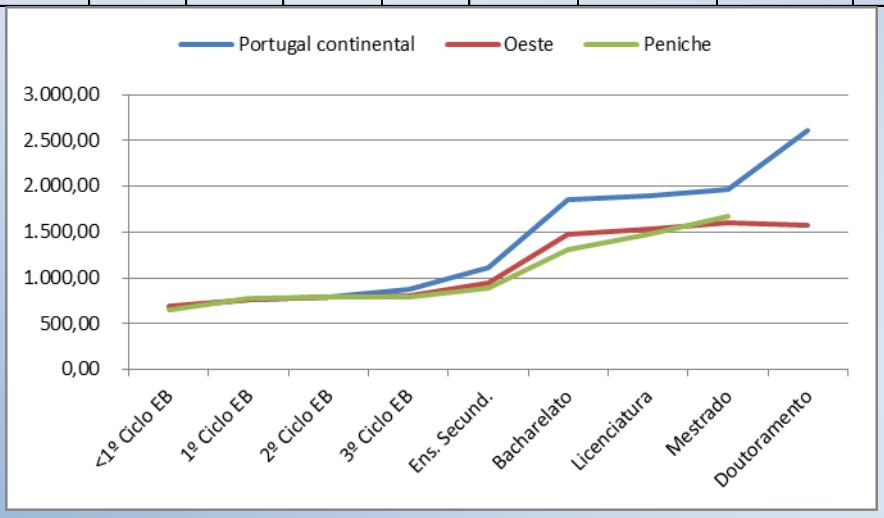
Reportando os dados à análise dos atores sociais, é de admitir a hipótese do maior nivelamento salarial entre trabalhadores com qualificações escolares distintas, observado em Peniche, poder ser uma consequência da insuficiente valorização conferida à qualificação

[85] Por não haver dados para o Concelho de Peniche quanto ao ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos com o doutoramento, o nível de escolaridade mais elevado que foi considerado foi o mestrado.

escolar pelos empregadores do mercado de trabalho penichense e, desta forma, indiciar um menor nível de exigência em relação às qualificações escolares do pessoal contratado. A este nível pretende-se levantar pistas que permitam refletir sobre as dinâmicas empresariais e empreendedoras existentes no concelho e de que forma é que estas estão a ser potenciadas e aproveitadas.

Figura 152 - Ganho médio mensal dos trabalhadores pro conta de outrem nos estabelecimentos por território, segundo o nível de habilitações, 2012 (euros)

	Total	<1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Ens. Secund.	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Portugal continental	1.095,59	676,91	765,70	787,29	868,43	1.116,23	1.853,47	1.901,36	1.959,24	2.615,44
Oeste	909,24	697,32	768,84	786,34	810,66	943,12	1.478,97	1.529,95	1.605,14	1.569,90
Peniche	858,95	656,16	770,94	786,40	792,15	891,25	1.313,60	1.473,29	1.675,28	..
Diferencial Peniche/Portugal	-236,64	-20,75	5,24	-0,89	-76,28	-224,98	-539,87	-428,07	-283,96	..
Diferencial Peniche/Oeste	-50,29	-41,16	2,10	0,06	-18,51	-51,87	-165,37	-56,66	70,14	..



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Um outro indicador que induz diferenciação no ganho médio entre os trabalhadores empregados refere-se aos setores de atividade. Relativamente a este aspeto, é de assinalar que, ao contrário do que acontece em Portugal e na Região Oeste, em Peniche o ganho médio mensal dos trabalhadores é significativamente mais elevado no setor primário do que nos restantes setores de atividade, ressalvando-se aqui a importância atribuída às atividades piscatórias e agrícolas, por oposição, o setor secundário afigura-se como o menos vantajoso em termos remuneratórios. Relativamente às remunerações médias mais altas registadas em cada um dos territórios de referência, o ganho médio dos empregados no setor primário em Peniche (1.004,47 euros) supera mesmo, de forma significativa, o registado no Oeste para o

setor secundário (936,56 euros), mas fica aquém do salário médio nacional verificado no setor dos serviços (1.146,21 euros).

De uma forma geral, com exceção do observado no setor primário, os trabalhadores empregados no concelho de Peniche nos restantes setores de atividade auferem, em média, níveis de remuneração abaixo dos praticados nos seus territórios de inserção.

Figura 153 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, por territórios, segundo o setor de atividade, 2012 (euros)

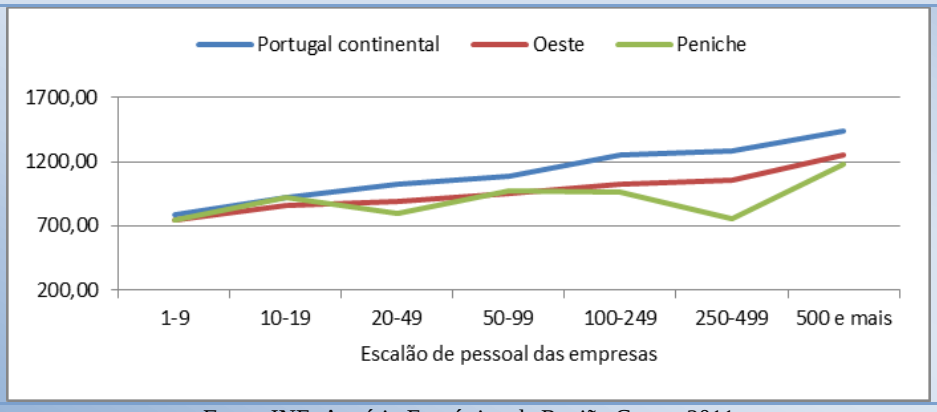
	Total	Primário	Secundário	Terciário
Portugal continental	1059,59	812,91	1007,71	1146,21
Oeste	909,24	779,27	936,56	904,70
Peniche	858,95	1004,47	828,80	848,77

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Já no que concerne à relação entre o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e a dimensão das empresas, o quadro seguinte permite verificar que, em consonância com o verificado nos seus contextos de referência, também em Peniche são os estabelecimentos com maior número de trabalhadores por conta de outrem (500 e mais) que oferecem salários mais elevados, traduzidos num ganho médio mensal de 1.176,12 euros e os estabelecimentos mais pequenos, os que proporcionam o ganho médio mais baixo, exatamente 750,93 euros.

Figura 154 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por territórios, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2012 (euros)

	1-9	10-19	20-49	50-99	100-249	250-499	500 e mais
Portugal continental	787,74	917,39	1019,71	1091,61	1248,70	1282,81	1433,51
Oeste	741,66	856,86	889,82	951,40	1021,43	1059,45	1252,40
Peniche	750,93	923,45	796,75	976,80	962,68	758,80	1176,12



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2011

Peniche não apresenta contudo o mesmo padrão linear, verificado nos demais territórios, segundo o qual o ganho médio sobe à medida que aumenta o escalão de pessoal da empresa. Evidencia particularidades que destoam dessa regra, relacionadas nomeadamente: por um lado, com o segmento das empresas de grande dimensão, com 250 a 499 trabalhadores, em

que o ganho médio auferido (758,80 euros) está entre os mais baixos no conjunto das empresas concelhias; e, por outro lado, com o segmento das empresas de pequena dimensão, com um escalão de pessoal de 10 a 19 trabalhadores, em que o ganho médio (923,45 euros) está entre os mais elevados observados no concelho.

Comparativamente com os seus territórios de referência, Peniche apresenta em suma uma situação de desvantagem ao nível do ganho médio auferido pelo pessoal ao serviço na globalidade dos diferentes escalões de pessoal das empresas, quer reúnam um quadro de trabalhadores mais restrito ou mais extenso. As diferenças são novamente mais expressivas na comparação com o país, principalmente no que diz respeito às empresas de média/grande dimensão com 20 ou mais trabalhadores, com um diferencial em termos de ganho médio que chega a ser de 524,01 euros no caso do escalão de empresas com 250 a 499 trabalhadores.

Conclui-se portanto que Peniche apresenta uma situação de desvantagem ao nível do salário médio praticado relativamente aos seus territórios de referência, sobretudo comparativamente com o país, que se agrava entre a população assalariada mais escolarizada e que emerge independentemente do setor de atividade das empresas ou da dimensão das mesmas, constituindo este um fator que configura uma fragilidade importante do mercado local de trabalho.

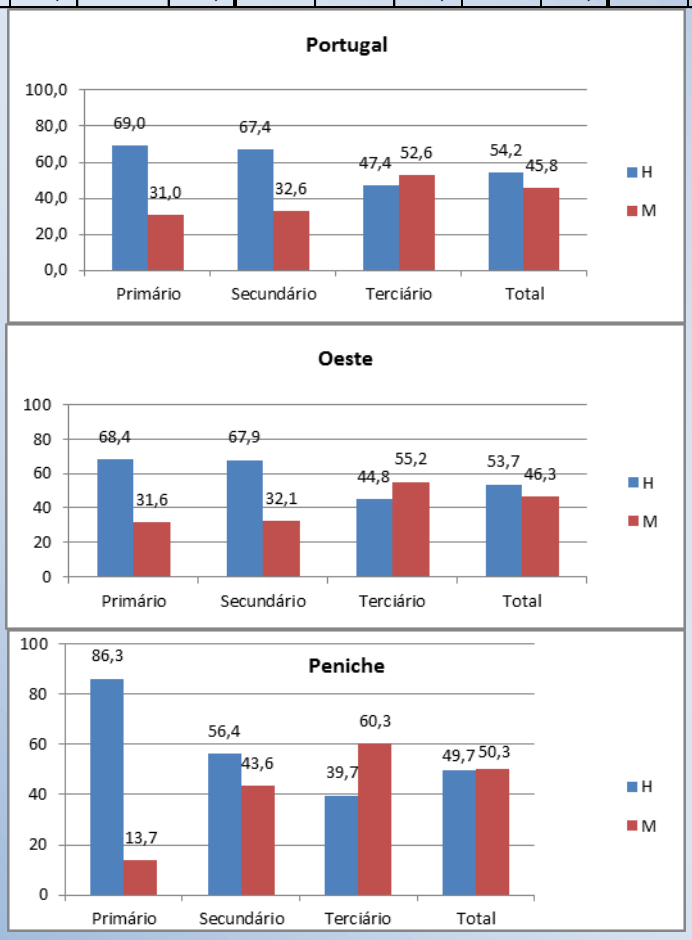
11.2.3. Prática de baixos salários, agravada ao nível do género feminino

Tendo ainda presente a prática de salários baixos, vale a pena questionar as diferenças de género.

Antes de se analisar as diferenças de ganho mensal entre géneros, é pertinente mencionar que, em termos totais, Peniche é o único território onde há mais mulheres do que homens no conjunto dos trabalhadores por conta de outrem, tratando-se ainda assim de uma vantagem muito ténue. Especificando a análise por setor de atividade, observa-se um domínio em Peniche de trabalhadores do sexo masculino no setor primário (86,3%) muito superior ao do território do Oeste e ao registado no país (respetivamente 68,4% e 69,0%). No setor secundário, constata-se igualmente uma primazia de trabalhadores do sexo masculino, que é menos acentuada no caso de Peniche por comparação com os territórios de referência (56,4% em Peniche, contra 67,9% no Oeste e 67,4% em Portugal). Inversamente, no setor terciário dominam as mulheres, sendo superior a percentagem de trabalhadoras em Peniche do que na Sub-Região Oeste e em Portugal (respetivamente 60,3%, 55,2% e 52,6%, respetivamente).

Figura 155 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3) e o género, 2012

Setor Atividade	Portugal continental					Oeste					Peniche				
	Total	H		M		Total	H		M		Total	H		M	
		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%
Primário	33655	23223	69,0	10432	31,0	2943	2012	68,4	931	31,6	423	365	86,3	58	13,7
Secundário	617552	416318	67,4	201234	32,6	20187	13697	67,9	6490	32,1	1242	700	56,4	542	43,6
Terciário	1259750	596546	47,4	663204	52,6	37004	16592	44,8	20412	55,2	2368	939	39,7	1429	60,3
Total	1910957	1036037	54,2	874870	45,8	60134	32301	53,7	27833	46,3	4033	2004	49,7	2029	50,3



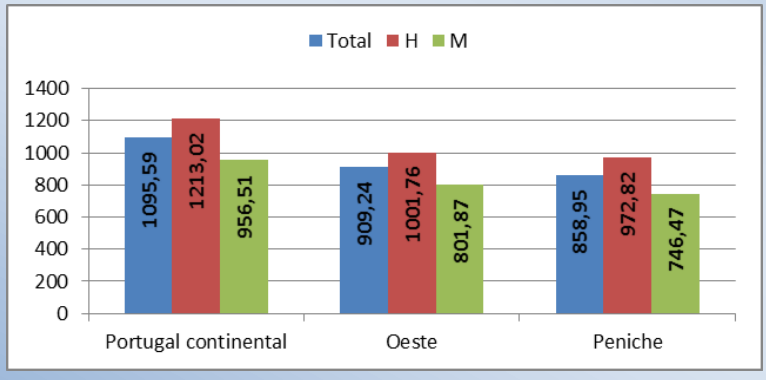
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Em termos de ganho médio mensal entre os trabalhadores empregados, assinala-se a disparidade em Peniche entre os dois sexos que expressa uma situação de desvantagem para as mulheres, as quais recebem, em média, menos 226,35 euros do que os homens, um diferencial que está abaixo do observado na realidade nacional (256,51 euros), mas acima do calculado para o Oeste (199,89 euros). Além desta situação de iniquidade, as trabalhadoras assalariadas do Município de Peniche distinguem-se por serem as mais desfavorecidas dentre os territórios em análise, ao auferirem, em média, a remuneração mais baixa (746,47 euros contra 801,87 euros na Região Oeste e 956,51 euros em Portugal). Em Peniche, as mulheres

recebem menos 210,04 euros de vencimento face ao ganho médio das trabalhadoras em todo o país.

Figura 156 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por território, segundo o género, 2012 (euros)

	Total	H	M
Portugal continental	1095,59	1213,02	956,51
Oeste	909,24	1001,76	801,87
Peniche	858,95	972,82	746,47



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2011.

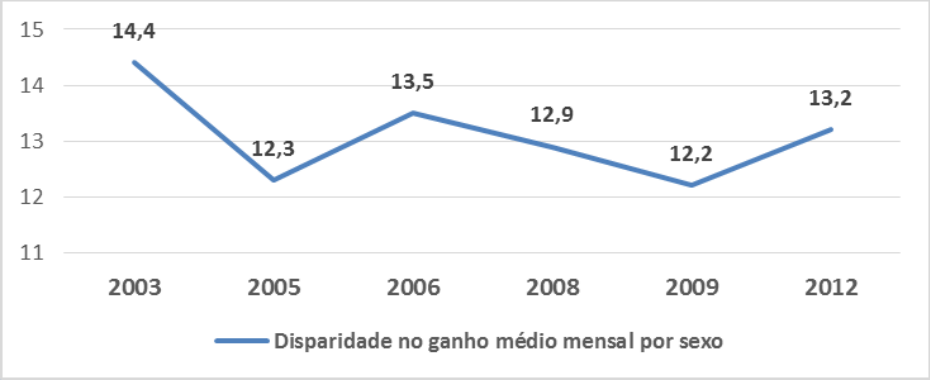
Analisando o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade e o género, verifica-se que, à semelhança da realidade nacional e oestina, também em Peniche, as mulheres estão em desvantagem face aos homens em todos os setores, sendo de salientar os resultados registados no primário, exatamente aquele em que as diferenças são mais díspares, penalizando sempre as mulheres, com um diferencial de 362,05 euros, quando, a nível nacional, é de 166,82 euros. No setor secundário, a disparidade entre os géneros em termos de remuneração média é também superior à média nacional e oestina (enquanto em Peniche o desnível salarial entre os géneros é de 281,17 euros, no país é de 267,31 euros e no Oeste, de 225,45). Já em relação ao setor terciário, em que o fosso salarial entre homens e mulheres é em Peniche muito menos acentuado, o diferencial é inferior ao verificado nos seus territórios de referência (179,56 euros em Peniche contra 309,36 euros em Portugal e 202,59 euros, na Região Oeste).

Figura 157 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por território, segundo o setor de atividade e o género, 2012 (euros)

	Primário				Secundário				Terciário			
	Total	H	M	Diferencial HM	Total	H	M	Diferencial HM	Total	H	M	Diferencial HM
Portugal continental	812,91	864,62	697,80	166,82	1007,71	1094,82	827,51	267,31	1146,21	1309,08	999,72	309,36
Oeste	779,27	831,36	666,72	164,64	936,53	1009,01	783,56	225,45	904,70	1016,45	813,86	202,59
Peniche	1004,47	1054,11	692,06	362,05	828,80	951,50	670,33	281,17	848,77	957,12	777,56	179,56

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

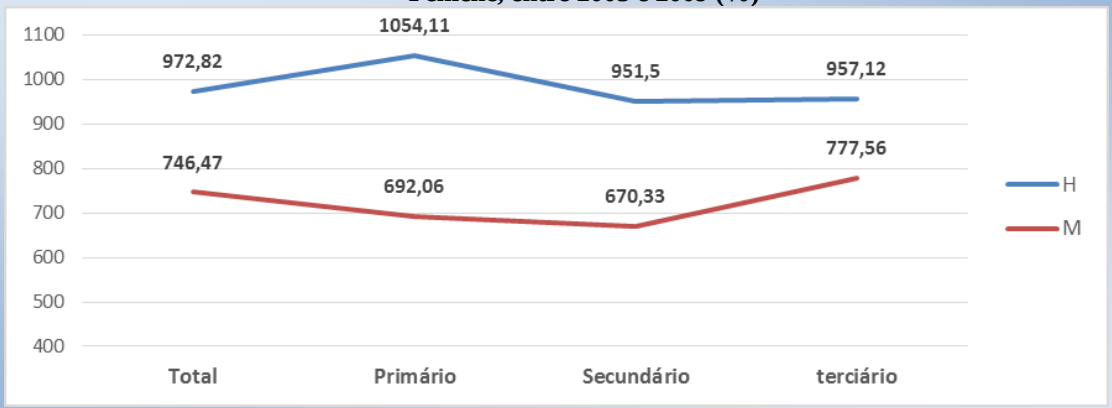
Figura 158 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos no concelho de Peniche, segundo o setor de atividade e o género, 2012 (euros)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Na figura seguinte observa-se que no contexto de Peniche, entre 2003 e 2012, as disparidades entre géneros têm oscilado, mas têm mantido valores sempre acima dos 12%.

Figura 159 - Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores segundo o género no concelho de Peniche, entre 2003 e 2009 (%)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro 2004, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2013.

No quadro abaixo apresentado é possível identificar outras desigualdades em função do género no que concerne ao ganho médio entre a população empregada. Observa-se que em Peniche as maiores disparidades entre homens e mulheres ao nível do ganho médio mensal

ocorrem quando se tem em consideração tanto a população com formação superior, como a população com habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico. De forma menos expressiva, verificam-se ainda outras situações de assimetrias ao nível das diferentes categorias profissionais de enquadramento, nas mais e nas menos qualificadas, de uma forma nivelada. Comparando Peniche com os seus territórios de referência, não há diferenças significativas a assinalar, podendo contudo apontar-se que o concelho regista maiores níveis de disparidade no ganho médio entre os sexos no que diz respeito aos trabalhadores menos escolarizados e aos que estão integrados em profissões menos qualificadas. Ao invés, é ao nível das profissões mais qualificadas que a disparidade é menor no concelho de Peniche do que no país ou no Oeste.

Quando se considera a população empregada por conta de outrem, depreende-se portanto que, a nível local, as mulheres estão em desvantagem relativamente aos homens ao nível do ganho médio e essa exposição a situações de discriminação salarial abrange de uma forma transversal e praticamente proporcional o conjunto da população feminina, independente dos recursos escolares ou das qualificações profissionais que apresente.

Figura 160 - Disparidade no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem segundo o género, por território, em 2012

	Portugal continental	Oeste	Peniche
Por localização geográfica	11,7	11,0	13,2
Com habilitações correspondentes ao ensino superior	18,2	16,2	17,1
Com habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico	13,5	13,2	16,1
Nas profissões mais qualificadas	14,1	12,0	11,3
Nas profissões menos qualificadas	9,6	7,8	10,8

Fonte: Site do INE.

De um modo geral, é possível avançar-se com as seguintes ilações:

- Uma primeira questão prende-se com a prática em Peniche de salários inferiores aos verificados para Portugal e para a Região Oeste, sendo que este resultado é transversal à globalidade da população empregada no concelho e necessita porventura de um outro tipo de abordagem, mais direcionado para o tecido empresarial, no sentido de criar dinâmicas que demonstrem que o investimento em salários superiores e em profissionais especializados e qualificados é indutor de crescimento económico.

- Nesta última abordagem é de potencializar os investimentos nos setores primários e secundários, sendo que as iniciativas de criação de emprego e de novos negócios

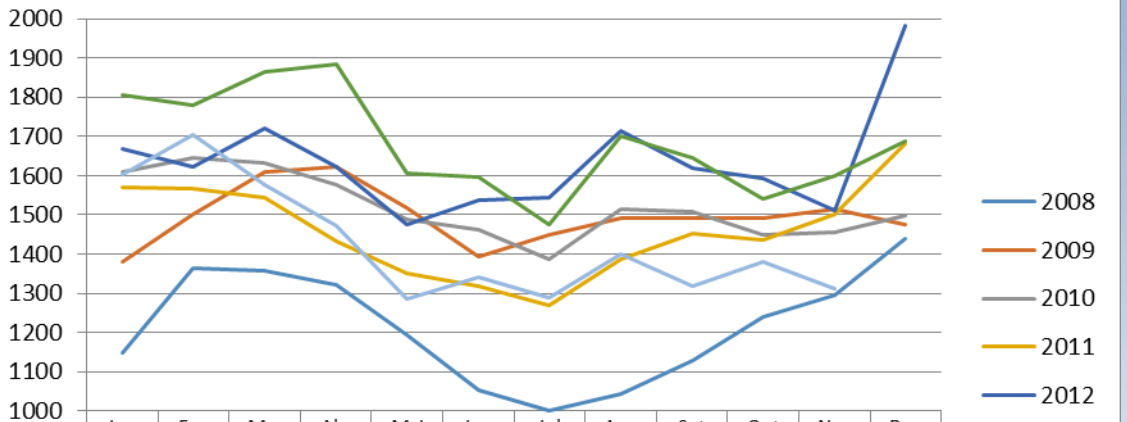
deverão dar especial enfoque às atividades destes setores, concorrendo incisivamente para uma contínua especialização do concelho de Peniche nestas áreas de mercado.

- Por fim, relativamente à desigualdade de oportunidades entre géneros, há que reforçar e valorizar o papel da mulher na sociedade e desenvolver ações junto das entidades empregadoras por forma a que estas incluam nos seus documentos de orientação organizacional (estatutos, regulamentos internos, acordos coletivos) a aplicação de uma tabela remuneratória de acordo com as funções existentes, independentemente de serem desenvolvidas por homens ou por mulheres.

11.2.4. Desemprego sujeito a picos sazonais, com um perfil de curta/média duração, mais adulto e com baixas qualificações escolares

O desemprego surge como um outro problema identificado no contexto das fragilidades do mercado local de trabalho e como um fator de risco de exclusão incontornável, que multiplica o risco de pobreza dos indivíduos e famílias por ele afetadas. No contexto específico de Peniche, o fenómeno espelha a quebra de atividades predominantes no panorama local, como sejam as ligadas à fileira da pesca e também a agricultura, para além de refletir igualmente o impacto da crise económica e financeira global. Em novembro de 2014, o Município de Peniche registava um total de 1.313 desempregados.

Figura 161 - Evolução mensal do desemprego registado no concelho de Peniche, 2008-2014 (situação no mês de novembro)

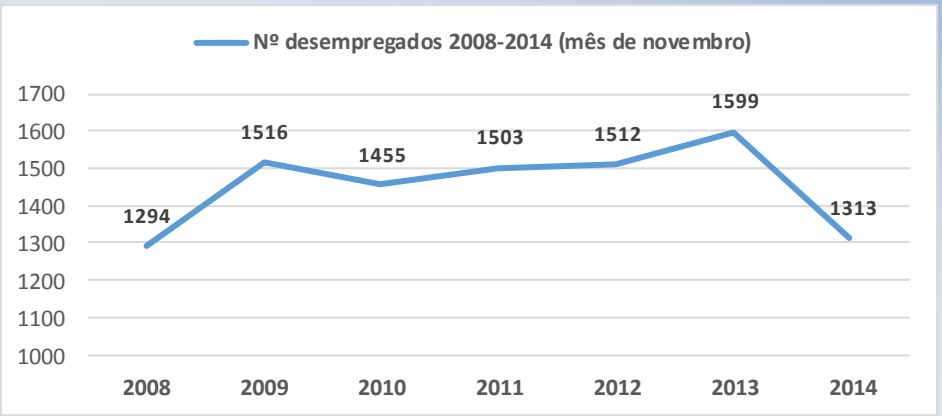


	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2008	1148	1364	1357	1322	1195	1053	1001	1043	1129	1239	1294	1438
2009	1379	1501	1608	1622	1517	1394	1449	1493	1493	1492	1516	1474
2010	1609	1644	1631	1576	1488	1461	1388	1514	1508	1449	1455	1497
2011	1570	1566	1545	1434	1352	1318	1270	1387	1452	1437	1503	1681
2012	1667	1624	1722	1622	1475	1537	1545	1713	1619	1593	1512	1982
2013	1805	1778	1866	1885	1607	1597	1476	1702	1645	1540	1599	1687
2014	1602	1703	1577	1471	1287	1340	1288	1399	1319	1381	1313	

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2008-2014 (http://www.iefp.pt).

Desde 2008, ano a que se atribui o início da crise económica e financeira que afeta o país, até 2014, ou seja, nos últimos 7 anos, o nível de desemprego concelhio tem-se mantido acima dos 1.000 desempregados. Entre 2008 e 2013, por referência ao mês de novembro, cresceu 23,6%, aumentando em mais 305 desempregados. Posteriormente, de 2013 para 2014, verificou-se uma diminuição do número de desempregados na ordem dos -17,9%, numa evolução consonante com a tendência nacional e da Região Oeste, muito embora menos acentuada que a verificada a nível regional (a redução do nível de desemprego no Oeste foi de -23,8%).

Figura 162 - Evolução anual do desemprego registado no concelho de Peniche, 2008-2014 (situação no mês de novembro)



Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2008-2014 (http://www.iefp.pt).

Figura 163 - Evolução do desemprego registado por território, 2013-2014 (situação no mês de novembro)

	2013	2014	Taxa Var. 2013/14
	Nº		%
Portugal continental	656093	564394	-14,0
Oeste	18975	15151	-23,8
Peniche	1599	1313	-17,9

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2008-2014 (http://www.iefp.pt).

Observa-se que os dados da evolução mensal do desemprego concelhio entre 2008 e 2014 revelam um padrão oscilante na forma como evolui, em função de ciclos sazonais, dando lugar a picos de desemprego cíclicos que acontecem, em regra, nos meses do inverno.

Entre os traços caracterizantes das situações concelhias de desemprego é de salientar o peso dominante dos indivíduos em situação de desemprego há menos de um ano (62,0%), sendo este também o cenário encontrado para Lisboa e Vale do Tejo e para Portugal continental, muito embora nestes territórios os valores sejam inferiores (50,2% e 53,8%, respetivamente).

Esta supremacia das situações de desemprego de curta duração, associada ao facto da esmagadora maioria dos desempregados estar à procura de um novo emprego (93,7%), expressa de alguma forma a existência de vínculos laborais precários e a sazonalidade do mercado de trabalho.

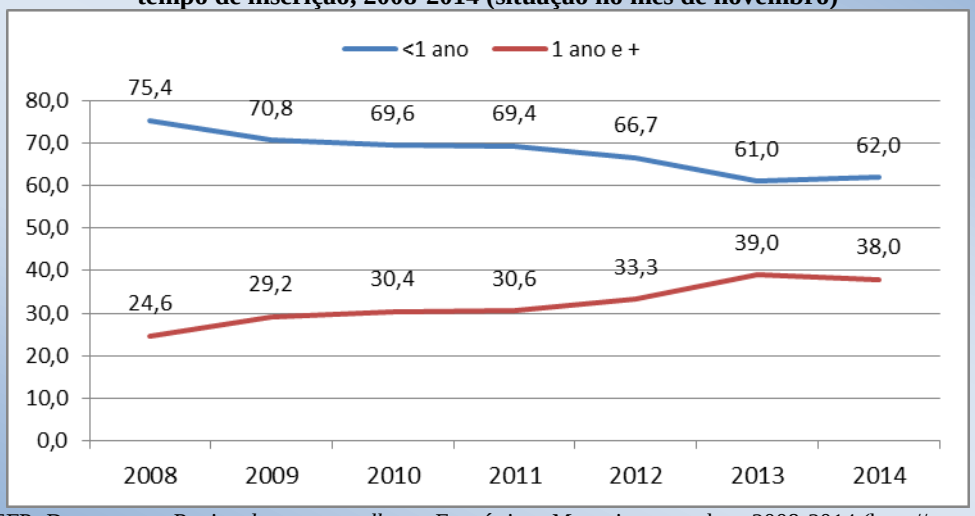
Figura 164 - Desemprego registado por território em 2014 segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no mês de novembro)

		Género		Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
		H	M	<1 ano	1 ano e +	1º emprego	Novo emprego	
Portugal continental	Nº	270.963	293.431	283.357	281.037	63.476	500.918	564.394
	%	48,0	52,0	50,2	49,8	11,2	88,8	100,0
Lisboa e Vale do Tejo	Nº	86.807	89.789	95.053	81.543	15.921	160.675	176.596
	%	49,2	50,8	53,8	46,2	9,0	91,0	100,0
Peniche	Nº	692	621	814	499	86	1.230	1.313
	%	52,7	47,3	62,0	38,0	6,3	93,7	100,0

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2014 (http://www.iefp.pt).

Ainda assim, constata-se que uma percentagem significativa da população (38,0%) encontra-se em situação de desemprego de longa duração, ou seja, há, pelo menos, 1 ano. Faz-se notar que a proporção de desempregados de longa duração tem vindo a crescer desde 2008, sendo que era de 24,6% nesse ano e, em 2014, passou a ser de 38,0%, num aumento de 13,49 pp e, desta forma, constata-se que está a aumentar o tempo de permanência numa situação de desemprego e este será porventura um dos principais problemas que Peniche terá de enfrentar nos próximos anos.

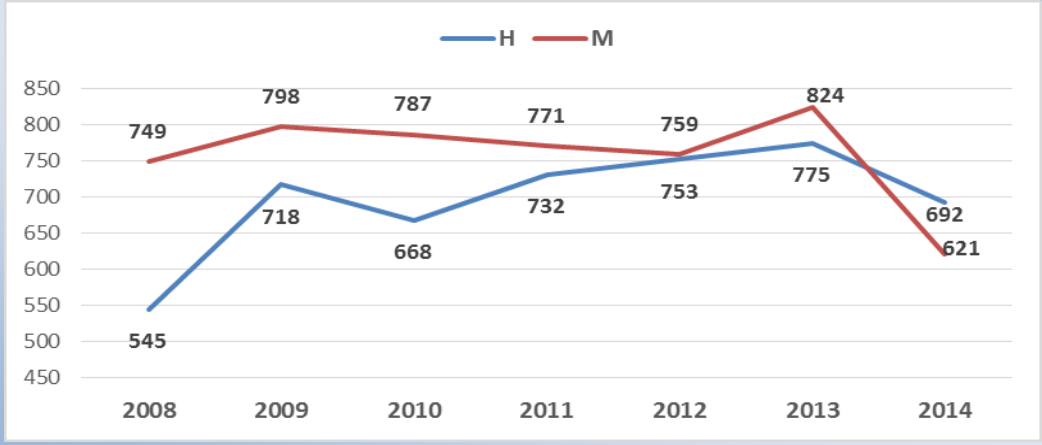
Figura 165 - Evolução da percentagem de desempregados registados no concelho de Peniche, segundo o tempo de inscrição, 2008-2014 (situação no mês de novembro)



Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2008-2014 (http://www.iefp.pt).

Na comparação entre os sexos, apesar de se verificar algum nivelamento, predominam os desempregados do sexo masculino (52,7% são homens e 47,3%, mulheres), demarcando-se o concelho de Peniche da realidade do território continental português, onde os desempregados são sobretudo mulheres (52,0% de mulheres contra 48,0% de homens). Esta é uma mudança que se assinala face aquilo que tem sido o figurino local do desemprego, caracterizado pela maior incidência na população feminina, revelando agora uma inversão do cenário, com uma maior prevalência de desemprego masculino, fruto de duas tendências opostas verificadas a nível local, percetível na análise da evolução do desemprego entre 2008 e 2014, segundo as quais tem vindo a crescer o desemprego entre os homens e a diminuir o desemprego feminino. Nesse período, houve um significativo recrudescimento do número de homens desempregados de 27,0%, ou seja de mais 147 desempregados e, em sentido contrário, uma redução do número de mulheres nessa situação, na ordem dos 17,1%.

Figura 166 - Evolução anual do número de desempregados registados no concelho de Peniche, segundo o género, 2008-2014 (situação no mês de novembro)



Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2008-2014 (http://www.iefp.pt).

No que concerne ao desemprego segundo o grupo etário, a distribuição revelada pelo concelho de Peniche é comparável à dos territórios de referência, constatando-se que a maioria dos desempregados do Município inscritos no Centro de Emprego corresponde a pessoas entre os 35 e os 54 anos (46,2%), seguindo-se-lhe a faixa etária dos 25 aos 34 anos (22,9%) e, com uma percentagem equiparável, a dos 55 e mais anos (20,9%), assumindo o grupo etário dos mais jovens, com idades abaixo dos 25 anos, a percentagem mais baixa dos desempregados (10,0%). Incidindo assim o desemprego acima de tudo nos grupos etários mais velhos, é sobretudo entre os ativos entre os 35 e os 54 anos que se verifica um aumento mais pronunciado da percentagem de desempregados entre 2008 e 2014, num aumento de

21,0%[86], passando o peso percentual desse grupo etário de 38,7% para 46,2%. Mais estacionária tem sido a evolução da proporção de desempregados entre os 25 e os 34 anos e dos com 55 e mais anos, mas com tendências opostas: no caso dos mais novos tende a diminuir e, no caso dos mais velhos, a subir. A redução do desemprego juvenil é mais nítida ao nível da faixa etária dos efetivos com idades abaixo dos 25 anos, cuja representatividade passou dos 18,9% para os 10,0%.

Figura 167 - Desemprego registado por território em 2014 segundo o grupo etário (situação no mês de novembro)

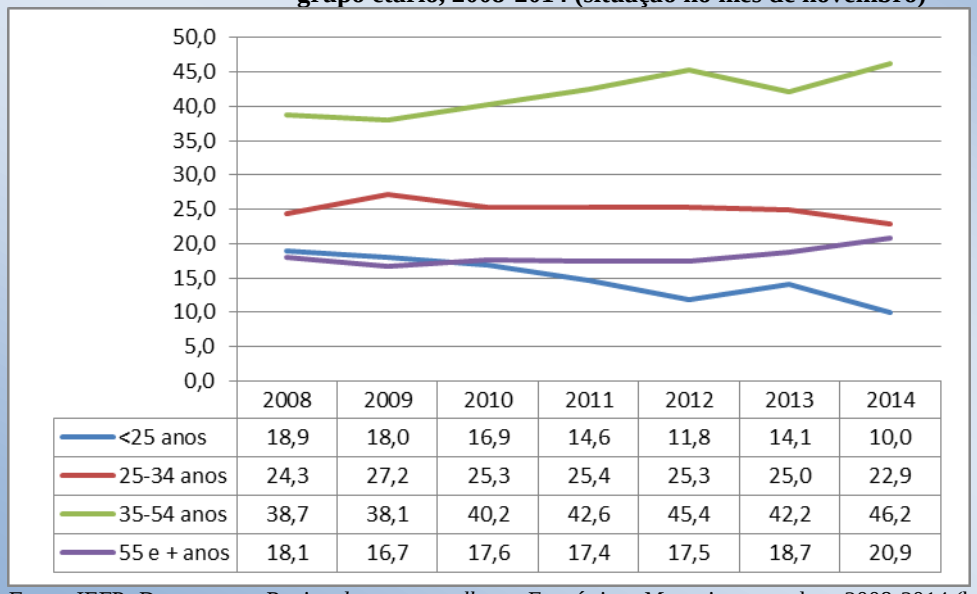
		Menos de 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 e + anos	Total
Portugal continental	**Nº**	71.645	110.398	259.633	122.718	564.394
	%	12,7	19,6	46,0	21,7	100,0
Lisboa e Vale do Tejo	**Nº**	18.875	35.237	84.805	37.679	176.596
	%	10,7	20,0	48,0	21,3	100,0
Peniche	**Nº**	131	301	606	275	1.313
	%	10,0	22,9	46,2	20,9	100,0

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2014 (http://www.iefp.pt).

Isto quer dizer que, em Peniche, os resultados agravam-se nos escalões etários mais velhos, mas não deixam de ser significativos entre os mais jovens (a faixa etária até aos 34 anos congrega 32,9% das situações locais de desemprego). Ou seja, por um lado, os mais velhos têm grandes dificuldades em reentrar no mercado de trabalho; por outro, o acesso ao primeiro emprego ou a reintegração no mercado de trabalho em fases iniciais do trajeto profissional são problemas com que os trabalhadores mais jovens tendem a defrontar-se.

[86] O número de desempregados na faixa etária dos 35 aos 54 anos registados no Concelho de Peniche no mês de novembro de 2008 era de 501 (IEFP, *Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2008 - http://www.iefp.pt).

Figura 168 - Evolução da percentagem de desempregados registados no concelho de Peniche, segundo o grupo etário, 2008-2014 (situação no mês de novembro)



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<25 anos	18,9	18,0	16,9	14,6	11,8	14,1	10,0
25-34 anos	24,3	27,2	25,3	25,4	25,3	25,0	22,9
35-54 anos	38,7	38,1	40,2	42,6	45,4	42,2	46,2
55 e + anos	18,1	16,7	17,6	17,4	17,5	18,7	20,9

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2008-2014 (http://www.iefp.pt).

Em termos das qualificações escolares, as situações de desemprego no concelho de Peniche abrangem maioritariamente ativos menos qualificados, uma vez que 71,1% dos desempregados não foi além do 3º ciclo do ensino básico. Em termos evolutivos, refira-se que, entre 2008 e 2014, o grupo que verificou o maior crescimento foi o dos desempregados com o 3º ciclo (mais 21,3%). É no entanto também percetível uma progressão da percentagem dos desempregados com níveis de escolaridade mais elevada, isto é com diplomas do ensino secundário e do ensino superior, cifrada em 28,9%, quando em 2008 essa percentagem era de 24,9%. A percentagem de desempregados com o 12º ano e com licenciaturas do ensino superior aumentou nos últimos 7 anos em 17,7% e 17,6%, respetivamente.

Figura 169 - Desemprego registado por território em 2014 segundo o nível de escolaridade (situação no mês de novembro)

		<1º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Secund.	Ens. Superior	Total
Portugal continental	Nº	32.034	121.924	88.548	110.659	134.163	77.066	564.394
	%	5,7	21,6	15,7	19,6	23,8	13,7	100,0
Lisboa e Vale do Tejo	Nº	9.770	30.173	26.677	36.134	47.662	26.180	176.596
	%	5,5	17,1	15,1	20,5	27,0	14,8	100,0
Peniche	Nº	73	306	224	330	273	107	1.313
	%	5,6	23,3	17,1	25,1	20,8	8,1	100,0

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2014 (http://www.iefp.pt).

Figura 170 - Evolução anual do desemprego registado no concelho de Peniche segundo o nível de escolaridade, 2008-2014 (situação no mês de novembro)

		<1º ciclo	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Secund.	Ens. Superior	Total
2008	Nº	66	383	250	272	232	91	1.294
	%	5,1	29,6	19,3	21,0	17,9	7,0	100,0
2014	Nº	73	306	224	330	273	107	1.313
	%	5,6	23,3	17,1	25,1	20,8	8,1	100,0
Var 2008/14	%	10,6	-20,1	-10,4	21,3	17,7	17,6	1,5

Fonte: IEFP, *Desemprego Registado por concelho — Estatísticas Mensais*, novembro, 2008 e 2014 (http://www.iefp.pt).

Em suma, o desemprego perfila-se como uma preocupação séria no concelho de Peniche, cuja evolução revela tratar-se de um problema estrutural do mercado de trabalho e da economia local em geral, bem como, de um fator enraizado de exclusão social dos indivíduos e das famílias. Está-se perante um desemprego de curta-média duração, sujeito a picos sazonais, sendo que atualmente assume maior expressão na população mais adulta e menos escolarizada, mas tendencialmente verifica-se uma representação crescente das situações de desemprego de longa duração e dos ativos com qualificações mais elevadas. Face a este cenário, a intervenção tem de encontrar soluções de combate, mas também de prevenção, por forma a não permitir o agravamento de problemas existentes e a atenuar problemas que se estejam a desenhar.

11.2.5. Dificuldade a nível da empregabilidade de grupos de risco

Finalmente, aliada à problemática da fragilidade do mercado de trabalho, a dificuldade a nível da empregabilidade de grupos de risco emerge como outro problema a resolver no concelho de Peniche.

Os designados "grupos de risco" integram, de acordo com os atores locais, ex-reclusos, toxicodependentes e ex-toxicodependentes.

Relativamente a estes grupos, na base das dificuldades de inserção profissional foram apontados problemas relacionados com os estereótipos que os estigmatizam e/ou com a insuficiência ou falta de competências pessoais, sociais, escolares e profissionais que os caracterizam e que se traduzem, por exemplo, em dificuldades a nível do cumprimento de horários e do relacionamento interpessoal. Além disso, o grupo de trabalho aponta a necessidade de se investir, também nesta questão, na sensibilização e mobilização dos empresários, nomeadamente, em torno da não discriminação destes grupos e também da

discussão de medidas de promoção da sua empregabilidade, por exemplo através da definição e utilização de estratégias formativas mais ajustadas.

É de equacionar se estes chamados "grupos de risco" não terão de contemplar ainda outros grupos sociais, com características diferentes, mas que apresentam igualmente dificuldades de empregabilidade, como sejam as pessoas inadaptadas que apresentam algum tipo de deficiência, os jovens desenquadrados que não concluíram a escolaridade obrigatória e não se encontram integrados no mercado de trabalho ou em qualquer percurso de formação escolar ou profissional, ou outras pessoas em situação de discriminação social. Aos problemas da estigmatização e da falta de competências, poderão juntar-se, nestes casos concretos, outras explicações para a dificuldade de inserção profissional, relacionadas nomeadamente com a desadequação dos sistemas formais de ensino e de formação profissional e a desadequação das estruturas e condições organizativas aos atributos e expectativas específicos destes grupos sociais.

Relativamente aos grupos de risco na aceção dos atores sociais, podemos considerar a informação relativa às pessoas com comportamentos aditivos e consumos de substâncias psicoativas ilícitas e de álcool, com base no diagnóstico do território do concelho de Peniche levado a cabo em 2014 no âmbito do PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas[87].

Tendo sido o objetivo desse estudo informar a intervenção no concelho no que diz respeito a uma ação integrada na área dos comportamentos aditivos e dependências, salienta-se que, num rol de 8 problemas que foram considerados como prioritários, foi identificado justamente o do "desemprego ou emprego precário/temporário/ sazonal/pouco qualificado" (problema 3).

Com efeito, esse é um problema que foi diagnosticado como sendo transversal à generalidade dos grupos identificados como público-alvo da intervenção, afigurando-se, em simultâneo, como causa e manifestação de exclusão, assim como um fator de exposição ao risco de exclusão. Encontram-se nesta situação os seguintes grupos:

- Grupo de aproximadamente 50 utilizadores de drogas injetáveis, entre os 19 e os 63 anos de idade, com consumos/policonsumos de heroína e cocaína com algum abuso de álcool, benzoduazeplinas e cannabis, que habitam em armazéns de barcos ou em condição de sem-abrigo;

[87] Este diagnóstico foi coordenado pelo DICAD/ARSLVT – Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências /Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP -, em articulação com a Equipa de Tratamento de Peniche do Centro de Respostas Integradas (CRI) do Oeste, e contou com a

- Grupo de aproximadamente 200 utilizadores de drogas não injetáveis, entre os 21 e os 63 anos de idade, com consumos/policonsumos de substâncias psicoativas, desempregados, beneficiários de RSI ou com atividades laborais precárias e/ou sazonais ligadas à pesca;
- Grupo de aproximadamente 60 jovens, entre os 18 e os 30 anos, com consumos de cannabis, cocaína, design drugs e álcool, em contextos festivos, com pouca escolaridade, desempregados ou com atividades laborais precárias e/ou sazonais;
- Grupo de aproximadamente 40 familiares de indivíduos com consumos de substâncias psicoativas lícitas e/ou ilícitas com outras patologias aditivas, de diversos estratos sociais, predominantemente do género feminino. Apresentam-se como agregados familiares multiproblemáticos, com diversos apoios sociais e/ou sem ocupação.

Para além destes grupos, está ainda identificado um outro constituído por jovens que ainda não ou só recentemente atingiram a idade ativa, na faixa etária dos 13 aos 18 anos de idade, estimado em cerca de 100 adolescentes, em situação de insucesso/abandono escolar, com comportamentos de risco associados a consumos, o qual se perspetiva venha a enfrentar dificuldades de empregabilidade em função da baixa escolaridade, desinteresse pela escola e baixas expectativas profissionais.

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho ou a integração precária são assim problemas que estão diagnosticados como tendo uma prevalência significativa a nível local, envolvendo um universo de, pelo menos 450 indivíduos, entre os "grupos de risco" e as suas famílias, para referir os casos identificados, sendo de admitir a existência de muitos outros casos por identificar. Consistem em situações que acarretam consequências gravosas nas vidas dessas pessoas, na medida em que a exclusão da esfera laboral é tida como um importante fator de risco no que diz respeito à própria integração social dos indivíduos e dos seus agregados, o que, por sua vez, coloca sérios problemas em termos da coesão social a nível concelhio.

Estes dados revelam uma situação preocupante no concelho de Peniche que carece de solução urgente. Importa aprofundar o conhecimento do fenómeno quanto à sua dimensão, características e impactos. É também necessário investir na reintegração socioprofissional destes grupos de risco através de ações bem definidas e que acompanhem de forma direta e sistemática o processo de reintegração. Para além da reinserção no mercado de trabalho, é

---

participação de diversas Instituições locais. O diagnóstico contemplou as diferentes áreas de intervenção no âmbito do PORI: Redução de Riscos e Minimização de Danos, Prevenção, Reinserção e Tratamento.

necessário investir no acompanhamento destes indivíduos durante o processo de reintegração como vista ao sucesso do mesmo e à não reincidência em situações marginais.

11.3. Aprendizagem ao longo da vida

A qualificação profissional consiste numa componente de valor acrescido em termos das oportunidades de inserção social, de acesso e permanência ao/no mercado de trabalho e, consequentemente, também de melhoria das condições de vida das pessoas. Segundo os atores locais, a possibilidade de participação em ações de formação ao longo da vida constitui, nessa medida, uma área a desenvolver enquanto fator chave para a melhoria das qualificações escolares e profissionais da população em geral, para a promoção da cidadania e da participação social e, em específico, para a melhoria das competências e capacidade de empregabilidade das pessoas com baixas qualificações que estão inseridas no mercado de trabalho ou que se encontram afastadas por diversas razões.

A aprendizagem ao longo da vida é um conceito transversal ao desenvolvimento da civilização, cuja formulação atual resulta de uma evolução que decorreu ao longo do século XX. Do conceito de educação permanente, desenvolvido na primeira metade do século, chegou-se, na década de 1970, ao de aprendizagem ao longo da vida, apresentado por organizações intergovernamentais (UNESCO, OCDE e Conselho da Europa) como estratégia educacional para responder ao foco das oportunidades educacionais sobre a educação formal na infância e juventude, e à consequente necessidade de oferecer oportunidades a quem não as teve durante a primeira fase da vida (Field, 2006, cit. por Miguel, 2015).

As narrativas contemporâneas assumem o conhecimento como fator essencial na criação de uma sociedade desenvolvida e competitiva. Hoje, mais do que nunca, a adaptação às rápidas mudanças na sociedade globalizada e tecnológica exige que as pessoas se tornem flexíveis e adquiram continuamente conhecimentos e competências para melhor se integrarem num mercado de trabalho incerto e em constante mudança (Miguel, 2015).

O conceito de aprendizagem ao longo da vida evoluiu e deixou de se centrar na educação permanente, para se caraterizar pelo reconhecimento de todas as formas de aprendizagem. A aprendizagem ao longo da vida é pois um conceito abrangente que inclui a educação, mas também situações de aprendizagem que ocorrem em todos os contextos da vida. É simultaneamente apresentada como forma de prevenir e de enfrentar problemas de empregabilidade, assumindo um papel político e económico, com efeitos em termos de

rendimentos, mas também em termos de bem-estar e suas consequências para o desenvolvimento pessoal e social.

Em 2007, com a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades no nosso país – que procurava dar resposta aos baixos índices de escolarização dos portugueses através da aposta na qualificação da população – os, até então, Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, e, a partir daí, Centros Novas Oportunidades, assumiram a missão de "assegurar a todos cidadãos maiores de 18 anos uma oportunidade de qualificação e de certificação, de nível básico ou secundário, adequada ao seu perfil e necessidades, no âmbito da área territorial de intervenção" (ANQ, 2007), constituindo-se como porta de entrada para o encaminhamento de adultos para ofertas formativas.

A Iniciativa esteve em vigor até 31 de março de 2013, altura em que foi encerrada a rede de centros, com a previsão de sua substituição por Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) no início do ano letivo de 2013/2014. Estes novos centros têm como missão a promoção da aprendizagem ao longo da vida e entraram efetivamente em funcionamento em março de 2014.

De acordo com o artigo 3.º da Portaria n.º 135-A/2013, que regula a criação e o regime de organização dos CQEP, as suas atribuições são, entre outras, as seguintes:

a) A informação, orientação e encaminhamento de jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico, tendo por base as diferentes ofertas de educação e formação profissional, as possibilidades de prosseguimento de estudos e as oportunidades de emprego, procurando adequar as opções aos perfis, às necessidades, às motivações, às expectativas e capacidades individuais;

b) A informação, orientação e encaminhamento de adultos, com idade igual ou superior a 18 anos de idade, tendo por base as diferentes modalidades de qualificação, designadamente o reconhecimento de competências ou ofertas de educação e formação profissional, as oportunidades de emprego ou de progressão profissional, procurando adequar as opções aos perfis, às necessidades, às motivações, às expectativas e capacidades individuais;

Com esta mudança, o concelho de Peniche sofreu um retrocesso em termos de serviços de suporte à aprendizagem ao longo da vida. Foram encerrados os dois Centros Novas Oportunidades – o CNO da Cercipeniche e o CNO da Escola Secundária de Peniche – e o concelho não foi contemplado com nenhum CQEP.

Não dispondo localmente deste serviço, para procurarem alguma modalidade de aprendizagem ao longo da vida (educação e formação e reconhecimento de aprendizagens adquiridas), os nossos munícipes têm de se deslocar aos CQEP mais próximos, localizados nos concelhos limítrofes (Lourinhã, Caldas da Rainha, Bombarral e Torres Vedras), com todas as limitações que tal implica em termos de horário e de despesas e meios de deslocação, ou de, em alternativa, procurar por autoiniciativa e sem apoio/aconselhamento especializado.

Além do mais, sem CQEP não estão disponíveis no nosso concelho mecanismos de reconhecimento de competências, que são reconhecidos pelo Conselho da União Europeia, na sua Recomendação de 20 de dezembro de 2012, como forma de promover a empregabilidade e a mobilidade, bem como a motivação para a aprendizagem ao longo da vida. Mecanismos cuja implementação em todos os Estados-membros é sugerida até 2018.

Considerando as respostas existentes a nível local, deve salientar-se que se constata uma carência de ofertas que possibilitem a certificação escolar e/ou profissional de adultos, principalmente ao nível dos níveis básicos de escolaridade, e ao nível secundário para os maiores de 30 anos.

11.4. Recursos existentes

Quanto aos recursos disponíveis localmente que contribuem para a promoção do acesso ou permanência ao/no mercado de trabalho e/ou para o desenvolvimento das atividades económicas, podem ser descritos os seguintes:

Grupo de Trabalho "Formação, Emprego e Empreendedorismo"

Missão: Favorecer a concertação de estratégias entre os diferentes operadores do mercado local de formação e ser facilitador do acesso ao emprego e auto-emprego.

Este grupo de trabalho é composto pelas seguintes entidades:

- ACISCP;
- ADEPE;
- Município de Peniche;
- Centro de Emprego de Oeste Norte;
- CERCIP;
- Escola Secundária de Peniche
- Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar;
- FOR-MAR;

- Representante do Conselho Municipal de Educação para o 2º e 3º ciclo do Ensino Básico.

ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche

São objetivos da ADEPE enquanto Associação de Desenvolvimento Local:

- "Promover ações com vista ao desenvolvimento económico, técnico, social e cultural dos seus associados e da população, em geral, do concelho de Peniche e da região;
- Contribuir para o associativismo empresarial do concelho de Peniche e da região;
- Acompanhar, coordenar, executar, gerir e avaliar os resultados da aplicação de programas nacionais ou comunitários;
- Contribuir para a dinamização, em geral, das atividades económicas do concelho de Peniche e da região, em especial, incentivar, apoiar e aconselhar os seus associados nas iniciativas de investimento e a um melhor acesso aos programas nacionais e iniciativas comunitárias com que as suas atividades se relacionem;
- Prestar apoio técnico aos seus associados;
- Representar os interesses dos seus associados junto dos órgãos de decisão, ao nível local, regional, nacional ou internacional, em conformidade com os seus objetivos e planos de atividades;
- Candidatar-se à realização de programas de desenvolvimento regional;
- Promover a qualidade de vida e a cidadania da população do concelho e da região, promovendo uma sociedade inclusiva e promotora da igualdade de oportunidades, designadamente ao nível do aprofundamento das temáticas da igualdade de género e dos direitos individuais com principal enfoque nas minorias étnicas, população imigrante e outros grupos sociais fragilizados ou em risco. "[88]

[88] Site da ADEPE.

ACISCP – Associação Comercial e de Serviços do concelho de Peniche

A ACISCP assume-se como uma Associação Patronal sem fins lucrativos, dos setores do comércio, industria e serviços. Entre os serviços de apoio disponibilizados aos associados, referem-se os seguintes:

- Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação
- Gabinete de Gestão e Fiscalidade
- Gabinete de Apoio Técnico
- Gabinete de Psicologia no Trabalho
- Realização de cursos de Formação Profissional
- Realização de eventos, seminários e sessões informativas

Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Oeste Norte

O IEFP, enquanto serviço público de emprego que procura assumir um papel de charneira ao nível do mercado de trabalho, tanto na mediação entre a procura e oferta de emprego, como na implementação das medidas ativas de emprego, desenvolve a sua ação a nível local através do Centro de Emprego de Oeste Norte.

CREAP - CENTRO REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE PENICHE

O CREAP consiste num estrutura vocacionada para o desenvolvimento de Programas de Orientação Profissional, Formação Profissional e Emprego, especialmente vocacionado para pessoas com deficiência ou outros problemas no domínio da inserção socioprofissional. Tem por finalidade promover condições de empregabilidade para as pessoas com deficiência e/ou outro tipo de dificuldades de inserção, visando a consagração do direito de exercício pleno da cidadania. Entre os serviços prestados, constam nomeadamente:

- Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Avaliação e Orientação Profissional;
- Formação Profissional;
- Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho;
- Acompanhamento Pós Colocação;

- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

GIP - Gabinete de Inserção Profissional

Regulamentados pela Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro (com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 298/2010, de 1 de Junho), os Gabinetes de Inserção Profissional correspondem a "Estruturas de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com os Centros de Emprego, prestam apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho".

O GIP do Município de Peniche é um serviço acreditado pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional - e promovido pelo Município de Peniche.

Trata-se de uma resposta de proximidade destinada a prestar apoio aos munícipes do concelho de Peniche inscritos no Centro de Emprego de Caldas da Rainha, na promoção da sua capacidade de empregabilidade e da sua inserção no mercado de trabalho, apoiando, nomeadamente, na procura de emprego ou de formação profissional.

ROE - Rede Oeste Empreendedor

Tendo por entidade promotora a Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCim), a ROE decorre de um trabalho entre a CIM, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras e um vasto leque de parceiros regionais que, em conjunto, propõem disponibilizar um conjunto de ferramentas de suporte que permita às entidades não só oferecerem, como monitorizarem um serviço integrado, fiável e de qualidade no ciclo de apoio ao empreendedorismo. A ideia é que, através dos serviços prestados pelos vários parceiros da rede, seja assegurado todo o apoio ao empreendedor, em todas as fases de desenvolvimento da sua ideia de negócio.

SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

No que diz respeito à formação, para além da rede escolar que garante a escolaridade obrigatória a crianças e jovens, o nosso concelho dispõe, atualmente, dos seguintes serviços de educação e formação para adultos:

Estabelecimento	Modalidades	Público-alvo
ACISCP – Associação Comercial Industrial e de Serviços de Peniche	Formação Profissional	Associados e seus funcionários com habilitações literárias mínimas ao nível do 6º ano e máximas ao nível do 12º ano de escolaridade.
	Formação Profissional para Desempregados	Ativos desempregados com habilitações mínimas ao nível do 6º ano.
ADEPE	Formação Profissional	Maiores de 18 anos com a escolaridade obrigatória para a idade.
	Formação Modular	Maiores de 18 anos.
	Formação Profissional de Empreendedorismo e Empregabilidade	Jovens entre os 15 e os 24 anos.
Escola Secundária de Peniche	Cursos Profissionais	Jovens com o 9º ano e menores de 20 anos à data de início do curso.
	Cursos de Educação e Formação de Adultos – tipo C	Maiores de 18 anos com o 11º ano concluído.
Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar	Cursos de Especialização Tecnológica	Mínimo de frequência do 12º ano, com conclusão de todas as disciplinas de 10º e 11º ano; Adultos aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, realizadas para o curso em causa.
	Licenciaturas	Habilitação de nível secundário ou de nível de qualificação pós-secundário ou superior; Maiores de 23 anos aprovados nas provas de capacidade para a frequência do ensino superior.

Estabelecimento	Modalidades	Público-alvo
CENFIM – Centro de Formação Profissional da Industria Metalúrgica e Metalomecânica	Cursos de Aprendizagem	Jovens até aos 24 anos com o 9º ano, mas sem conclusão do 12º ano.
	Cursos de Educação e Formação de Adultos	Maiores de 18 anos.
	Formação Modular	Maiores de 18 anos.
	Formação Profissional	Maiores de 18 anos.
CREAP – Centro de Reabilitação Profissional de Peniche	Formação Profissional	Maiores de 16 anos com deficiência e/ou outros problemas no domínio da inserção socioprofissional
FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar	Cursos de Aprendizagem	Jovens até aos 24 anos com o 9º ano, mas sem conclusão do 12º ano.
	Formação Modular	Maiores de 18 anos.
Saber Transmitir: Escola de Negócios e das Profissões Globais	Formação Profissional	Maiores de 18 anos.
	Cursos de Aprendizagem de Equivalência ao 12º ano	Idade igual ou inferior a 30 anos e 9º ano de escolaridade ou superior sem conclusão do 12º ano.

11.5. Síntese Geral

O presente capítulo aborda e caracteriza o mercado de trabalho do concelho de Peniche, apontando um conjunto de fragilidades a equacionar com alguma premência relacionadas com a existência de condições de trabalho precárias, associadas à precariedade e à rotatividade resultante da sazonalidade; à prática de baixos salários, agravada ao nível dos mais escolarizados e do sexo feminino; ao desemprego de curta-média duração, agravado ao nível dos ativos mais velhos; e à dificuldade a nível de empregabilidade de grupos de risco.

O perfil do tecido produtivo evidencia um fenómeno de crescente terciarização da economia local, apontando para a importância do setor secundário e para a perda de influência do setor primário.

Como indicador da sazonalidade da economia local pode considerar-se a taxa de desemprego motivada pelo fim do trabalho não permanente, que tem mantido uma prevalência

significativamente acima da registada pelo país e pela Região de Lisboa, a qual tem abrangido mais de metade dos desempregados de Peniche ao longo da última década. Além de manter níveis elevados, o indicador está ainda sujeito a picos sazonais, chegando a abarcar mais de 80% das situações de desemprego (80,9% - mês de agosto de 2014).

Esses dados são indiciadores do enraizamento no contexto de Peniche de dinâmicas sazonais de celebração e cessação de contratos de trabalho e da consequente exposição da população ativa a situações de precariedade laboral associada à natureza flutuante da oferta de emprego e ao seu caráter transitório.

Relativamente à prática de baixas salários, constata-se que o concelho de Peniche apresenta uma situação de desvantagem face aos seus territórios de referência ao nível do ganho médio mensal dos trabalhadores empregados, que é particularmente significativa na comparação com o país (Enquanto em Peniche, o ganho médio era, em 2012, de 858,95 euros, no país, era de 1095,59 euros (ou seja, mais 236,64 euros) e no Oeste, de 909,24 euros).

A nível local, apontam-se alguns fatores indutores de diferenciação salarial entre a população empregada, como é o caso da escolaridade (23,5%), da dimensão das empresas segundo o escalão de pessoal (14,1%) e do setor de atividade de inserção laboral (5,9%).

Comparativamente com os seus territórios de inserção, é em Peniche que menos se reflete a influência das habilitações ao nível do ganho médio mensal, apresentando os trabalhadores empregados em Peniche um diferencial salarial em praticamente todos os níveis de escolaridade relativamente aos trabalhadores dos outros dois territórios. O fosso agrava-se mesmo, em relação especificamente ao país, no caso dos assalariados mais escolarizados: os empregados com o 12º ano recebem no país, em média, mais 224,98 euros do que os de Peniche, os com o bacharelato, mais 539,87 euros e os licenciados, mais 428,07 euros.

Em termos do ganho médio, há, por conseguinte, uma situação de desvantagens dos trabalhadores de Peniche face aos seus homólogos dos territórios de referência, considerando o nível de escolaridade, mas que também se verifica quando considerado o setor de atividade da empresa em que estejam integrados ou da dimensão das mesmas (aumenta o diferencial salarial no caso das empresas de maior dimensão), constituindo este conjunto de assimetrias um fator que configura uma fragilidade importante do mercado local de trabalho.

Constitui a exceção à regra, o ganho médio dos trabalhadores enquadrados no setor primário, em que, em média, o nível remuneratório auferido no concelho (1004,47 euros) está acima do

praticado nos outros territórios (Oeste – 779,27 euros e Portugal – 812,91 euros), o que é sintomático da importância que ainda vão tendo atividades como a pesca e a agricultura.

Um outro problema identificado no mercado de trabalho a nível local, que tem por particularidade verificar uma superioridade feminina no universo dos trabalhadores por conta de outrem, tem a ver com a assimetria salarial em função do género.

Sendo o ganho médio dos homens, em Peniche, de 972,82 euros e o das mulheres de 746,47 euros (por referência a 2012), verifica-se que estas últimas recebem, em média, menos 226,35 euros do que os homens, um diferencial que está abaixo do observado na realidade nacional (256,51 euros), mas acima do calculado para o Oeste (199,89 euros). Refira-se que esta disparidade remuneratória se tem verificado no concelho, pelo menos, desde 2003, com um diferencial sempre acima dos 12%, emergindo independentemente de se ter em conta o setor de atividade, as habilitações escolares ou as qualificações profissionais.

Saliente-se que a esta situação de desvantagem para as trabalhadoras de Peniche acresce uma outra situação de desfavorecimento quando se faz a comparação com a realidade nacional e do Oeste, por serem as que auferem, em média, o vencimento mais baixo (746,47 euros contra 801,87 euros na Região Oeste e 956,51 euros em Portugal), que representa exatamente menos 210,04 euros face ao ganho médio das trabalhadoras em todo o país.

Entre as fragilidades do mercado local de trabalho é ainda apontado o problema do desemprego.

Em novembro de 2014, o Município registava um total de 1.313 desempregados, assinalando-se o crescimento do fenómeno entre 2008 e 2013 de mais 23,6% e uma recente diminuição (de 2013 para 2014) de menos 17,9%, consonante com a tendência regional e nacional.

Observa-se que os dados da evolução mensal do desemprego concelhio, por referência ao período de 2008 a 2014, mostram um padrão oscilante, que evolui em função de ciclos sazonais, dando lugar a picos de desemprego cíclicos que acontecem, em regra, nos meses do inverno.

O desemprego perfila-se como uma preocupação séria no concelho de Peniche, cuja evolução revela tratar-se de um problema estrutural do mercado de trabalho e da economia local em geral, bem como, de um fator enraizado de exclusão social dos indivíduos e das famílias. Está-se perante um desemprego que denota um ligeiro domínio masculino, de curta-média duração (desemprego há menos de 1 ano – 62,0%), sujeito a picos sazonais, sendo que atualmente assume maior expressão na população mais adulta (35-54 anos – 46,2%, 55 e

maios anos – 20,9%) e menos escolarizada (71,1% tem, no máximo o 3º ciclo), mas tendencialmente verifica-se uma representação crescente das situações de desemprego de longa duração (de 2008 para 2014, a sua proporção passou de 24,6% para 38,0%) e dos ativos com qualificações mais elevadas (de 2008 para 2014, a sua proporção passou de 24,9% para 28,9%).

Salienta-se ainda como um outro problema a equacionar no âmbito do concelho a dificuldade de empregabilidade de grupos de risco, como é o caso, nomeadamente dos ex-reclusos, toxicodependentes e ex-toxicodependentes.

Finalmente, na consideração das fragilidades associadas ao mercado de trabalho e das oportunidades a nível local de perseguir um percurso formativo tendente à melhoria das qualificações e competências, é evidenciada a necessidade de se desenvolver os recursos e as estratégias locais que potencializem a aprendizagem ao longo da vida, salientando-se a falta de um CQEP no concelho, enquanto mecanismo de reconhecimento de competências e instrumento para promover a empregabilidade e a mobilidade, bem como a motivação para a aprendizagem ao longo da vida. Acresce a isto a carência de oferta sentida localmente em termos da certificação escolar e/ou profissional de adultos, principalmente no que diz respeito aos níveis básicos de escolaridade e ao nível secundário para os maiores de 30 anos.

Há assim um conjunto de fragilidades associadas ao mercado de trabalho do concelho de Peniche que configuram situações de desvantagem social e competitiva face aos seus territórios de referência que importa investigar e monitorizar e, em conformidade, equacionar medidas de combate, mas também de prevenção, por forma a não permitir o agravamento de problemas existentes e a procurar atenuar as suas consequências, tendo consciência da complexidade das suas causas, cuja explicação, sublinhe-se, ultrapassa em grande medida a escala local e remete para uma escala de dimensão global.

Parte IV – Caderno Síntese

12. Caderno Síntese

Parte I - Território

12.1. Enquadramento Geral do Concelho de Peniche

De um modo geral, a paisagem territorial do concelho de Peniche caracteriza-se pela forte ligação ao mar e também ao campo, em torno da qual desenvolveu atributos ligados às pescas e indústrias correlacionadas, à agricultura, ao turismo, em particular ao turismo balnear e aos desportos de deslize.

Em termos demográficos, entre 1981 e 2011, verificou-se um crescimento do número de habitantes, que foi mais acentuado na década de 90, cifrando-se, de acordo com o último censo, em 27.753 habitantes.

Também o número de famílias aumentou na última década, numa evolução que revela uma expansão dos agregados compostos por 2 membros e dos unipessoais (que, em conjunto, representam mais de metade das famílias concelhias, exatamente 55,4%) e, inversamente, uma regressão dos agregados mais numerosos.

Quanto à distribuição populacional por freguesias, distingue-se a Freguesia de Peniche como a mais populosa, com 14.749 habitantes e, simultaneamente, como a única a registar perdas de habitantes no último período intercensitário (-3,6%). Ao invés, Ferrel e Atouguia da Baleia viram aumentar as suas populações de forma significativa (+27,8% e +25,6%, respetivamente).

Pode dizer-se que a expansão populacional do concelho verificada entre 2001 e 2011 está relacionada com o aumento do número de habitantes com idades acima dos 24 anos. Destaca-se, em particular, o crescimento da população idosa em mais 25,3%. Em paralelo, são de assinalar as quebras registadas ao nível do número de crianças e jovens, sobretudo na faixa etária dos 15 aos 24 anos (-29,1%), o que confirma a tendência de envelhecimento demográfico do concelho.

A evolução mais recente mostra uma inversão da tendência expansionista do concelho. Com efeito, de 2010 para 2013, houve uma perda de 1463 habitantes, ou seja um decréscimo

populacional de -5,1%, que tem subjacente taxas negativas verificadas em 2013 de crescimento natural (de -0,38%) e de crescimento migratório (de -0,35%).

É ainda relevante destacar que o concelho de Peniche apresenta, segundo dados de 2013, uma densidade populacional consideravelmente elevada, de aproximadamente 351 habitantes por Km2, bastante acima da média nacional (113 Hab/Km2). A nível concelhio, sobressai a Freguesia de Peniche como a freguesia com a densidade demográfica mais acentuada (segundo dados referentes a 2011 – 1.915 Hab/Km2).

Quanto ao edificado, observa-se que, entre 2001 e 2011, aumentou o número de edifícios em 32% (na Freguesia de Ferrel aumentou para o dobro), sendo de constatar que não se alterou a configuração do edificado, mantendo-se a tendência de prédios baixos, tendo-se verificado um decréscimo generalizado do número de habitantes por fogo.

Parte II - Saúde e Apoio Social

12.2. População Idosa

De uma forma geral, o envelhecimento da população é atualmente um fenómeno preocupante nos países da União Europeia. Portugal também apresenta esta tendência e as suas principais causas são a diminuição da natalidade que não está a assegurar a renovação das gerações e o aumento da longevidade. No concelho de Peniche o número de idosos ultrapassa o de crianças, para cada 100 crianças existem 134,3 idosos. Em 2011, comparativamente com à realidade nacional (131,1%) e regional (Oeste) (132,7%), Peniche apresenta um índice de envelhecimento com valores ligeiramente superiores (134,3%), registando um aumento de 31,3% em relação aos Censos de 2001. No que se refere ao aumento da esperança de vida, entre 1991 e 2011, o número de pessoas com 75 e mais anos duplicou, de 1.264 a 2.561, sendo significativa a prevalência de indivíduos do sexo feminino.

Estes dados são preocupantes porque demonstram uma inversão da pirâmide demográfica, o que terá como consequências a diminuição do número de população ativa; o aumento das despesas de saúde; a diminuição da produtividade; aumento das despesas com a Segurança Social e o aumento do pagamento de reformas, colocando em risco a sustentabilidade do

sistema de segurança social. Sendo também necessário acautelar outros gastos com a assistência, nomeadamente, alojamentos adaptados à diminuição das suas capacidades, promoção de um envelhecimento ativo, ajudas familiares e apoio social necessário, de modo a contornar a vulnerabilidade e prevenindo o aparecimento de situações de abandono e, até, de maus tratos.

A intervenção a desenvolver deve centrar-se quer nos idosos, quer naqueles que mais de perto lidam com a problemática da perda de faculdades motivada pelo avanço natural da idade, apostando, mais do que em respostas físicas ou materiais, em atividades de prevenção, e aqui a prevenção deve ser alargada à população a partir dos 50 anos, em geral, e a grupos de risco, em particular, combatendo o sedentarismo, as más práticas alimentares e hábitos que, indubitavelmente, levam a um envelhecimento mais fragilizado. Para tal é necessário aprofundar a caracterização da população com idade superior a 50 anos a residir no concelho, fazer o levantamento das situações de vulnerabilidade e comparar os serviços disponibilizados com as necessidades existentes no concelho.

Torna-se, obviamente, de crucial importância prevenir a doença e promover a autonomia das pessoas ao longo dos anos. Para isso é essencial fazer alinhar medidas que contribuam para um envelhecimento ativo, tal como foi definido pela Organização Mundial de Saúde, enquanto "processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem"[89]. O objetivo é intervir ao nível dos estilos de vida e possibilitar, para além de um envelhecimento saudável, que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, permitindo que essas pessoas participem na sociedade de acordo com as suas necessidades, desejos e capacidades; incentivar a participação social do idoso através da valorização do seu papel e lugar na sociedade, no passado, no presente e no futuro, contrariando estereótipos negativos e outras formas de discriminação de que possam ser vítimas; e ao mesmo tempo, propiciar proteção, segurança e cuidados adequados, quando necessários.

[89] OMS, Envelhecimento Ativo: uma Política de Saúde, 2005.

12.3. Famílias em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social

Famílias em situação de risco económico

Em 2014, 478 pessoas beneficiavam de RSI no concelho de Peniche, cerca de 1,7% da população total. Apesar do número de beneficiários ter diminuído cerca de 40% desde o ano de 2007, tal não se traduz na melhoria das condições de vida das pessoas que se encontram em situação de grave carência económica e de exclusão social. Pelo contrário, verifica-se um crescimento gradual dos requerimentos, de 40% no período de 2004 a 2012. A diminuição do número de beneficiários foi uma das consequências da alteração da lei que estabelece a atribuição e manutenção deste subsídio.

Em relação aos territórios de referência, no ano de 2014, Peniche situa-se numa posição intermédia com cerca de 21 beneficiários por cada 1000 habitantes em idade ativa, apresentando valores inferiores à realidade nacional com 36 beneficiários e valores superiores à região do Oeste com 16 beneficiários.

A Freguesia que concentra um maior número de beneficiários é a freguesia de Peniche, em 2011 reunia cerca de 75% das famílias que usufruíam deste apoio. Este fenómeno explica-se por ser a freguesia com maior dimensão populacional e por concentrar os bairros sociais existentes no concelho.

O apoio alimentar é outra medida de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, em Peniche existem quatro tipos de apoio: FEAC – Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciados, Banco Alimentar, a Cantina Social e a distribuição de cabazes alimentares.

Ao abrigo do FEAC – Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas, foram beneficiadas onze instituições locais, que, com uma periocidade bianual, distribuíram alimentos, vestuário e outros bens essenciais a 256 famílias, no ano de 2014. A freguesia de Peniche foi a que mais beneficiou deste apoio, com cerca 81% das famílias apoiadas.

O Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste distribui mensalmente cabazes alimentares. Em 2014, apoiou um total de 126 famílias no concelho, através da ação de três instituições. Comparativamente com o ano de 2012, o número de famílias apoiadas pelo Banco Alimentar

diminuiu 44%, apesar do número de pedidos a este tipo de apoio ter registado um aumentar. Esta diminuição é justificada, por uma lado, com a integração de algumas famílias beneficiárias deste apoio na Cantina Social e, por outro, com as dificuldades de financiamento e de recolha de alimentos por parte do BAO. Ao abrigo do banco alimentar uma instituição apoiou 50 pessoas com refeições diárias durante o ano de 2014.

A Delegação de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa, por sua vez, apoiou 495 famílias e 75 pessoas carenciadas através da distribuição semanal de cabazes alimentares e 10 IPSS do concelho com a entrega de 30 toneladas de bens alimentares.

Atualmente existem no concelho de Peniche quatro cantinas sociais, duas na freguesia de Peniche e uma em cada uma das freguesias limítrofes, com exceção da Serra D'El Rei. A Cantina Social proporciona às pessoas ou famílias vulneráveis o acesso a refeições diárias. Em 2014, 110 pessoas beneficiaram deste tipo de apoio.

Partindo do princípio que o mesmo beneficiário não usufrui de mais do que um apoio e salvaguardando as diferenças na periodicidade e no tipo de apoio, verifica-se que, no ano de 2014, o concelho de Peniche apresentava um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade – 160 indivíduos beneficiam de refeições e 582 famílias beneficiam de cabazes alimentares. Uma das vantagens da diversificação dos tipos de apoio alimentar prende-se com a sua potencialidade em apoiar públicos diferenciados, tais como, as famílias e indivíduos que se encontram em situação de pobreza envergonhada.

Pessoas com carência habitacional e/ou agregados carenciados

As vulnerabilidades sócio-económica e habitacional foram retratadas a partir da análise das dinâmicas dos bairros de habitação social do concelho. O parque habitacional de arrendamento social do concelho de Peniche situa-se exclusivamente na Cidade de Peniche e é composto por 643 fogos sociais geridos por três entidades diferentes - Câmara Municipal (50,3%), IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (35,7%) e IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (14,0%). Do total de fogos de habitação social 602 encontram-se arrendados, os restantes estão a carecer de intervenção. Estima-se que, no total, residam 1438 pessoas nos bairros de habitação social.

No que concerne à caracterização dos residentes nos bairros de habitação social, os dados que se seguem correspondem a uma amostra que representa cerca de 45% do universo em análise e foram recolhidos em dezembro de 2014.

O agregado familiar dos residentes em habitação social é composto em media por 2,4 indivíduos, sendo cerca de 63% das famílias é composta por dois elementos. É importante destacar a existência de uma percentagem significativa de famílias que apresentam grandes vulnerabilidades ao nível económico, laboral e social, nomeadamente, as famílias monoparentais (19,6%) e de famílias constituídas por agregados familiares unipessoais (28,2%).

A média de idades dos bairros em análise é de 43 anos, verificando-se um peso expressivo da população em idade ativa, cerca de 68% da população tem idades compreendidas entre os 16 aos 64 anos. No que se refere ao envelhecimento da população, os bairros Valverde (156,3%) e do Calvário (175%), revelam um acentuado envelhecimento demográfico, situado bastante acima da média concelhia (134,3%). Este é um fenómeno alarmante que sugere algum tipo de acompanhamento de modo a ativar medidas de proteção e apoio social.

Ao nível das habilitações escolares verifica-se que, de um modo geral, os residentes nos bairros de habitação social apresentam baixos níveis de escolaridade. De acordo com os dados de 2014, 91% dos residentes têm no máximo o 2º ciclo do ensino básico, sendo que 60,1% não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico. Estes dados demonstram a situação de fragilidade que estes residentes se encontram e apontam para a importância de promover uma intervenção que possibilite a criação de trajetórias alternativas à reprodução social.

Relativamente à atividade profissional, 67,4% dos moradores encontram-se em idade ativa (426 indivíduos). No que concerne à condição perante o trabalho, estes dividem-se em dois grandes blocos: 49,1% são trabalhadores por conta de outrem e 49,1% encontram-se em situação de desemprego, os restantes 1,9% têm o seu próprio negócio.

Aprofundando a caracterização dos residentes em situação de desemprego verifica-se que, na globalidade dos Bairros, 83% estão desintegrados do mercado de trabalho pelo menos um ano, denotando-se uma certa feminização da taxa de desemprego com maior expressividade no desemprego de curta duração. Verifica-se que, de uma forma geral, os desempregados de curta e de longa duração apresentam maioritariamente dois níveis de escolaridade. Contudo, ao nível global, os residentes desempregados apresentam baixas habilitações literárias, cerca

de 86% dos residentes em situação de desemprego têm um grau de escolaridade inferior ao 6º ano. Estes dados são ainda mais preocupantes tendo em conta o atual contexto de recessão económica e o aumento das dificuldades de integração no mercado de trabalho. Neste sentido, de modo a dar resposta a estas situações é necessário criar estratégias de combate ao desemprego, que passem pelo desenvolvimento de competências, pela dinamização da economia local numa lógica de valorização do desenvolvimento endógeno sustentado.

A distribuição dos residentes em idade ativa, nos bairros em análise, relativamente à principal fonte de rendimento revela a sua situação de fragilidade financeira. A principal fonte de rendimento é de cerca de 56% são os subsídios do RSI (7,5%) e do subsídio de desemprego (10,9%) ou da prestação da reforma, pensão ou outro (37,6). Os restantes 44% a sua principal fonte de rendimento é o trabalho. Tendo por referência o rendimento *per capita* mensal, constata-se que 57,3% dos agregados familiares vive com menos de 419,22€ por mês, dos quais 16% vive abaixo do limiar de risco de pobreza com menos de 178,16€ por mês.

Relativamente, à situação das crianças e jovens residentes nos bairros em análise, cerca de 42% das crianças e jovens vive abaixo do limiar de pobreza extrema (rendimento *per capita* do agregado familiar inferior a 178,15€ p/ mês) e 44% vive em risco de pobreza (rendimento *per capita* do agregado familiar entre os 178,15€ e os 419,22€ p/ mês). No que respeita à educação, cerca de 45% dos jovens e crianças com idade inferior a 20 anos estão em situação de abandono escolar (24,6%) ou já registaram insucesso escolar (20,2%). Verifica-se, também, uma elevada concentração de situações de negligência infantil e juvenil, em 2014, no concelho de Peniche, 20% das crianças e jovens sinalizadas (27) residiam nos mesmos. Deste modo, constata-se que as crianças e jovens apresentam-se como um grupo extremamente vulnerável e dadas as características das problemáticas a intervenção não deve se cingir apenas à criança, é necessário intervir ao nível da família e com da comunidade.

De um modo geral, o acesso à habitação é uma condição fundamental para a promoção da integração plena, da qualidade de vida, do bem-estar e da participação social ativa das famílias e dos indivíduos em situação de desfavorecimento social. No entanto, a habitação, só por si, é insuficiente para a integração plena do indivíduo ou para o desenvolvimento do sistema familiar e comunitário, se o realojamento não for complementado com outras medidas setoriais, no quadro de uma intervenção integrada e sistémica que favoreça a inclusão social das pessoas e famílias nas mais diferentes dimensões da vida, quer seja no plano individual, comunitário ou societal.

Violência doméstica

Quanto às situações de violência doméstica, 17% dos crimes contra a integridade física são de violência doméstica, valor significativamente baixo, quando comparado com a realidade distrital (Leiria) com 42,1% e nacional com 40,1%. Em 2014 foram identificadas 32 situações de crime de violência doméstica, das quais, a generalidade (25) reportava-se a situações de violência conjugal ou análoga, não se registando nenhum crime contra menores.

O Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vítima em Torres Vedras, por sua vez, desde 2012, interveio com 13 vítimas de violência doméstica provenientes do concelho de Peniche.

Tendo em conta as especificidades da violência doméstica, é necessário aprofundar o conhecimento sobre este fenómeno, de modo a compreender se este número de casos representam a realidade concelhia ou se, por outro lado, refletem o encobrimento de situações crime. Também é necessário analisar a pertinência da criação de uma resposta local, uma vez que nenhuma instituição local intervém diretamente nas problemáticas subjacentes a este fenómeno.

12.4. Crianças e Jovens

Ao longo deste capítulo exploraram-se as quatro problemáticas identificadas pelo grupo de trabalho como mais relevantes no que respeita à caraterização das crianças e jovens do concelho de Peniche. Partindo de uma contextualização demográfica da população-alvo, procurou-se fazer um enquadramento de cada uma das problemáticas em termos conceptuais, de incidência na população local e nacional, bem como de análise dos recursos existentes para lhes dar resposta.

Assim, relativamente à cobertura das respostas de apoio à família na primeira infância, verificou-se que, apesar da tendência de aumento, continua a verificar-se uma insuficiente capacidade de resposta. A percentagem de cobertura aumentou 3,7% comparativamente a 2003, atingindo os 30,5%, mas mantendo-se aquém da taxa de cobertura de creches para as

regiões dos países da União Europeia fixada pela Carta de Barcelona que fixou o valor mínimo de 33%. Bem como ainda mais distante da média nacional de 41,8%. Persistem importantes carências de cobertura dentro do território, nomeadamente ao nível das freguesias limítrofes e especialmente da Freguesia de Atouguia da Baleia.

No que respeita à situação das crianças e jovens com problemas de desenvolvimento psicomotor/défice intelectual, verifica-se que as respostas que lhes são disponibilizadas estão enquadradas legalmente e diferenciam-se em função do grupo etário. As crianças com idade igual ou menor a 5 anos (atraso global do desenvolvimento psicomotor) usufruem dos apoios da Equipa Local de Intervenção precoce, com as dificuldades decorrentes da falta de técnicos especializados na equipa e nos serviços da comunidade, nomeadamente de Psicologia, Psicomotricidade, Serviço Social e Terapia da Fala. O facto da principal fonte de referenciação para a ELI ser o ensino pré-escolar/IPSS, alerta para a desvantagem em que se encontra o elevado número de crianças não integradas em equipamentos.

As crianças com mais de 5 anos e jovens até aos 18 ou mais anos (défice intelectual), desde que a frequentar a escolaridade obrigatória, são enquadrados na Educação Especial e usufruem de apoio dos técnicos especializados do Centro de Recursos para a Inclusão da CERCIPENICHE, bem como dos técnicos – docentes e técnicos especializados – colocados nas escolas pelo Ministério da Educação, encontrando, por isso, maior resposta às suas necessidades, quando diagnosticadas correta e atempadamente.

A baixa adesão da população ao exame global de saúde, em especial na coorte 11-13anos, é um problema, com consequências em termos de prevenção primária e secundária de saúde, não permitindo o diagnóstico precoce. Outro problema com que se depara a nossa comunidade, a este nível, é o encerramento da consulta de Desenvolvimento do centro hospitalar da nossa área de influência, que obriga ao encaminhamento para hospitais centrais, com todas as dificuldades inerentes em termos de custos e de acesso.

O número e as problemáticas das crianças e jovens em risco acompanhados pela CPCJ de Peniche vão ao encontro da realidade distrital e nacional. No entanto, após a tendência de redução de processos em 5 anos consecutivos, nos últimos 2 anos o número tem vindo a aumentar, contrariando a tendência nacional. Verifica-se um predomínio de casos de negligência e de exposição a comportamentos que podem comprometer o desenvolvimento e

bem-estar (sinalizados e diagnosticados), e uma maior expressão da faixa etária dos 15-17 anos,

A comissão depara-se com um elevado número de processos transitados de ano para ano, o que resulta, por um lado, da natureza das situações de perigo – que tendem a não resultar momentos de crise nas famílias, mas antes de condições familiares de caráter prolongado e/ou permanente, que exigem um tipo de intervenção superior a um ano – e, por outro lado, da insuficiente afetação de horas dos técnicos para gestão de processos de tal natureza.

No futuro, para além das intervenções que tenham como destinatários diretos as crianças e jovens, também deverão ser considerados projetos de intervenção comunitária dirigidos à família.

12.5. Doença Mental, Consumos, Comportamentos de Risco e Consequências

Foram identificados três problemas no âmbito da problemática doença mental, consumos, comportamentos de risco e consequências.

Doença mental

Há uma perceção da parte da comunidade que o problema existe numa dimensão que suscita preocupação, dados os efeitos no individuo, família e sociedade, mas não há dados objetivos que o permitam quantificar. Assim, revela-se pertinente a elaboração de um estudo que objetive o fenómeno da doença mental no concelho de Peniche.

Dependência de Drogas e Alcoolismo

Em 2013, entre os utentes em tratamento na ET de Peniche do Crioeste, a heroína foi a substância referida como droga principal, seguida do consumo de Outras Substâncias e de cocaína. Os utentes toxicodependentes 2/3 são do sexo masculino e a média das idades situa-se nos 44,5 anos.

Dos utentes acompanhados pela Equipa de Rua Porto + Seguro mais de 1/3 são consumidores de cannabis, seguido de cocaína e de álcool. Salientando ainda um número de utentes com policonsumos.

Há uma prevalência das formas de consumo via intravenosa e com maior expressão entre os 31 e 50 anos. Os indivíduos toxicodependentes na faixa etária entre os 31 e os 51 caracterizam-se pelos muitos anos de consumo e diversas tentativas de tratamento.

Alguns destes indivíduos encontram-se muito desorganizados, com ausência de estrutura familiar sendo a Equipa de Rua a única estrutura a que recorrem na procura do apoio psicossocial de que necessitam.

O fenómeno da toxicodependência persiste existindo a necessidade de uma intervenção a nível primário e secundário com estruturas polivalentes de saúde e social de proximidade e de educação à população.

Elevada prevalência de Doenças Infetocontagiosas

Peniche tem uma prevalência de HIV/Sida superior à dos outros concelhos do Oeste Norte e à média nacional. Diagnosticou-se a necessidade de intervenção primária, secundária e terciária através da manutenção de estruturas locais existentes.

12.6. Dependência Física, intelectual, psicológica e deficiências

Em súmula, no que se refere às pessoas com dependência a cargo de prestadores informais envelhecidos, observa-se as seguintes situações:

- Estão identificadas 438 pessoas dependentes, em 2015, 95% tem mais de 65 anos, 77% tem mais de 75 anos;
- Nos grupos etários mais velhos trata-se sobretudo de dependência física;
- Nos grupos com menos de 50 anos, a dependência é mais de ordem mental/psicológica;
- 193 dos dependentes encontram-se na valência de lar. 245 (a maioria) a cargo de cuidadores informais
- 67,7% dos cuidadores informais são idosos.

Estes dados levam-nos a questionar:

- Consequências em termos de viabilidade a médio e longo prazo da continuidade de cuidados?

- Consequências para saúde física, mental e social dos próprios cuidadores?
- Serão suficientes os serviços prestados pelas entidades? E o apoio aos cuidadores?

Outro problema analisado neste capítulo corresponde às pessoas com deficiência integradas em famílias envelhecidas. De acordo com um rácio efetuado em 2007, calcula-se que a população com deficiência representa 8,2% da população geral do concelho, deste modo, estima-se que, em 2013, haviam em Peniche cerca de 2.231 pessoas com deficiência. Em suma:

- Em 2014, era de 244 o total de pessoas com deficiência apoiadas pela Cercipeniche, sendo que 70,4%, não tem mais de 40 anos;
- Têm, ainda assim, um total de 51 utentes com idade acima dos 40 anos;
- A partir dos 40 anos, esta população, já apresenta contudo sinais evidentes e múltiplos de envelhecimento precoce;
- É significativo e crescente o nº de pessoas com deficiência integradas em famílias envelhecidas;
- Dilema: Pessoas com deficiência e familiares, ambos com necessidade de cuidados.

É de enfatizar que em virtude da oferta de serviços da Cercipeniche, regista-se a fixação de residência de várias famílias para Peniche.

12.7. Respostas Locais e Serviços Locais de Saúde

O concelho de Peniche sofre vários problemas ao nível das respostas locais de saúde. No âmbito dos Cuidados Primários destacam-se as dificuldades ao nível da reforma dos cuidados de saúde primários, com maior expressão na não implementação de uma Unidade de Saúde Familiar; a carência de recursos humanos, principalmente no que se refere ao pessoal médico; a falta de multidisciplinariedade na Equipa de Cuidados Continuados Integrados. Relativamente aos Cuidados Hospitalares, salienta-se o aumento da dificuldade de acesso aos cuidados de saúde diferenciados, com a transferência de recursos existentes na comunidade para outras unidades do Centro Hospitalar da área de influência.

Parte III – Educação, Emprego e Formação

12.8. Qualificações Escolares

A população do concelho de Peniche apresenta globalmente baixos níveis de escolaridade.

Considerando a população com idades a partir dos 15 anos, constata-se que uma percentagem significativa não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico (42,6%) e que há uma forte incidência de indivíduos não escolarizados (12,1%). Estas percentagens estão acima das verificadas para o país e para a Região Oeste, em que a média de indivíduos que não foi além do 1º ciclo é de 37,6% e 40,7%, respetivamente e a proporção de pessoas sem qualquer nível de escolaridade completa é de 10,4% e de 11,7%, respetivamente.

Do conjunto, Peniche é também o território com a mais baixa percentagem de indivíduos com o ensino secundário completo (13,4% contra 15,7% no país e 14,8% na Zona Oeste).

As desvantagens face aos seus territórios de referência são percetíveis ainda na menor proporção de população com diplomas do ensino médio e superior, uma diferença que é mais marcante na comparação com Portugal (em Peniche essa percentagem da população é de 9,9% enquanto no país é de 14,8%).

Não obstante, é possível dar conta de uma melhoria dos níveis de qualificação escolar da população de Peniche entre 2001 e 2011, traduzida no aumento dos efetivos com formação mais elevada, isto é, a partir do 3º ciclo do ensino básico, e, inversamente, na diminuição da proporção de efetivos com níveis de escolaridade inferiores e não escolarizados.

A realidade das freguesias quanto à qualificação escolar das suas populações pouco destoa do padrão concelhio, sendo ainda assim de assinalar, pela negativa, o caso da Serra D´El Rei por ter simultaneamente a população com maior peso de indivíduos sem escolaridade e a menor percentagem de indivíduos com formação média e superior.

No que diz respeito às situações de analfabetismo por referência a 2011, o Município de Peniche está igualmente em desvantagem relativamente ao território nacional por apresentar uma maior incidência (6,05% contra 5,23%). Na relação entre os géneros, também em Peniche é maior a prevalência de casos entre as mulheres (que têm 7,40% e os homens, 4,59%). São as freguesias de Serra D´El Rei e de Ferrel que ostentam os maiores níveis de analfabetismo no contexto concelhio (7,80% e 7,30%, respetivamente).

Numa abordagem aos problemas do abandono e insucesso escolares, conclui-se que o concelho de Peniche apresenta um quadro mais desfavorável relativamente ao país e à Região Oeste.

No que diz respeito à taxa de retenção e desistência no ensino básico, Peniche regista no ano letivo 2012/2013 uma percentagem mais elevada (12,3%), mais 1,9 pp que no país, sendo a realidade ainda mais grave, em particular, ao nível do 2º ciclo do ensino básico, em que a diferença é de 6,9 pp, em função de uma taxa verificada no Município de 19,4%. Saliente-se, como dado preocupante, a subida a nível local, nos anos recentes (de 2007 para 2013), dos números de retenção e desistência no 1º ciclo e, principalmente, no 2º ciclo, cujo crescimento é galopante a partir do ano letivo de 2010/2011.

Considerando os dados para 2012/2013, a desvantagem em relação aos seus territórios de inserção verifica-se também em termos de pré-escolarização, mas sobretudo em termos de escolarização da população, apresentando Peniche um desnível significativo no que toca ao ensino básico, com uma taxa bruta de escolarização de 104,8%, menos 7,8 pp que no país e, com uma distância mais significativa, no que toca ao ensino secundário, com uma taxa de 90,4%, que é menos 30,6 pp que a média nacional.

A necessidade de progressão coloca-se assim, de forma mais premente, quanto à taxa de escolarização ao nível do ensino secundário, que passou a ser considerado de frequência obrigatória até aos 18 anos de idade. Coloca-se também quanto à necessidade de promover o aumento da frequência da educação pré-escolar, no sentido de recuperar a desvantagem face aos territórios de referência e de procurar alcançar a meta estabelecida pela União Europeia para 2020 de 95% de cobertura.

Em Peniche é também maior a percentagem de crianças e jovens, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, que não está a frequentar o sistema de ensino (1,79%), por comparação com o país (1,61%) ou o Oeste (1,51%). Numa análise por freguesias, registe-se que são as freguesias de Ajuda, Serra D´El Rei e de Conceição que apresentam as prevalências mais elevadas. Assinale-se ainda a particularidade de Serra D´El Rei verificar uma média bastante elevada de crianças e jovens do sexo feminino não enquadrados no sistema de ensino, comparativamente com os territórios concelhio, regional e nacional, que abrange mais de 4 raparigas em cada 100 dos 6 aos 15 anos de idade, sendo, a par, da freguesia de Ferrel, os únicos territórios onde a prevalência de casos femininos se sobrepõe aos masculinos.

Quanto à taxa de abandono escolar[90] no concelho de Peniche, apesar de ter diminuído na última década, em 2011 (1,71%) é superior à taxa nacional (1,58%) e do Oeste (1,50%). Dos territórios em análise, passou a ser aquele que regista a maior incidência de abandono escolar, invertendo-se assim o cenário vivido em 2001, apresentando os valores mais preocupantes dentro do concelho, por ordem decrescente, as freguesias de Serra D´El Rei, Ajuda e Ferrel.

Percebe-se em suma a necessidade de melhoria dos níveis de qualificação escolar da população do concelho de Peniche e, também, de escolarização ao nível do ensino básico e secundário, bem como, no tocante aos níveis de retenção e desistência no ensino básico, pelo menos para atenuar o conjunto de desvantagens observadas relativamente à realidade nacional.

12.9. Mercado de Trabalho

O presente capítulo aborda e caracteriza o mercado de trabalho do concelho de Peniche, apontando um conjunto de fragilidades a equacionar com alguma premência relacionadas com a existência de condições de trabalho precárias, associadas à precariedade e à rotatividade resultante da sazonalidade; à prática de baixos salários, agravada ao nível dos mais escolarizados e do sexo feminino; ao desemprego de curta-média duração, agravado ao nível dos ativos mais velhos; e à dificuldade a nível de empregabilidade de grupos de risco.

O perfil do tecido produtivo evidencia um fenómeno de crescente terciarização da economia local, apontando para a importância do setor secundário e para a perda de influência do setor primário.

Como indicador da sazonalidade da economia local pode considerar-se a taxa de desemprego motivada pelo fim do trabalho não permanente, que tem mantido uma prevalência significativamente acima da registada pelo país e pela Região de Lisboa, a qual tem abrangido mais de metade dos desempregados de Peniche ao longo da última década. Além de manter níveis elevados, o indicador está ainda sujeito a picos sazonais, chegando a abarcar mais de 80% das situações de desemprego (80,9% - mês de agosto de 2014).

Esses dados são indiciadores do enraizamento no contexto de Peniche de dinâmicas sazonais de celebração e cessação de contratos de trabalho e da consequente exposição da população

[90] O conceito de abandono escolar pode ser definido como o abandono das atividades escolares sem que o aluno tenha completado o percurso escolar obrigatório, até ao 9º ano, e/ou atingido a idade legal, à data, os 15 anos,

ativa a situações de precariedade laboral associada à natureza flutuante da oferta de emprego e ao seu caráter transitório.

Relativamente à prática de baixas salários, constata-se que o concelho de Peniche apresenta uma situação de desvantagem face aos seus territórios de referência ao nível do ganho médio mensal dos trabalhadores empregados, que é particularmente significativa na comparação com o país (Enquanto em Peniche, o ganho médio era, em 2012, de 858,95 euros, no país, era de 1095,59 euros (ou seja, mais 236,64 euros) e no Oeste, de 909,24 euros).

A nível local, apontam-se alguns fatores indutores de diferenciação salarial entre a população empregada, como é o caso da escolaridade (23,5%), da dimensão das empresas segundo o escalão de pessoal (14,1%) e do setor de atividade de inserção laboral (5,9%).

Comparativamente com os seus territórios de inserção, é em Peniche que menos se reflete a influência das habilitações ao nível do ganho médio mensal, apresentando os trabalhadores empregados em Peniche um diferencial salarial em praticamente todos os níveis de escolaridade relativamente aos trabalhadores dos outros dois territórios. O fosso agrava-se mesmo, em relação especificamente ao país, no caso dos assalariados mais escolarizados: os empregados com o 12º ano recebem no país, em média, mais 224,98 euros do que os de Peniche, os com o bacharelato, mais 539,87 euros e os licenciados, mais 428,07 euros.

Em termos do ganho médio, há, por conseguinte, uma situação de desvantagens dos trabalhadores de Peniche face aos seus homólogos dos territórios de referência, considerando o nível de escolaridade, mas que também se verifica quando considerado o setor de atividade da empresa em que estejam integrados ou da dimensão das mesmas (aumenta o diferencial salarial no caso das empresas de maior dimensão), constituindo este conjunto de assimetrias um fator que configura uma fragilidade importante do mercado local de trabalho.

Constitui a exceção à regra, o ganho médio dos trabalhadores enquadrados no setor primário, em que, em média, o nível remuneratório auferido no concelho (1004,47 euros) está acima do praticado nos outros territórios (Oeste – 779,27 euros e Portugal – 812,91 euros), o que é sintomático da importância que ainda vão tendo atividades como a pesca e a agricultura.

Um outro problema identificado no mercado de trabalho a nível local, que tem por particularidade verificar uma superioridade feminina no universo dos trabalhadores por conta de outrem, tem a ver com a assimetria salarial em função do género.

---

para o fazer (conferir A. Benavente et al., Renunciar à Escola - O Abandono Escolar no Ensino Básico, 1994).

Sendo o ganho médio dos homens, em Peniche, de 972,82 euros e o das mulheres de 746,47 euros (por referência a 2012), verifica-se que estas últimas recebem, em média, menos 226,35 euros do que os homens, um diferencial que está abaixo do observado na realidade nacional (256,51 euros), mas acima do calculado para o Oeste (199,89 euros). Refira-se que esta disparidade remuneratória se tem verificado no concelho, pelo menos, desde 2003, com um diferencial sempre acima dos 12%, emergindo independentemente de se ter em conta o setor de atividade, as habilitações escolares ou as qualificações profissionais.

Saliente-se que a esta situação de desvantagem para as trabalhadoras de Peniche acresce uma outra situação de desfavorecimento quando se faz a comparação com a realidade nacional e do Oeste, por serem as que auferem, em média, o vencimento mais baixo (746,47 euros contra 801,87 euros na Região Oeste e 956,51 euros em Portugal), que representa exatamente menos 210,04 euros face ao ganho médio das trabalhadoras em todo o país.

Entre as fragilidades do mercado local de trabalho é ainda apontado o problema do desemprego.

Em novembro de 2014, o Município registava um total de 1.313 desempregados, assinalando-se o crescimento do fenómeno entre 2008 e 2013 de mais 23,6% e uma recente diminuição (de 2013 para 2014) de menos 17,9%, consonante com a tendência regional e nacional.

Observa-se que os dados da evolução mensal do desemprego concelhio, por referência ao período de 2008 a 2014, mostram um padrão oscilante, que evolui em função de ciclos sazonais, dando lugar a picos de desemprego cíclicos que acontecem, em regra, nos meses do inverno.

O desemprego perfila-se como uma preocupação séria no concelho de Peniche, cuja evolução revela tratar-se de um problema estrutural do mercado de trabalho e da economia local em geral, bem como, de um fator enraizado de exclusão social dos indivíduos e das famílias. Está-se perante um desemprego que denota um ligeiro domínio masculino, de curta-média duração (desemprego há menos de 1 ano – 62,0%), sujeito a picos sazonais, sendo que atualmente assume maior expressão na população mais adulta (35-54 anos – 46,2%, 55 e maios anos – 20,9%) e menos escolarizada (71,1% tem, no máximo o 3º ciclo), mas tendencialmente verifica-se uma representação crescente das situações de desemprego de longa duração (de 2008 para 2014, a sua proporção passou de 24,6% para 38,0%) e dos ativos com qualificações mais elevadas (de 2008 para 2014, a sua proporção passou de 24,9% para 28,9%).

Salienta-se ainda como um outro problema a equacionar no âmbito do concelho a dificuldade de empregabilidade de grupos de risco, como é o caso, nomeadamente dos ex-reclusos, toxicodependentes e ex-toxicodependentes.

Finalmente, na consideração das fragilidades associadas ao mercado de trabalho e das oportunidades a nível local de perseguir um percurso formativo tendente à melhoria das qualificações e competências, é evidenciada a necessidade de se desenvolver os recursos e as estratégias locais que potencializem a aprendizagem ao longo da vida, salientando-se a falta de um CQEP no concelho, enquanto mecanismo de reconhecimento de competências e instrumento para promover a empregabilidade e a mobilidade, bem como a motivação para a aprendizagem ao longo da vida. Acresce a isto a carência de oferta sentida localmente em termos da certificação escolar e/ou profissional de adultos, principalmente no que diz respeito aos níveis básicos de escolaridade e ao nível secundário para os maiores de 30 anos.

Há assim um conjunto de fragilidades associadas ao mercado de trabalho do concelho de Peniche que configuram situações de desvantagem social e competitiva face aos seus territórios de referência que importa investigar e monitorizar e, em conformidade, equacionar medidas de combate, mas também de prevenção, por forma a não permitir o agravamento de problemas existentes e a procurar atenuar as suas consequências, tendo consciência da complexidade das suas causas, cuja explicação, sublinhe-se, ultrapassa em grande medida a escala local e remete para uma escala de dimensão global.

Bibliografia

ALMEIDA, I. C. (2004). *Intervenção precoce: Focada na criança ou centrada na família e na comunidade?* Análise Psicológica, *1* (22), 65-72.

ANQ (2007). Carta de *Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*.[On-line] available: http://www.drealg.min-edu.pt/upload/docs/anq_carta_qualidade.pdf.

APA (2015). *Effects of Poverty, Hunger and Homelessness on Childern and Youth*. American Psychological Association [On-Line] Available: http://www.apa.org/pi/families/poverty.aspx

ARSLVT/DICAD – Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP/Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (2014), *Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) – Diagnóstico do Território – Propostas de Intervenção*.

Available: http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/14-unidadessadefamiliar-conceitoeprticaemgeometriavariveis-v.2012-09.30.pdf

BENAVENTE, A. et al (1994), *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Ed. Fim de Século.

CALDAS DE ALMEIDA, J. M., & **XAVIER**, M. (2013). *Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental: 1º Relatório*. Lisboa: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa. [On-Line] Available: http://www.fcm.unl.pt/main/alldoc/galeria_imagens/Relatorio_Estudo_Saude-Mental_2.pdf

CALHEIROS, M. (2015). *Formação, supervisão, avaliação e investigação: sua importância para a qualidade da intervenção preventiva e reparadora*. Comunicação no Encontro Nacional de Avaliação da Atividade das CPCJ 2014.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA/INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA (2007), *Elementos de Caracterização das Pessoas com Deficiências e incapacidades em Portugal*, Vila Nova de Gaia.

CENTRO HOSPITALAR DO OESTE – Relatório de Atividades de 2013.

CLAS – Conselho Local de Ação Social de Peniche (2004), *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche 2004*.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO NORTE (2013), *Escolarização na Região do Norte – Evolução das Disparidades Territoriais 1991-2011*.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (2008), "Pessoas com Deficiência: Mobilidade, Educação e Trabalho", aprovado no Plenário de 19 de Novembro de 2008, Lisboa.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, (s/d), *Estado da Educação 2012 – Autonomia e Descentralização*, Editorial do Ministério da Educação e Ciência.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (VII Revisão Constitucional, 2005).

DGS (2005). Saúde Infantil e Juvenil: Programa Tipo de Atuação, 2ª edição. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde. [On-Line] Available: http://www.dgs.pt/upload/membro.id/ficheiros/i008188.pdf

DGS (2014). Portugal – Infeção VIH, SIDA e Tuberculose em números – 2014. Lisboa: Direção Geral de Saúde.

GABINETE DE AÇÃO EQUAL (2008) *Animação Territorial – Caminhos para a Inovação Social*, Lisboa.

GUERRA, Isabel (1994), *Introdução à Metodologia de Projecto*; CET; Lisboa.

HENRIQUES, J. M. 1999, "Área Metropolitana de Lisboa: Território de Pobrezas e Exclusões", in Sociedade e Trabalho, nº 5, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa.

HENRIQUES, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Escher Publicações.

INE (2007), Anuário Estatístico da Região Centro 2006.

INE (2007), *Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio 2005*, Lisboa, 2007.

INE (2008), Anuário Estatístico da Região Centro 2007.

INE (2009), Anuário Estatístico da Região Centro 2008.

INE (2009), *Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio 2007*, Lisboa, 2009.

INE (2010), Anuário Estatístico da Região Centro 2009.

INE (2010), Anuário Estatístico da Região Centro 2010.

INE (2011), Anuário Estatístico da Região Centro 2011.

INE (2011), *Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio 2009*, Lisboa, 2011.

INE (2013), Anuário Estatístico da Região Centro 2012.

INE (2014), Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

LEI DE BASES DA SAÚDE, Lei n.º 48/90, de 24 de agosto – com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro.

MANSO, José R. Pires; **MATOS**, António F. de e **GONÇALVES**, Fátima (2012). *Os municípios e a qualidade de vida*.

MIGUEL, M. C. T. (2015). *Reconhecimento de Aprendizagens ao Longo da Vida e Empowerment. (Tese de doutoramento não publicada).* ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa. [On-line] available: http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/3527

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2012). Unidades de Saúde Familiar (USF): Conceito e prática em geometrias variáveis (Documento de trabalho - versão de 2012.09.30). Ministério da Saúde, Grupo Técnico para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Primários. [On-Line]

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL (s/d), *Carta Social: Rede de Equipamentos e Serviços – Relatório 2012*.

MUNICÍPIO DE PENICHE (2009), *Magna Carta – Peniche 2025: Diagnóstico Estratégico - Estratégia de Desenvolvimento e Programas de Atuação*, Peniche.

MUNICÍPIO DE PENICHE (2013), *Plano Gerontológico para o Concelho de Peniche 2013-2017*, Peniche.

OLIVEIRA, R., **RODRIGUES**, F., **VENÂNCIO**, M., **SARAIVA,** J. M., & **FERNANDES**, B. (2012). Avaliação e Investigação Etiológica do Atraso do Desenvolvimento Psicomotor/Défice Intelectual. *Saúde Infantil, 34* (3), 5-10. [On-Line] Available: http://rihuc.huc.min-saude.pt/handle/10400.4/1497

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2005), *Envelhecimento Activo: uma Política de Saúde*, 1.ª ed. Traduzida para o português.

PITAUD, P. (Org.) (2004), Solitude et Isolement des Personnes Âgées, Toulouse, Èrès.

SICAD (2011). Inquérito Nacional em Meio Escolar INME. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências. [On-Line] Available: http://www.sicad.pt/PT/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=98&lista=SICAD_ESTUDOS&bkUrl=/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos

SICAD (2015). *Sinopse Estatística: Portugal 2013.* Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. [On-Line] Available: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/Documents/2015/Sinopse%20Estatistica_2013_pt.pdf

SILVA, A. L. (2008), *A Pesquisa em Saúde/Enfermagem a Serviço de Populações Pobres e Vulneráveis: Prioridade para o Milênio*. *Cogitar e Enfermagem*, 13 (4).

UNICEF (2013). *As Crianças e a Crise em Portugal: Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais, 2013*. https://www.unicef.pt/as-criancas-e-a-crise-em-portugal/files/Relatorio-Unicef.pdf

VASCONCELOS, Maria de Deus Medeiros Costa (2013). Abandono e Absentismo Escolar no Concelho de Ponta Delgada, Tese de Mestrado – Universidade Fernando Pessoa, Porto. http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3804/1/DISSERTACAO%20ABANDONO%20ESCOLAR%20MARIA%20-%202%20%281%29.pdf

WHO (2012). Developmental Difficulties in Early Childhood: Prevention, early identification, assessment and intervention in low - and middle - income countries: a review. Word Health Organization. [On-Line]
Avaliable:http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/97942/1/9789241503549_eng.pdf?ua=1&ua=1

WHO (March, 2007), *Early Child Development: A Powerful equalizer – Finel Report*. Word Health Organization. [On-Line]
Avaliable: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/69729/1/a91213.pdf

Sites Consultados

ADEPE

http://www.adepe.pt

Portal Estatístico de Informação Empresarial

http://www.estatisticasempresariais.mj.pt

Desemprego Registado por Concelho

http://www.iefp.pt

Estatísticas da Justiça

http://www.siej.dgpj.mj.pt .

Pordata

http://www.pordata.pt.

Lei sobre o RSI

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2028&tabela=l